

PLANO INTERMUNICIPAL ALGARVE 2020



Ficha Técnica

Edição: **AMAL Comunidade Intermunicipal do Algarve**

Concepção e Realização: **Quatenaire Portugal, Consultoria para o Desenvolvimento S.A. (QP. SA)**
Equipa técnica: António Manuel Figueiredo (coordenação global do trabalho e da sua redação)
Elisa Babo, Ana Barroco, Josué Caldeira, Rui Figueiredo, Carlos Fontes, José Portugal, João Silva

Data: **Março 2015**

Coordenação: **Conselho Intermunicipal da AMAL**
Unidade de Planeamento Estratégico, Assessoria Técnica e Projetos

Depósito Legal:

Design e Produção: **Bloco D - Design e Comunicação Lda.**

Impressão: **Rainho & Neves, Lda.**

ÍNDICE

NOTA INTRODUTÓRIA.....	11
1. APRESENTAÇÃO	13
2. METODOLOGIA.....	15
Capítulo 1	
3. DIAGNÓSTICO	18
3.1. Âmbito e alcance do diagnóstico prospetivo	18
3.2. População e capital humano	19
3.2.1. A população.....	19
3.2.2. As qualificações.....	20
3.2.3. Cultura e capital humano.....	21
3.3. Competitividade e internacionalização	22
3.3.1. Sobre o modelo produtivo da Região	22
3.3.2. A economia do mar e as perspetivas de diversificação da base produtiva regional	24
3.3.3. O turismo.....	27
3.3.4. Cultura e património	28
3.4. Sustentabilidade e uso eficiente de recursos	29
3.4.1. Indicadores básicos.....	29
3.4.2. Sustentabilidade no uso dos bens patrimoniais.....	31
3.5. Inclusão social e emprego	31
3.5.1. A centralidade do desemprego.....	31
3.5.2. Dimensões complementares.....	32
3.5.3. Cultura, inclusão social e emprego.....	33
3.6. Dinâmicas territoriais e urbanas	34
3.6.1. Urbanização e edificação.....	34
3.6.2. Cultura e dinâmicas territoriais e urbanas	36
3.7. Finanças municipais e capacidade de financiamento	36

3.8. FICHAS	39
FICHA 01 CAPACIDADE DE ATRAÇÃO POPULACIONAL 2001-2011	39
FICHA 02 JUVENTUDE E ENVELHECIMENTO.....	40
FICHA 03 QUALIFICAÇÕES.....	41
FICHA 4 MATRÍCULAS ESCOLARES.....	41
FICHA 05 ABANDONO ESCOLAR - 2011.....	42
FICHA 06 POPULAÇÃO ENVELHECIDA ISOLADA.....	43
FICHA 07 FATORES DE COMPETITIVIDADE	44
FICHA 08 CONHECIMENTO E TECNOLOGIA	45
FICHA 09 HOTELARIA.....	46
FICHA 10 TURISMO	47
FICHA 11 EMPREGO NAS ATIVIDADES CULTURAIS E CRIATIVAS	48
FICHA 12 ECONOMIA DO MAR: PRINCIPAIS SETORES DE PRODUTOS DO MAR (A).....	49
FICHA 13 ECONOMIA DO MAR: PRINCIPAIS SETORES DE PRODUTOS DO MAR (B).....	50
FICHA 14 ECONOMIA DO MAR: SETOR PORTUÁRIO COMERCIAL E NÁUTICA DE RÉCREIO.....	51
FICHA 15 ÁGUA E SANEAMENTO	52
FICHA 16 RESÍDUOS.....	53
FICHA 17 ENERGIA	53
FICHA 18 USO DO SOLO.....	54
FICHA 19 OUTROS RECURSOS NATURAIS	55
FICHA 20 ZONA COSTEIRA	56
FICHA 21 RISCOS	57
FICHA 22 DESEMPREGO.....	58
FICHA 23 QUALIFICAÇÕES.....	59
FICHA 24 SUBSÍDIO DE DESEMPREGO	60
FICHA 25 PENSÕES DA SEGURANÇA SOCIAL.....	61
FICHA 26 RENDIMENTO SOCIAL DE INSERÇÃO	62
FICHA 27 DESPESAS MUNICIPAIS EM ATIVIDADES CULTURAIS	63
FICHA 28 PROCURA E OFERTA DE ATIVIDADES CULTURAIS.....	64
FICHA 29 DINÂMICAS TERRITORIAIS: O CRESCIMENTO HABITACIONAL.....	65
FICHA 30 DINÂMICAS TERRITORIAIS: A HABITAÇÃO SECUNDÁRIA	66
FICHA 31 DINÂMICAS TERRITORIAIS: O LICENCIAMENTO DE HABITAÇÃO	67
FICHA 32 DINÂMICAS TERRITORIAIS: A CONSTRUÇÃO HABITACIONAL	68
FICHA 33 FINANÇAS MUNICIPAIS: RECEITAS, RECEITAS PRÓPRIAS E RECEITAS DO IMOBILIÁRIO.....	69
FICHA 34 FINANÇAS MUNICIPAIS: ESTRUTURA DAS RECEITAS E ENDIVIDAMENTO.....	70

Capítulo 2

3.9. SWOT de síntese	71
3.10. Análise de <i>stakeholders</i>	76
3.11. Principais desafios e fatores críticos de sucesso.....	78

Capítulo 3

4. MISSÃO E VISÃO	83
--------------------------------	-----------

Capítulo 4

5. FORMALIZAÇÃO DO QUADRO ESTRATÉGICO: PRIORIDADES ESTRATÉGICAS E OBJETIVOS ESPECÍFICOS	84
5.1. As prioridades estratégicas e os objetivos específicos	84
5.2. Posicionamento Estratégico da Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial Algarve 2014-2020	95
5.2.1. Programa Operacional Algarve 2014-2020.....	95
5.2.2. Estratégia Europa 2020	101
5.3. O Plano Intermunicipal Algarve 2020 e a formação de parcerias DLBC no território.....	102
5.3.1. DLBC rurais	103
5.3.2. DLBC costeiras.....	103
5.3.3. DLBC Urbanas.....	104
5.4. A AMAL E OS INSTRUMENTOS DE PLANEAMENTO /MAPEAMENTOS A ASSEGURAR PELO PO REGIONAL ALGARVE 2014-2020	104
5.4.1. A desenvolver pela AMAL	104
5.4.2. Em termos de concertação com o âmbito municipal local.....	104
5.4.3. Planos setoriais	104

Capítulo 5

6. MODELO DE GOVERNAÇÃO	105
6.1. Modelo de gestão e organização.....	105
6.2. Recursos e competências.....	105
6.3. Mecanismos de acompanhamento, monitorização e avaliação	106
6.4. Parcerias e redes.....	106
6.5. Sistema de <i>intelligence</i>	107

Capítulo 6

7. PLANO DE AÇÃO	109
7.1. Alcance do Plano de Ação.....	109
7.2. Tipologias e projetos para o Plano de Ação	110

Capítulo 7

8. Sistema de Indicadores	120
--	------------

NOTA INTRODUTÓRIA

O Algarve assume agora o estatuto de “região em transição”, devido ao rendimento per capita atingido nos últimos anos. Isto significa que o acesso aos Fundos Estruturais não se processa nos mesmos moldes que no passado. Além da existência de menores recursos acessíveis, a elegibilidade e montante cofinanciado dos projetos também se altera, quando, na prática, a região continua a apresentar fortes assimetrias de desenvolvimento socioeconómico no seu território.

Uma primeira fragilidade: modelo produtivo dependente do turismo e do imobiliário, vulnerável a oscilações da procura externa e demasiado centralizado no produto sol e praia. Nesta espécie de monocultura do turismo, a região não conseguiu integrar essa importante atividade com a produção regional. E assim, pouca ou nenhuma indústria se desenvolveu, se bem que o próprio preço do solo se tornou inibidor do aparecimento de novos projetos. Um transporte ferroviário envelhecido, a erosão da costa e um comércio local fragilizado completam o cenário.

O plano teve em conta essas contingências e, após diagnóstico prospetivo realizado junto de diversos agentes do território e das autarquias, pôde identificar algumas oportunidades de onde fosse extraída uma estratégia que permita priorizar investimentos.

Conselho Intermunicipal

I. APRESENTAÇÃO

O presente documento relata o Plano Intermunicipal de Alinhamento (designado de Plano Intermunicipal Algarve 2020) com a Estratégia Algarve 2020 que está plasmada no PO Regional Algarve 2014-2020 e na Estratégia de Especialização Inteligente para a Região.

O processo de elaboração do Plano Intermunicipal - Algarve 2020 foi entretanto já perto do seu final objeto de uma adaptação, resultante da necessidade de resposta por parte da AMAL ao convite para a submissão do reconhecimento da Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial (EIDT) que suporta o referido Plano.

A adaptação atrás mencionada foi considerada necessária em virtude da grelha de análise que foi exigida pela formalização da EIDT não corresponder integralmente à organização da informação que era inicialmente exigida pelo caderno de encargos oportunamente submetido pela AMAL à Quaternaire Portugal (QP). No entanto, dada a especificidade da AMAL no quadro das CIM NUTS III do território continental, na qual a NUTS III coincide rigorosamente com a NUTS II objeto de intervenção da CCDR Algarve e tendo em conta que não haverá na Região a operacionalização de um ITI, a EIDT solicitada não pode deixar de ser contextualizada à luz destas especificidades.

Assim, dada a sobreposição da NUTS II e da NUTS III, a EIDT é complementar da estratégia regional que suportará o PO Regional Algarve 2014-2020. Essa ressalva é crucial para entender em que contexto e com que objetivos foi elaborado o diagnóstico que suporta a EIDT. Esse diagnóstico não visa sobrepor-se ou concorrer com o fundamentado e esclarecido diagnóstico que enquadra a estratégia regional. O diagnóstico assume-se como complementar do elaborado pela CCDR Algarve e é essencialmente construído na perspetiva ascendente ou de baixo para

cima, ou seja na perspetiva dos municípios e do seu potencial contributo para a concretização da estratégia regional. Esta questão é relevante para compreender variantes e especificidades que o diagnóstico da EIDT apresenta face ao de outras CIM-NUTS III no território continental e à grelha sugerida pelo convite ao reconhecimento da referida EIDT.

Neste contexto, o plano que agora se apresenta obedece ao modelo de 2 em 1: ou seja, configura o Plano Intermunicipal Algarve 2020 e simultaneamente apresenta a Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial que suporta aquele Plano elaborada nos termos do convite realizado pela CCDR – Algarve. Nestas condições, o documento agora apresentado tem três destinatários: a própria AMAL que tem neste documento o seu referencial de programação para o período 2014-2020, os municípios integrantes da AMAL que nele encontram um referencial para concretizar as suas próprias dinâmicas e projetos e a CCDR – Algarve que pode antecipar através deste documento as tipologias de projetos em curso de gestação seja na própria AMAL seja nos municípios algarvios.

O documento está organizado nos seguintes capítulos:

No **capítulo 1**, apresenta-se toda a vasta e diversificada metodologia de auscultação de *stakeholders*, no caso vertente compreensivelmente concentrada nos municípios, mas amplamente alargada a outras instituições e entidades da Região que poderão assumir parcerias com a AMAL na prossecução dos objetivos estratégicos e domínios de intervenção que organizam a EIDT AMAL 2014-2020;

No **capítulo 2**, apresenta-se o diagnóstico estratégico prospetivo (revisito e atualizado) complementar do já elaborado pela CCDR Algarve, essencialmente construído do ponto de vista da realidade municipal algarvia e no âmbito do qual se diferenciam

a análise da situação atual do território algarvio na perspetiva da intervenção municipal, a análise de *stakeholders*, o SWOT de síntese e a identificação dos principais desafios e fatores críticos de sucesso;

No **capítulo 3**, apresenta-se a missão e visão que suportam a EIDT e o Plano Intermunicipal Algarve 2020;

No **capítulo 4**, apresenta-se o quadro estratégico propriamente dito explicitando Prioridades Estratégicas (Eixos) e objetivos estratégicos, com uma primeira tipologia de intervenções (medidas) a desenvolver. Integra ainda o posicionamento estratégico

a atingir pela estratégia AMAL, tendo em conta o contributo que a AMAL pode promover e dinamizar para uma plena concretização da estratégia regional;

No **capítulo 5**, desenha-se a proposta de modelo de governação;

No **capítulo 6**, apresenta-se a tipologia de projetos e ações que foi possível recolher da auscultação de terreno junto dos municípios

E, finalmente, no **capítulo 7** apresenta-se o sistema de indicadores e metas que acompanharão a EIDT e o Plano Intermunicipal Algarve 2020.

2. METODOLOGIA

O PLANO INTERMUNICIPAL ALGARVE 2020 foi elaborado segundo um processo eminentemente iterativo e participativo, dos quais se destacam os seguintes momentos:

- » Primeira discussão dos resultados do plano envolvendo já o conjunto dos presidentes de Câmara Municipal, eleitos no quadro do processo eleitoral autárquico (2013), o que ocorreu numa reunião do plenário do Conselho Intermunicipal da AMAL e que teve como principal resultado a aprovação das seis Prioridades Estratégicas ali enunciadas;
 - » Realização de um ciclo de entrevistas individuais a todos os Presidentes das Câmaras Municipais tendo sido lançado, simultaneamente, um pedido de informação (na forma de um inquérito estruturado) a todos os municípios sobre as respetivas preocupações e perspetivas de intervenção no âmbito das prioridades estratégicas aprovadas. Estas iniciativas – ciclo de entrevistas e inquérito – permitiram recolher um alargado volume de informação facilitando, desta forma, a construção de um consistente quadro global de referência sobre a natureza e o tipo de intervenções que, numa primeira abordagem, os municípios identificaram como intervenções prioritárias a concretizar no âmbito das prioridades estratégicas;
 - » Realização de encontros e entrevistas com entidades regionais consideradas relevantes e potenciais parceiras do PLANO INTERMUNICIPAL ALGARVE 2020;
 - » Reunião de sensibilização dos Municípios para a necessidade de apresentação de projetos compatíveis com o quadro estratégico aprovado e com as principais orientações e prioridades do Programa Operacional Algarve 2014-2020;
 - » Reuniões de trabalho com a estrutura técnica da AMAL para discussão dos projetos intermunicipais a dinamizar e coordenar pela Comunidade Intermunicipal.
- Neste documento em concreto, como já se referiu, apenas se inseriu a componente estratégica desse plano. Esse processo foi alvo, como verificamos, de um vasto programa de auscultação que envolveu as entidades constantes no quadro apresentado de seguida, encontrando-se também em anexo os moldes em que essa auscultação de agentes interessados ocorreu.

LISTA DE ENTIDADES

Entrevistas individuais / Reuniões / Pedidos de in- formação	Câmara Municipal de Alcoutim
	Câmara Municipal de Aljezur
	Câmara Municipal de Albufeira
	Câmara Municipal de Castro Marim
	Câmara Municipal de Faro
	Câmara Municipal de Loulé
	Câmara Municipal de Lagoa
	Câmara Municipal de Lagos
	Câmara Municipal de Monchique
Câmara Municipal de Olhão	

	Câmara Municipal de Portimão
	Câmara Municipal de São Brás de Alportel
	Câmara Municipal de Silves
	Câmara Municipal de Tavira
	Câmara Municipal de Vila do Bispo
	Câmara Municipal de Vila Real de Santo António
Workshops	NERA - Associação Empresarial da Região do Algarve
	AHETA - Associação de Hotéis e Empreendimentos Turísticos do Algarve
	ATA - Associação de Turismo do Algarve
	RTA - Regional de Turismo do Algarve
	Direção Regional de Cultura do Algarve (também participou numa entrevista)
	Escola de Hotelaria e Turismo do Algarve
	GAC - Gabinete de Ação Costeira Barlavento do Algarve
	GAC - Gabinete de Ação Costeira Sotavento do Algarve
	ODIANA - Associação para o Desenvolvimento do Baixo Guadiana
	Associação In Loco (também participou numa entrevista)
	Associação Terras do Baixo Guadiana
	Vicentina – Associação para o Desenvolvimento do Sudoeste
	CCDR Algarve (auscultada também em reuniões e entrevistas)
	CCMAR - Centro de Ciências do Mar
	Docapesca – Portos e Lotas, S.A.
	ICNF - Instituto de Conservação da Natureza e Florestas – Departamento de Conservação da Natureza e Florestas do Algarve
	Fundação Manuel Viegas Guerreiro
	Associação Cultural e de Apoio Social de Olhão
	Centro de Apoio ao Sem Abrigo – Faro
	Banco Alimentar – Algarve
	Santa Casa da Misericórdia – Faro e Portimão
	Cruz Vermelha Portuguesa – Faro
	Refúgio Aboim Ascensão
	Instituto Dom Francisco Gomes (Casa dos Rapazes)
	Instituto da Segurança Social, IP – Centro Distrital de Faro
	GNR - Guarda Nacional Republicana
	PSP – Comando Distrital de Faro

	IPDJ - Instituto Português do Desporto e da Juventude – Delegação do Algarve
	IEFP - Instituto do Emprego e Formação Profissional – Algarve (também participou numa entrevista)
Entrevistas	DRAPALG - Direção Regional de Agricultura e Pescas do Algarve
	Globalgarve – Cooperação e Desenvolvimento, S. A.
	ERTA – Entidade Regional do Turismo do Algarve
	AREAL – Agência Regional de Energia do Algarve
	ISS - Instituto da Segurança Social, IP – Centro Distrital de Faro
	DGEstE - Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares – Direção de Serviços da Região do Algarve

Ainda neste capítulo, importa desde já sublinhar as condições de informação aberta que a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve (CCDR Algarve) proporcionou à equipa responsável pela elaboração do plano em condições de incerteza reconhecidamente difíceis. Na verdade, a preparação da Estratégia Regional e do POR Algarve 2014-2020 decorreu em condições de grande incerteza de orientações a nível nacional, o que dificultou para todos a circulação de informação relevante. Apesar desta dupla incerteza, ou seja, a que se projeta na atividade da CCDR Algarve e a que penaliza em cascata o PLANO INTERMUNICIPAL ALGARVE 2020, a equipa técnica reconhece o empenho daquela entidade em cumprir o compromisso colaborativo oportunamente assumido.

Para além do elemento de incerteza, há que mencionar um outro relevante elemento de contexto, que resulta do facto dos trabalhos de elaboração do PLANO INTERMUNICIPAL ALGARVE 2020 terem começado num momento particularmente específico, determinado pelo período de antecâmara e de campanha eleitoral propriamente dita, ao qual se seguiu a evolução determinada pelos resultados eleitorais e respetivas consequências na composição política do quadro político no seio da AMAL e da Região.

Em suma o PLANO INTERMUNICIPAL ALGARVE 2020 assumiria essencialmente o papel de: (i) orientar estratégica e operacionalmente a ação a desempenhar pelo representante da AMAL na

Comissão de Gestão e na sua Comissão Executiva; (iii) fomentar a dimensão intermunicipal das iniciativas de investimentos dos municípios, através da definição de projetos intermunicipais, nomeadamente, em torno das questões de relevante interesse para o desenvolvimento de base local/municipal do território do Algarve, (iii) orientar estrategicamente as alocações de recursos de investimento municipal à programação; (iv) enquadrar as funções de coordenação, animação e programação que a estrutura técnica da AMAL poderá assumir no processo.

Com o desenvolvimento do trabalho, foi possível consolidar o papel a exercer pelo PLANO INTERMUNICIPAL ALGARVE 2020:

Constituir o referencial estratégico dos projetos de natureza intermunicipal a promover e coordenar pela própria AMAL;

Enquadrar o processo de contratualização a celebrar entre a AMAL e a CCDR Algarve, no seguimento da experiência acumulada pela AMAL em períodos de programação anteriores, através do qual a AMAL gerirá projetos a submeter pelos municípios ao PO Regional Algarve 2014-2020;

Enquadrar também projetos intermunicipais e municipais a submeter a outras modalidades de cofinanciamento comunitário, designadamente o programa de cooperação Transfronteiriça Espanha-Portugal.

3. DIAGNÓSTICO



3.1. ÂMBITO E ALCANCE DO DIAGNÓSTICO PROSPETIVO

Na apresentação deste plano já foi sublinhado que o diagnóstico estratégico prospetivo que serve de suporte ao PLANO INTERMUNICIPAL ALGARVE 2020 tem uma natureza caracterizada pelos seguintes elementos:

- » Pretende-se que seja estratégico e prospetivo e não monográfico;
- » É complementar do elaborado pela CCDR – Algarve;
- » É elaborado na perspetiva dos municípios e do território;
- » Deve contribuir para fundamentar que as intervenções municipais a submeter ao POR Algarve são necessárias e coerentes de acordo com os seus conteúdos;
- » Deve ainda constituir o suporte para a definição de indica-

dores (*baselines*) intermédios para monitorização e resultados a obter com a programação.

Para responder eficazmente a estes quesitos, elaborámos um diagnóstico que apresenta as seguintes particularidades:

- » Está organizado segundo os quatro níveis temáticos em que a programação nacional está estruturada: a) Capital Humano, b) Competitividade e Internacionalização, c) Sustentabilidade e Uso Eficiente dos Recursos e d) Inclusão Social e Emprego, aos quais se acrescentam duas dimensões analíticas coerentes com o objeto e alcance do PLANO: dinâmicas territoriais e urbanas e estado da arte das finanças municipais;
- » Maximiza o acesso a informação disponível de base local, de modo a produzir um diagnóstico o mais possível territorializado e captando diferenças intra-NUTS II-NUTS III;
- » Organiza as análises em torno de um conjunto diversificado de fichas de caracterização (publicado neste plano no fim

de cada capítulo de diagnóstico), nas quais predomina a linguagem gráfica, segundo um modelo-tipo o mais apelativo possível;

- » Culmina sob a forma de um SWOT de síntese que pretende estruturar os laços entre o diagnóstico prospetivo realizado e o quadro estratégico de intervenção cuja formulação preliminar consta deste plano.

3.2. POPULAÇÃO E CAPITAL HUMANO

Abordaremos esta dimensão do diagnóstico estratégico em dois planos: o demográfico e o das qualificações.

3.2.1. A POPULAÇÃO

De acordo com a **ficha nº 1**, o Algarve emerge da informação estatística disponível como uma região demograficamente dinâmica (o número de municípios que apresenta crescimento natural positivo é superior ao que apresenta valores negativos) e revelando uma significativa capacidade de atração populacional na última década. Só os municípios de Alcoutim e Monchique apresentaram taxas de atração negativas e variações negativas de população residente (Vila do Bispo é o único com atração positiva embora baixa e diminuição da população residente) e destacam-se quatro municípios (Albufeira, Lagos, Loulé e Portimão) com taxas de atração e de variação da população residente superiores à média. Analiticamente foi ainda comprovado que parte dessa capacidade de atração populacional é concretizada por via de população estrangeira. Vários municípios apresentam variações da população residente estrangeira (entre 2001 e 2011) superiores à atração populacional (Vila do Bispo, Castro Marim, Lagoa, Albufeira e Vila Real de S. António).

Esta dinâmica demográfica positiva pode ser considerada ambivalente do ponto de vista dos seus efeitos: por um lado, é fator de dinâmica e, se coadjuvada, por melhoria das qualificações, constitui um fator de impulso potencial dos níveis de capital humano e de produto potencial na economia; por outro lado, tende a pressionar o mercado de trabalho e, se este último revelar performance anémica ou mesmo negativa, tenderá a projetar-se negativamente na dimensão absoluta do desemprego. Nas condições atuais de disfuncionamento do mercado de trabalho,

com a taxa de desemprego a disparar, a dinâmica demográfica tende a pressionar esse mesmo disfuncionamento e a exigir intervenções em conformidade.

A **ficha nº 2** (Juventude e envelhecimento) permite confrontar as considerações anteriores com os pesos nos municípios algarvios dos fenómenos da juventude e do envelhecimento.

Num contexto regional, em que a Região não se afasta significativamente do observado a nível do Continente (regiões ligeiramente menos jovens e também ligeiramente mais velhas), os valores intraregionais constituem inspiração de intervenções necessárias. Assim, só um concelho (Albufeira) apresenta um índice de juventude acima do valor médio do Continente, ao passo que 10 (mais de metade) apresentam índices de envelhecimento superiores ao referencial do Continente. Observa-se uma fortíssima correlação entre a distribuição dos mais elevados indicadores de envelhecimento e o território interior e mais extremo do Algarve. Os concelhos com maior representatividade de território litoral revelam índices de envelhecimento sempre inferiores ao do Continente, com exceção de Tavira e Loulé, estes respetivamente com valores superiores e praticamente similar ao do Continente.

Temos assim, como síntese inspiradora de prioridades de intervenção, que o Algarve é tipicamente uma região em transição demográfica para o envelhecimento, embora no contexto atual com simultaneidade de dois problemas, não necessariamente concentrados nos mesmos territórios: enfrenta, por um lado, a pressão demográfica da juventude sobre o mercado de trabalho, hoje com níveis de disfuncionamento muito salientes; tem de se ocupar, por outro, da incidência localizada do envelhecimento, em territórios forte rarefeitos.

No Algarve, cerca de 62% da sua população com mais de 65 anos de idade vive com pessoas também consideradas idosas, valor ligeiramente superior ao observado no Continente (60,1%). Os concelhos mais interiores e rarefeitos apresentam pesos deste indicador superiores à média regional, com valor máximo em Alcoutim. Mas também concelhos mais litorais apresentam valores superiores à média regional, com relevo para Lagos e Tavira, em torno dos 63%. Do ponto de vista social, é ainda mais relevante anotar o que representa o fenómeno do idoso isolado, ou seja, ocupando só o seu alojamento. O valor também não

é substancialmente diferente do observado no Continente, 20,7 contra 19,8%. Alcoutim é aqui de novo o valor mais elevado com 26%. Os concelhos mais litorais oscilam praticamente todos em torno da média regional. A ficha 6 completa esta análise.

3.2.2. AS QUALIFICAÇÕES

O indicador de qualificações escolares da população ativa em 2011 constitui uma boa aproximação ao *stock* de qualificações (**ficha 3**). A Região não foge ao padrão nacional da ainda contraditória relação entre *stocks* e fluxos: nos últimos anos observa-se uma relevante melhoria das taxas de escolarização secundária e superior, mas essa melhoria não se traduz ainda em indicadores de *stock* suficientemente positivos para melhorar a posição relativa no plano comparativo nacional e internacional. Ainda recentemente em estudo patrocinado pela DG Educação e Cultura¹, o Algarve emerge como a quinta pior região europeia em termos de qualificações (nas 10 piores estão 5 regiões portuguesas incluindo Lisboa), situação medida pelo indicador “Porcentagem de população com mais de 15 anos que tem no máximo educação pré-primária, primária ou secundária inferior”, indicador que tem na Região o valor de 71,7%. Só por padrão comparativo de referência, a região europeia mais qualificada neste indicador é a região de Praga com 10,7% (esclarecedor).

Como veremos mais adiante, este panorama (nacional e algarvio) traduzir-se-á inevitavelmente na presença de significativas franjas de ativos desqualificados entre a população desempregada, complicando o seu retorno ao mercado de trabalho e tendendo a gerar uma situação típica de desqualificação - baixos salários difícil de ultrapassar.

Neste contexto, a escolarização secundária, por via regular ou por vias alternativas, de natureza vocacional e profissionalizante e as consequentes e desejáveis melhorias de qualificações de ativos emergem naturalmente como algo de prioritário, não ignorando, claro está, a necessidade de continuar a aumentar a taxa de participação no ensino superior.

Quanto a esta última, em 2011, apareciam referenciados quatro municípios no indicador PORDATA “Diplomados por alunos matriculados no ensino superior” com os seguintes valores e entre

parêntesis o número de alunos matriculados em 2012:

- » Faro – 17,1 (7.969);
- » Loulé – 35,4 (437);
- » Portimão – 18,7 (1.203);
- » Silves – 35,1 (368).

A **ficha 4** trabalha sobretudo a população matriculada em modalidades de formação secundária, fazendo-o (gráfico 7) através de um indicador calculado pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), que respeita ao desvio de idade face à idade ideal (normal) com que os jovens estão matriculados nas diferentes modalidades. O gráfico compara o observado no ensino regular e no ensino profissional para os concelhos em que existe oferta secundária. No ensino regular, para o ano de 2009/2010, em regra os alunos a frequentarem em idade ideal oscilam entre 50 a 60% dos matriculados, com valor máximo em S. Brás de Alportel e valor mínimo em Silves. Em contrapartida, no ensino profissional, é dominante a percentagem de matriculados que o fazem com 3 ou mais anos da idade ideal, com relevo para Faro em que essa percentagem é de 34%. Isto significa que o papel recuperador da escolaridade que o ensino profissional está a desempenhar é notório, com a contrapartida de se tratar de um domínio de formação extremamente exigente do ponto de vista da integração escolar e social dos jovens envolvidos. Constitui, por essa via, um enorme desafio para as escolas que deixaram de ter apenas ensino regular e passaram a oferecer cursos de ensino profissional.

Em estreita correlação com esta matéria, a **ficha nº 5** situa os municípios algarvios do ponto de vista do abandono escolar, calculando-o segundo os termos do Conselho Nacional de Educação (CNE). A taxa de abandono precoce de educação e formação é definida pelo rácio “População residente com idade entre 18 e 24 anos, com nível de escolaridade completo até ao 3º ciclo do ensino básico que não recebeu nenhum tipo de educação (formal ou não formal) no período de referência/ População residente com idade entre 18 e 24 anos”. O CNE calcula também uma taxa similar para o abandono do ensino básico.

Face ao exposto acima, é sobretudo o comportamento da primeira que a **ficha nº 5** analisa.

¹ Ver NESSE (Network of Experts), MIND THE GAP – Education inequality across EU regions, Brussels 2012

Apresentando o Algarve uma situação ligeiramente mais desfavorável do que o Continente, dos municípios algarvios que concentram mais população e atividade só Faro apresenta valores significativamente mais baixos do que os valores regionais e do Continente, situação que só é secundada por alguns municípios de menor dimensão populacional e económica, como Alcoutim, Monchique e São Brás de Alportel, com Castro Marim a representar neste grupo uma exceção. Olhão e Silves apresentam neste indicador os valores mais penalizadores.

O indicador de abandono do ensino básico inverte as conclusões anteriores, emergindo por ordem decrescente de penalização os concelhos de V. R. Santo António, Monchique, Faro e Lagoa como os casos em que a taxa é superior à média da Região.

Temos neste indicador informação relevante para a territorialização do combate ao abandono escolar precoce.

3.2.3. CULTURA E CAPITAL HUMANO

A abordagem à relação entre cultura e capital humano suscita duas linhas de análise no sentido da formulação de propostas estratégicas para o futuro. Por um lado, o papel que o capital cultural pode assumir no quadro do desenvolvimento do capital humano e particularmente, enquanto contexto favorável ao desenvolvimento de competências não formais e à construção de identidades, bem como, à melhoria da qualidade de vida das pessoas. Por outro lado, no que se refere à qualificação e desenvolvimento de competências nos profissionais do setor cultural e artístico, tendo em vista o reforço da qualidade da oferta de atividades ao nível do mercado público e privado.

Relativamente à primeira componente desta abordagem, a evolução recente das políticas culturais municipais tem reforçado as condições de uma oferta cultural e artística, qualificada e diversa, essencial no contexto da formação de capital humano. As estruturas culturais e artísticas assumem-se obrigatoriamente como espaço de complementaridade à escola e às estruturas formais de educação e formação, na medida em que permitem fornecer abordagens alargadas sobre o pensamento e as expressões artísticas contemporâneas e sobre a herança cultural e identitária e tornam possível, simultaneamente, a exploração de espaços e de contextos em matéria de diversidade cultural e de diálogo intercultural.

O acesso de todos os cidadãos a dinâmicas diversas no campo da criação artística e da expressão cultural constitui um fator essencial da qualificação das pessoas e da sua capacitação individual, seja em termos de competências profissionais, seja em termos da participação pessoal no processo de desenvolvimento local e regional e de cidadania. A garantia dessa acessibilidade à cultura nos diversos segmentos da população exige políticas e estratégias locais de promoção e de qualificação das práticas artísticas e culturais da população.

A capacidade de alargar a gama de atividades oferecidas pelas estruturas e os agentes culturais e artísticos no sentido de abranger os diversos segmentos – etários, sociais e culturais, da população, implica um investimento na qualificação dos profissionais associados a essas estruturas e na cooperação entre agentes artísticos e culturais e outros agentes intervenientes no domínio da educação, da formação ao longo da vida e da inserção social. O trabalho em rede e a concertação de estratégias e programas entre estes diversos atores mantêm-se em geral bastante débil. O uso dos recursos e ativos culturais como “ferramentas” de formação, pessoal e social, mantêm-se de certa forma subalternizado face a práticas de vertente predominantemente recreativa e lúdica. A oferta cultural de iniciativa pública na região privilegia frequentemente estratégias de promoção e de atratividade turística, as quais, embora essenciais como base de competitividade regional, não podem esgotar o objeto da política cultural.

No que se refere à segunda componente enunciada, os desafios que se colocam ao cumprimento da missão dos municípios em matéria cultural, num quadro de constrangimentos a que estes se veem obrigadas, acentuam a necessidade de formação de equipas técnicas de gestão dos equipamentos altamente qualificadas e polyvalentes e de um efetivo trabalho em rede gerador de partilha ao nível dos recursos técnicos, da programação, da comunicação. A criação dos equipamentos culturais na região do Algarve decorre fundamentalmente da iniciativa municipal, e é graças a ela que o panorama da provisão de serviços culturais às populações se alterou radicalmente nas últimas décadas.

A situação atual na maioria dos concelhos da região reflete carências ao nível de recursos humanos e das competências específicas e adequadas às exigências que as estruturas municipais culturais e artísticas colocam. Existem algumas experiências

interessantes na região mas ainda com caráter pontual - por exemplo, nos museus partilham-se competências de restauro, contribuindo um museu com o trabalho técnico e o outro com os materiais utilizados, ou nos cineteatros em que se partilham equipas de sonoplastia e luminotecnia.

No caso específico do turismo cultural verifica-se um imperativo de qualificação dos técnicos das autarquias locais e de outras entidades gestoras do património, com vista ao desenvolvimento da capacidade de definir e executar planos de valorização e articulação de elementos patrimoniais passíveis de integrarem produtos turísticos sugestivos e vendáveis. É evidente a necessidade de criação de uma nova geração de operadores de turismo cultural disponíveis para a exploração de opções diferentes das tradicionais, apostando em novos produtos turísticos trabalhados a partir de recursos culturais e permitindo-lhes atingir novos segmentos de mercado mais qualificados e exigentes e,

consequentemente, dispostos a afetar mais recursos às suas férias ou estadias.

3.3 COMPETITIVIDADE E INTERNACIONALIZAÇÃO

3.3.1. SOBRE O MODELO PRODUTIVO DA REGIÃO

A evolução do produto per *capita* da Região e a consequente saída do regime de política regional das regiões da coesão e agora menos desenvolvidas é fator de controvérsia pois inúmeros testemunhos regionais referem que a evolução de tal variável oculta as assimetrias no território, considerando tais testemunhos que parte da região algarvia continua a ser uma “região menos desenvolvida”.

Da entrevista à InLoco:

Uma região a duas velocidades...

A região tem evidenciado uma incapacidade negocial ao não conseguir apresentar argumentos para reivindicar a manutenção da Região como Objetivo 1. A região que apresenta indicadores superiores a 75% do PIB per *capita* da EU corresponde apenas a 1/3 da região (a sul da A22). Não é compreensível que a Andaluzia seja Obj.1 e o Algarve não.

Um erro estratégico...

A focagem excessiva na atividade turística, com todas as outras atividades a serem pensadas em função, ou subsidiárias dessa:

i) esta excessiva dependência torna a região duplamente vulnerável, já que para a manutenção dos níveis de oferta e de procura, o Algarve está fortemente dependente do exterior;

ii) a procura de novos residentes do norte da Europa que se instalam na região à procura do clima ameno do Algarve nos meses de Inverno, gerou uma especulação imobiliária que dificulta muito a fixação de jovens no interior da região;

iii) não corresponde à verdade a imagem difundida/preconizada de um turismo que, com o seu desenvolvimento, arrastará as outras atividades. Por exemplo, as unidades hoteleiras acabam por não consumir produtos da região. Neste capítulo há que apoiar iniciativas de criação de circuitos curtos de produção/consumo que apoiem a colocação de produtos de agricultura local na restauração, hotelaria, cantinas escolares, estabelecimentos de saúde.

Não é questão isolada na União Europeia e outras regiões padecem do “efeito média”. A estratégia regional terá de integrar esta questão, apoiando os esforços de consolidação da competitividade nos territórios mais dinâmicos, mas não ignorando a necessidade de fazer despertar a base produtiva noutros

territórios, alargando a base territorial para a competitividade. Estudámos comparativamente o comportamento dinâmico do produto *per capita* no Continente e no Algarve para o período 2000-2010, fazendo-o para os dois períodos 2000-2007 (antes da crise) e 2008-2010 (depois da crise).

Taxa de variação do PIB _{pc}	~	Taxa de variação da Produtividade	+	Taxa de variação da Taxa de Emprego	+	Taxa de variação da Taxa de Atividade
---------------------------------------	---	-----------------------------------	---	-------------------------------------	---	---------------------------------------

A taxa de variação de PIB_{pc} considerada foi a taxa de crescimento global, podendo, alternativamente, aplicarmos o método à

taxa média anual de crescimento (o que não foi feito).

Regiões	Taxa de variação do PIB	Taxa variação da Produtividade	Taxa de variação da Taxa de emprego (1)	Taxa de variação da Taxa de Atividade	Valor explicado pelo modelo
2000-2007					
Continente	26,62	27,41	- 0,23	- 0,72	26,46
Algarve	30,36	28,81	1,30	- 0,70	29,41
2008-2010					
Continente	0,52	5,66	-4,17	-0,44	1,05
Algarve	- 5,58	0,83	-5,44	- 1,02	-5, 63

O comportamento dinâmico do PIB_{pc} algarvio é muito similar ao do Continente antes da crise, com larga influência do efeito produtividade, embora com um efeito taxa de emprego mais relevante. Depois da crise, o comportamento assimétrico (positivo baixo no Continente e negativo no Algarve) dificulta a comparação, destacando-se mesmo assim um efeito produtividade mais acentuado no Continente.

Os efeitos da crise de 2008 e da subsequente crise das dívidas soberanas e resgate financeiro da economia portuguesa na Região trouxeram de novo para o centro da discussão as grandes linhas do modelo produtivo algarvio.

A literatura económica costuma estabelecer algumas aproximações entre os modelos de desenvolvimento económico e territorial baseados na exploração de processos de mono-especialização em recursos naturais (extrativos, por exemplo), conhecidos pelos modelos da “*Dutch Disease*” e os que se baseiam no binómio turismo-imobiliário. Existem certamente diferenças, embora em alguns casos o turismo represente uma forma indireta de valorização de recursos naturais. As aproximações estabelecidas entre os dois modelos assentam sobretudo no reconhecimento dos riscos de desindustrialização precoce, de obstáculos à diversificação produtiva e de tendência de aumento dos preços

relativos dos serviços em grau superior ao observado em outros modelos caracterizados por especialização produtiva mais diversificada.

Nestes processos estruturais, o que tende a variar em função das situações concretas são os mecanismos através dos quais os efeitos perversos dos modelos se concretizam. Nuns casos são os salários mais elevados do setor sujeito a um *boom* de exportação, noutros casos é a subida do preço relativo dos não transacionáveis e da sua rendibilidade, noutros casos ainda o preço do solo. No caso algarvio, o *boom* turístico e imobiliário associado tendeu a deslocar recursos de capital e de mão-de-obra, contribuindo por essa via para uma desindustrialização precoce da Região ou, pelo menos, para a criação de mais difíceis condições de emergência de atividades alternativas. Tendeu ainda a determinar preços de solo urbanizado que não estão ao alcance de atividades emergentes com rendibilidades potenciais de capital bem mais modestas do que as alcançadas em plena expansão turístico imobiliária.

Nas condições atuais e conhecidas as perspetivas anunciadas para a economia portuguesa, o modelo turístico-imobiliário tenderá a quedar-se pelo primeiro dos elementos do binómio. Parece, pois, ser altura para, aproveitando a recomposição do núcleo

base responsável pelo crescimento da economia algarvia, se apostar numa mais intensa articulação do setor turístico com outros setores a recuperar ou a emergir. Tradicionalmente, a forma de romper com os efeitos perversos de um modelo de mono-especialização a partir do turismo aponta para soluções do tipo:

- » Intensificar a incorporação de valor e conhecimento no próprio foco de especialização turística, potenciando correntes de procura mais exigentes e de mais elevado poder de compra, diversificando a oferta de produtos aproximando-os mais de uma paleta mais alargada de recursos do território e procurando internalizar na Região serviços de suporte (gestão, marketing, animação, sistemas de informação de suporte, eficiência energética, por exemplo);
- » Potenciar os exemplos mais promissores de atividades emergentes em função do seu potencial de competitividade internacional;
- » Organizar e acordar com os operadores turísticos e hoteleiros da Região processos de melhor e mais fluido abastecimento a partir da economia regional.

Com o setor imobiliário em baixa, alguns dos obstáculos à diversificação produtiva regional tenderão a ser menos intensos. Haverá ainda que cuidar que o processo de conservação e renovação de infraestruturas turísticas possa garantir um nível mínimo de atividades de construção e engenharia, condição essencial para garantir que alguma capacidade produtiva na área da construção possa ser mantida, apesar da forte desaceleração que as atividades centradas no mercado interno experimentaram.

A análise da estrutura produtiva regional e por município por grau de intensidade tecnológica e de conhecimento (através da estrutura setorial dos trabalhadores por conta de outrem) (ficha 7) oferece o panorama esperado. A economia algarvia é dominada pelo peso dos Serviços Menos Intensivos em Conhecimento (SMIC), 68%, mas em alguns concelhos essa percentagem é superior a 70%: Albufeira (86%), Lagoa (74%), Lagos e Vila do Bispo (73%), Lagos (72%) e Castro Marim (71%). Não sem surpresa, o conjunto do alojamento, restauração e similares, atividades imobiliárias, atividades de aluguer e agências de viagens tem um peso de quase 50% nos SMIC e, em alguns concelhos, essas percentagens ascendem a valores em torno dos 60%: Castro

Marim (66%), Vila do Bispo (68%), Lagoa (64%) e Albufeira (62%). Mesmo as Indústrias Intensivas em Baixa Tecnologia (IIBT) têm na economia da Região uma expressão residual (3%), mesmo inferior à do setor primário. Só nos concelhos de Alcoutim (19%), S. Brás de Alportel (12%) e Olhão (9%) as IIBT aparecem com expressão não residual.

Não espanta, por isso, que a estrutura produtiva regional apresente uma indústria transformadora muito débil e centrada em setores intensivos em recursos naturais (SIRN) e em mão-de-obra (SIMO), representando em conjunto 87% da IT. Olhão, Portimão, S. Brás de Alportel, Silves, Tavira e Vila do Bispo apresentam pelo contrário valores entre 90 a 100% da IT.

Também sem surpresa e não tendo em conta as receitas líquidas face ao exterior que a atividade turística representa, o Algarve não tem expressão nas exportações nacionais, representando 0,35% das mesmas. Os concelhos de Olhão e Portimão respondem por quase metade (48%) dessa residual capacidade exportadora, sobretudo em termos de comércio intracomunitário no plano global e com Portimão a representar a principal exceção pois aí o peso maior é do comércio extracomunitário.

As **fichas nº 7 e 8** procuram graficamente dar conta destes dois critérios de medida da especialização produtiva da Região.

3.3.2. A ECONOMIA DO MAR E AS PERSPETIVAS DE DIVERSIFICAÇÃO DA BASE PRODUTIVA REGIONAL

Traduzindo a importância económica da sua extensa linha de costa marítima, bem como a sua localização favorável ao desenvolvimento de atividades ligadas ao mar, a região do Algarve apresenta, no quadro nacional, quantitativos bastantes expressivos em vários setores integrantes da economia do mar, o que revela a importância do mar como fonte de criação de riqueza e de potencial de desenvolvimento e de competitividade económica regional.

Para além da atividade turística, com uma ligação tradicionalmente forte ao produto sol-praia, e que tem marcado a especialização produtiva regional, destacam-se ainda no Algarve setores como a pesca, a náutica de recreio e a aquicultura, apresentando este último setor dinâmicas empresariais muito relevantes na última década.

Da entrevista à DR Agricultura e Pescas:

Quanto às transformações mais relevantes ocorridas no setor das Pescas no Algarve na última década...

É possível sinalizar um conjunto de dinâmicas empresariais, recentes, que podem significar a manifestação de tendências emergentes no setor das pescas e que merecem um adequado acompanhamento por partes das entidades públicas:

- um assinalável investimento na aquicultura, constituindo esta atividade a principal beneficiária no financiamento ao setor da pesca na região, nomeadamente, por parte do PROMAR;
- a realização de investimentos significativos na transformação e na comercialização dos produtos da pesca, nomeadamente, por parte de promotores com uma forte atividade exportadora;
- a realização de investimentos também significativos na qualificação da frota local (embarcações),

O Algarve regista, com efeito, um volume bastante expressivo de produção de **aquicultura** correspondendo-lhe uma parcela de 35,6% do total da produção nacional (2011). Com condições naturais interessantes para o desenvolvimento da aquicultura, o Algarve tem assistido, até há relativamente pouco tempo, ao desenvolvimento desta atividade em tanques de terra fruto da reconversão de antigas salinas e beneficiando dos sistemas lagunares, com destaque para a Ria Formosa. Ainda que com ligeiras oscilações, o Algarve manteve na última década níveis de produção média anual em torno das 3.500 toneladas, registando um pico de 4.330 toneladas em 2008, ano em que o Algarve atingiu perto de 60% da produção aquícola nacional. O setor da aquicultura tem evidenciado, nos últimos anos, dinâmicas de investimento na região muito significativas, nomeadamente, no âmbito dos projetos apoiados pelo PROMAR. No âmbito deste programa o setor da aquicultura absorveu cerca de 50% do total do investimento apoiado no Algarve. Do ponto de vista espacial é o município de Olhão aquele que tem acolhido os maiores investimentos e o maior número de iniciativas empresariais realizadas neste setor (dos 35 projetos apoiados, 25 localizam-se em Olhão). Particular destaque, pela sua dimensão e impacte a nível local, merece o projeto em desenvolvimento, em mar aber-

revelando, assim, condições de manutenção e desenvolvimento da própria atividade na região.

Como podem as políticas públicas apoiar a consolidação destas tendências?

Dada a relevância deste setor no quadro global da economia regional mas também ao nível das comunidades locais, as dinâmicas assinaladas devem merecer um adequado apoio por parte das políticas públicas:

por parte dos municípios, as atividades integrantes da designada economia do mar deveriam merecer uma maior importância nas iniciativas de apoio à economia local, devem também ser asseguradas iniciativas de modernização (e construção de novas) infra-estruturas de apoio às atividades da pesca (infra-estruturas portuárias, modernização das lotas, áreas de acolhimento de empresas de transformação e comercialização),

to, da área piloto de produção aquícola da Armona, lançado em 2008 ([ver ficha nº12](#)).

Também na **produção de sal** os dados mais recentes evidenciam a crescente concentração na região da atividade deste setor desenvolvida em território nacional. O Algarve, região com uma tradição milenar nesta produção, reúne, com efeito, no contexto nacional, as melhores características naturais (solo, matéria prima e clima) para o desenvolvimento da produção do sal marinho. A Ria Formosa e o Sapal de Castro Marim, onde se localizam o maior número destas explorações, pelas condições naturais de excelência que apresentam, constituem espaços de produção de sal de reconhecida qualidade. Em 2012 a produção de sal na região totalizou 96,5% da produção nacional. Este setor tem registado elevadíssimas taxas de crescimento da produção, nomeadamente, nos dois últimos anos com informação disponível (face ao volume de produção obtido em 2010, a produção extraída em 2012 mais que duplica, passando das 40 mil toneladas para as 87 mil toneladas). Sublinhe-se ainda que este crescimento da produção foi acompanhado de um enorme aumento da produtividade das explorações: de facto o crescimento da produção foi conseguido mantendo a mesma área de produção utilizada. Estes dados denunciam, assim, uma forte

redinamização desta atividade na região, acompanhada de uma intensificação dos modelos de exploração.

Na **pesca**, a região do Algarve apresenta também uma importante expressão a nível nacional, ainda que marcada, nos últimos 15 anos, por uma evolução decrescente do seu contributo (absoluto e relativo) para os totais nacionais. Com 22% do número de pescadores registados a nível nacional, em 2012, o Algarve contribui com cerca de 18% do pescado capturado nos portos nacionais. As estatísticas da pesca na região relativas ao último ano disponível (2012), revelam, assim, uma quebra no contributo do Algarve para a produção nacional de aproximadamente 10 pontos percentuais face ao máximo atingido em 2000 (28,6%). Também em termos de volume é relevante a quebra registada pela região na última década e meia: de um máximo verificado em 1996, com 42 toneladas de pescado capturado, o Algarve passa, em 2012, para um total de capturas de 23,5 toneladas. Também neste setor da pesca se destaca a posição do município de Olhão como o principal ponto de registo de capturas de pescado, totalizando mais de 60% do volume capturado na região. O porto de pesca de Olhão é, com efeito, em termos de volume, o quinto mais importante porto de pesca nacional (depois de Matosinhos, Sesimbra, Peniche e Figueira da Foz) recolhendo 11 % do total do Continente. Também o porto de Portimão se destaca pela sua importância em termos nacionais (oitavo porto de pesca nacional) e regionais (segundo porto de pesca regional). Portimão sofreu, contudo, na última década e meia, uma relevante redução da atividade piscatória: as capturas registadas neste porto em 2012 representam apenas a 22% do volume de capturas registadas em 1996. Portimão mantém-se, mesmo assim, como o segundo porto regional mas com níveis de captura mais próximos dos níveis dos portos regionais de menor dimensão (Lagos, Vila Real de Santo António e Tavira).

Do ponto de vista das dinâmicas recentes de investimento, os dados disponíveis apontam para a manutenção da capacidade de pesca regional (os programas de apoio ao investimento não permitem o aumento de esforço de pesca). Por outro lado, podem ser sinalizadas duas linhas de desenvolvimento que merecem um particular acompanhamento: uma primeira linha respeita à diversificação da atividade piscatória através da conversão de embarcações de pesca em embarcações de suporte a atividades de turismo náutico; uma segunda linha diz respeito a

investimentos significativos em atividades de transformação e de comercialização de pescado. Esta última linha de desenvolvimento, a manter-se e consolidar-se, pode constituir uma muito boa notícia para a economia da região, pela reemergência de um setor que já constituiu um pilar fundamental da economia regional e pelo efeito potencialmente positivo na diversificação da base económica regional e da sua internacionalização (ver [ficha nº 13](#))

Também na **náutica de recreio** o Algarve apresenta resultados que testemunham a posição destacada da região no contexto nacional neste setor. Ainda que as estatísticas sobre este setor ofereçam uma leitura relativamente limitada sobre a respetiva realidade económica a nível nacional e regional, os dados disponíveis permitem sublinhar a relevância da região nesta atividade. Assim, numa análise na base de regiões NUT II, o Algarve surge como a região que maior número de amarrações tem disponíveis em termos nacionais: 43% das amarrações em portos de recreio e em marinas estão localizados no Algarve com uma taxa de ocupação global que o documento da Agenda Regional para o Mar classifica como “elevada”. Dos 16 municípios algarvios, nove têm infra-estruturas de náutica de recreio registadas na base do IPTM. A posição cimeira é ocupada pela marina de Vila Moura (Loulé) que com 950 lugares totaliza 25% da capacidade regional de amarrações de náutica de recreio (11% da capacidade nacional). Segue o porto de Portimão, com 620 lugares, correspondentes a 16% das amarrações das infra-estruturas regionais (7% as nacionais). Como infra-estruturas de dimensão intermédia registam-se as infra-estruturas de Albufeira, Faro e Lagos, com um número de lugares em torno dos 480 lugares (ver [ficha nº 14](#)).

Contrariamente à situação observada nas atividades marítimas até agora referenciadas, o Algarve apresenta nos **movimentos portuários comerciais** (mercadorias e de passageiros) uma muito fraca relevância no contexto nacional. Com efeito, são nulos os registos de passageiros (de longo curso), assim como também são nulos os registos de movimentos de cargas contentorizadas nos portos regionais. Por seu lado, os movimentos de cargas e descargas de mercadorias nos portos de Portimão e de Faro não atingem 0,5% dos movimentos nacionais (ver [ficha nº 14, gráfico nº 30](#)).

3.3.3. O TURISMO

Tal como foi referido no ponto global introdutório sobre o modelo produtivo algarvio, o que marca a evolução recente do setor na Região não é tanto o impacto da crise internacional e da crise das dívidas soberanas (esta com impacto sobretudo na procura nacional e espanhola da Região), mas sobretudo o impacto conjugado desta última com a queda do outro elemento do binómio (a construção – imobiliário) com o qual o turismo exercia a sua influência na economia regional.

As perspetivas conhecidas sobre a necessariamente lenta e difícil recuperação da dimensão construção – imobiliário nos próximos tempos fazem antever que a recuperação da atividade turística terá de ser concretizada num outro quadro que não a da interação com a dimensão anteriormente referida. Esse outro quadro terá de ser necessariamente concretizado noutras direções, por exemplo as que apontam para a qualificação da procura (focando-a), a diversificação do produto turístico da Região e sobretudo uma relação mais alargada, seja com o território envolvendo outros territórios na organização da oferta, seja procurando outras articulações com recursos específicos da Região (cultura, por exemplo).

Em julho de 2013, pela pena de um jornalista bastante conceituado nas áreas do turismo, Seth Sherwood, o *New York Times* dedicou ao Algarve uma importante reportagem que não pôde deixar de ter impacto na opinião pública. A reportagem chamava-se “*The Other Algarve*”² e contribuía, à sua maneira, para precisamente

2 <http://www.nytimes.com/2013/07/21/travel/the-other-algarve.html?adxnnl=1&adxnnlx=1382019239-MGfeQGI6TilAks2MN6vPyA>

evidenciar as margens de progresso de diversificação de produtos e ambientes turísticos que os recursos e as atmosferas da Região podem veicular. Praticamente em simultâneo, a estada de alguns dias do primeiro-ministro britânico, David Cameron, veio também contribuir para descobrir esse outro Algarve de que falava Sherwood na reportagem do *New York Times*. Em junho de 2014, o mesmo jornal, então pela pena de Ralph Blumenthal, insistia no mesmo tema, “*Algarve: not just a sunny place*”³ Estamos em presença de um recurso que não é relevante apenas como recurso regional. Ele representa um ativo na perspetiva da capacidade nacional de atração turística e deve por isso ser tratado nessa perspetiva de um recurso que gera rendimentos líquidos face ao exterior, contribuindo dessa maneira para o financiamento externo da economia portuguesa. Esta opção tem consequências, por exemplo, nas decisões políticas de dotar a Região de um novo hospital central ou na necessidade imperiosa de atacar situações de vulnerabilidade face a riscos naturais, como por exemplo erosão costeira e de arribas ou mesmo os riscos de *tsunamis* na sequência de perturbações sísmicas. O Algarve é uma região muito visível na imprensa internacional, o que tanto pode ser considerado positivo ou negativo. Ela potencia a visualização do que a Região tem de bom, mas também ajuda a propagar vulnerabilidades ou aspetos que funcionem menos bem.

As **fichas nº 9 e 10** procuram evidenciar como é que a relevância global do setor na Região se territorializa entre os seus municípios.

3 <http://www.nytimes.com/1983/06/05/travel/the-algarve-not-just-a-sunny-place.html>

Da entrevista à Entidade Regional de Turismo do Algarve:

Uma melhoria estrutural nas condições de suporte ao desenvolvimento de um turismo de qualidade:

O investimento público, nacional e local, foi determinante na qualificação profunda, que se registou na última década, nas condições de desenvolvimento da atividade turística na região:

os investimentos nas redes de abastecimento e tratamento de água, nas redes de recolha e tratamento de resíduos urbanos, nas acessibilidades e na higiene pública, foram decisivos na qualificação da região como região turística. Como resultado, é particularmente expressiva a quantidade praias, na região, com Bandeira Azul. Paralelamente tem-se assistido, também, à qualificação da oferta hoteleira, à melhoria da gestão e da formação profissional.

E quanto ao futuro, quais podiam ser as postas visando a promoção do turismo regional, nomeadamente, por parte dos municípios?

Prosseguir os esforços de requalificação do território: reabilitação dos centros urbanos, qualificação do espaço público, melhoria da circulação pedonal nos centros urbanos, valorização do património e sua dinamização no âmbito da promoção turística regional;

Melhorar a rede regional de transportes públicos (interfaces multimodais, reabilitar o serviço regional de transporte ferroviário);

Apoiar o desenvolvimento das atividades integrantes da economia do mar: pesca (qualificação das infraestruturas portuárias), náutica de recreio, vela, mergulho, turismo de cruzeiros (Porto de Portimão);

Prosseguir os esforços de qualificação das frentes de mar.

3.3.4. CULTURA E PATRIMÓNIO

As recentes reflexões políticas e estratégicas sobre o papel da cultura e da criatividade nos processos de desenvolvimento regional e local, remetem-nos para uma abordagem sobre a importância dos ativos e recursos artísticos e culturais da região do Algarve no reforço da competitividade económica da região e, particularmente, do seu setor de atividade turística.

No atual Quadro de Programação pode entender-se que se concluiu, em termos globais, a rede de equipamentos culturais. Apenas um município não tem ainda biblioteca pública, que até poderá evoluir para um equipamento multifunções.

Uma oferta cultural sustentada, como a que garante uma rede de teatro e cineteatros é qualificante ao nível das competências artísticas dos agentes culturais de natureza local e regional e das competências técnicas, designadamente, ao nível dos serviços especializados de fornecimento e manutenção de equipamentos sofisticados. Para além disso, acrescenta distinção a um destino turístico que compete ao nível global, e que não se limita a oferecer o que as condições naturais proporcionam, mas que acrescentam argumentos para um lazer ativo e de qualidade apoiado numa oferta cultural rica e variada. É interessante constatar uma procura crescente de estrangeiros a residir num regime de turismo residencial que procuram espetáculos da orquestra do Algarve (agora Orquestra do Sul), bem como exposições de artes plásticas.

O legado cultural é um ativo valioso para as sociedades e tem

a capacidade de vincular o passado com o presente e constituir um lastro para o futuro relacionando as diferentes gerações. Ele pode constituir simultaneamente um fator de diferenciação para diversas atividades, noutros setores da economia – serviços turísticos, fabrico de produtos regionais, serviços de comunicação, etc., que sejam capazes de inscrever dentro dos seus produtos e serviços determinadas dimensões simbólicas relacionadas com o património local e regional e que favorecem uma posição mais competitiva no mercado global.

Os processos de reabilitação e reinvenção dos usos dos patrimónios simbólicos das comunidades, sejam estes edificados ou imateriais, podem para além disso constituir um dos elementos-chave da estratégia de marketing territorial e de reforço da sua imagem competitiva.

O turismo algarvio enfrenta atualmente desafios de qualificação do destino que se baseou nas últimas décadas numa oferta excessivamente centrada no produto sol e praia. A cultura pode ser um dos eixos estratégicos do turismo, mas um produto de turismo cultural requer parcerias efetivas entre o mundo da cultura e o do negócio do turismo.

Verifica-se, por exemplo, a necessidade de introduzir na gestão do património de natureza cultural ou natural a noção de serviço ao consumidor – orientado para o público através da interatividade, da comunicação e da adaptação do conteúdo informativo às expectativas, interesses e necessidades do público-alvo.

A Direção Regional de Cultura do Algarve tem vindo a desen-

volver um projeto de valorização turística do património em parceria com o Turismo do Algarve e com o apoio do Turismo de Portugal. Estas entidades elegeram dois atributos patrimoniais marcantes da identidade regional que é forjada na relação com outros povos e culturas: o património de matriz islâmica e o património dos Descobrimentos. Além de constituir uma boa prática de articulação entre a cultura e o turismo, este é também um projeto de internacionalização ambicioso, já que se propõe: i) a requalificação e valorização do promontório de Sagres com vista a fazer reverter a degradação e a valorizar o capital simbólico para Portugal e Europa que o sítio encerra; ii) um projeto de cooperação transfronteiriça 'Descubriter' com uma fundação sediada em Sevilha e com os municípios de Vila do Bispo e Lagos, visando a criação de uma Rota Europeia dos Descobrimentos a partir da herança cultural da Andaluzia e do Algarve, berço da expansão marítima ibérica; iii) o projeto de cooperação transfronteiriça Rota de Al-Mutamid em parceria com a Fundação Legado Andalusi (Granada) e com os municípios de Tavira e Silves e Associação de Defesa do Património de Aljezur, com vista a consolidar uma rota do Al-Andaluz, a integrar um itinerário cultural do Conselho da Europa; iv) o projeto circum-mediterrânico em torno do legado dos Omíadas, que governaram o califado de Córdova até ao séc. X, e que é hoje apontado como uma marca de convivência entre povos e culturas, património comum da Europa do sul, do Próximo Oriente e da África Setentrional.

A região do Algarve embora apresentando ainda níveis de emprego no setor cultural e criativo relativamente mais baixos do que outras zonas do país, detém um potencial de atração e fixação de atividades dentro do setor. As apostas na inovação que o desenvolvimento futuro de um turismo de excelência exige, enquanto setor económico dominante da economia algarvia, configuram um alargado conjunto de oportunidades para a criação e localização de atividades criativas, seja no domínio da comunicação – setor dos *media*, do design, nas suas várias vertentes (mobiliário, interiores, espaço público, etc.) e da arquitetura, da criação artística, etc.

Para além disso, o potencial que o mercado final assume na região em virtude da sua forte internacionalização (presença de segmentos diversos de turistas estrangeiros com perfis sociais e culturais muito diferentes) é igualmente um fator muito favorável ao crescimento de tais atividades, já que estas oferecem possibilidades acrescidas de diferenciação de produtos e ser-

viços que respondam às exigências de um mercado crescentemente segmentado.

Concluindo, a promoção de um setor cultural e criativo mais estruturado e com maior capacidade de interligação com outros setores económicos regionais, não só o turismo, mas também diferentes ramos de atividade ligados ao mar ou à agricultura, torna-se um desafio a partilhar pelos municípios da região.

3.4. SUSTENTABILIDADE E USO EFICIENTE DE RECURSOS

3.4.1. INDICADORES BÁSICOS

De acordo com os indicadores estatísticos, o Algarve na última década investiu no abastecimento de água e na recolha e tratamento das águas residuais apresentando, atualmente, níveis de cobertura próximo dos 100% ([ficha nº 15](#)). Relativamente ao consumo de água por setor os dados estatísticos não permitem perceber o impacto das várias atividades no consumo de água uma vez que não existem dados desagregados por atividade em todos os municípios.

As origens de água para abastecimento de água concentram-se principalmente em 4 concelhos algarvios, com especial incidência em Castro Marim e Silves, a partir de captações em albufeiras. A água captada é tratada, sobretudo, em ETA garantindo um bom controlo da qualidade da água distribuída.

Em relação aos resíduos sólidos urbanos verifica-se que o tipo de destino e a taxa de reciclagem é bastante inferior à média nacional, verificando-se que a percentagem de resíduos depositados em aterro é superior à média nacional. Já a percentagem destinada à valorização orgânica é próxima dos valores nacionais. A massa de resíduos urbanos por habitante é muito variável, atingindo valores mais elevados nos concelhos de Albufeira e Vila do Bispo e os valores mais baixos em Alcoutim e Monchique. Em geral os concelhos mais litorais possuem maiores volumes de resíduos recolhidos que os concelhos mais interiores (veja-se [ficha nº 16](#)).

Já no que diz respeito ao tipo de recolha de resíduos, salienta-se que a recolha seletiva possui valores mais elevados no Algar-

ve face à média nacional, registando valores mais elevados nos concelhos mais turísticos como Albufeira, Portimão e Olhão e menores em concelhos interiores como Monchique e Alcoutim.

Da análise da [ficha nº 17](#), verifica-se que o consumo de eletricidade por uso reflete o elevado peso do consumo doméstico nos concelhos mais interiores face aos outros tipos de consumo.

Comparando os dados nacionais com os regionais destaca-se:

- » O baixo nível de consumo industrial no Algarve (cerca de 10% face a 36% de média nacional), com a exceção de Castro Marim cujos valores encontram-se na média nacional;
- » O consumo agrícola da região é superior à média nacional, destacando-se o concelho de Silves (12%) com um valor quase 4 vezes superior à média da região;
- » Os gastos com iluminação pública na região são dispares, destacam-se os concelhos de Alcoutim e Monchique cujos consumos correspondem a mais de 15% dos gastos totais.

No que respeita aos gastos com iluminação pública importa, ainda, destacar o elevado peso do consumo não doméstico nos concelhos mais urbanos e litorais, onde se incluem todas as atividades económicas, nomeadamente as turísticas.

O consumo de combustível por habitante é ligeiramente superior na região face à média nacional, mas divide-se em duas realidades distintas: os concelhos mais interiores, que possuem consumos bastante baixos e os concelhos mais litorais, que apresentam consumos mais elevados admitindo-se que a incidência do setor turístico nesta faixa justifique esta diferença, conforme se referiu anteriormente.

Relativamente ao consumo de combustível verifica-se que a região apresenta valores ligeiramente mais elevados que o País embora o consumo por habitante apresente, também, variações conforme a sua proximidade ao litoral e, sobretudo, aos principais itinerários rodoviários e grandes centros urbanos e turísticos.

A Região é predominantemente rural, verificando-se que o solo classificado como urbano se localiza, sobretudo, junto ao litoral. A dimensão e a configuração dos municípios na Região são muito díspares pelo que a representatividade do solo urbano nos territórios municipais é diversa.

Da análise da [ficha nº 18](#) constata-se a elevada percentagem de solo rural face ao solo urbano, já referida. Lagoa, Vila Real de Santo António e Albufeira são os municípios que apresentam maior expressão territorial de solo urbano (18,5, 14,1 e 14% respetivamente) mas, também, são os concelhos com menores dimensões do Algarve. Quanto às áreas classificadas como urbanas, os concelhos de Loulé, Faro e Portimão destacam-se dos restantes, em especial Loulé que possui o triplo de área urbana que o segundo concelho com maior área. A existência de duas cidades – Loulé e Quarteira neste concelho justifica este valor elevado.

Por outro lado, os concelhos de Monchique e Alcoutim possuem mais de 99% do seu território classificado como rural, e 8 dos 16 concelhos algarvios possuem mais de 95% do seu concelho como solo rural.

Em termos de dinâmica de elaboração de PMOT importa assinalar o elevado número de PMOT em elaboração (71) face aos PMOT em vigor (106). Faro destaca-se ao nível dos PMOT em elaboração enquanto Loulé e Tavira destacam-se no número de planos em vigor.

Segundo os dados da CCDR Algarve, é possível identificar dois períodos de maior atividade de planeamento: (i) 1994/1995 – Aprovação da generalidade dos PDM da região; (ii) 2007/2008 – aprovação de 19 PU e 23 PP associados à publicação do PROT Algarve.

O Algarve caracteriza-se por uma elevada riqueza biológica e ecológica, albergando no seu interior espécies endémicas e raras para a conservação, importantes do ponto de vista nacional, comunitário e internacional. Deste contexto, destacam-se as áreas protegidas da Costa Vicentina, da Ria Formosa e do Sapal de Castro Marim pela diversidade de espécies que integram e de habitats que encerra, que lhes conferem estatutos conservacionistas de importância nacional, comunitário e internacional (veja-se [ficha 19](#))

A zona costeira é um espaço territorial para onde convergem um conjunto elevado de atividades e de usos específicos. O turismo é uma das atividades onde esta evidência é mais constatável. Na ficha 12 sistematizam-se alguns indicadores referentes a atividades específicas desta área, tais como praias e qualidade das águas balneares.

O grau de litoralidade dos concelhos, (definida como a percentagem de área litoral ou extensão de linha de litoral que integra), é diversa, verificando-se que alguns municípios apesar de terem uma imagem fortemente associada ao seu litoral são, sobretudo, território interiores. São exemplo desta realidade os municípios de Loulé, Portimão ou Tavira que tem uma zona costeira espacialmente exígua, quando comparada com a dimensão territorial do concelho, mas uma pressão urbanística e turística sobre o litoral muito relevante.

A zona costeira algarvia é diversa e muito atrativa pelas condições naturais e paisagísticas. O número de praias, a qualidade ambiental, nomeadamente da água, e os serviços e equipamentos que oferecem são significativos e reconhecidos pelo elevado número de bandeiras azuis que todos os anos se registam. A atratividade da zona costeira para atividades balneares, náuticas, recreativas e desportivas é crescente e o aumento da oferta um fator de diferenciação e atratividade ([ficha 20](#)).

O elevado número de acidentes em arribas nos últimos 10 anos (108 acidentes) está intimamente ligado a dois fenómenos distintos: pesca e turismo. Os acidentes que envolvem pescadores verificam-se preferencialmente no Inverno, enquanto os acidentes envolvendo turistas dão-se na época de maior afluência turística, ou seja, no Verão (ver [ficha 21](#)). Esta realidade não é indissociável de uma crescente utilização das zonas costeiras apesar do enorme investimento que nos últimos anos se tem assistido em termos de sinalética e de divulgação e sensibilização dos riscos de utilização de determinadas zonas, em especial dos riscos de desmoronamento.

Em relação aos incêndios o investimento na prevenção é prioritário, sobretudo, nos municípios mais florestais tais como Monchique, Tavira e São Brás de Alportel.

3.4.2. SUSTENTABILIDADE NO USO DOS BENS PATRIMONIAIS

O Património Cultural tem sido utilizado como elemento de promoção turística do Algarve. Não tem havido contudo suficiente articulação de políticas entre os dois setores da cultura e turismo o que se traduziu, em alguns casos, em processos de folclo-

rização do território e dos seus valores patrimoniais.

É cada vez mais assumido, sobretudo em contexto internacional, que não basta anunciar uma Rota do Património ou reivindicar que um determinado território apresenta uma oferta turística única porque possui um conjunto significativo de bens patrimoniais: é necessário garantir que os monumentos e sítios estejam em bom estado de conservação, acessíveis ao público e que lhe sejam disponibilizados serviços e fornecida informação adequada.

A criação de um sistema de certificação da gestão dos bens patrimoniais é um instrumento poderoso para alcançar esse objetivo, como tem sido testado noutros países, de que importa destacar como objetivos os seguintes:

- » Sensibilizar as entidades gestoras do património para a necessidade de adoção de medidas de gestão que permitam disponibilizar ao público visitante as condições de uma fruição qualificada e de estrito respeito pela sensibilidade dos locais de interesse patrimonial.
- » Certificar a gestão dos locais de herança cultural de maneira a manter o equilíbrio entre uso e sustentabilidade em todas as formas de intervenção.
- » Introdução de mecanismos de avaliação e certificação da qualidade da gestão dos bens patrimoniais (sítios arqueológicos, imóveis, conjuntos e rotas) disponibilizados ao grande público, segundo um conjunto de critérios de certificação baseado na avaliação da gestão do local, de acordo com a sua capacidade de preservação, a informação transmitida e os serviços fornecidos.

3.5. INCLUSÃO SOCIAL E EMPREGO

3.5.1. A CENTRALIDADE DO DESEMPREGO

O último trimestre de 2012 e o 1º trimestre de 2013 parecem ter constituído o ponto mais alto da evolução devastadora que a variável desemprego assumiu na Região, representando o maior valor nacional (juntamente com a RA Madeira) no 4º trimestre de 2012 (19,7%) e também no 1º trimestre de 2013 (20,5). Os

sinais promissores de recuperação económica observados no 2º trimestre de 2013 tiveram eco na Região, tendo a taxa de desemprego diminuído para 16,9%, já abaixo de Lisboa (19,3%), da RA Madeira (18,8%), do Norte e do Alentejo (17,2%). O agravamento da taxa de desemprego na transição de 2012 para 2013 na Região é acompanhado em conformidade com o agravamento de outras variáveis como as taxas de atividade e de inatividade e da taxa de emprego.

A territorialização da taxa de desemprego leva-nos a invocar a informação de 2011 como a única que o permite com alguma comparabilidade: 6 municípios apresentavam, em 2011, taxas de desemprego superiores à da Região, Albufeira, Castro Marim, Lagoa, Portimão, S. Brás de Alportel e Vila Real S. António, este último com o valor mais elevado (19%), logo seguido pela Albufeira (18,4%).

O recurso aos valores do desemprego registado nos Centros de Emprego (31.12.2012) indicava na altura a presença de 35.460 desempregados na Região, com as seguintes características:

- » A procura de novo emprego assumia nos números uma esmagadora superioridade (1.460 versus 34.180 indivíduos);
- » O grupo dos 35 aos 54 anos representava mais de metade do total de desempregados (51%);
- » 58% desse desemprego registado tinha apenas o ensino básico como qualificação escolar, representando o desemprego de licenciados a taxa de 9%;
- » O cálculo das taxas de desemprego registado (aproximadas, porque reportadas à população economicamente ativa de 2011) permite concluir que as maiores taxas observadas o são nos concelhos de Vila Real S. António (20%), Albufeira (19,9%), S. Brás de Alportel (19,4%) e Lagos (18,1%);
- » O desemprego registado alinha com o desemprego INE, já que são os mesmos 6 concelhos que apresentam nesta taxa valores superiores à média regional (Albufeira, Castro Marim, Lagoa, Portimão, S. Brás de Alportel e Vila Real S. António);
- » O desemprego registado feminino é na esmagadora maioria dos municípios superior ao masculino, evidenciando uma for-

te retração potencial da participação das mulheres no mercado de trabalho, com maior relevo para o concelho de Faro;

- » 6 concelhos apresentam um peso do desemprego superior a 1 ano no seu desemprego total superior a 30% (Alcoutim, Faro, Lagos, Monchique, Olhão, S. Brás de Alportel).

Do ponto de vista das implicações deste disfuncionamento do mercado de trabalho (que se espera progressivamente atenuado pela continuidade da melhoria observada no 2º trimestre de 2013), importa registar sobretudo que a dimensão relativa da procura do primeiro emprego é bem menor do que a procura de novo emprego (com emergência crescente do desemprego de longa duração), o que remete para políticas de ativação orientadas para a recuperação do posto de trabalho. A relevância da formação profissional é neste contexto inequívoca.

A **ficha nº 22** representa graficamente algumas destas questões.

3.5.2. DIMENSÕES COMPLEMENTARES

As fichas nº 23 a 26 apresentam algumas dimensões complementares da problemática social que vem associada à centralidade do desemprego.

Dessas dimensões complementares, a mais penalizadora é sem dúvida a desqualificação do desemprego, com particular incidência na percentagem de desempregados que na melhor das hipóteses tem o ensino básico concluído. Mas mesmo a percentagem de desempregados sem sequer o ensino básico concluído é preocupante em alguns concelhos como Albufeira e Loulé, com percentagens de 22,4 e 17,8%, respetivamente. O desemprego de licenciados não é ainda globalmente muito elevado, sendo superior a 10% apenas nos concelhos de Faro, S. Brás de Alportel e Olhão. A diferenciação dos públicos desempregados pouco qualificados constitui um fator a ter em conta no desenho de políticas de ativação, já que desejavelmente os menos qualificados deveriam ser envolvidos em processos de formação de natureza diferenciada, com relevo para as atividades de dupla certificação, escolar e profissional.

A situação social da Região e a sua diferente projeção no território é ainda penalizada pela implantação espacial de três tipos de beneficiários de políticas sociais que apresentam uma grande

vulnerabilidade face à pressão que neste momento se abate sobre o orçamento público dessas políticas: beneficiários do subsídio de desemprego, pensionistas e beneficiários do rendimento social de inserção.

Os beneficiários de subsídio de desemprego distribuem-se como é compreensível em conformidade com o peso dos desempregados registados e concentram-se sobretudo nos concelhos de maior expressão económica e de atividade económica, Albufeira, Faro, Loulé, Olhão e Portimão, com Lagoa, Lagos e Tavira a uma distância já acentuada. A massa de beneficiários aumentou cerca de 70% entre 2008 e 2011, refletindo o agravamento da situação económica já anteriormente analisado.

Já no que respeita à densidade de pensionistas por ativo, são compreensivelmente os concelhos interiores e mais rarefeitos demograficamente que apresentam os rácios mais elevados, alertando para o impacto que ajustamentos que venham a produzir-se nos montantes de pensões e que não poupem as pensões mais baixas podem ter efeitos muito penalizadores da situação social desses municípios.

Finalmente, no que respeita ao rendimento social de inserção, a sua distribuição espacial acompanha de perto a dos beneficiários do subsídio de desemprego, com diminuição desse número entre 2001 e 2011. Olhão é o concelho com maior peso de jovens entre os beneficiários e, em termos opostos, são os concelhos interiores que apresentam maior peso de idosos nesse grupo. Portimão é o concelho com simultaneamente maior de peso em relação à população e em relação ao total de beneficiários.

3.5.3. CULTURA, INCLUSÃO SOCIAL E EMPREGO

Numa região como o Algarve não fará já sentido falar na herança cultural comum mas em heranças multiculturais, já que as comunidades imigradas de vários contextos geográficos e culturais têm uma representação sobredimensionada no panorama nacional (Albufeira, por exemplo, tem 35% de população estrangeira).

Estes já não são territórios culturais que correspondem a comunidades de identidade baseadas na Tradição e na História. Integram progressivamente grupos sociais com percursos culturais

diversos, desde os que mergulham as suas raízes nas suas origens rurais da serra algarvia, até às comunidades imigradas, de vivência mais recente no território, que não se identificam com a memória coletiva tradicional.

É assim que comunidades reconhecidas e apoiadas em discursos de construção de identidades, dão lugar cada vez mais a comunidades de destino, que as levam a buscar relações com o exterior e a construir itinerários e redes com base em afinidades de vária ordem. Este é igualmente um potencial criativo que a Região não deve desvalorizar, antes integrar, apoiar, divulgar.

Para além da “gestão” do fenómeno crescente que a região apresenta de diversificação cultural e os desafios de diálogo intercultural em contextos de base local, a política local para a cultura vem lidando com um desafio crescente no que se refere ao seu papel em matéria de inovação e de inclusão social.

A diversidade de fenómenos de exclusão presentes atualmente no território algarvio apela a abordagens diferenciadas de recurso ao património cultural e às expressões artística e criativa como meios de inserção pessoal e social de determinados grupos da população.

No interior algarvio, os projetos e as dinâmicas de valorização dos recursos endógenos e dos saberes tradicionais locais têm demonstrado um elevado potencial de inserção económica e social de comunidades locais envelhecidas e em processo de exclusão acentuada. O trabalho de desenvolvimento comunitário que algumas instituições associativas – incluindo os Grupos de Ação Local ligados ao LEADER vêm promovendo são demonstração desse potencial e são detentores de um conjunto de boas práticas que podem ser disseminadas por todo o território interior da região.

A nível urbano, as problemáticas da exclusão configuram situações muito diversas das anteriores, exigindo metodologias e soluções inovadoras em matéria de política social. Mais uma vez e neste domínio, a cultura deve constituir um vetor de intervenção e um recurso para a integração de comunidades e de segmentos de população excluídos. Os trabalhos de integração económica e social de grupos desfavorecidos e excluídos em contextos urbanos, de desenvolvimento pessoal, de reforço da autoestima, têm recorrido cada vez mais às expressões artísticas e mani-

festações culturais enquanto ferramentas. Por outro lado, as atividades dentro da economia social procuram frequentemente trabalhar os quadros culturais de referência de grupos excluídos da população. Importa pois olhar para experiências já desenvolvidas e testadas noutros contextos territoriais e urbanos que possam favorecer novas abordagens municipais neste domínio.

3.6. DINÂMICAS TERRITORIAIS E URBANAS

3.6.1. URBANIZAÇÃO E EDIFICAÇÃO

A análise das dinâmicas de urbanização e de edificação, com particular relevo para a edificação com carácter residencial, tem, no caso do Algarve, uma incontornável relevância quando colocada na dupla perspetiva de definição de estratégias de desenvolvimento regional e da exposição do papel dos municípios no quadro dessas estratégias. O processo de urbanização e de edificação ocorrido na região nas últimas décadas tem, por via do binómio turismo imobiliário, uma associação estreita com o processo de reconfiguração de toda a base económica regional, com a alteração dos padrões de ocupação e utilização do solo (urbano e rural) e, conseqüentemente, com as características do ordenamento do território e da paisagem regional.

O processo de urbanização ocorrido na região nas últimas décadas tem sido marcado por um forte crescimento da edificação, para fins residenciais e turísticos, assente num padrão extensivo de ocupação urbana e pela acentuada litoralização das dinâmicas construtivas o que conduziu a fortes assimetrias regionais quer do ponto de vista do ordenamento do território e do desenvolvimento urbano, quer da organização territorial da economia regional.

À semelhança do verificado na generalidade do território nacional, é na transição da década de 70 para a década de 80 do século passado que o fenómeno da edificação crescente ganha um significado particularmente relevante à escala regional. Por um lado, a partir da década de 80 o Algarve assiste a um crescimento demográfico com taxas sempre superiores às taxas de crescimento verificadas no Continente. Por outro lado, é nesse período que a linha de evolução do *stock* habitacional regional descola claramente da linha de evolução do *stock* demográfico, particularmente, do número de famílias residentes, apresentan-

do a evolução do número de alojamentos taxas de crescimento crescentemente superiores às taxas de crescimento do número de famílias residentes na região.

O padrão espacial deste processo de urbanização e de edificação no Algarve tem particularidades intraregionais que são conhecidas. O processo concentra-se sobre a faixa costeira e, fundamentalmente, nos municípios que apresentam um acentuado desenvolvimento turístico. Registe-se, contudo, que, com exceção dos municípios de Alcoutim e Monchique, todos os municípios do Algarve observam, entre 1981 e 2011, uma taxa de crescimento de alojamentos residenciais superior à taxa de crescimento nacional. Mesmo assim, no interior da região o processo tem intensidades muito diferenciadas. Albufeira emerge como o município onde esta evolução atingiu os valores mais extraordinários, registando em todas as décadas as mais elevadas taxas de crescimento do alojamento residencial na região: face à situação de 1981, Albufeira chega a 2011 com um *stock* residencial quatro vezes superior (crescimento de 414%). O crescimento de alojamentos na região atinge neste período os 169%. Portimão, com um crescimento de 248%, Lagos, com um crescimento de 207%, e Loulé, com um crescimento de 201% são os municípios onde o processo de edificação atinge os valores mais expressivos.

Um indicador que interessa aqui referir, e que resulta diretamente dos ritmos de crescimento residencial observado na região, diz respeito ao rácio "*alojamento familiares/número de famílias*" pois, do ponto de vista da análise, permite perceber melhor a natureza do processo de urbanização e edificação verificado nos últimos anos no Algarve. Assim, a região do Algarve atinge, em 2011, no rácio "*alojamentos familiares/número de famílias*" o valor de 2,07, isto é, para cada 100 famílias o região dispõem de 207 alojamentos familiares. A nível nacional aquele rácio tem o valor de 1,5 (para cada 100 famílias estão disponíveis 150 alojamentos familiares). Com exceção do município de Faro (com um rácio de 1,4), todos os municípios algarvios apresentam valores neste rácio superiores ao valor médio nacional. Os municípios de Aljezur (com 2,96), Vila Real de Santo António, Albufeira, Alcoutim e Vila do Bispo, são os municípios com um mais elevado valor neste rácio (em todos estes municípios este rácio tem um valor superior a 2,5) ([Ver ficha nº 29](#)).

Os valores observados no rácio *alojamentos familiares/número*

de famílias no Algarve conduzem-nos a uma importante característica do processo de urbanização e edificação na região, designadamente, a dimensão do peso da habitação secundária no conjunto do *stock* habitacional regional. Com um *stock* habitacional muito acima das necessidades de acolhimento em residência habitual das famílias residentes, o Algarve verifica uma quota de residência secundária (39,5%) que mais do que duplica a quota deste tipo de ocupação do alojamento no resto do país (18,1%). Se excluirmos do total de alojamentos disponíveis na região os alojamentos que se encontram vagos, isto é, se contabilizarmos apenas os alojamentos ocupados, chegamos a uma percentagem de alojamentos destinados à residência secundária que atinge, no conjunto da região, os 45,5% de alojamentos ocupados. Este indicador alcança os 65% no município de Castro Marim, 58% em Albufeira e 57% em Vila do Bispo e em Vila Real de Santo António. Este é, de facto, o aspecto que distingue, face à realidade nacional, a natureza do processo de edificação residencial no Algarve assistido nas duas ou três últimas décadas: um processo de edificação predominantemente puxado pelas dinâmicas do desenvolvimento turístico regional e também fortemente influenciado pelos efeitos no comportamento do mercado imobiliário residencial gerados pelo crescimento e pela forte atratividade turística regional (ver [ficha nº 30](#)).

As estatísticas disponíveis dos atos de licenciamento municipal de fogos para habitação familiar, bem como as estatísticas dos fogos concluídos (INE), permitem seguir, com particular detalhe, a evolução verificada pela componente da oferta do mercado residencial na última década e meia, período que cobre importantes acontecimentos e mutações nas dinâmicas dos mercados imobiliários a nível nacional e internacional. As estatísticas relativas ao Algarve, mais uma vez, sublinham a especificidade do comportamento do mercado imobiliário residencial regional no contexto nacional (ver [ficha nº 31](#)). De 1995 a 2012 é possível identificar três fases do processo de edificação residencial na região:

- » Período 1995-2001/2002 – a fase de [euforia da oferta imobiliária](#), marcada por ritmos crescentes de licenciamento e também de construção de fogos para habitação. O Algarve atinge em 2001 um volume de licenciamento habitacional correspondente a 2,24 o volume do triénio 1995-1997. Semelhante resultado foi também registado

em termos de fogos construídos (2,16). Por sua vez, os três municípios com dinâmicas de licenciamento mais elevadas (Albufeira, Portimão e Loulé), registavam, em 2001, em média, níveis de licenciamento correspondentes a 3,8 o nível do triénio 1995-97. Mesmo os municípios menos dinâmicos observaram neste fator, em 2010, o valor de 1,86;

- » Período 2003 – 2007 – a fase de [manutenção de elevados volumes de licenciamento e de construção](#). Ainda que denunciando já uma tendência ligeiramente em baixa, a região mantém em todo este período níveis anuais elevados de licenciamento e de construção habitacional: face ao triénio 1995-97 registavam-se níveis de licenciamento anual no intervalo 2,0 – 1,7 e na construção níveis de construção no intervalo 2,1 – 1,9;
- » Período 2008 – 2012/(...) – a fase do [ajustamento violento da oferta imobiliária](#), marcada pelo deflagrar da crise financeira internacional. Uma fase em que a região tem assistido à “desmontagem das gruas”, como observava uma reportagem do Público (17 de Junho de 2012) sobre a situação do imobiliário na região. As quebras da atividade de licenciamento habitacional atingem valores verdadeiramente brutais: em termos regionais os níveis de licenciamento verificados em 2012 correspondem a 4,5% dos níveis de licenciamento realizados em 2001 (ano de pico da atividade de licenciamento). A atividade construtiva, por sua vez, reduz-se para os 40% da atividade dos anos áureos (2001-2003).

A fase de ajustamento, em quebra, do mercado imobiliário residencial tem tido no mercado nacional, de forma genérica, uma tradução bastante expressiva na desvalorização continuada dos imóveis residenciais. Contudo, esta redução dos preços tem sido numa dimensão bastante aquém da verificada nos países onde a crise imobiliária assumiu valores muito mais significativos (nomeadamente, na Espanha e na Irlanda). Os dados disponíveis da avaliação bancária dos apartamentos, relativos ao período 2008-2013, sugerem, no caso ao Algarve, um processo de ajustamento de preços dos imóveis, em baixa, em linha com o verificado na média nacional. Face ao primeiro trimestre de 2010 (período em que os preços do imobiliário atingiu o seu pico) a quebra de preços no Algarve registada em Julho de 2013 atingia os 17% o que compara com a quebra de 16% ocorrida na média nacional. As cidades de Faro e de Olhão são os centros

urbanos, para os quais existe informação disponível, com quebras de preços mais acentuadas: ambas as cidades apresentam, no período acima referido, reduções em torno dos 25% do valor nos imóveis para fins residenciais (ver [ficha nº 32](#)).

3.6.2. CULTURA E DINÂMICAS TERRITORIAIS E URBANAS

A rede regional de teatros e cine-teatros oferece já uma cobertura muito satisfatória da região do Algarve, permitindo uma acessibilidade de proximidade às produções disponibilizadas por estes equipamentos. Alguns destes equipamentos, oferecem excelentes qualidades do espaço e de condições técnicas, o que tem originado uma procura crescente de agentes culturais vindos do exterior e que aqui pretendem apresentar os seus trabalhos,

Além disso, o funcionamento em rede à escala regional, reforça-se com as parcerias com a Orquestra do Algarve/Orquestra do Sul e com a ATA – A Companhia de Teatro do Algarve, que configuram uma oferta de grande qualidade que se tem vindo a revelar estruturante ao nível da região.

Trabalhar em rede foi o que se desenvolveu no quadro de um projeto de programação cultural em rede “Movimenta-te: trajetórias de programação cultural em rede” que envolveu cinco municípios do Algarve Central e os vários cine-teatros da região. Este é um exemplo bem sucedido do que é possível fazer quando os agentes públicos (Autarquias, Direção Regional da Cultura) e privados apostam na estruturação de uma oferta cultural em rede na região, valorizando e projetando no espaço regional as dinâmicas locais de qualidade, explorando complementaridades e economias de escala.

3.7. FINANÇAS MUNICIPAIS E CAPACIDADE DE FINANCIAMENTO

Em termos de dimensão pode identificar-se três escalões de dimensão dos orçamentos municipais na região Algarve⁴:

- » O escalão dos pequenos orçamentos, abaixo dos 15 milhões de euros anuais, composto por seis municípios (Alcoutim,

Monchique São Brás de Alportel, Vila do Bispo e Castro Marim); no conjunto da região corresponde a este grupo cerca de 13% das receitas municipais e 9% da população da região

- » O escalão dos orçamentos de dimensão intermédia, compreendidos entre os 30 milhões e dos 45 milhões de euros, composto por sete municípios (Olhão - 30 milhões, Tavira, Lagoa, Faro, Vila Real de Santo António, Silves e Lagos); corresponde a este grupo cerca de 46% das receitas municipais e 55% da população da região
- » Por último, o escalão dos grandes orçamentos, compreendido no intervalo dos 45 milhões aos 93 milhões, composto por três municípios, mostrando entre si diferenças apreciáveis nas dimensões dos respectivos orçamentos municipais (Portimão, com 45 milhões, Albufeira, com 67 milhões, e Loulé com 93 milhões); corresponde a este grupo cerca de 41% das receitas municipais e 36 % da população da região.

A evolução registada, durante a última década, no total das receitas municipais no Algarve, revela, de forma muito evidente, especificidades bastante pronunciadas da situação regional quando comparada com a evolução observada a nível nacional. Assim, num primeiro momento, no período 2003-2007, assisteu-se no Algarve, tal como no Continente, a uma tendência de crescimento dos orçamentos municipais. O ritmo de crescimento é, contudo, muito mais pronunciado na região do que no Continente. Com efeito, neste período, os orçamentos municipais regionais aumentam, em conjunto, aproximadamente, 50% do valor que tinham no início do período (2003), tendo registado os três grandes orçamentos (Portimão, Albufeira e Loulé) um aumento de 63%. Já os dados do resto do Continente (Continente sem Algarve) indicam um crescimento bem mais contido, em torno do 17%. O Algarve regista, assim, no período 2003-2007, uma taxa de crescimento dos orçamentos municipais quase três vezes superior à taxa verificada na média dos restantes municípios do Continente. Este é o primeiro traço distintivo da evolução registada nos orçamentos municipais na região face à situação do Continente – a fase anterior à crise financeira. Esta evolução, como teremos oportunidade de verificar mais adiante, está profundamente ligada à evolução da economia regional, nomeadamente, ao pujante crescimento registado pela atividade de construção e do setor imobiliário. Num segundo momento, no período posterior ao início da crise financeira, os orçamentos

⁴ Escalões calculados com base na média anual das receitas municipais totais no quinquénio 2006-2010 (Fonte INE).

municipais regionais, particularmente sensíveis à situação do setor imobiliário e da construção, registam uma forte retração dos seus montantes: de 2007 para 2010. As receitas municipais da região reduzem-se em 14% (os três maiores orçamentos reduzem-se em 20%), o que contrasta com um crescimento de 4,5% no resto do Continente (ver [ficha nº 33](#)).

Do ponto de vista da estrutura das receitas municipais, a região apresenta algumas características diferenciadoras da situação média do conjunto dos municípios do Continente. O elemento estrutural mais relevante destas características é a capacidade que os municípios da região apresentam na captação de receitas próprias⁵. Efetivamente, no resto do Continente as receitas próprias absorviam, em 2011, um montante correspondente a 46% das receitas municipais, já no conjunto dos municípios da região a parcela das receitas próprias alcança os 67,5% das receitas locais. (As receitas próprias atingiram, na região, no período anterior ao eclodir da crise financeira, o montante de 70% das receitas autárquicas). Por município, o intervalo desta parcela é, contudo, muito amplo na região: do mínimo de 10%, em Alcoutim, ao máximo de 83%, em Albufeira. Apenas três municípios da região apresentam uma parcela de receitas próprias inferior à média do Continente: Alcoutim (já referido), Aljezur, Monchique, São Brás de Alportel e Aljezur. Seis municípios apresentam percentagens de receitas próprias superiores à média regional: Loulé (70%), Portimão (77%), Vila Real de Santo António e Lagos (ambos com 78%), Lagoa (82%) e Albufeira (83%) (ver [ficha nº 33](#)).

Ampliando o nível de desagregação das receitas dos municípios obtém informação adicional relevante para a compreensão das características mais marcantes dos orçamentos municipais da região e também das respectivas disparidades intermunicipais. Assim, neste nível mais detalhado da análise, identificam-se duas parcelas das receitas municipais que determinam estruturalmente as diferenças existentes entre o padrão (médio) de receitas municipais do Algarve e o padrão no Continente: por um lado a parcela das receitas fiscais e, por outro lado, a parcela das transferências do Estado. O Algarve caracteriza-se por uma elevada parcela de receitas fiscais, 44% das receitas totais, o que compara com os 32% registados pelo Continente. Em contrapartida, a região está menos dependente das transferências esta-

tais cujo montante corresponde a 24% das receitas municipais, inferior, portanto, aos 36% de transferências estatais observado no Continente.

Numa análise comparativa entre os municípios da região as diferenças encontradas no padrão de receitas municipais são também bastante significativas, traduzindo, de forma muito expressiva, a disparidade de realidades económicas locais que caracterizam os diferentes municípios da região. O conjunto dos três municípios com orçamentos menores, que partilham a condição de municípios mais periféricos e menos turísticos, (Alcoutim, Aljezur e Monchique), apresenta uma extraordinária dependência das transferências estatais (67% do total das receitas municipais) e uma fraca capacidade de obtenção de receitas fiscais (12%). Situação oposta apresenta o conjunto dos três municípios de maior dimensão (Loulé, Albufeira e Portimão) o qual apresenta municípios com diminuta dependência das transferências estatais (12%) e uma muito elevada capacidade de gerar receitas fiscais (53%) (ver [ficha nº 34](#)).

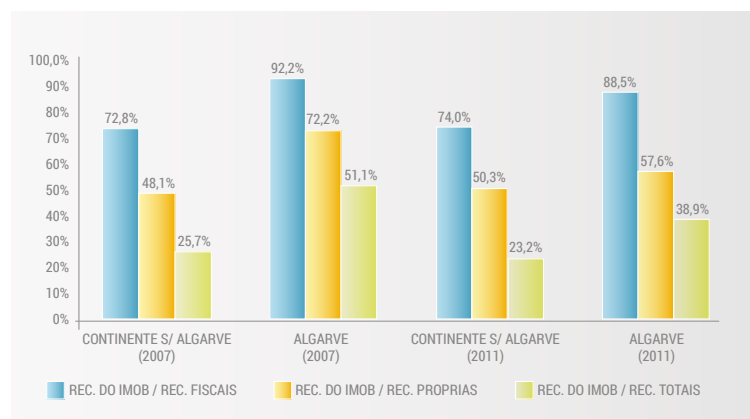
Um novo passo na desagregação das parcelas de receitas municipais e chega-se ao núcleo do mecanismo que proporciona, em termos médios regionais, parcelas mais elevadas de receitas fiscais e uma maior capacidade regional de geração de receitas próprias, relativamente ao Continente. De facto, uma análise mais fina das receitas municipais permite identificar a relevância determinante neste mecanismo assumida pelas parcelas das receitas fiscais com origem nas atividades de construção e do imobiliário. Com efeito, se agruparmos as parcelas do IMI, IMT, taxas municipais de licenciamento e obras e taxas sobre ocupação de via pública, obtém-se os valores determinantes das receitas fiscais e das receitas próprias dos municípios.

Em média, na região, as receitas municipais provenientes das atividades da construção e do imobiliário totalizavam, em 2007 (ano anterior à crise), 92% das receitas fiscais locais, 72% das receitas próprias e 51% do total das receitas municipais. No resto do Continente estas parcelas atingem os percentuais de 73%, 48% e 26% respectivamente (ver GRÁFICO 72:). Também neste aspeto, o leque de valores apresentado pelos 16 municípios da região é bastante amplo. Se nos detivermos no peso das receitas da construção e do imobiliário no total das receitas municipais, encontramos um valor mínimo em Alcoutim, de 4% e, no extremo oposto, o valor máximo obtido por Loulé, de 70%.

⁵ Constituem Receitas Próprias o conjunto das Receitas Fiscais, a Venda de Bens e Serviços e as Outras Receitas.

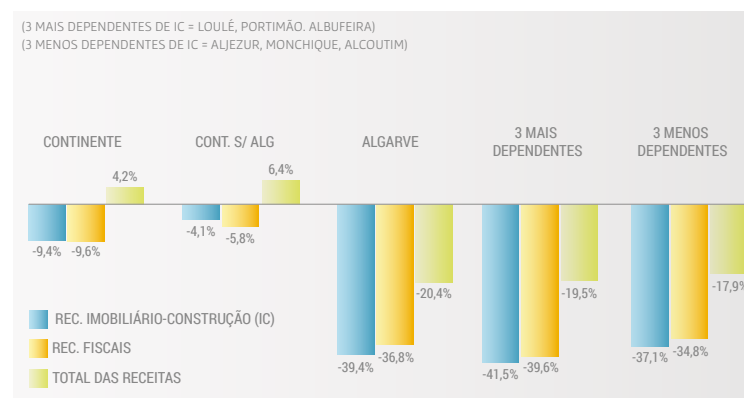
Mesmo assim, em 2007, apenas três municípios apresentavam uma percentagem de receitas provenientes da construção e do imobiliário abaixo da média do Continente (Alcoutim, Monchique e São Brás de Alportel) (ver [ficha nº 34](#)).

GRÁFICO 72: IMPORTÂNCIA DAS RECEITAS MUNICIPAIS DO IMOBILIÁRIO NO TOTAL DAS RECEITAS MUNICIPAIS (CONTINENTE SEM ALGARVE E ALGARVE) – 2007 E 2011



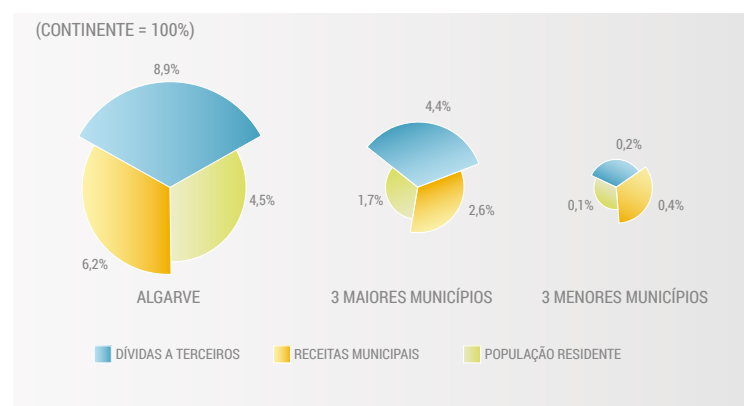
As dinâmicas do imobiliário têm sido, em média, um elemento fundamental no comportamento dos orçamentos municipais na região. Assim foram na fase de euforia construtiva, contribuindo de forma decisiva para os aumentos das receitas próprias municipais. Também assim se mostram na fase recessiva do ciclo contribuindo, também decisivamente, para o ajustamento em queda dos orçamentos municipais. A leitura do gráfico seguinte (GRÁFICO 73:) permite, pois, seguir a sequência dos efeitos em cadeia causados pela retração da atividade de construção residencial e turística, nomeadamente, ao nível dos orçamentos municipais. A uma enorme quebra das receitas da construção e do imobiliário, segue-se uma não muito menor quebra das receitas fiscais que, por sua vez, contribuem fortemente para a redução global das receitas municipais. Sublinhe-se que este processo em cadeia é comum a todos os municípios da região. No resto do Continente (*Continente sem Algarve*) e no Continente no seu conjunto o padrão de efeitos teve resultados diferenciados devido, fundamentalmente, à menor exposição dos orçamentos municipais às atividades do imobiliário e da construção.

GRÁFICO 73: EVOLUÇÃO DAS RECEITAS MUNICIPAIS 2007-2011



Ao nível do endividamento municipal o Algarve apresenta, em termos nacionais, níveis de dívidas locais proporcionalmente mais elevadas quer quando comparado com a dimensão dos próprios orçamentos municipais, quer, ainda, quando comparado com a respectiva dimensão populacional. O nível do endividamento dos municípios da região é 43% mais elevado do que seria suposto num quadro de endividamento proporcional à dimensão dos orçamentos locais. Esta desproporção é mais acentuada ainda ao nível dos três maiores municípios: com uma dimensão conjunta dos orçamentos municipais de 2,6% do total dos orçamentos municipais do Continente os três maiores municípios recolhem uma parcela 4,4% do endividamento autárquico nacional, portanto, um valor 70% superior ao que seria suposto numa perspectiva de endividamento autárquico proporcional à dimensão dos orçamentos municipais (ver [ficha nº 34](#)).

GRÁFICO 74: PESO DO ALGARVE E DOS GRUPOS DE MUNICÍPIOS (MAIORES E MUNICÍPIOS MENORES) NO TOTAL DO CONTINENTE -2011



3.8. FICHAS

FICHA 01 CAPACIDADE DE ATRAÇÃO POPULACIONAL 2001-2011

- » O crescimento observado na população residente no Algarve de 14,1% coexiste com uma grande diversidade de variações municipais e diferentes situações de crescimento demográfico natural (nascimentos – óbitos) e de atração/repulsão de população;
- » Metade dos municípios apresenta crescimentos naturais negativos, para um contexto de Região de fraco crescimento natural;
- » O Algarve apresenta-se, assim, como uma Região com significativa capacidade de atração populacional;
- » Os municípios de Albufeira, Portimão, Lagos e Loulé destacam-se apresentando taxas de variação da população residente e de atração populacional superiores aos valores da Região para essas duas taxas;
- » Por oposição, Alcoutim e Monchique são os concelhos em que essas taxas são negativas;
- » Há depois um conjunto relevante de municípios com taxas positivas mas inferiores aos valores observados para a Região;
- » Foi também analisado o comportamento da população estrangeira, comparando-o com os valores da atração populacional observada.

Fonte: INE e cálculos próprios

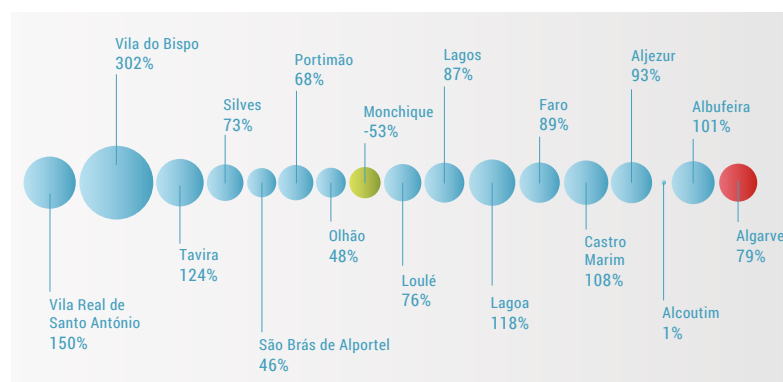
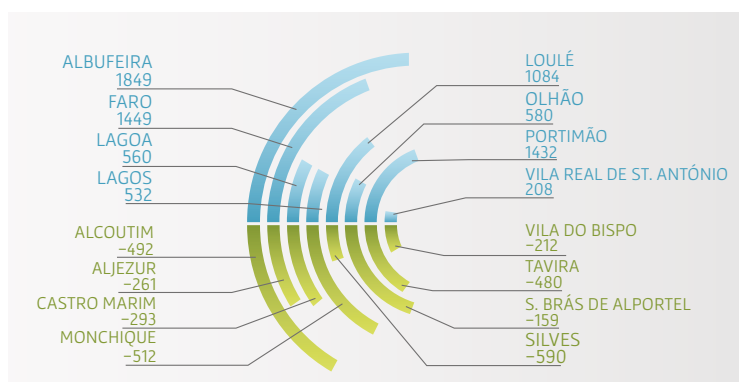


GRÁFICO 1: Crescimento natural 2001-2011

GRÁFICO 2: Peso da variação da população residente estrangeira na atração populacional – 2001-2011

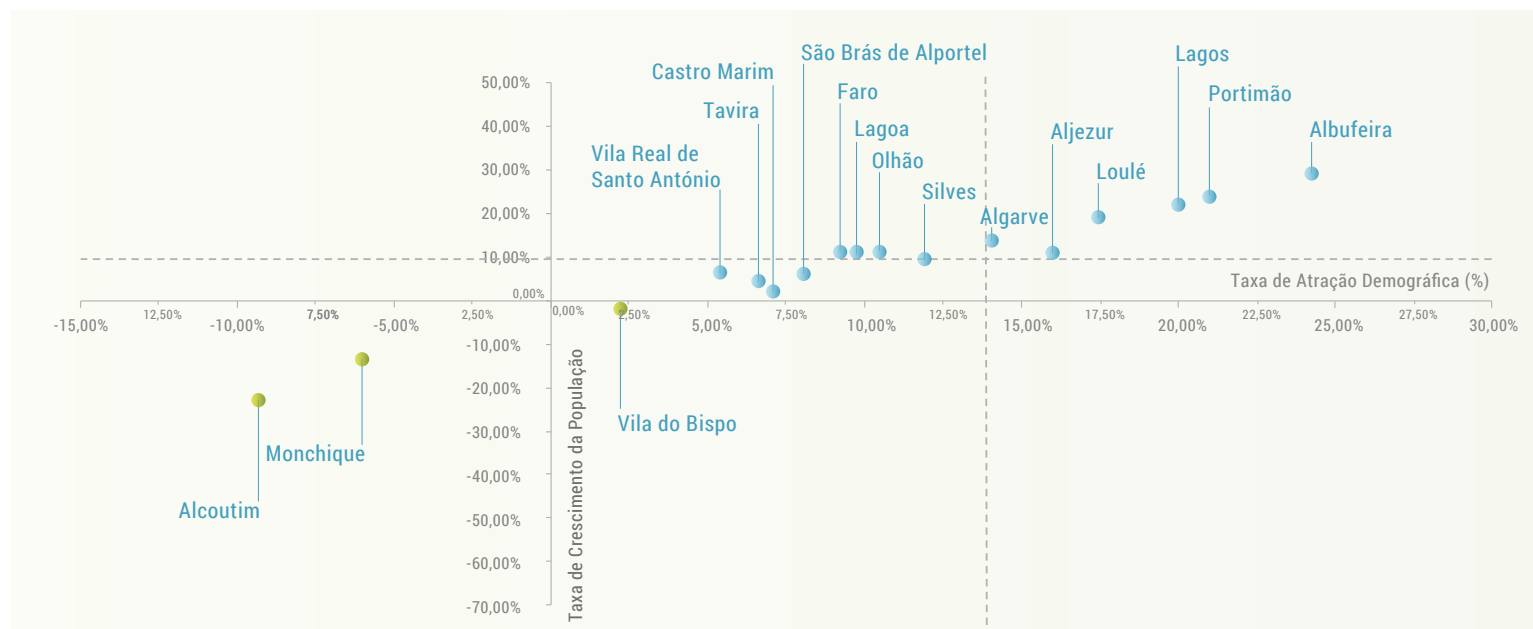


GRÁFICO 3: Relação entre o Crescimento da População e a Atração Populacional 2001-2011

FICHA 02 JUVENTUDE E ENVELHECIMENTO

- » A dinâmica observada na Região na última década aponta claramente para uma transição em que o envelhecimento começa a pesar, com a generalidade dos municípios a apresentar uma diminuição da população no escalão etário dos 15 aos 24 anos;
- » Albufeira e Lagos são os únicos concelhos em que esta população (15-24 anos) aumenta na

- última década;
- » Registam-se, simultaneamente, aumentos percentuais em 14 dos 16 concelhos da população com mais de 65 anos;
- » Alcoutim e Monchique são os únicos concelhos em que ambos os grupos etários diminuem, embora com as maiores diminuições percentuais da população 15-24

- » A distribuição espacial do peso da população envelhecida em 2011 reflete a sua concentração nos concelhos mais interiores e rarefeitos, com menor expressão no chamado Algarve central;
- » A distribuição espacial do peso do envelhecimento deve ser cruzada com a do peso de população idosa a viver isolada (ver ficha 6)

Fonte: INE

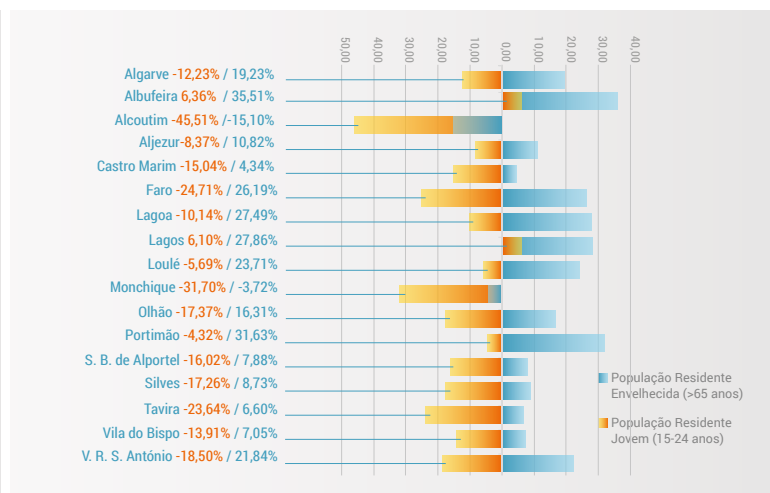
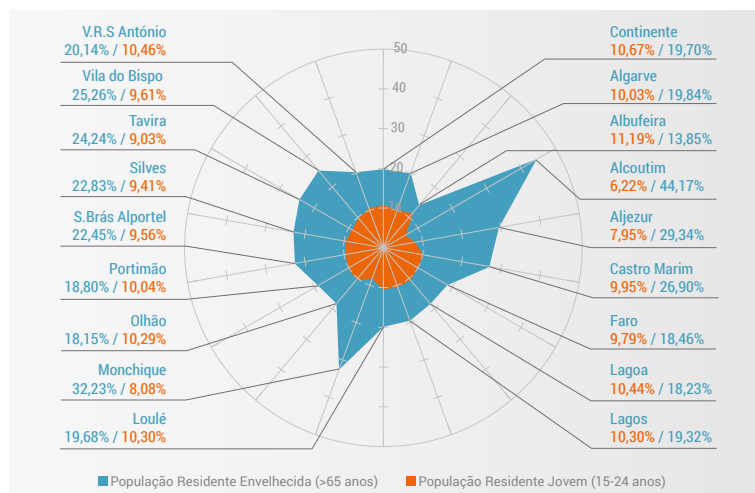
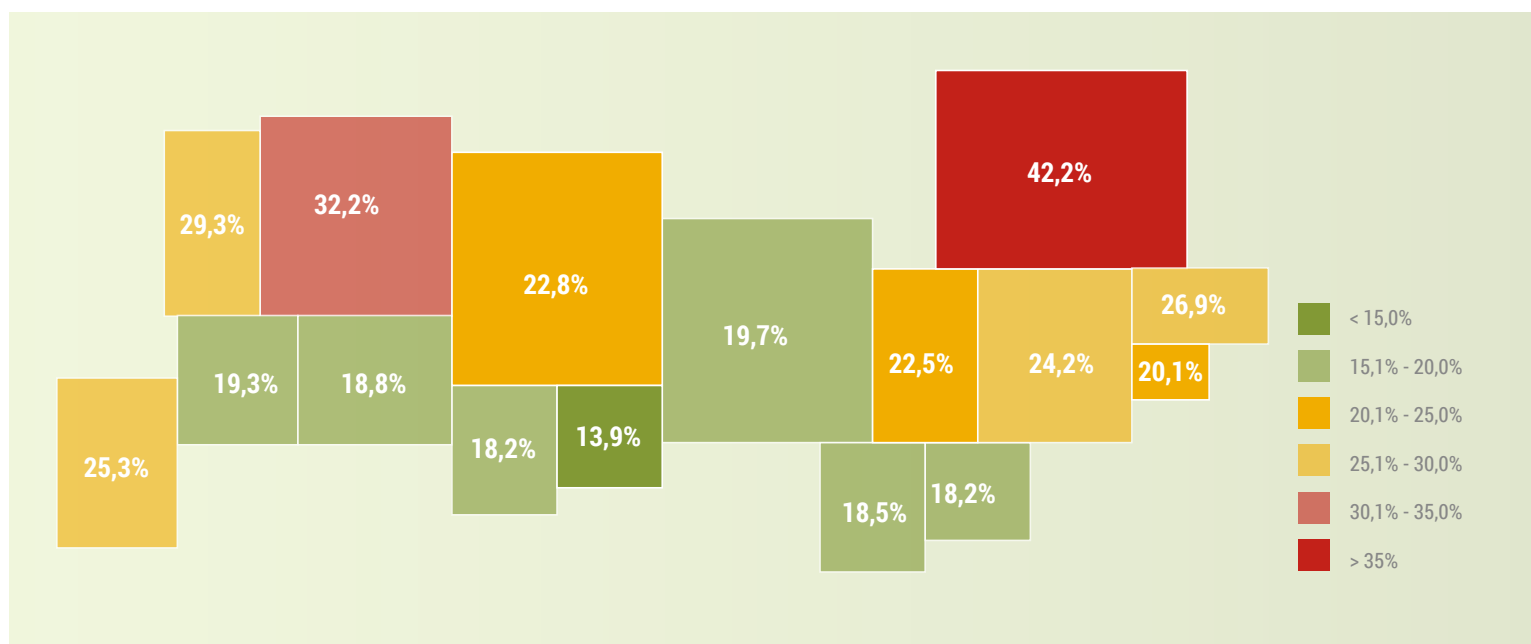


GRÁFICO 4: População residente jovem e envelhecida, 2011

GRÁFICO 5: População residente jovem e envelhecida, evolução 2001-2011 (%)



MAPA 2: População Residente Envelhecida, em 2011 (%)

FICHA 03 QUALIFICAÇÕES

- » A mancha que, no gráfico 6, a percentagem de população ativa com apenas o ensino básico concluído ocupa ilustra bem o panorama da Região, praticamente no seu todo;
- » Tais percentagens variam entre o valor mínimo de 48% em Faro até ao valor máximo de 71% em Alcoutim;
- » De novo os concelhos mais interiores e rarefeitos apresentam os maiores pesos de população ativa apenas com o ensino básico concluído;
- » A distribuição das percentagens de ativos com formação secundária concluída é mais equilibrada com Albufeira e Lagos a apresentarem os valores mais elevados (26%);
- » Faro, pelo contrário, domina claramente a percentagem de ativos com formação superior de bacharelato e licenciatura (20%), bastante acima do valor da Região (13%) e dupla dos valores observados em muitos dos municípios algarvios;
- » As qualificações de mestrado e doutoramento são ainda residuais e inferiores aos valores das percentagens de ativos que não concluíram a formação básica

Fonte: INE

FICHA 4 MATRÍCULAS ESCOLARES

- » A distribuição das matrículas escolares pelo ensino secundário regular e profissional, de acordo o número de anos de desvio face à idade ideal com que deveriam estar a frequentar, permite indiretamente refletir sobre os públicos em presença e sobre o alcance concreto daquelas modalidades de ensino secundário;
- » No ensino secundário regular, é visível a presença maioritária de alunos na idade considerada etariamente ideal para essa frequência, correspondendo em regra sempre a mais de metade das matrículas;
- » S. Brás de Alportel, Tavira e Faro são os concelhos com melhores percentagens e Silves, Portimão e Vila Real S. António os que apresentam as piores, embora sempre superiores a 50%;
- » Pelo contrário, os dados correspondentes ao ensino profissional evidenciam que esta modalidade desempenha sobretudo uma função de recuperação de alunos fora da sua idade ideal, com apenas Albufeira a apresentar mais de 20% dos alunos matriculados nesta modalidade;
- » A evolução dos alunos matriculados no ensino básico 3º ciclo na década anterior apresenta nos concelhos do Algarve a maior expressão.

Fonte: INE e CNE

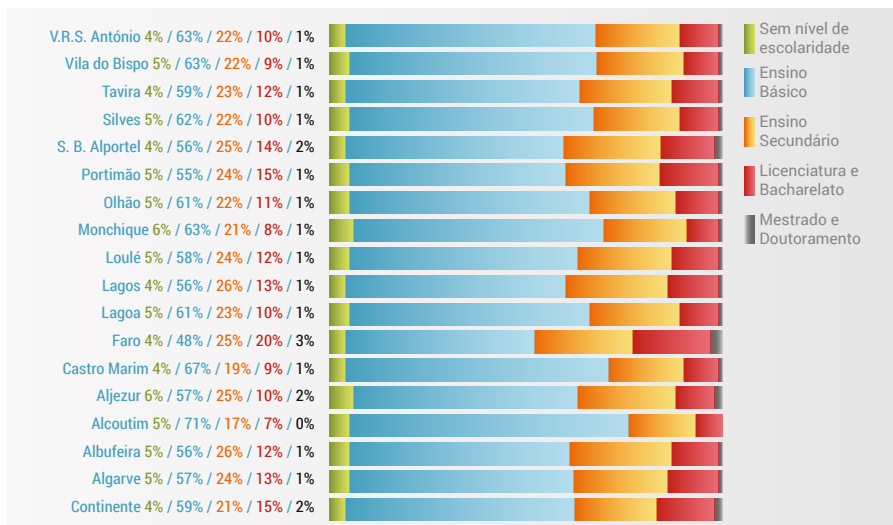


GRÁFICO 6: Qualificações da População Ativa (15 e os 64 anos), em 2011 (%)

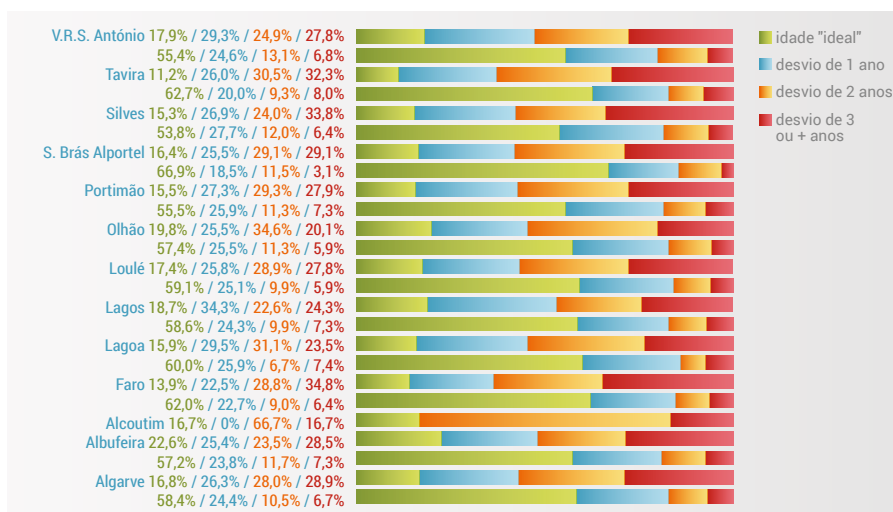
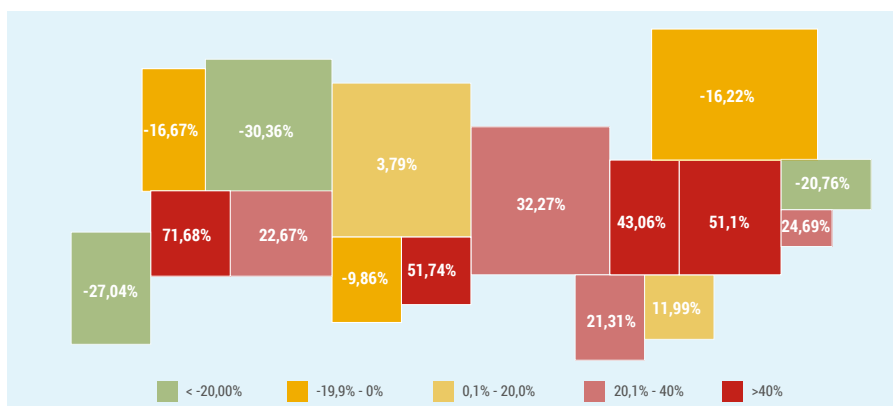


GRÁFICO 7: Matrículas no Ensino Secundário com idade "ideal" e com desvio de idade, no ano letivo 2009/2010, no Ensino Regular e Profissional (%)



MAPA 4: Evolução dos alunos matriculados no 3º Ciclo do Ensino Básico, entre 2001 e 2010 (%)

FICHA 05 ABANDONO ESCOLAR - 2011

- » A taxa de abandono precoce de educação e formação é definida pelo rácio “População residente com idade entre 18 e 24 anos, com nível de escolaridade completo até ao 3º ciclo do ensino básico que não recebeu nenhum tipo de educação (formal ou não formal) no período de referência/ População residente com idade entre 18 e 24 anos”
- » O Algarve apresenta uma situação ligeiramente mais desfavorável do que a observada a nível do Continente;

- » A comparação dos municípios com os valores do Continente e da NUTS II fornece algumas observações relevantes:
- » Dos municípios algarvios que concentram mais população e atividade só Faro apresenta valores significativamente mais baixos do que os valores regionais e do Continente;
- » A situação mais favorável de Faro só é acompanhada por alguns municípios de menor dimensão populacional e económica, como Alcoutim, Monchique e São Brás de Alportel, sendo neste grupo Castro Marim uma exceção;

- » Praticamente todos os restantes municípios apresentam valores superiores ora à taxa do Continente ora à da Região
- » Olhão e Silves apresentam os valores mais elevados
- » O confronto com a taxa de abandono de ensino básico (gráfico 8) inverte para alguns municípios (Faro e Monchique, por exemplo) o carácter favorável do outro indicador;
- » Vila Real de S. António é aqui o concelho mais penalizado

Fonte: INE

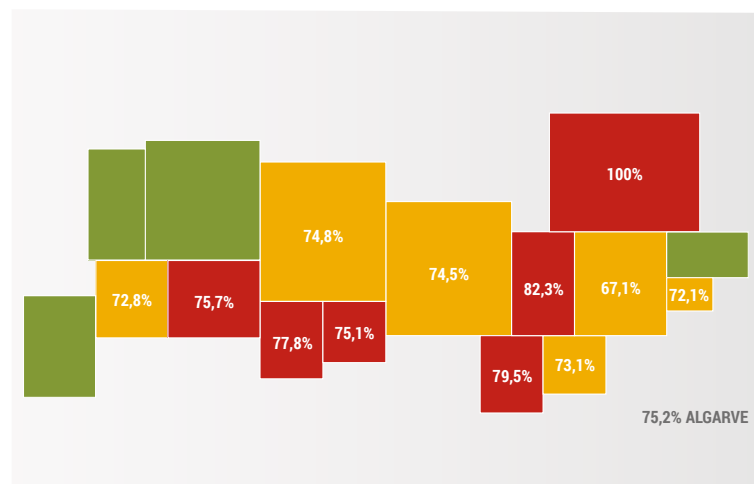
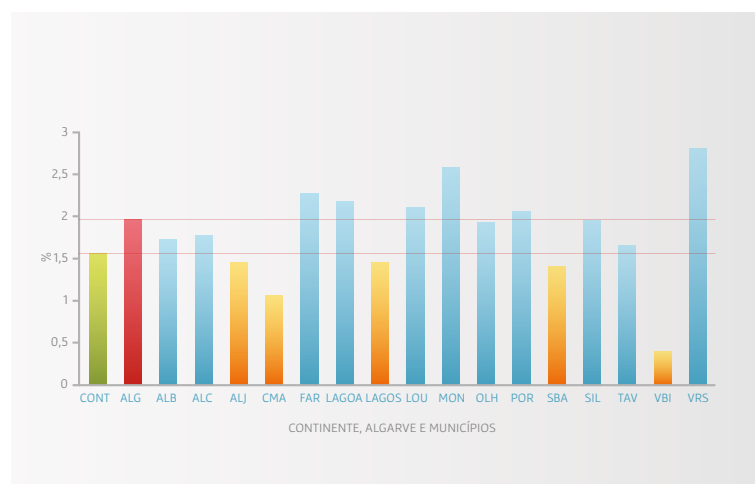
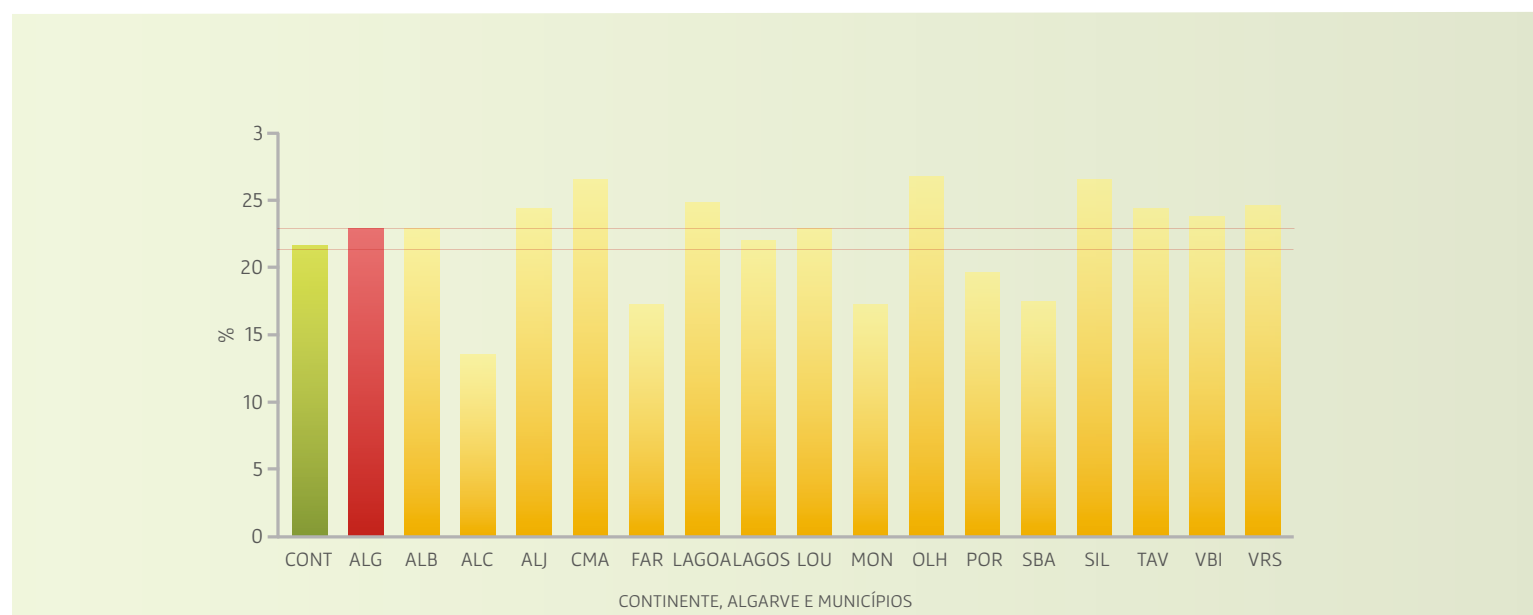


GRÁFICO 8: Taxa de abandono do ensino básico 2011 (%)

GRÁFICO 9: Taxa de conclusão/transição no ensino secundário 2010/11 (%)



MAPA 5: Taxa de Abandono Escolar Precoce (18-24 anos), em 2011 (%)

FICHA 06 POPULAÇÃO ENVELHECIDA ISOLADA

- » O Algarve apresenta percentagens de população idosa a residir em alojamentos exclusivamente com pessoas de 65 ou mais anos ligeiramente mais elevados do que no Continente (61,9% contra 60,1%).
- » O fenómeno é mais acentuado em municípios interiores e mais rarefeitos de população, como o são Alcoutim, Castro Marim, Monchique e

- Vila do Bispo (71,6%, 66,1%, 65,2% e 65,9% dos idosos residem com outros idosos), mas também apresenta uma dimensão mais urbana, com valores também superiores à média da Região em municípios como Lagos e Tavira.
- » O Algarve é ainda a terceira região do país com maior percentagem de idosos a residir sozinhos (idosos isolados) (21%), com crescimento

- superior à média nacional;
- » Alcoutim emerge de novo neste indicador como sendo a situação mais gritante (26%), sendo aliás aquele em que a relação entre peso de população idoso e de idosos isolados é mais desproporcionada;

Fonte: INE

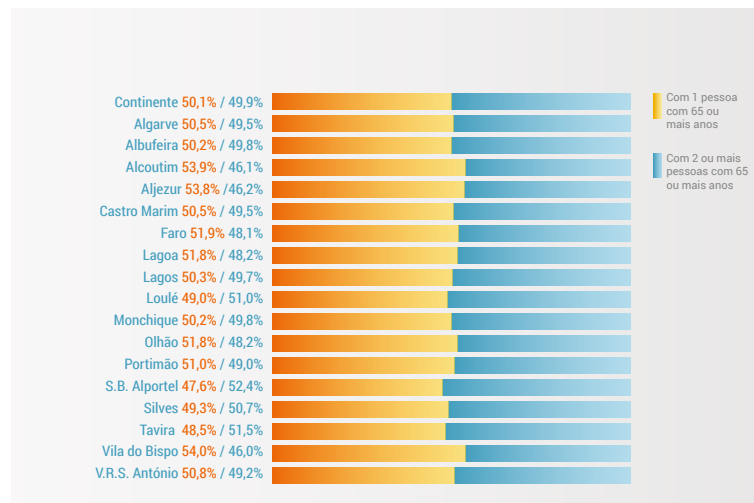
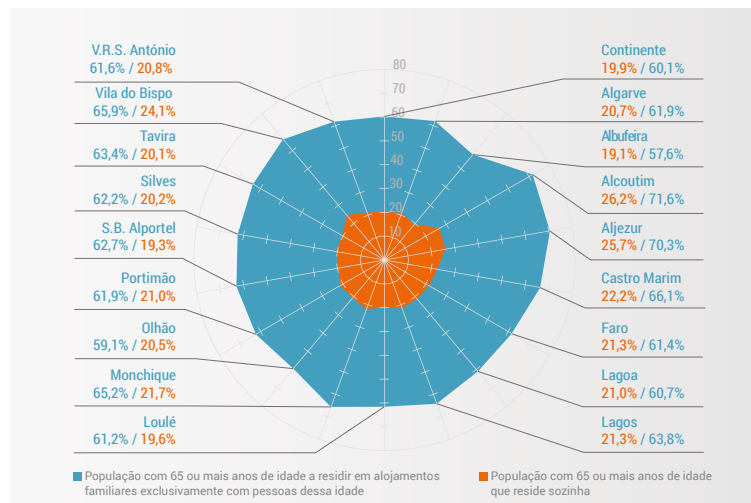
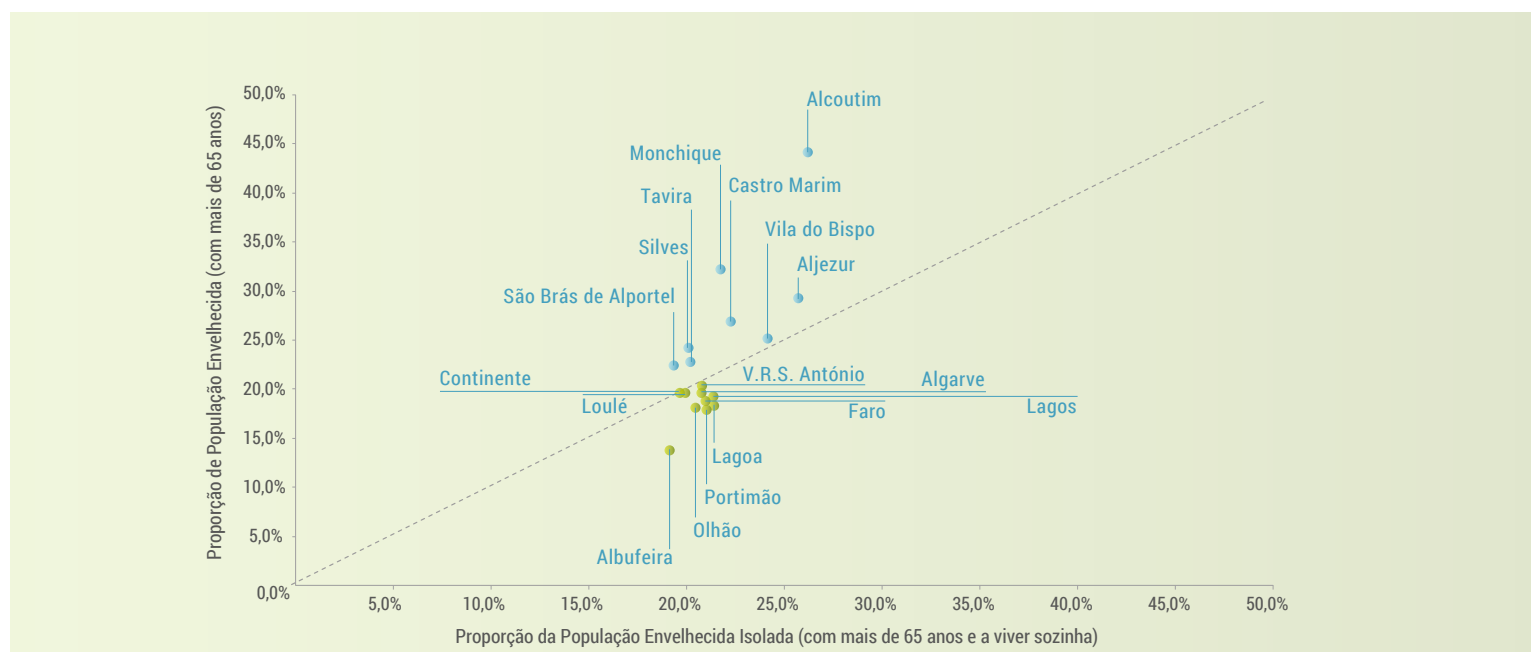


GRÁFICO 10: População idosa a residir em alojamento exclusivamente com idosos, 2011

GRÁFICO 11: Alojamentos com residentes idosos, 2011



MAPA 6: Proporção da População Envelhecida e Isolada, em 2011, por município

FICHA 07 FATORES DE COMPETITIVIDADE

- » A Região alicerça o seu modelo produtivo em fatores de competitividade que se identificam sobretudo com a intensidade em recursos naturais e em mão-de-obra;
- » Em conjunto, aqueles dois setores representam, na Região, 80% dos trabalhadores por conta de outrem (não tendo em conta, por isso, o emprego público, mal representado nos Quadros de Pessoal);
- » Só Faro e Vila Real de S. António escapam a essa tendência, mas mesmo assim com peso desses dois grupos de setores acima dos 60%;
- » Faro é mesmo assim o concelho com fatores de competitividade mais diversificados;

- » No que respeita à intensidade em recursos naturais, são sobretudo as indústrias alimentares e a fabricação de outros produtos minerais não metálicos que pontificam na estrutura produtiva da maioria dos municípios

Fonte: Quadros de Pessoal e cálculos próprios

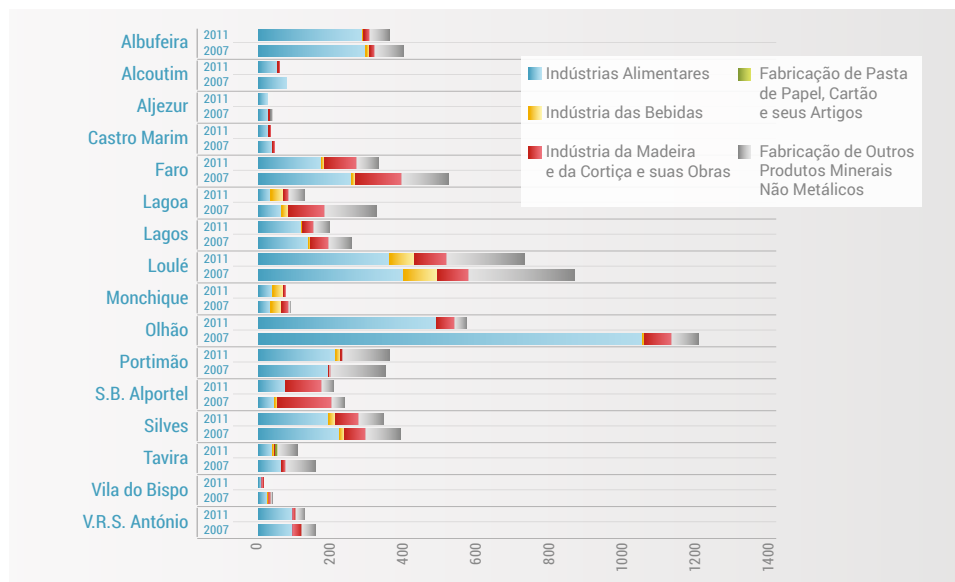


GRÁFICO 12: Indústrias intensivas em recursos naturais, 2007, 2011, município, nº de trabalhadores

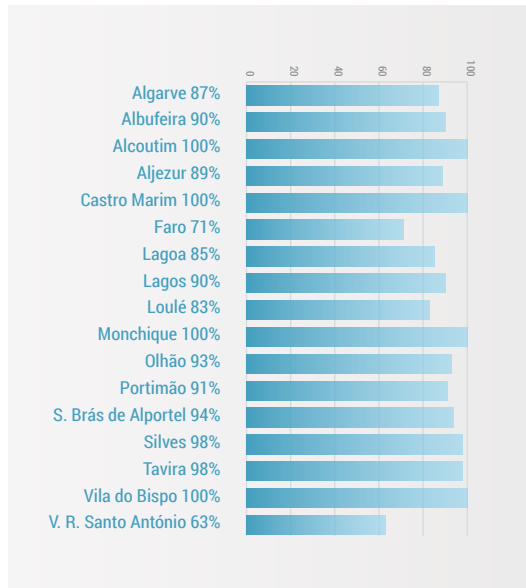
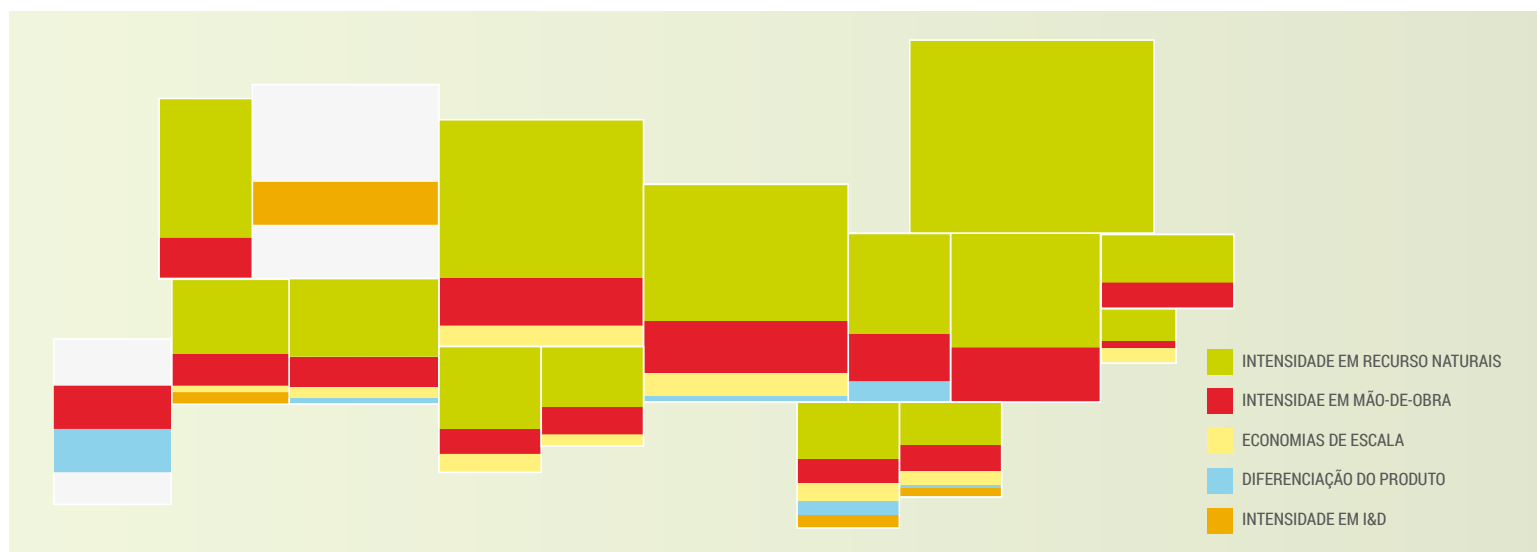


GRÁFICO 13: Setores intensivos em recursos naturais e em mão-de-obra, 2011, % do nº total de trabalhadores



MAPA 7: Classificação da Indústria Transformadora por fator de competitividade (n.º de trabalhadores) - 2011

FICHA 08 CONHECIMENTO E TECNOLOGIA

- » A economia algarvia tem uma baixa intensidade tecnológica e de conhecimento e isso transparece das estruturas produtivas concelhias, medidas pelo peso dos trabalhadores por conta de outrem na tipologia de setores representativa daquela intensidade;
- » As indústrias intensivas em baixa tecnologia apresentam uma muito baixa expressão no

- emprego regional;
- » Os serviços menos intensivos em conhecimento (SMIC) dominam a base produtiva regional;
- » Com relevo sobretudo para o peso dos SMIC;
- » Nesse peso, avulta compreensivelmente a fileira dos serviços identificados com o binómio turismo – imobiliário que caracterizou até à crise de 2008 a dinâmica de crescimento da

- economia algarvia;
- » A visualização dessa distribuição pelo território mostra como o grupo central de municípios algarvios concentra a maior dotação dos referidos SMIC

Fonte: Quadros de Pessoal e cálculos próprios

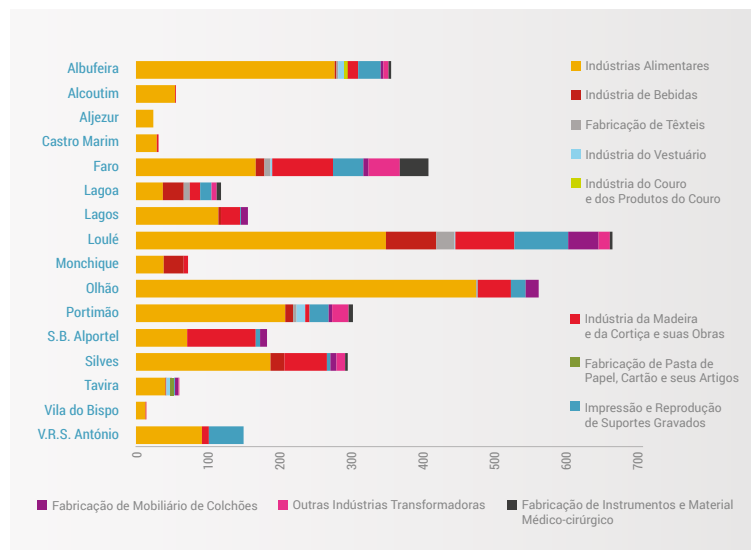


GRÁFICO 14: Indústrias de baixa tecnologia, 2011, município, nº de trabalhadores

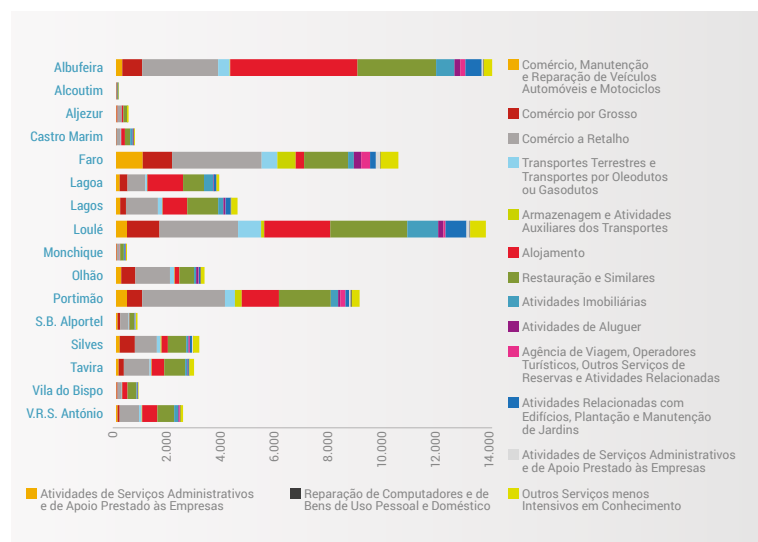
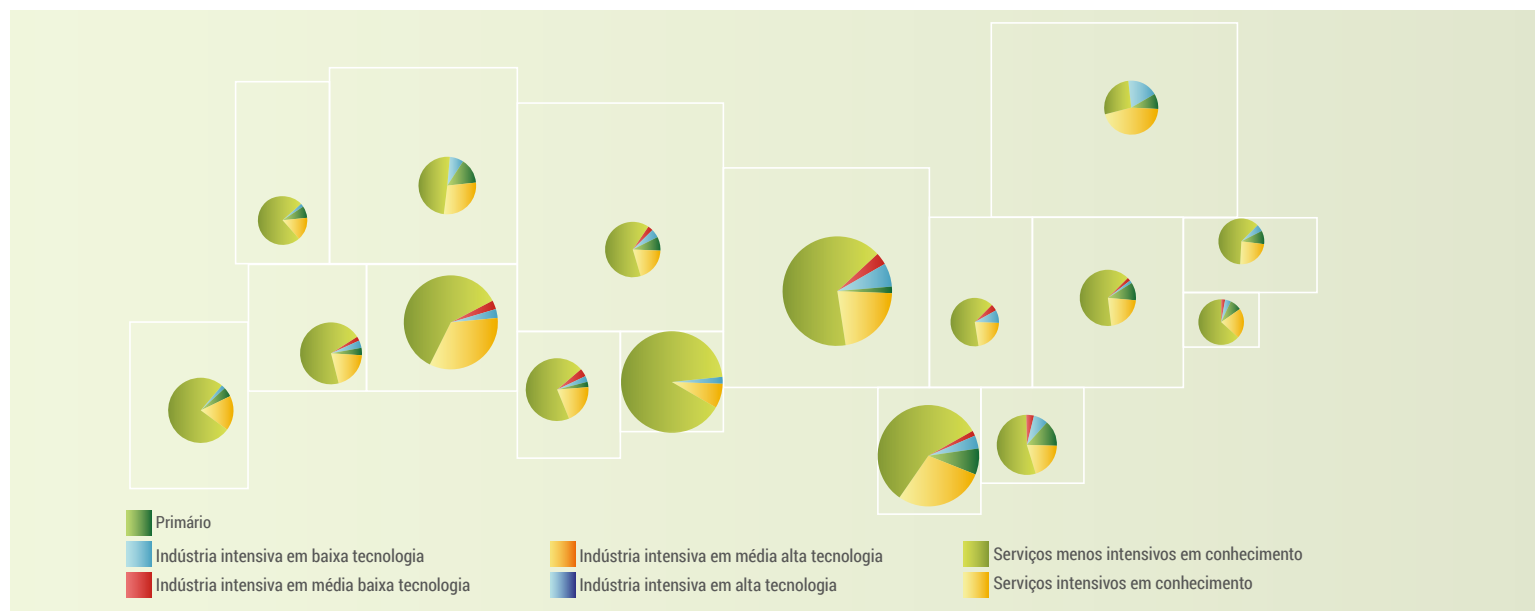


GRÁFICO 15: Serviços menos intensivos em conhecimento, 2011, nº de trabalhadores



MAPA 8: Classificação da Indústria e Serviços, em 2011, por grau de intensidade em tecnologia e conhecimento

FICHA 09 HOTELARIA

- » A capacidade de alojamento e o número efetivo de dormidas absorvido aparecem bem documentados em termos de densidade por 1000 habitantes no gráfico 16, não só do ponto de vista da relação com o Continente, mas também do ponto de vista da distribuição entre municípios;
- » A densidade observada em Albufeira é

flagrantemente superior à dos restantes concelhos, numa relação na melhor das hipóteses de 1 para 4;

- » Lagoa e Vila Real S. António são os concelhos que mais se aproximam, mas a uma evidente distância da Albufeira;
- » A sazonalidade estival (superior em seis p.p. à do Continente) está representada no gráfico

- nº 17, pois a 3 meses do ano correspondem proporções de dormidas mais que proporcionais, embora apenas em 3 concelhos (Lagoa, Olhão e Silves) essa proporção é superior a 50%;
- » Albufeira, Portimão e Tavira apresentam as taxas de ocupação – cama líquida mais elevadas (superiores a 50%) e Faro a taxa mais baixa.

Fonte: INE

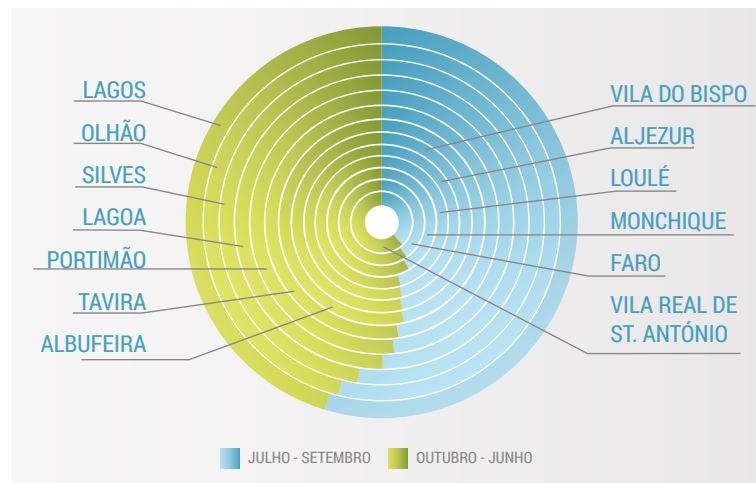
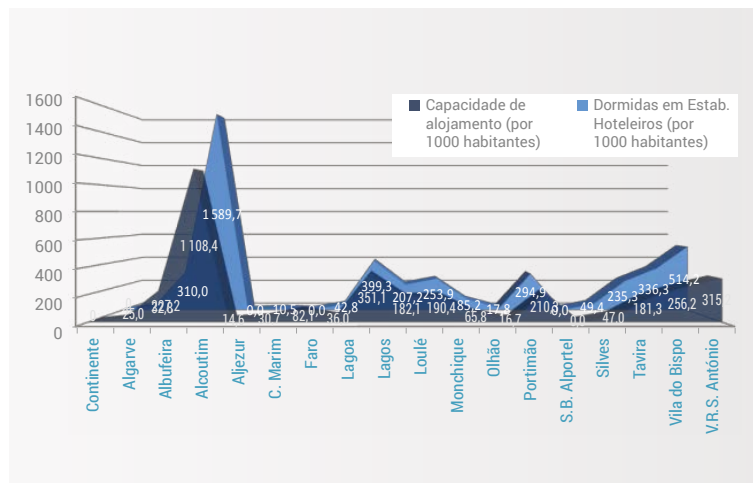
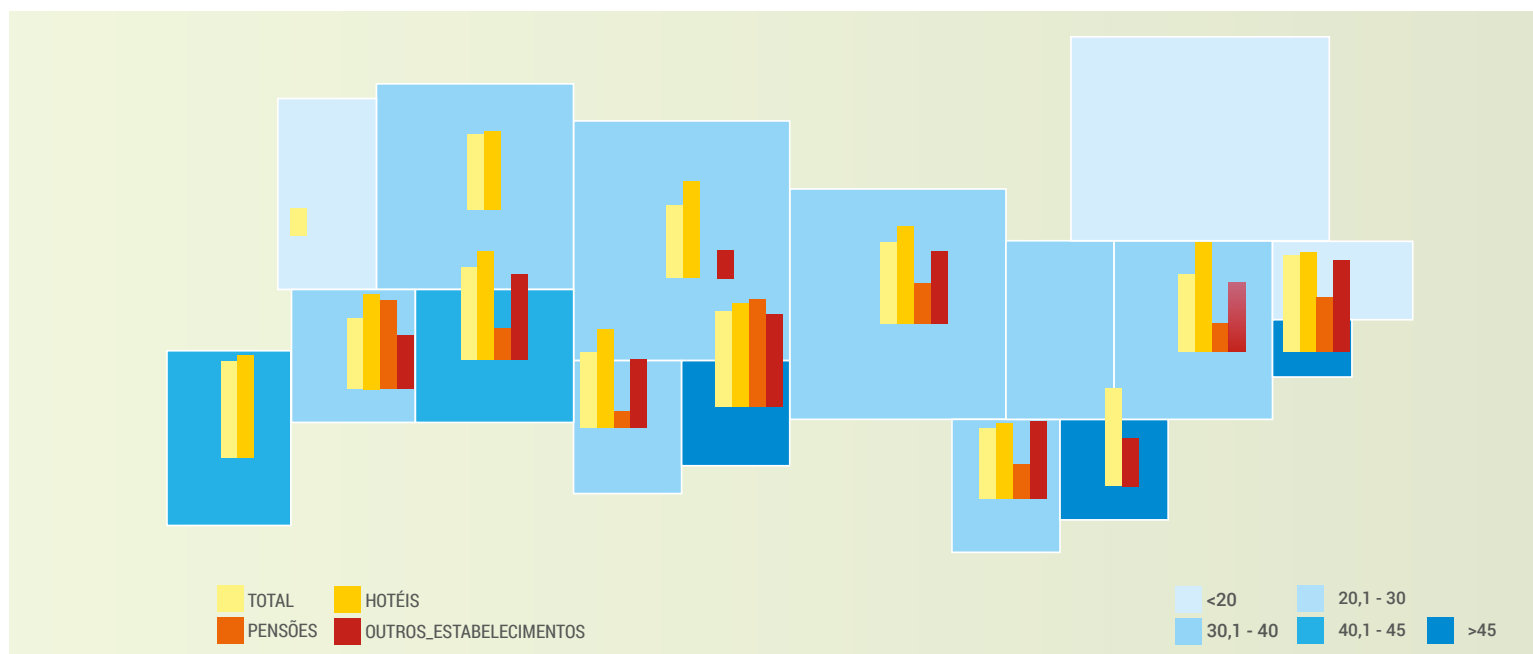


GRÁFICO 16: Capacidade de alojamento e dormidas por 1000 habitantes - 2011

GRÁFICO 17: Sazonalidade das dormidas, por época - 2011



MAPA 9: Taxa de Ocupação, em 2011, por estabelecimento (%)

FICHA 10 TURISMO

- » A duração da estadia média em 2011 experimentou face a 2001, na generalidade dos municípios, uma diminuição com algum significado;
- » Na hotelaria, a duração média máxima registada em Vila Real S. António atinge o valor de 5 dias e em Albufeira não atinge sequer os 5 dias (4,7), traduzindo de facto uma tipologia de permanência na Região de curta duração e provavelmente associado ao peso de pacotes turísticos de curta duração;

- » Lagoa; Lagos, Loulé, Portimão e Silves são os concelhos com permanência média acima dos 4 dias que é a média algarvia;
- » A nacionalidade dos hóspedes continua a sugerir que o mercado interno é ainda relevante: só no concelho de Albufeira é que o número de hóspedes provenientes de um destino externo (do Reino Unido) supera o número de hóspedes nacionais;
- » Em 3 concelhos, a percentagem de hóspedes nacionais é superior a 50%: Aljezur (84%), Faro

- (52%) e Monchique (51%);
- » A média na Região é de 37% de hóspedes nacionais, superando aquela quota os 3 concelhos anteriores e Loulé, Olhão, Portimão, Silvas, Tavira e Vila Real S. António, mas com valores inferiores a 50%;
- » A distribuição espacial dos proveitos por hóspede em 2011 não apresenta nenhum padrão relevante.

Fonte: INE

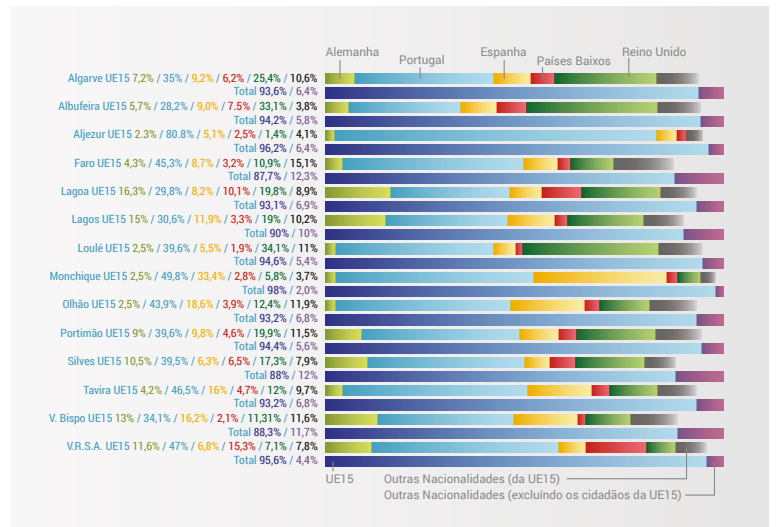
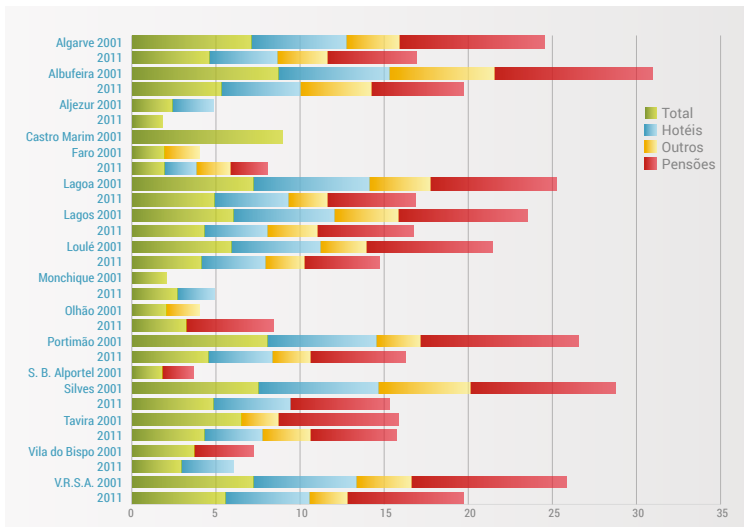
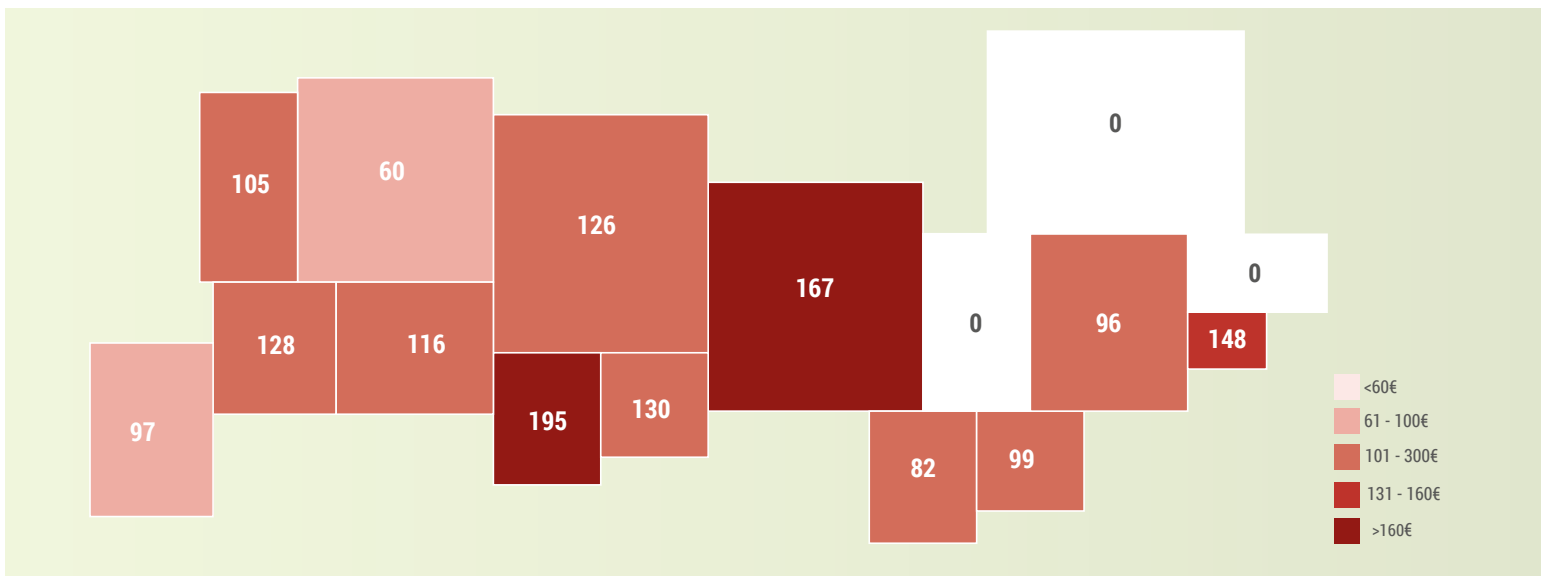


GRÁFICO 18: Estadia média por estabelecimento - 2011

GRÁFICO 19: Nacionalidade dos hóspedes - 2011



MAPA 10: Proveitos por hóspede (€) - 2011

FICHA 11 EMPREGO NAS ATIVIDADES CULTURAIS E CRIATIVAS

- » Na região do Algarve, o emprego no setor cultural e criativo apresentava, na segunda metade da década anterior, pesos no total de emprego inferiores aos valores médios do país (Continente), mas comportamentos de variação idênticos;
- » Na maioria dos concelhos do Algarve, o peso do emprego nestes setores apresentava, nesse mesmo período, valores inferiores a 1,5%;
- » Em termos de distribuição do emprego no setor cultural e criativo por sub-setores, destaca-

se a importância das atividades de natureza comercial em praticamente todos os municípios,

- » Nalguns concelhos, para além das atividades comerciais, evidenciam-se alguns outros segmentos de atividade, designadamente: as atividades cinematográficas, vídeo e produção de programas televisivos em Tavira, as atividades de rádio em Monchique e as atividades de edição de livros, jornais e outras publicações em Lagoa, Silves e Vila Real de Santo António.

- » Os concelhos de Faro, Loulé, Portimão e Albufeira apresentam os volumes mais elevados de emprego neste setor cultural e criativo, coincidindo com os principais núcleos urbanos da região.
- » Os concelhos do interior ou das zonas mais ocidentais e mais orientais da região apresentam volumes bastantes baixos de emprego no setor (Aljezur, Vila do Bispo, Monchique, Alcoutim e Castr. Marim).

Fonte: Marktest Sales Index

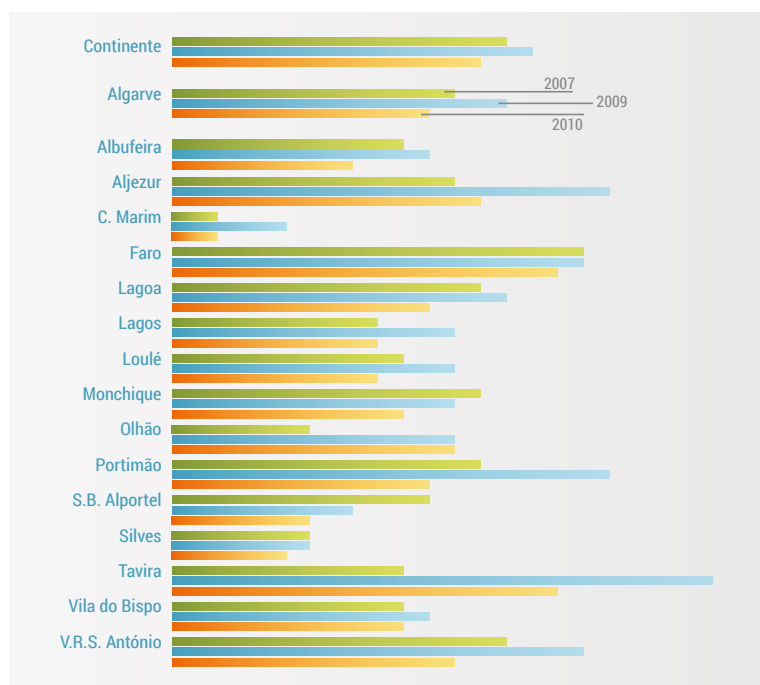


GRÁFICO 20: Peso do emprego nas atividades culturais e criativas no emprego total - 2007, 2008, 2009

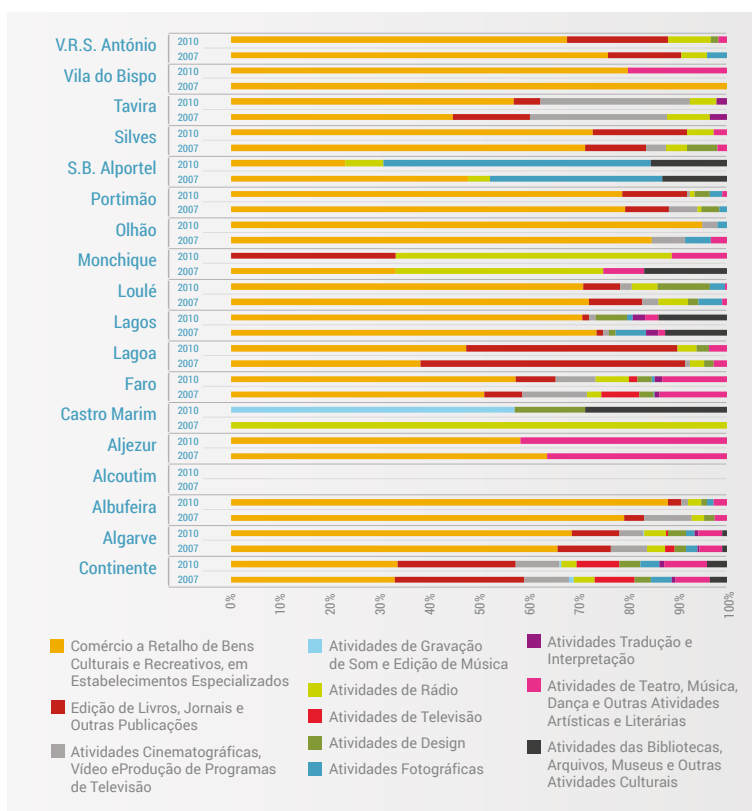
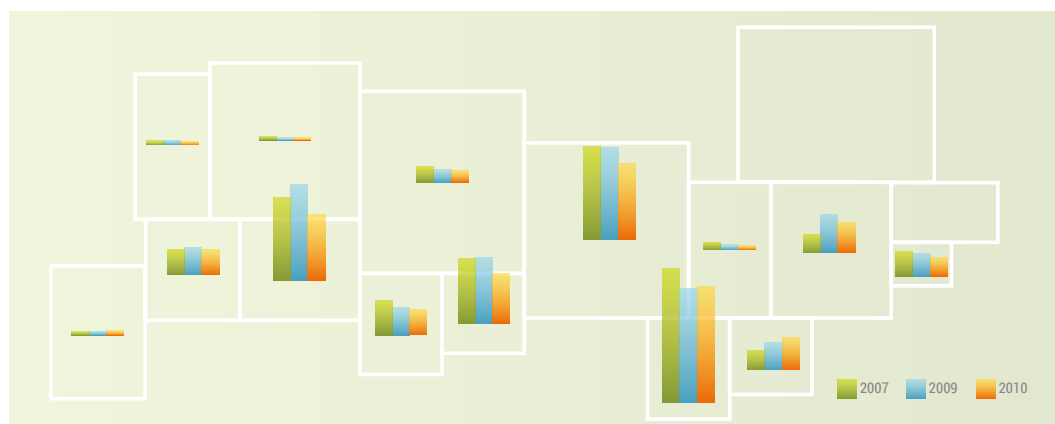


GRÁFICO 21: Emprego nas atividades culturais e criativas por área de atividade - 2007, 2010



MAPA 11: Total do Emprego em Atividades Culturais e Criativas (nº de trabalhadores) - 2007, 2009 e 2010

FICHA 12 ECONOMIA DO MAR: PRINCIPAIS SETORES DE PRODUTOS DO MAR (A)

- » O Algarve apresenta nos vários subsectores de produtos do mar parcelas significativas da produção nacional, ainda que com pesos diferenciados entre os vários subsectores. A importância da região nos setores tradicionais da economia do mar surge, assim, de forma muito evidente;
- » Na produção de Sal o Algarve concentra a quase totalidade da produção nacional (96,5%) fruto das excelentes condições naturais que reúne para esta produção, nomeadamente, no sapal de Castro Marim e ao longo da Ria Formosa;
- » Também na Aquicultura, setor que tem verificado na região importantes investimentos empresariais na última década, a região apresenta volumes bastante relevantes da produção nacional (atinge em 2011 os 36% do total nacional);
- » Em termos de NUT II, o Algarve foi até 2010 o principal centro produtor de aquicultura – representava nesse ano 43% da produção nacional. Os últimos dados disponíveis – 2011 - indicam a região
- » Centro como o atual principal centro produtor de aquicultura nacional, fruto dos mais recentes investimentos ali ocorridos;
- » No setor da Pesca, onde a região oferece números apreciáveis de pescadores e de embarcações registadas, destacam-se, com relevância nacional, os portos de Olhão (quinto porto nacional) e o porto de Portimão (oitavo porto nacional). Os restantes portos têm relevância local expressiva;
- » No setor da pesca são evidentes as especificidades da região a nível nacional. O caráter artesanal do setor, dominado por embarcações de pequena capacidade, surge aqui muito evidente. O volume de
- »
- » pescado (17,8% do nacional) é bastante inferior ao peso que a região apresenta em termos de frota piscatória (27,8% do total nacional).

Fonte: INE – Estatísticas da Pesca

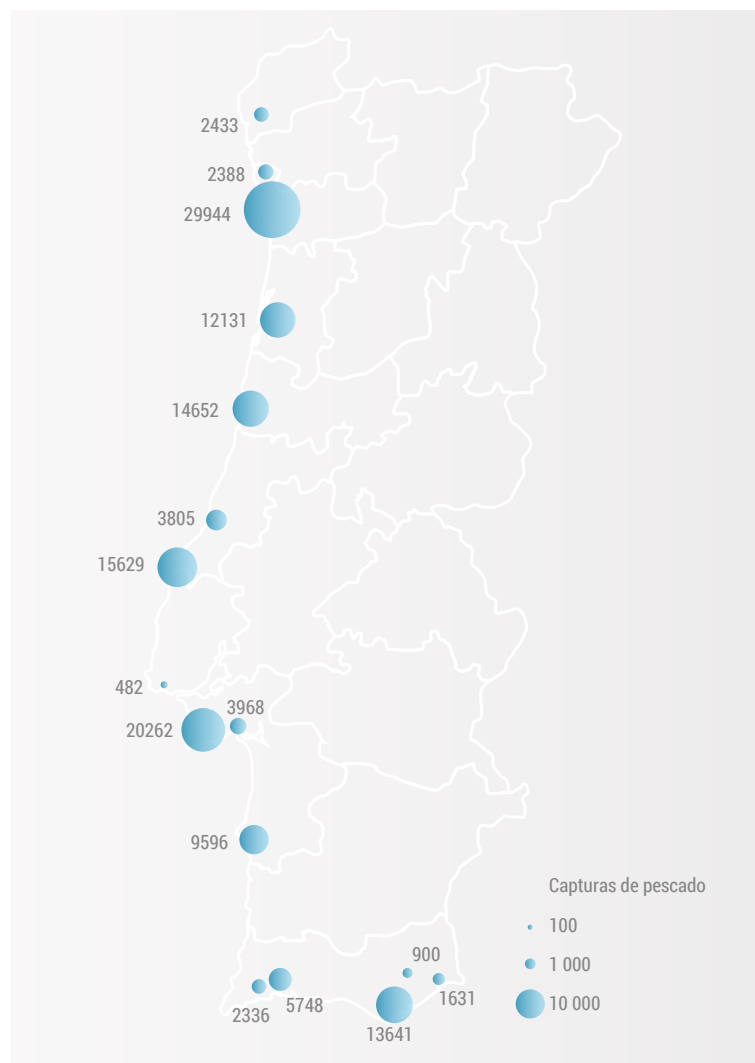


GRÁFICO 23: Capturas de pescado registadas por porto (toneladas) – média 2010-2012

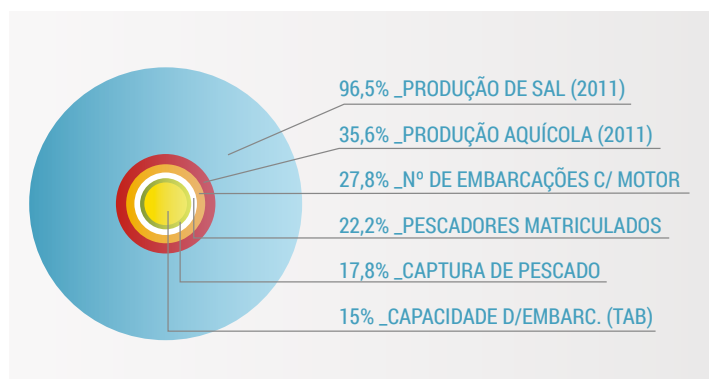


GRÁFICO 22: Pesca, aquicultura e produção de sal: peso do Algarve no total do Continente - 2012

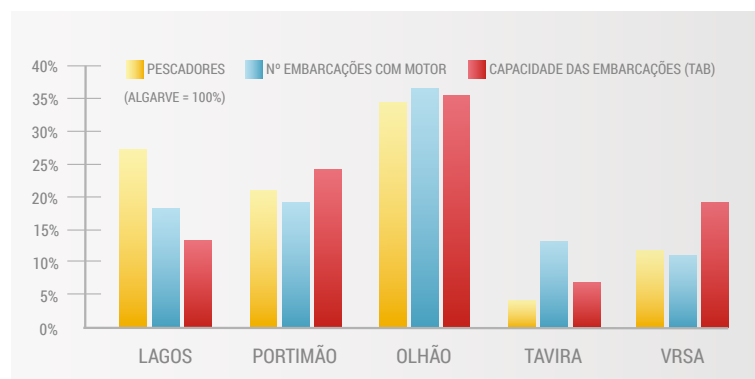


GRÁFICO 24: Setor da Pesca no Algarve - peso dos portos no total da região - 2012

FICHA 13 ECONOMIA DO MAR: PRINCIPAIS SETORES DE PRODUTOS DO MAR (B)

- » O Algarve apresenta, ao longo da última década, evoluções diferenciadas no seio dos setores tradicionais da economia do mar;
- » Na produção de Sal os dados disponíveis e as dinâmicas empresariais recentes apontam para uma tendência de redinamização do setor na região muito visível no aumento significativo da produção
- » registada nos últimos anos. Um aumento de produção, sublinhe-se, acompanhado de um incremento também muito elevado da produtividade das explorações;
- » Na produção aquícola a região permanece como um importante centro produtor nacional.

- A região apresenta volumes de produção em torno das 3500 toneladas e tem registado uma importante dinâmica de investimento quer na fase de produção, quer nas fases de transformação e de comercialização. Lagos, Tavira e Olhão, são os lugares da região onde as recentes dinâmicas de investimento mais se têm sentido;
- » O setor da pesca é aquele onde a região tem verificado uma tendência globalmente regressiva, ainda que muito influenciada pela evolução do setor em Portimão, cujo porto registou quebras no pescado capturado bastante assinaláveis nos últimos 15 anos;

- » Olhão é atualmente o principal porto de pesca da região com uma posição de destaque a nível nacional;
- » Os portos de Lagos, Tavira e de Vila Real de Santo António, apresentam uma importância local. A linha de tendência no volume de capturas registado nestes pequenos portos apontam para quebras lentas ainda que continuadas;
- » As infraestruturas de apoio à pesca em terra evidenciam uma grande necessidade de investimento de renovação e de redinamização.

Fonte: INE

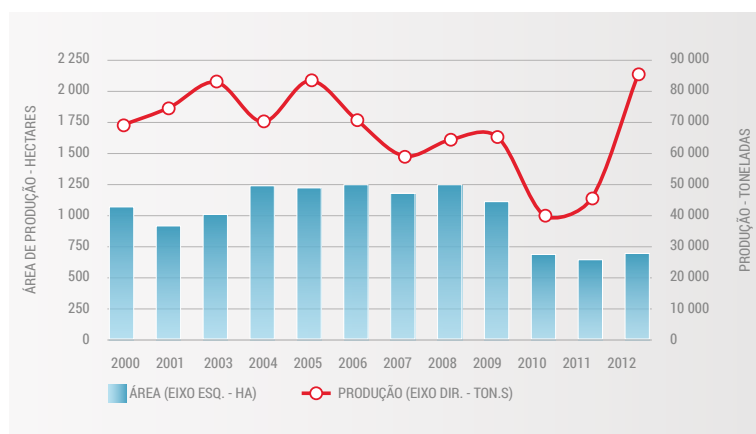


GRÁFICO 25: Salinicultura: evolução da produção no Algarve

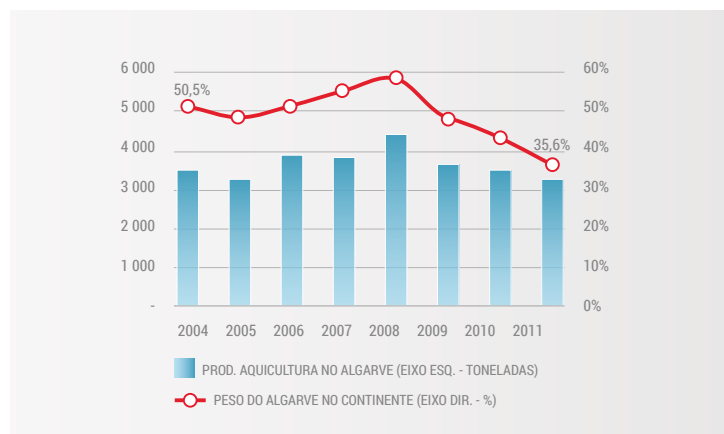


GRÁFICO 26: Aquicultura: evolução da produção aquícola no Algarve e do peso do Algarve no Continente

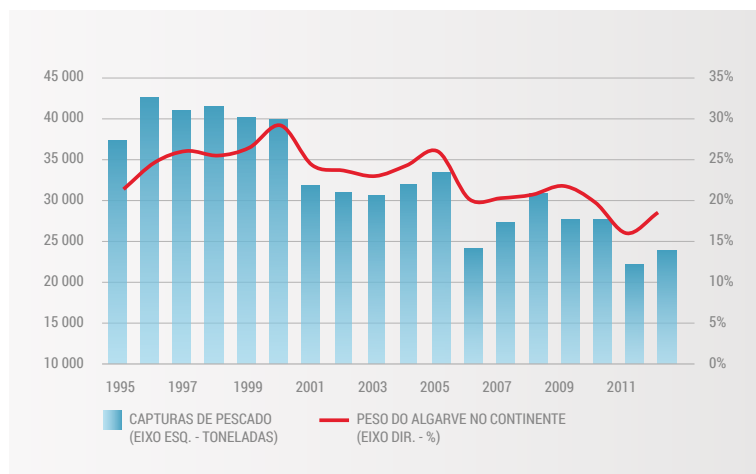


GRÁFICO 27: Capturas de pescado, evolução das capturas no Algarve e do peso do Algarve no Continente

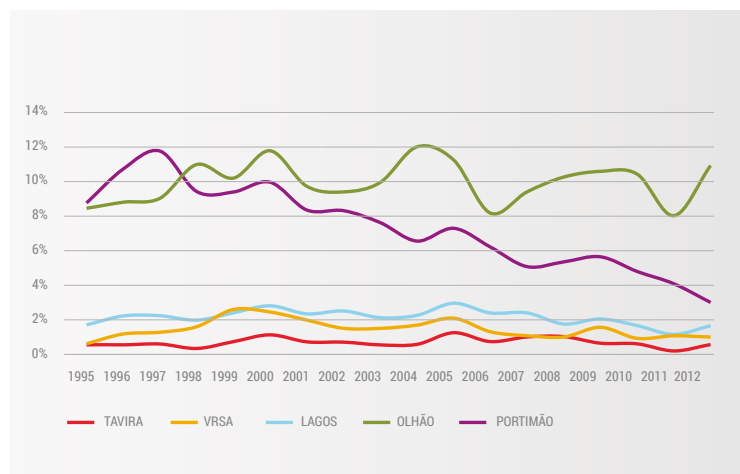


GRÁFICO 28: Capturas de pescado, evolução do peso dos portos do Algarve no total do Continente

FICHA 14 ECONOMIA DO MAR: SETOR PORTUÁRIO COMERCIAL E NÁUTICA DE RECREIO

- » Na náutica de recreio o Algarve destaca-se como a região com maior capacidade de acolhimento de embarcações (43% do total nacional), acolhendo também o maior número de infra-estruturas portuárias de maior dimensão à escala nacional;
- » Estas infraestruturas portuárias encontram-se distribuídas por nove concelhos da região destacando-se, contudo, a dimensão e a qualidade das infraestruturas em Loulé (Vilamoura) e em Portimão. Em conjunto este

- dois portos representam 40% dos pontos de amarração da náutica de recreio regional;
- » Contrariamente à situação na náutica de recreio, no transporte marítimo comercial de passageiros o Algarve apresenta valores extraordinariamente residuais num contexto nacional;
- » Na atividade de cargas e descargas portuárias o Algarve conta apenas com infra-estruturas em Faro e em Portimão. Ambos os portos apresentam muito reduzidos volumes de

- mercadorias transportadas;
- » A região não tem atividade no transporte de passageiros, ainda que seja reconhecida potencialidade no desenvolvimento desta atividade, sendo sinalizada a importância de um infra-estrutrua
- » portuária com esta capacidade no município de Portimão.

Fontes: IPTM e INE – Inquérito ao Transporte Marítimo

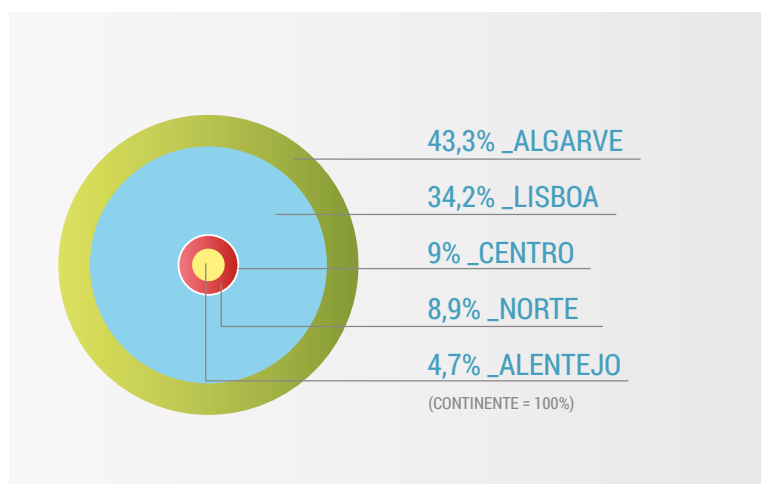


GRÁFICO 29: Náutica de recreio: distribuição do nº de amarrações em marinas /porto de recreio por NUT II

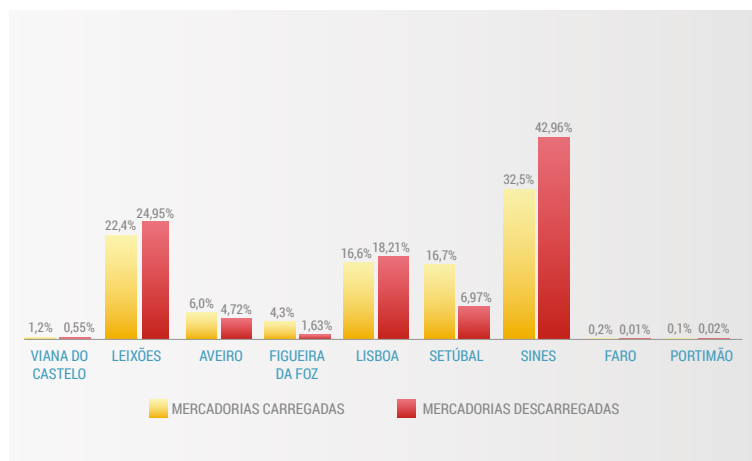
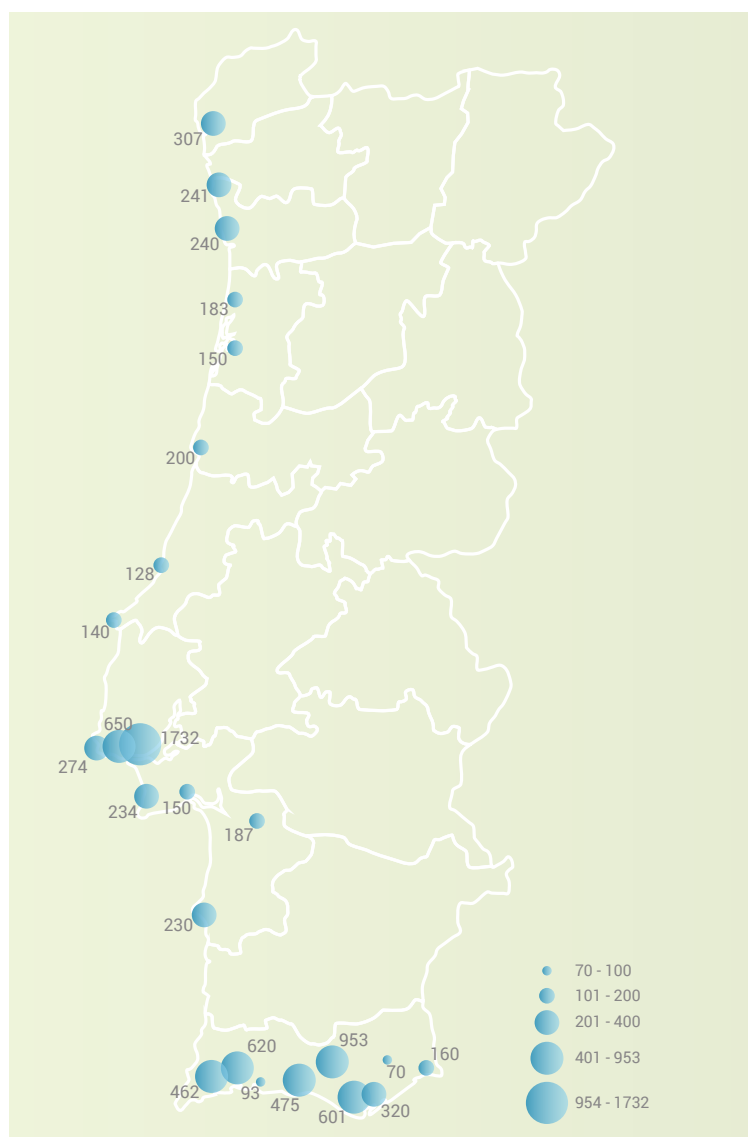


GRÁFICO 30: Cargas e descargas de mercadorias nos portos do Continente – 2011



MAPA 12: Náutica de recreio – nº de amarrações por marina /porto de recreio - 2013

FICHA 15 ÁGUA E SANEAMENTO

- » O grau de cobertura de abastecimento de água aumentou significativamente nos últimos 10 anos, encontrando-se em níveis próximos dos 100% na maior parte dos concelhos;
- » A população servida por ETAR cresceu nos últimos 10 anos na maior parte dos concelhos algarvios, havendo no entanto alguns concelhos onde os dados estatísticos apresentam uma diminuição do grau de cobertura que importa analisar, tais como Vila do Bispo, Lagos e Albufeira

- » Relativamente ao consumo de água por setor os dados estatísticos não permitem perceber o impacto das várias atividades no consumo de água visto que parte dos concelhos não possui informação desagregada, estando disponível exclusivamente valores sobre o consumo doméstico.
- » As origens de água concentram-se principalmente em 4 concelhos algarvios com especial incidência em Castro Marim e Silves. A origem da água

- captada é fundamentalmente água de superfície através de captações em barragens
- » Relativamente ao tipo de tratamento da água captada grande parte da mesma é tratada por estações de tratamento de água. A restante água é tratada por pontos de cloragem.
- » Importa destacar que o tratamento nem sempre se verifica nos locais de captação mas principalmente nos pontos de abastecimento.

Fonte: INE

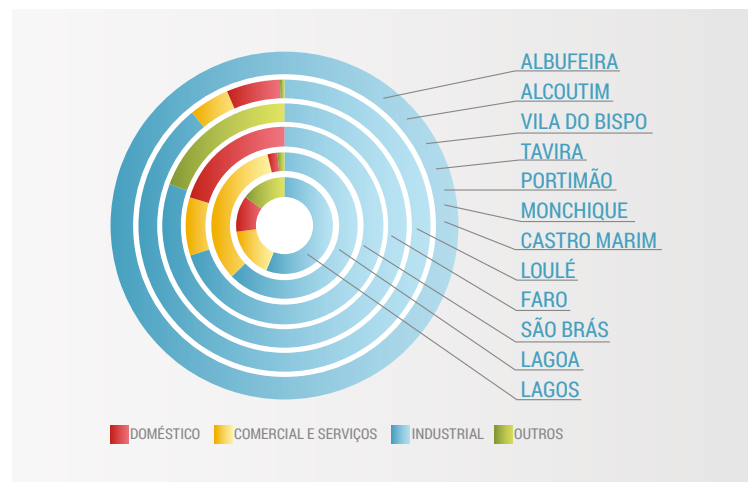
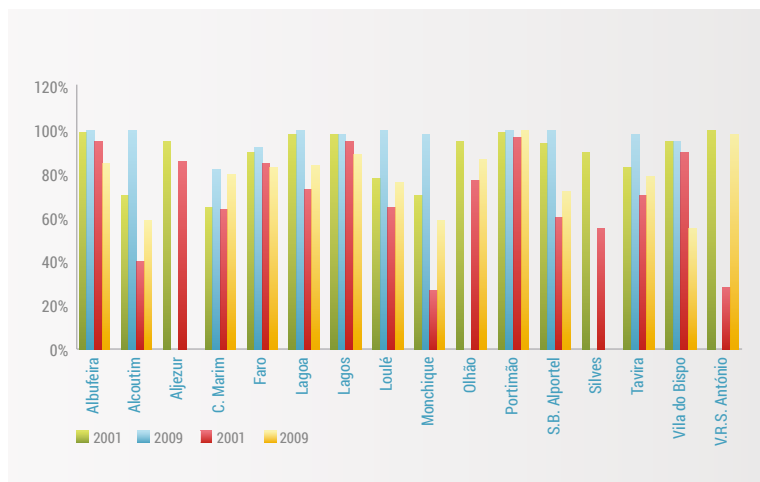
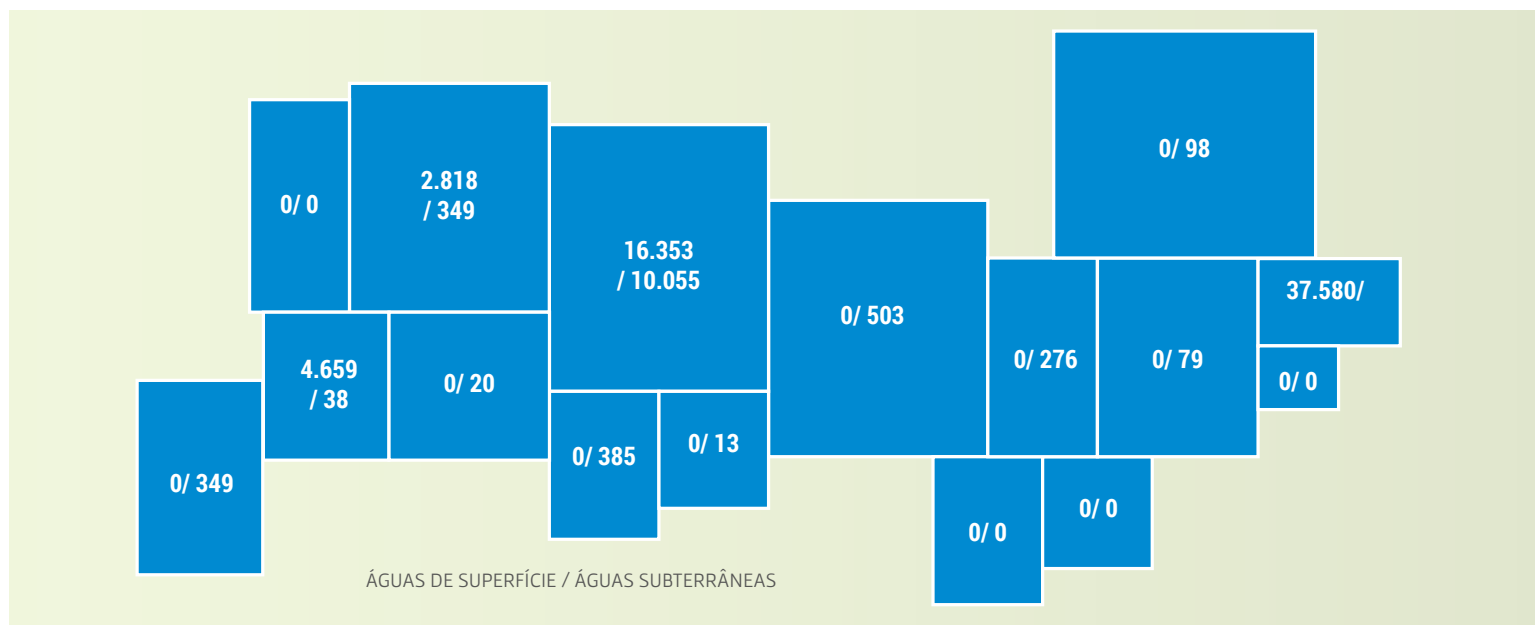


GRÁFICO 31: População servida por água e ETAR (%)

GRÁFICO 32: Consumo de água por setor 2009 (%)



MAPA 13: Localização e tipo de origem de água captada para consumo

FICHA 16 RESÍDUOS

- » O panorama algarvio em termos de resíduos difere acentuadamente do nacional. Relativamente ao tipo de destino dos resíduos sólidos urbanos a taxa de reciclagem é bastante inferior à média nacional fazendo com que a quantidade de resíduos dirigida para aterro seja claramente superior à média nacional.
- » No que se refere à valorização orgânica o valor está em conformidade com o referencial nacional.
- » Relativamente aos resíduos urbanos recolhidos por habitante, os valores variam bastante, atingindo valores mais elevados nos concelhos de Albufeira e Vila do Bispo e os valores mais baixos em Alcoutim e Monchique. Em regra os concelhos mais litorais possuem maiores volumes de resíduos recolhidos que os concelhos mais interiores.
- » Já no que diz respeito ao tipo de recolha de resíduos salientase que a recolha seletiva possui valores mais elevados no Algarve face à média nacional, registando valores mais elevados nos concelhos mais turísticos como Albufeira, Portimão e Olhão e valores mais reduzidos em concelhos interiores como Monchique e Alcoutim.

Fonte: INE

FICHA 17 ENERGIA

- » O consumo de eletricidade por uso reflete o elevado peso do consumo doméstico nos concelhos mais interiores face aos outros tipos de consumo.
- » Comparando com os dados nacionais destaca-se o baixo nível de consumo industrial no Algarve (cerca de 10% face a 36% de média nacional), com a exceção de Castro Marim cujos valores encontram-se na média nacional.
- » Já no que diz respeito ao consumo agrícola o valor da região é superior à média nacional, destacando-se o concelho de Silves (12%) com um valor quase 4 vezes superior à média da região.
- » No que se refere aos gastos com iluminação pública destacam-se os concelhos de Alcoutim e Monchique cujos consumos para este fim correspondem a mais de 15% dos gastos totais.
- » Importa ainda destacar o elevado peso do consumo não domésticos nos concelhos mais urbanos e litorais, onde se incluem todas as atividades económicas não retratadas individualmente, o que corresponde ao elevado peso do setor turístico nestes territórios.
- » O consumo de combustível por habitante é ligeiramente superior na região face à média nacional, mas divide-se em duas realidades distintas: os concelhos mais interiores, que possuem consumos bastante baixos e os concelhos mais litorais, que apresentam consumos mais elevados admitindo-se que a incidência do setor turístico nesta faixa justifique esta diferença.
- » A localização dos principais itinerários rodoviários e dos principais postos de combustível justificam o elevado consumo por habitante de concelhos como Silves e Loulé, verificando-se, contudo, que a região apresenta valores de consumo ligeiramente mais elevado que o País, diferença que é mais relevante, em geral, nos municípios litorais.

Fonte: INE

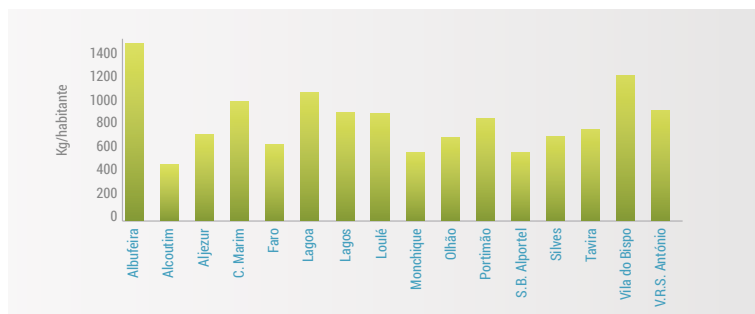


GRÁFICO 33: RSU recolhidos por habitante - 2011

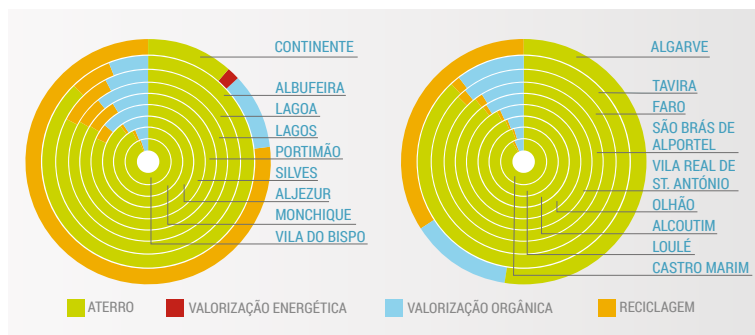


GRÁFICO 35: RSU produzidos por Tipo de Destino 2011 (%)

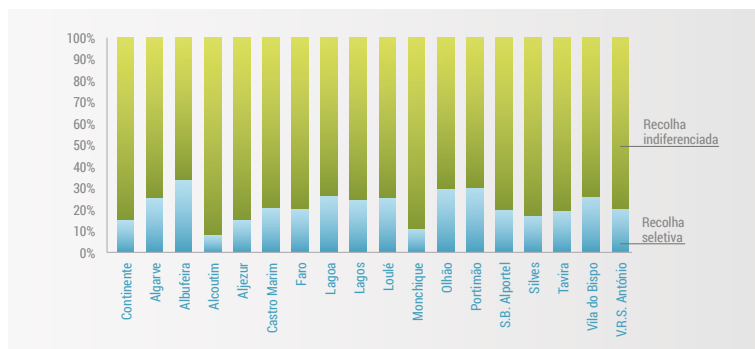


GRÁFICO 34: Recolha seletiva e indiferenciada

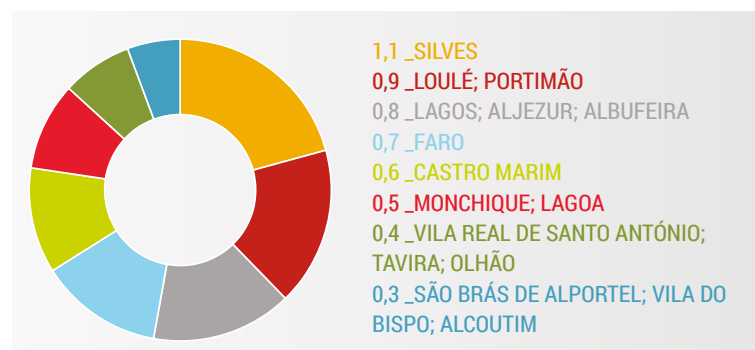
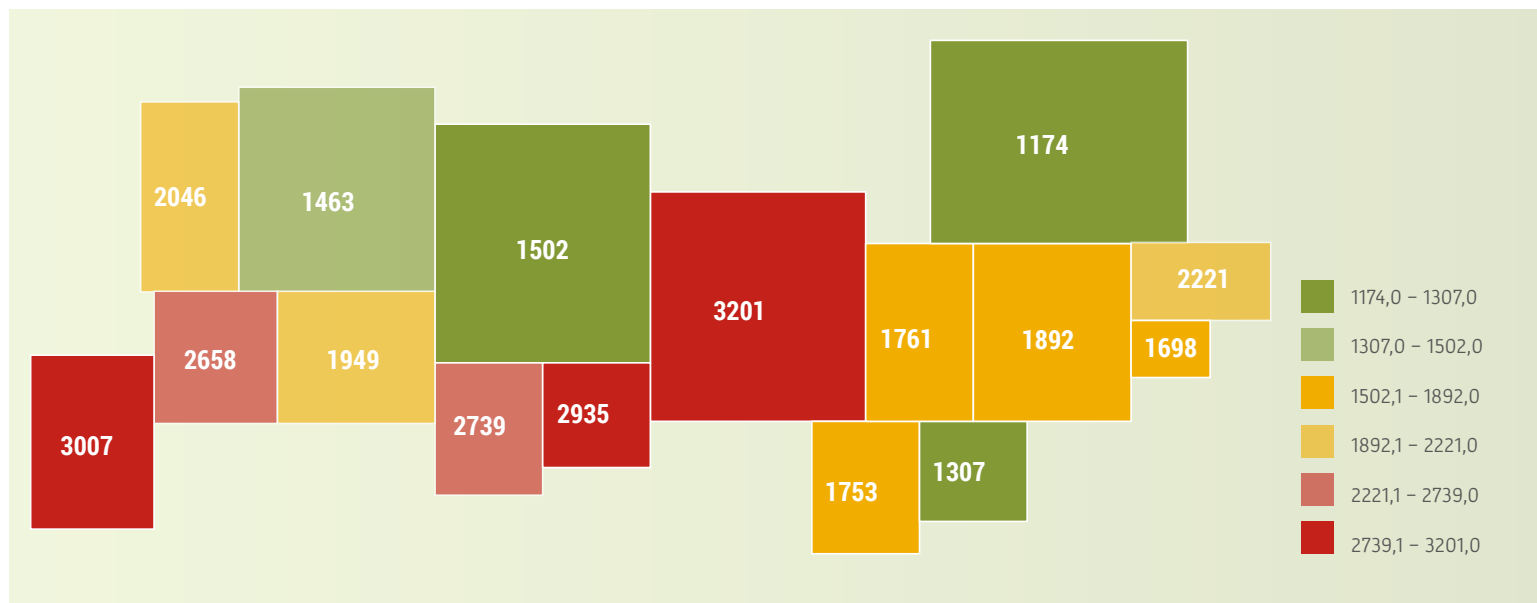


GRÁFICO 36: Consumo de combustível automóvel por habitante



MAPA 14: Consumo doméstico por habitante (Kwh)

FICHAS USADOSOLO

- » Da análise do gráfico 37 constata-se a elevada percentagem de solo rural face ao solo urbano. Os concelhos com maior proporção de solos urbanos são Lagoa, Vila Real de Santo António e Albufeira (18,5, 14,1 e 14% respetivamente) correspondendo aos concelhos com menores dimensões do Algarve e daí resultando um peso relativo assinalável.
- » No que se refere a áreas classificadas como urbanas, os concelhos de Loulé, Faro e Portimão destacam-se dos restantes, em especial Loulé que possui o triplo de área urbana que o segundo concelho com maior área. A existência de 2 cidades – Loulé e Quarteira neste concelho justifica este valor elevado.
- » Por outro lado os concelhos de Monchique e Alcoutim possuem mais de 99% do seu território classificado como rural, e 8 dos 16 concelhos algarvios possuem mais de 95% do seu concelho como solo rural.
- » Em termos de dinâmica de elaboração de PMOT importa assinalar o elevado número de PMOT em elaboração (71) face aos PMOT em vigor (106). Faro destaca-se ao nível dos PMOT em elaboração enquanto Loulé e Tavira destacam-se no número de planos em vigor.
- » No que se refere às tipologias de PMOT, importa destacar o facto de Lagos não possuir ainda PDM em vigor, encontrando-se em elaboração. Tavira destaca-se pelo número de PU em vigor enquanto Loulé e Lagos pelo número de PP.
- » Segundo os dados da CCDR Algarve, é possível identificar dois períodos de maior atividade de planeamento: (i) 1994/1995 – Aprovação da generalidade dos PDM da região; 2007/2008 – aprovação de 19 PU e 23 PP associados à publicação do PROT Algarve.

Fonte: INE

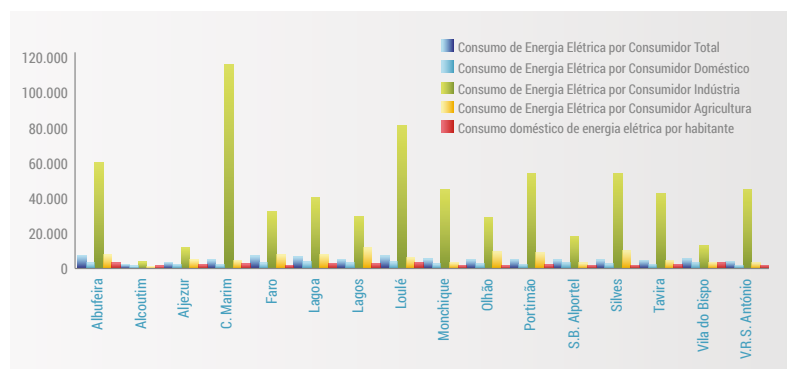


GRÁFICO 37: Consumo de Energia por Consumidor 2010

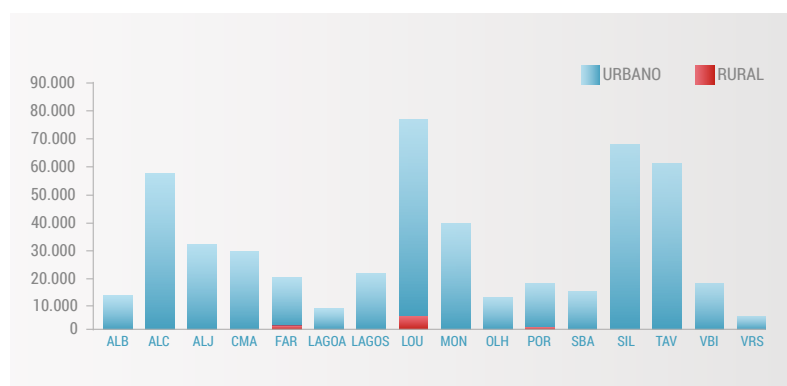


GRÁFICO 38: Usos urbanos e rurais por concelho

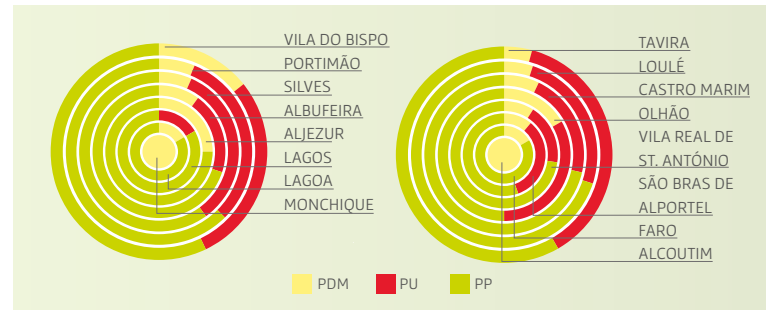
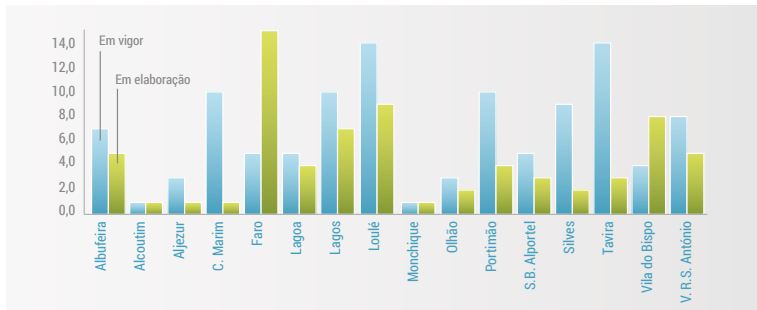


GRÁFICO 39: Dinâmica de elaboração de PMOT por município (1986-2012)

MAPA 15: Número e tipologia de PMOT em vigor por município (2012)

FICHA 19 OUTROS RECURSOS NATURAIS

- » Todos os concelhos do Algarve possuem áreas classificadas como Rede Natura 2000, com valores mínimos em Lagoa (3%) ao valor máximo que se regista em Vila do Bispo com 91% do seu território integrado em Rede Natura 2000.
- » As áreas protegidas possuem uma incidência territorial mais limitada circunscrevendo-se aos concelhos da Costa Vicentina, Ria Formosa e Sapal de Castro Marim.
- » A generalidade das áreas protegida é também classificada como Rede Natura 2000.

- » Relativamente às áreas classificadas como RAN e REN, os valores são bastante díspares ao longo da região, variando no caso da REN entre os 32% de Loulé e os 84% de Monchique.
- » No caso da RAN, há concelhos sem qualquer área classificada como RAN, como Alcoutim e Vila Real de Santo António e os maiores valores encontram-se nos concelhos de Lagoa e Albufeira.
- » Relativamente a despesas em ambiente os valores mais elevados encontram-se nos

- concelhos cujos territórios possuem mais área classificada como área protegida, a que corresponde o valor mais elevado, em 2010, de 0,11 milhares de euros/ hab em Vila do Bispo,
- » Para além das variáveis descritas nos gráficos e mapas importa destacar a existência de um número muito elevado de Organizações não governamentais na área do ambiente na região, destacando-se o concelho de Monchique como concelho com maior incidência de ONGA's.

Fonte: INE

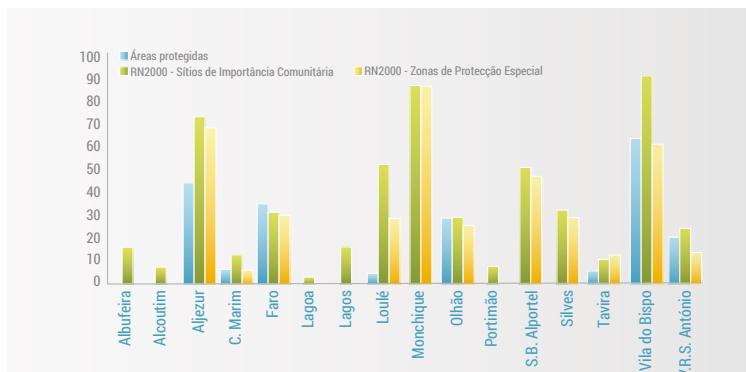


GRÁFICO 40: Áreas protegidas por concelho (%)

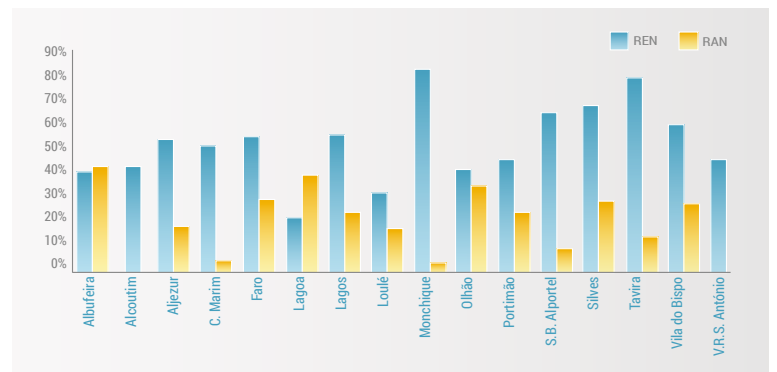
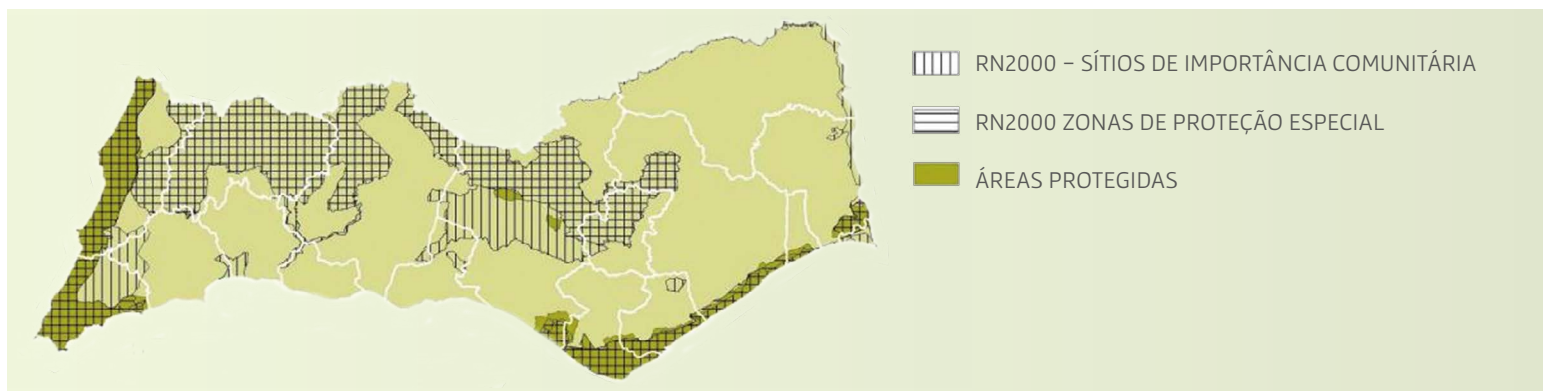


GRÁFICO 41: Áreas classificadas como RAN e REN (%)



MAPA 16: Áreas abrangidas por estatuto de conservação da natureza

FICHA 20 ZONA COSTEIRA

» O gráfico 42 permite perceber que alguns concelhos que possuem uma imagem associada ao turismo de sol e praia possuem um grau de litoralidade muito baixo visto serem concelhos que possuem um território vasto que se prolonga para o interior algarvio. Os principais exemplos são Loulé, Portimão e Tavira. Estes exemplos permitem perceber que a pressão turística é exercida num espaço exíguo e de elevada sensibilidade ambiental tal como se verifica pela análise dos indicadores de uso do solo.

» Importa destacar a elevada qualidade das praias algarvias em termos de qualidade ambiental, nomeadamente da água, e dos serviços e equipamentos que oferecem patente no elevado número de bandeiras azuis que todos os anos se registam na região.

» No que se refere à qualidade das águas para o ano de 2010 não havia registo de águas com qualidade má e apenas um registo de qualidade aceitável nas 106 zonas balneares. As águas balneares com qualidade excelente representam

95% das águas balneares do Algarve.

» Relativamente ao número de praias com bandeira azul cerca de 75% de todas as praias algarvias possuem bandeira azul, com especial destaque para Albufeira pelo elevado número de praias classificadas e ainda de maior relevância os casos de Tavira, Lagos e Faro que possuem todas as suas praias com esta distinção?

Fonte: INE

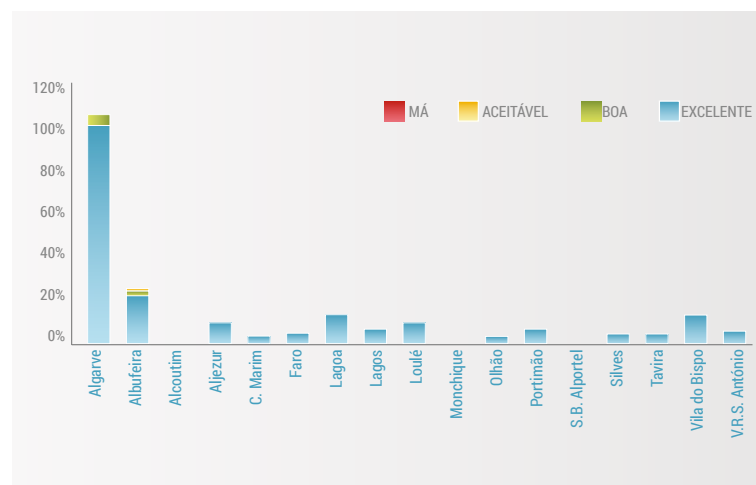
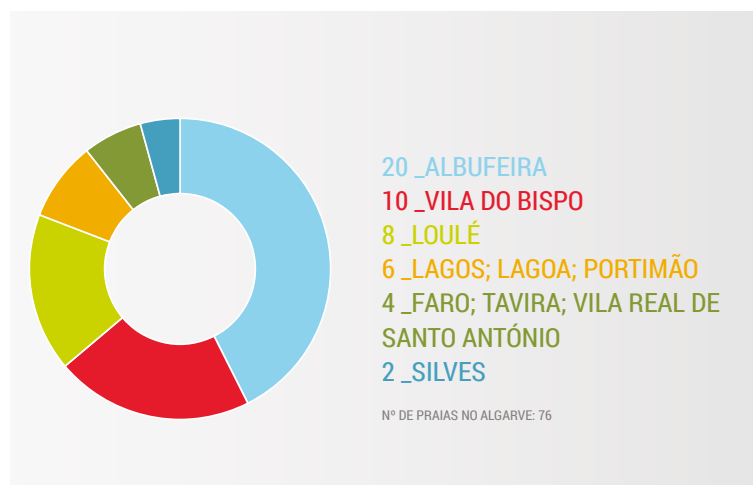
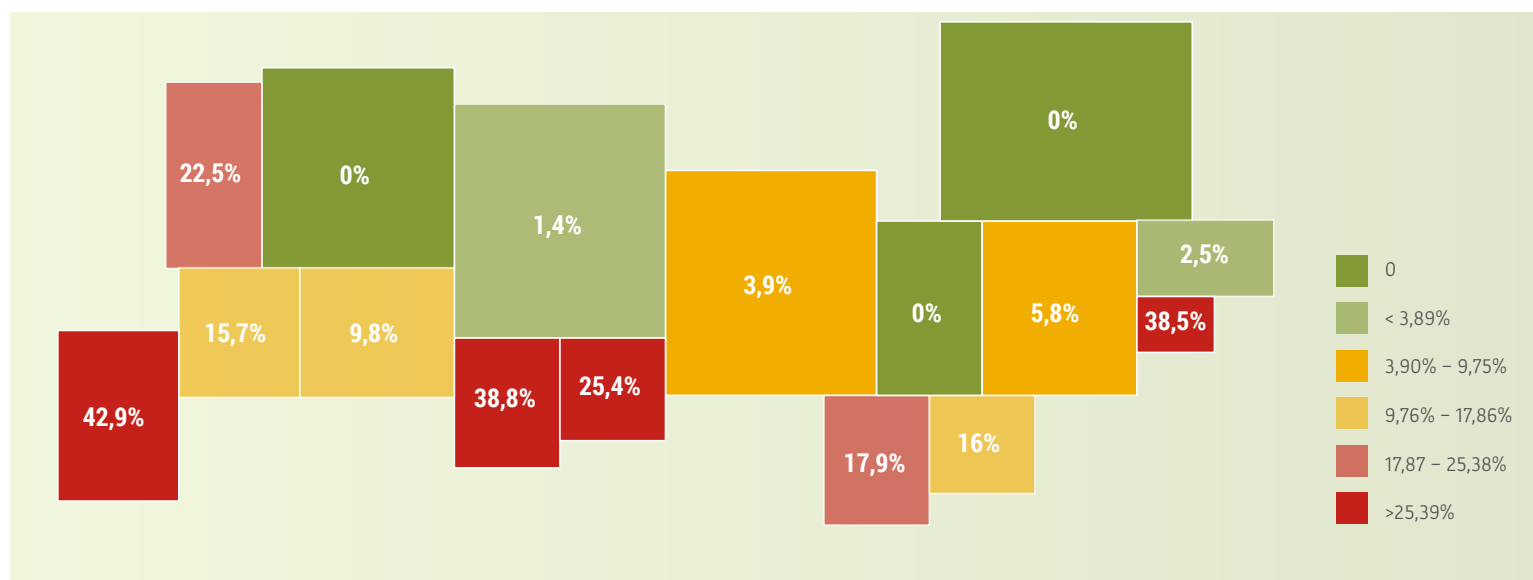


GRÁFICO 42: Número de praias com bandeira azul - 2013

GRÁFICO 43: Águas balneares costeiras segundo a categoria de qualidade - 2010



MAPA 17: Grau de litoralidade dos concelhos algarvios

FICHA 21 RISCOS

- » O elevado número de acidentes em arribas nos últimos 10 anos (108 acidentes) está intimamente ligado a dois fenómenos distintos: pesca e turismo;
- » Os acidentes que envolvem pescadores verificam-se preferencialmente no Inverno, enquanto os acidentes envolvendo turistas dão-

- se na época de maior afluência turística;
- » A área de ocorrência corresponde a cerca de metade da linha de costa algarvia
- » As percentagens mais elevadas de áreas ardidas correspondem aos concelhos que possuem maiores áreas de florestas e matos e estão fortemente influenciados por 2 grandes

- incêndios: Monchique em 2005 e Tavira e São Brás de Alportel em 2011;
- » Os concelhos mais urbanos e litorais possuem valores de áreas ardidas residuais;
- » A correspondência entre as áreas mais afetadas e as áreas de maior risco de incêndio é total.

Fonte: INE

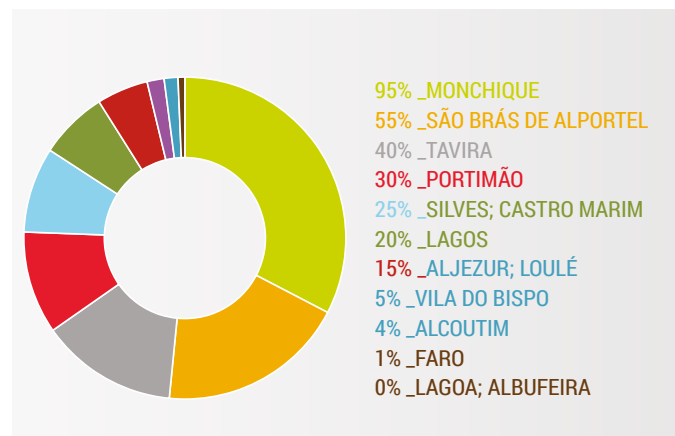
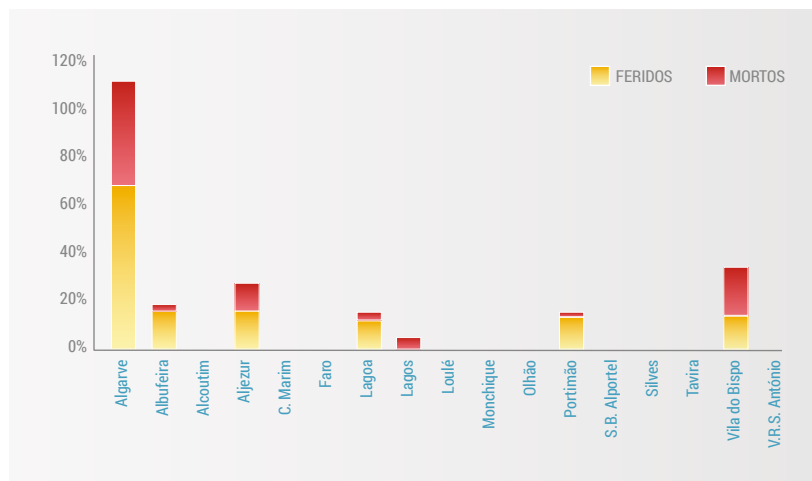
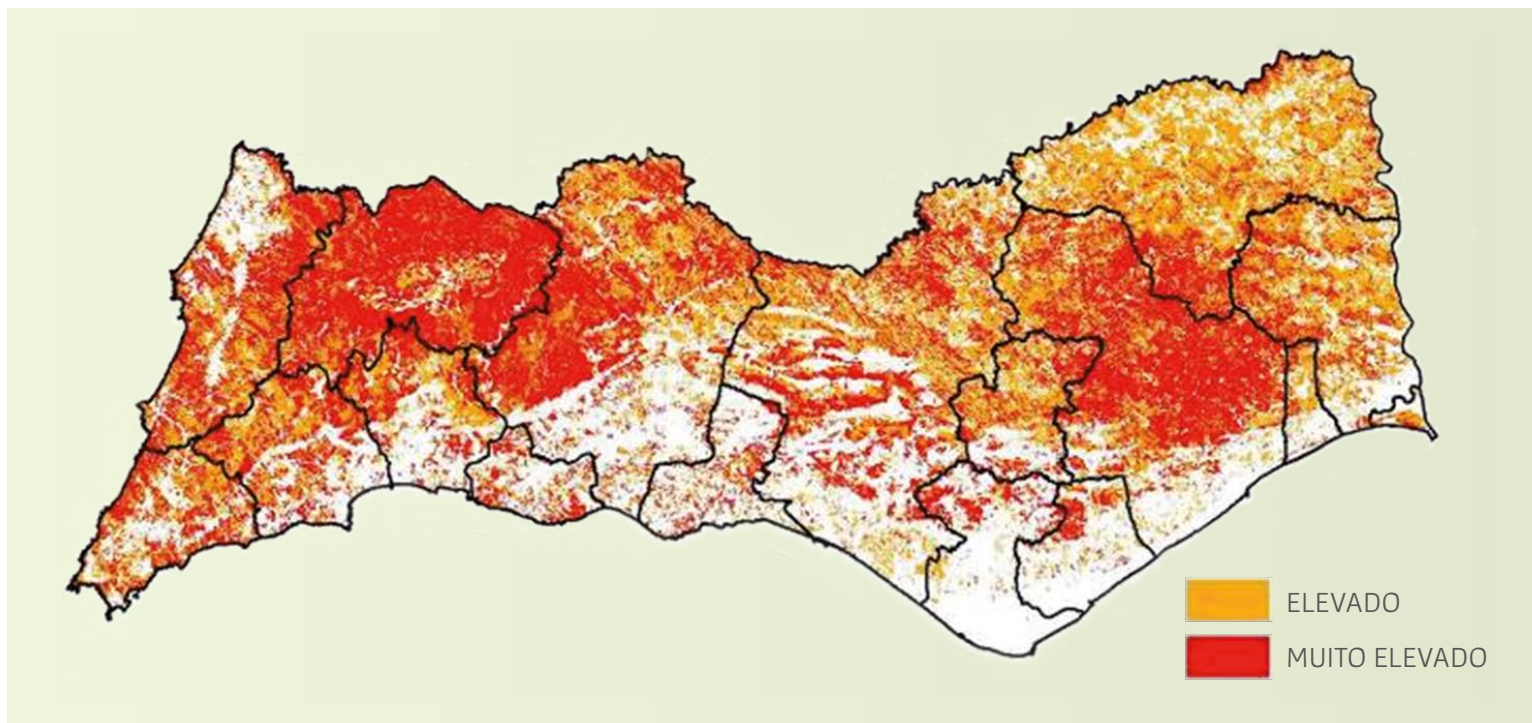


GRÁFICO 44: Desmoronamentos com feridos e mortos nos últimos 10 anos

GRÁFICO 45: Área ardida nos últimos 10 anos



MAPA 18: Carta de Risco de Incêndio Florestal

FICHA 22 DESEMPREGO

- » O agravamento do desemprego de longa duração no período pós crise de 2008 é claramente visível, assumindo pesos superiores a 30% em seis concelhos (Alcoutim, Faro, Lagos, Monchique, Olhão e S. Brás de Alportel);
- » O peso do desemprego jovem no desemprego total tem vindo a diminuir percentualmente, particularmente pós 2008, com exceção de Castro Marim com estagnação em torno dos 12-13%;
- » Porém, ele é ainda superior a 10% do total em 7 concelhos (Alcoutim, Aljezur, Castro Marim, Lagoa, S. Brás de Alportel, Vila do Bispo e Vila Real de S. António);
- » A taxa de desemprego censitária não tem um padrão de distribuição espacial bem definido, registando-se taxas elevadas em todos os tipos de concelhos;
- » Em concelhos mais rarefeitos de população tanto encontramos taxas baixas para a Região (Alcoutim e Vila do Bispo, 8,8% e 10,8%) como elevadas (Castro Marim com 17,1%);
- » É nos concelhos mais litorais que a taxa dispara para valores em torno dos 16 e 17%, similares aos a média da Região.

Fonte: IEFP e INE

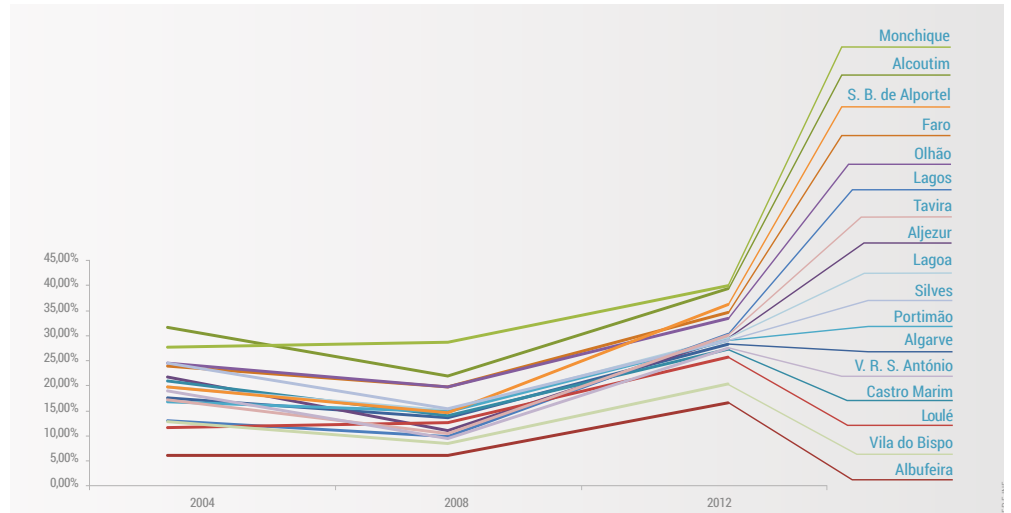


GRÁFICO 46: Peso do Desemprego de longa duração, 2004, 2008, 2012

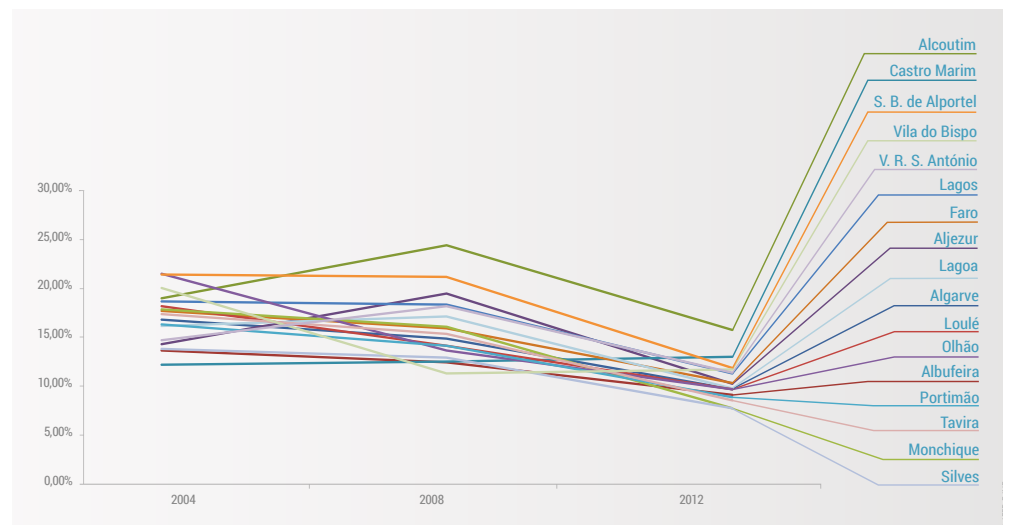
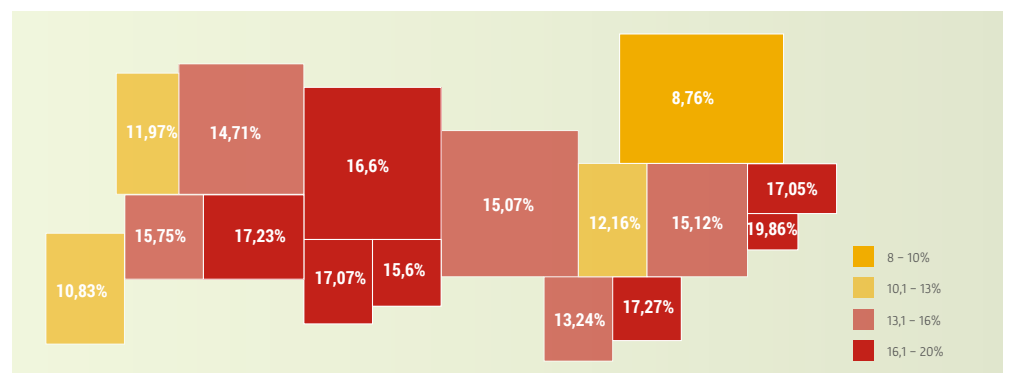


GRÁFICO 47: Peso do Desemprego jovem - 2012



MAPA 19: Taxa de desemprego, em 2011, por município

FICHA 23 QUALIFICAÇÕES

- » A desqualificação do desemprego constitui um fenómeno preocupante, com incidência sobretudo nos concelhos de Albufeira e Loulé, nos quais 22,4% e 17,8% correspondem a indivíduos sem o ensino básico concluído;
- » Para além disso, é elevadíssima a percentagem de desempregados só com o ensino básico

- concluído, com valores máximos de 70% em Castro Marim e valores mínimos de 51% em Albufeira e Loulé;
- » O desemprego de licenciados tem em Faro, S. Brás de Alportel e Olhão os valores mais elevados (superiores a 10%, respetivamente, 17,7%, 14,6% e 10,4%);

- » Os valores encontrados permitem pensar em modalidades de ativação de desempregados diferenciadas, com tónica central nos desempregados de menores qualificações.

Fonte: IEFP

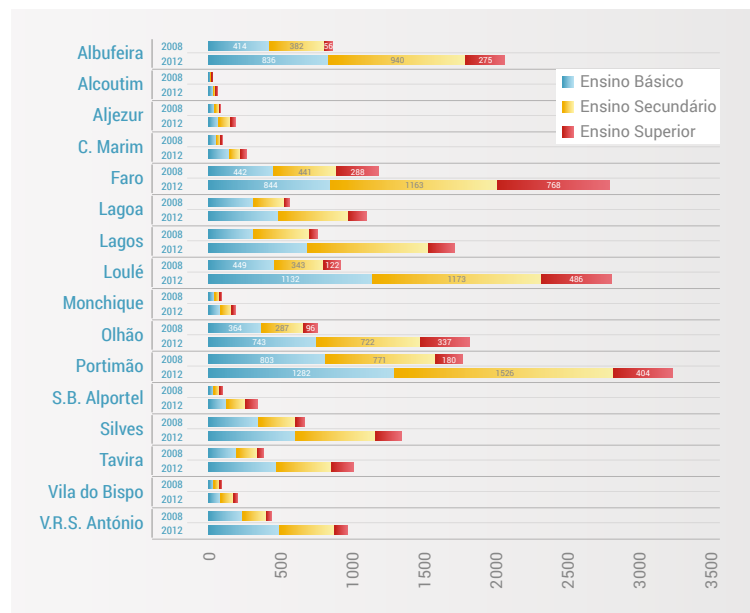
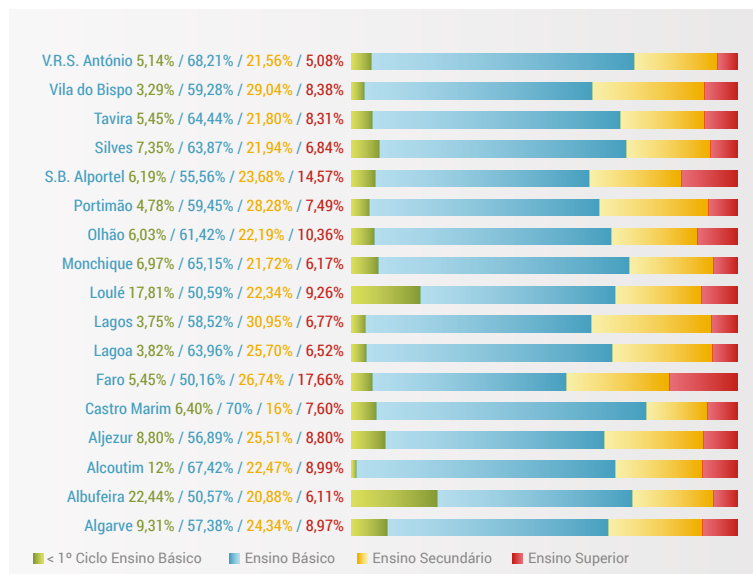
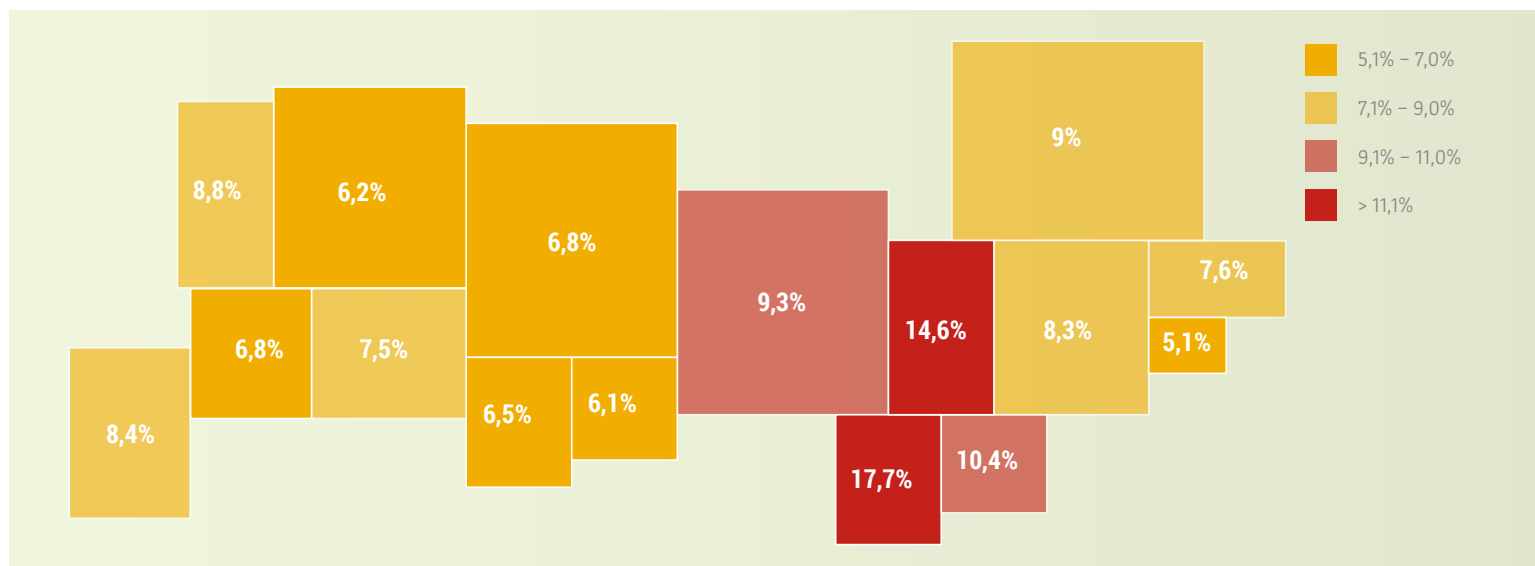


GRÁFICO 48: Qualificações dos desempregados registados, 2012

GRÁFICO 49: Evolução das qualificações dos desempregados, 2008-2012, por município



MAPA 20: Desempregados inscritos no Centro de Emprego com qualificação de Ensino Superior -2012

FICHA 24 SUBSÍDIO DE DESEMPREGO

- » Após o despoletar da crise económica e financeira, aumentou o número de dias processados de Subsídio de Desemprego (aumento de 70% no Algarve entre 2008 e 2011);
- » Esse aumento nos municípios do Algarve foi superior ao aumento no continente (24%), com exceção para o concelho de Vila do Bispo cujo aumento foi de apenas 16%;
- » Nos municípios de Loulé e Tavira o aumento do número de dias processados duplicou, em 2011, face a 2008;
- » Albufeira, Faro, Loulé, Olhão e Portimão concentram a maior quota de beneficiários de subsídio de desemprego, com algumas ligeiras diferenças em relação às quotas de desempregados;
- » O grupo etário mais beneficiado pelo subsídio de desemprego compreende-se entre os 30 e os 39 anos (com exceção do município de Monchique e Vila do Bispo);
- » O concelho de Alcoutim tinha, em 2011, 20% dos beneficiários desta prestação social com mais de 55 anos;

Fonte: INE e cálculos próprios

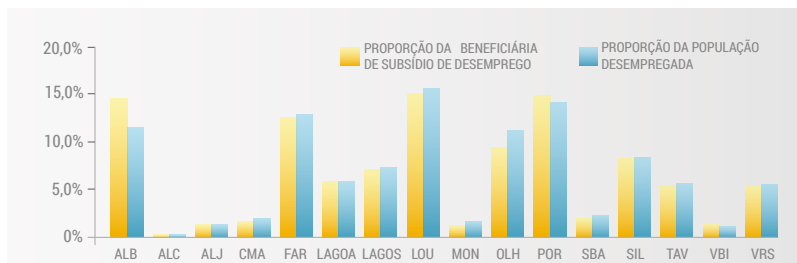


GRÁFICO 50: Beneficiários de subsídio de desemprego e desempregados por município - 2011

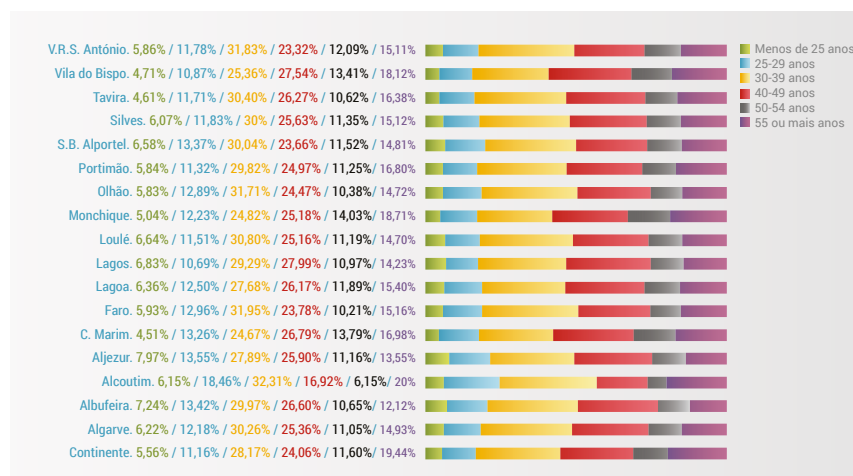
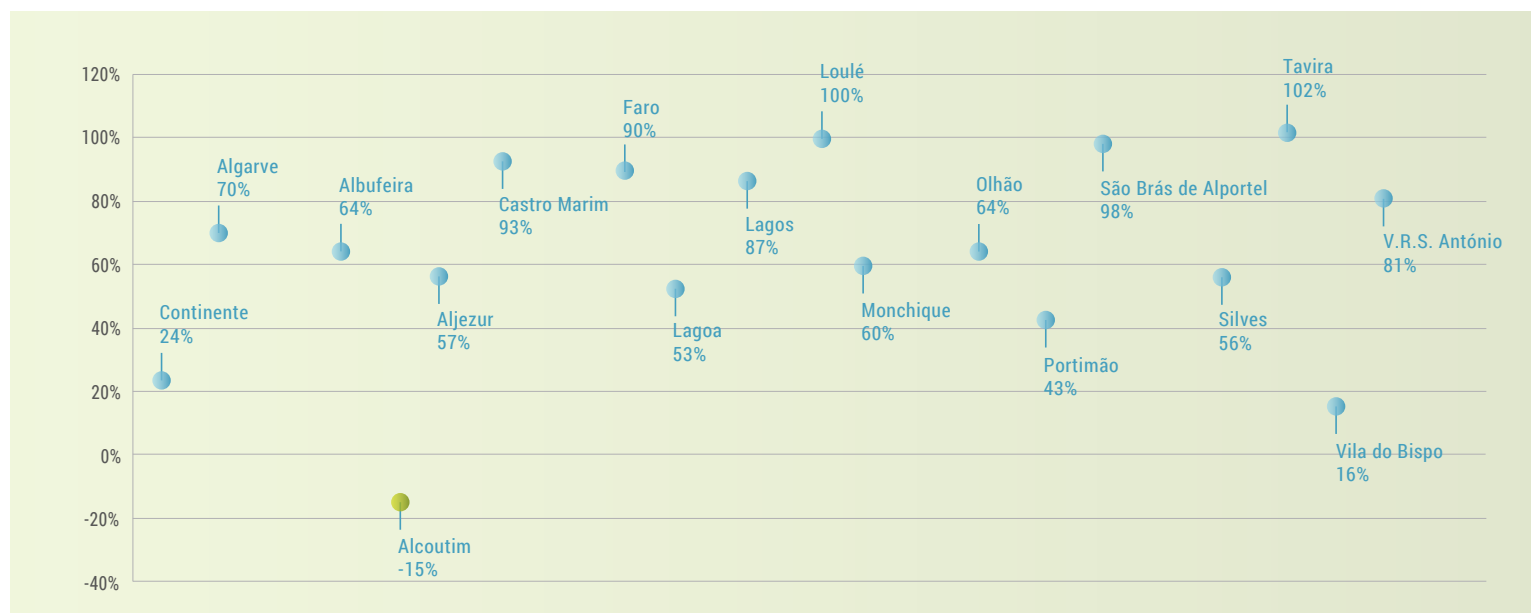


GRÁFICO 51: Estrutura etária dos beneficiários de subsídio de desemprego - 2011



MAPA 21: Variação no n.º de Dias de Subsídio de Desemprego Processados entre 2008 e 2011

FICHA 25 PENSÕES DA SEGURANÇA SOCIAL

» A relação entre pensionistas e ativos em 2011 apresenta valores relativamente elevados nos concelhos de Alcoutim e Monchique, traduzindo bem as características económicas daqueles dois municípios (ter em conta que o número de pensionistas envolve detentores de diferentes pensões);

» Não surpreendentemente, Aljezur e Castro Marim sucedem-se aqueles dois concelhos;
 » Aliás, o Algarve apresenta um conjunto relevante de concelhos em que aquele rácio é superior ao observado no Continente;
 » É também nos dois concelhos de Alcoutim e Monchique que o peso das pensões de velhice é

mais acentuado;
 » O valor médio das pensões em 2011 por município penaliza sobretudo os concelhos com maior território interior e demograficamente mais rarefeitos

Fonte: INE e cálculos próprios

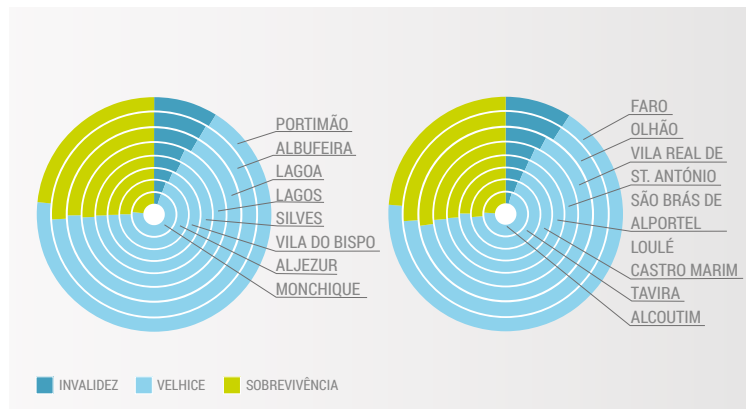
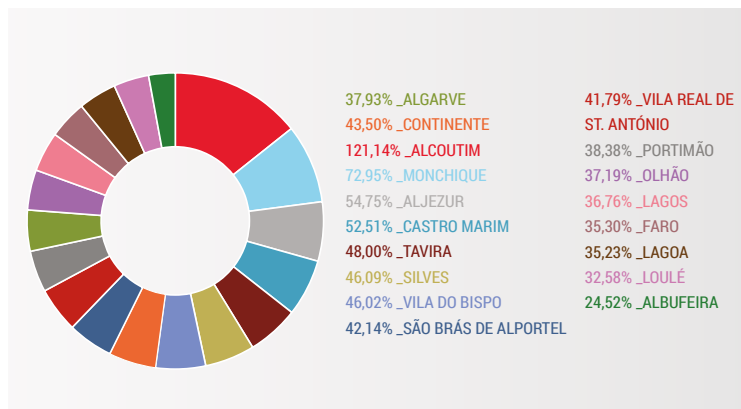
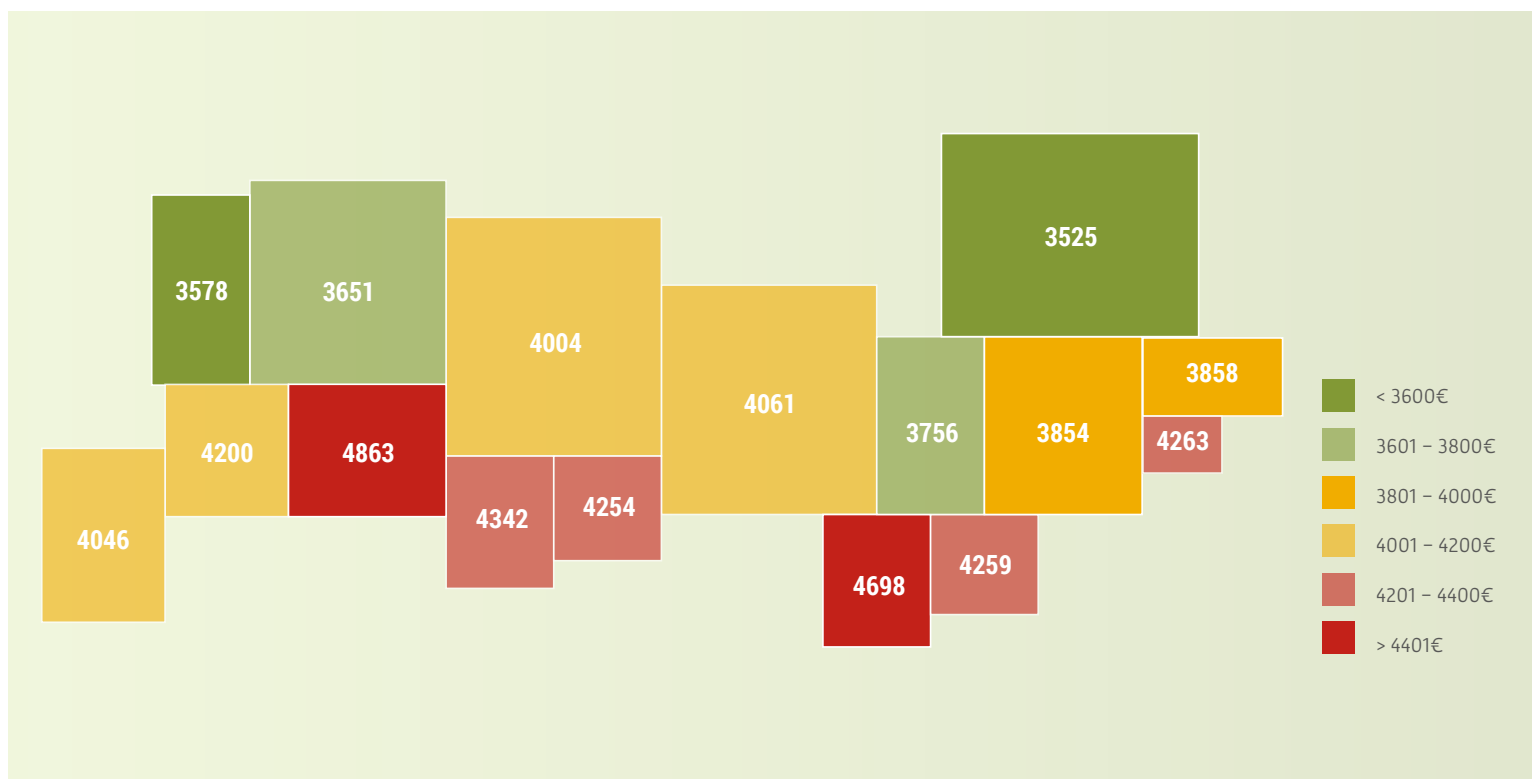


GRÁFICO 52: Pensionistas por cada 100 ativos por município, 2011

GRÁFICO 53: Pensionistas por tipo de pensão e município, 2011



MAPA 22: Valor Médio das Pensões em euros - 2011

FICHA 26 RENDIMENTO SOCIAL DE INSERÇÃO

- » Faro, Loulé, Olhão e Portimão concentram a maior incidência de beneficiários com Portimão a apresentar a variação positiva mais relevante entre 2001 e 2011 e o maior número de beneficiários, seguido da Albufeira, Lagoa e Lagos;
- » Todos os restantes concelhos apresentam um número de beneficiários inferior em 2011;
- » Olhão é o caso mais relevante de peso de jovens entre os beneficiários, seguido de perto por Loulé, Portimão, Faro, Lagos e Lagoa;
- » Em sentido oposto, Monchique, Alcoutim, Vila do Bispo e S. Brás de Alportel apresentam os pesos mais elevados de idosos entre os beneficiários;
- » Combinando pesos de beneficiários na população residente total e no total de beneficiários, Portimão destaca-se com evidência.

Fonte: INE

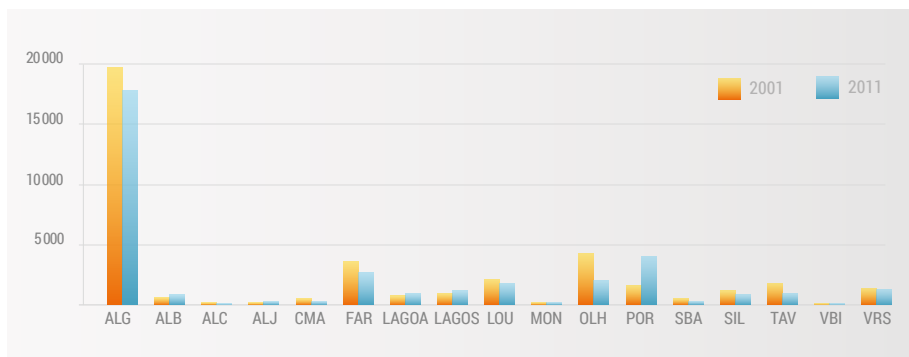


GRÁFICO 54: Beneficiários do Rendimento Social de Inserção - 2001, 2011

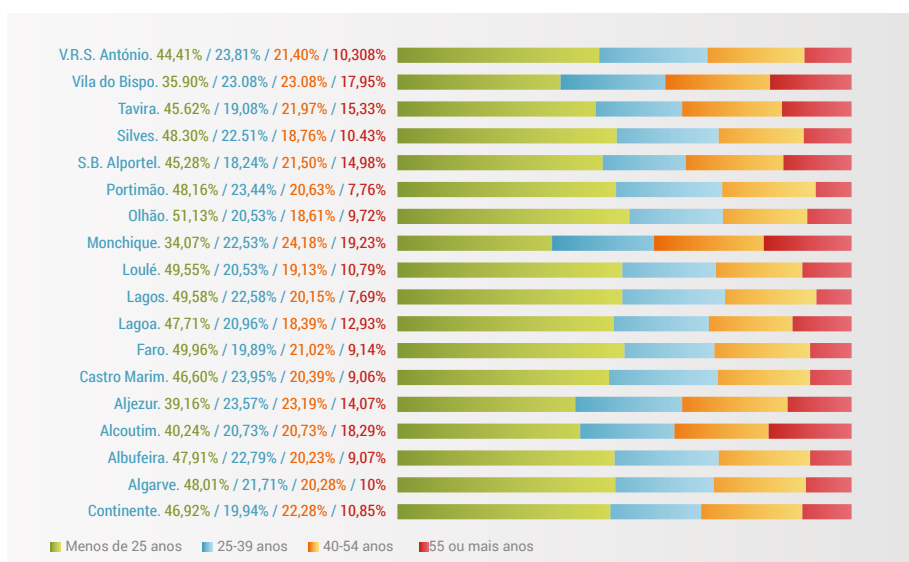
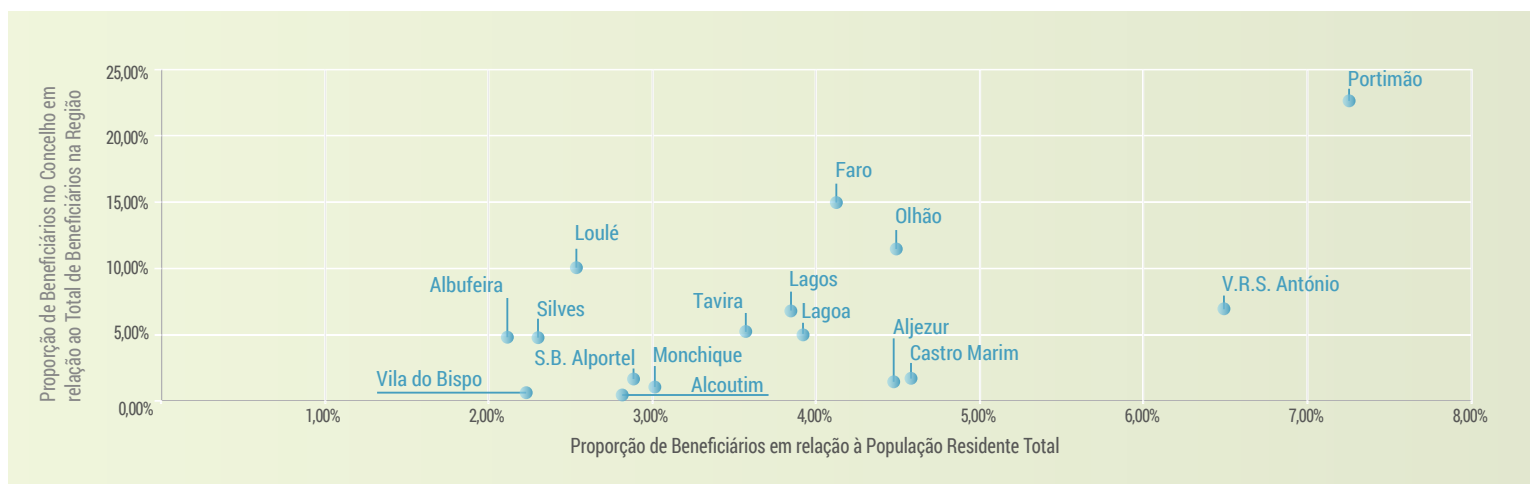


GRÁFICO 55: Estrutura etária dos beneficiários de Rendimento Social de Inserção



MAPA 23: Beneficiários do rendimento social de inserção em proporção da população residente, 2011

FICHA 27 DESPESAS MUNICIPAIS EM ATIVIDADES CULTURAIS

- » Papel essencial no que respeita ao financiamento do setor cultural das CM, apesar da tendência recente de retração do volume de despesas, praticamente generalizada a todos os municípios do Algarve (gráfico 56);
- » Capacidade de aproveitamento de FE para reforçar e adequar as redes de infraestruturas e equipamentos culturais e desportivos às necessidades da população;
- » O esforço financeiro em investimento material está hoje praticamente ultrapassado pela

- necessidade de investir em atividades, artísticas e culturais (conforme o gráfico 56 demonstra);
- » No período de 2008 a 2011 apenas 4 dos municípios apresentam volumes de despesa em recintos culturais significativos: Portimão, Faro, Olhão e Loulé;
- » Variação significativa nas outras áreas de despesa, com sinais de concentração de esforços: Castro Marim, Lagos, Silves e Tavira no Património; Portimão e Faro nos Museus; Silve nas Bibliotecas; Albufeira, Lagoa e

- Portimão na Música; Loulé nas Artes Cénicas; e finalmente, Castro Marim e Vila Real de Santo António nas atividades socioculturais;
- » Forte variabilidade do indicador de despesas municipais em atividades culturais per capita, 2011, sendo que na maioria dos concelhos os valores para este indicador são inferiores à média da região (91€ de despesa por habitante) e à média para o Continente (65€ de despesa por habitante).

Fonte: Markttest Sales Index

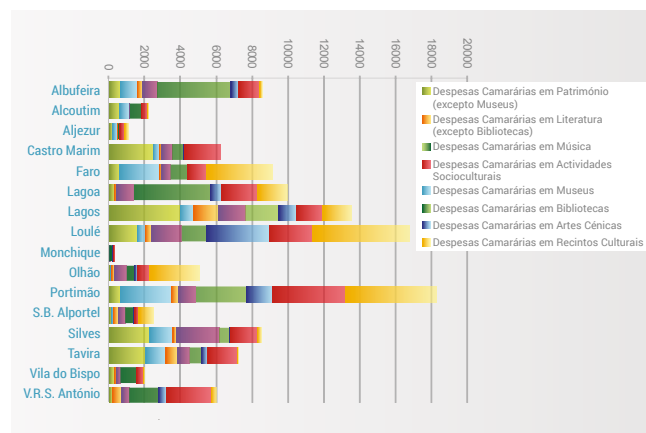
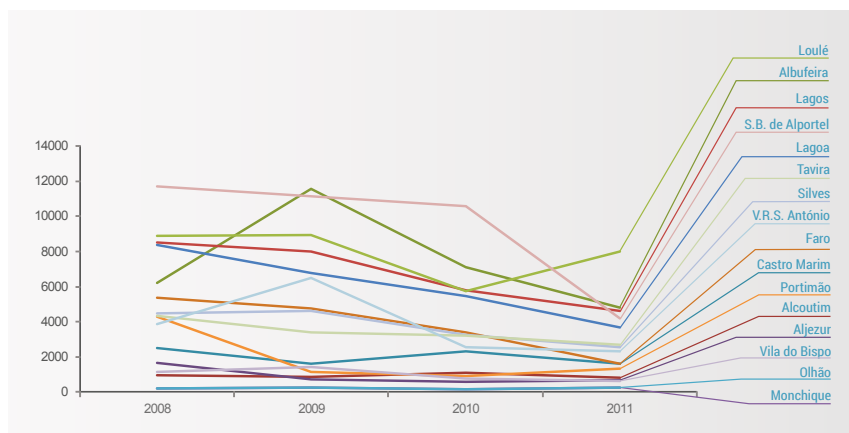
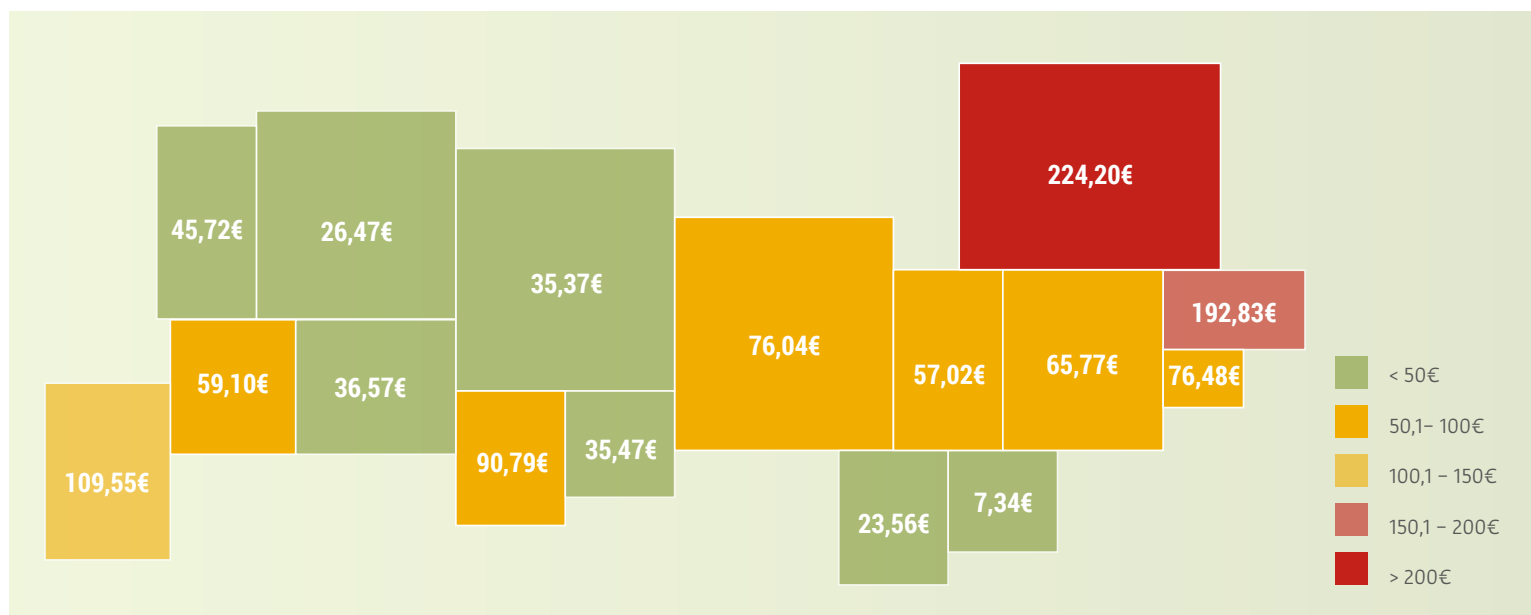


GRÁFICO 56: Despesas municipais em atividades culturais e desportivas - 2008, 2011

GRÁFICO 57: Despesas municipais em atividades culturais e desportivas - 2008-2011



MAPA 24: Despesa Municipais em Atividades Culturais per capita - 2011

FICHA 28 PROCURA E OFERTA DE ATIVIDADES CULTURAIS

- » A região do Algarve não apresentou no período entre 2008 e 2011 uma evolução positiva significativa ao nível da procura de atividades artísticas e culturais, apesar do reforço da rede de equipamentos culturais municipais e dos esforços nas políticas municipais em matéria de consolidação de programação de atividades artísticas e culturais;
- » A distribuição da oferta de atividades artísticas e culturais mantém-se relativamente assimétrica na região. No caso dos espaços expositivos, apenas quatro concelhos – Albufeira, Faro, Loulé e Silves apresentam atividade (com registo estatístico).
- » A oferta de lugares em recintos de espectáculo é demasiado concentrada em termos espaciais. Dos lugares em recintos de espectáculo existentes na região, cerca de 50% localizam-se em dois concelhos, Lagos e Lagoa, cerca de 7 concelhos oferecem menos de 500 lugares e os concelhos da serra – Aljezur, Alcoutim, Castro Marim e Monchique não dispunham (em 2011) de qualquer lugar em recinto de espectáculo.
- » A procura de atividades ligadas aos espectáculos ao vivo apresenta um comportamento evidente de contração nos últimos anos (2008 a 2011), em contraciclo com a oferta crescente de recintos culturais na maioria dos municípios.
- » Já no que respeita à procura de atividades em espaços expositivos, é evidente uma concentração acentuada em quatro dos concelhos da região (conforme referido), com comportamento claramente positivo nos concelhos de Albufeira e Faro.

Fonte: INE

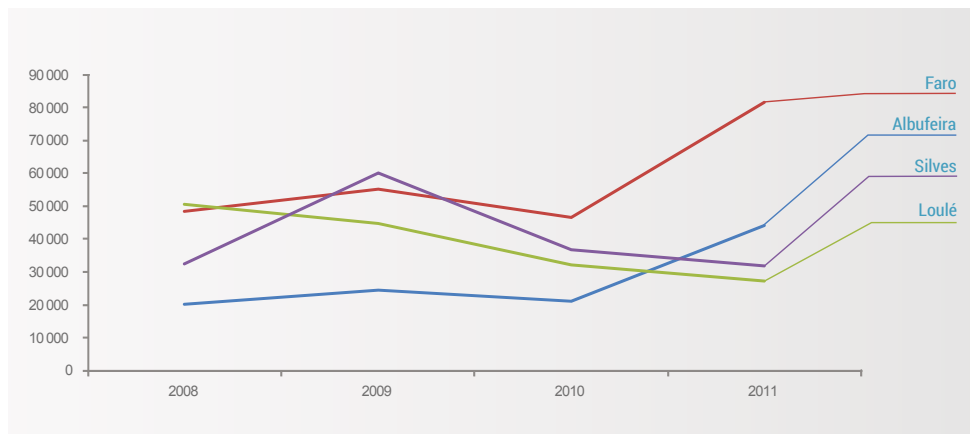


GRÁFICO 58: Número de visitantes em espaços expositivos - 2008-2011

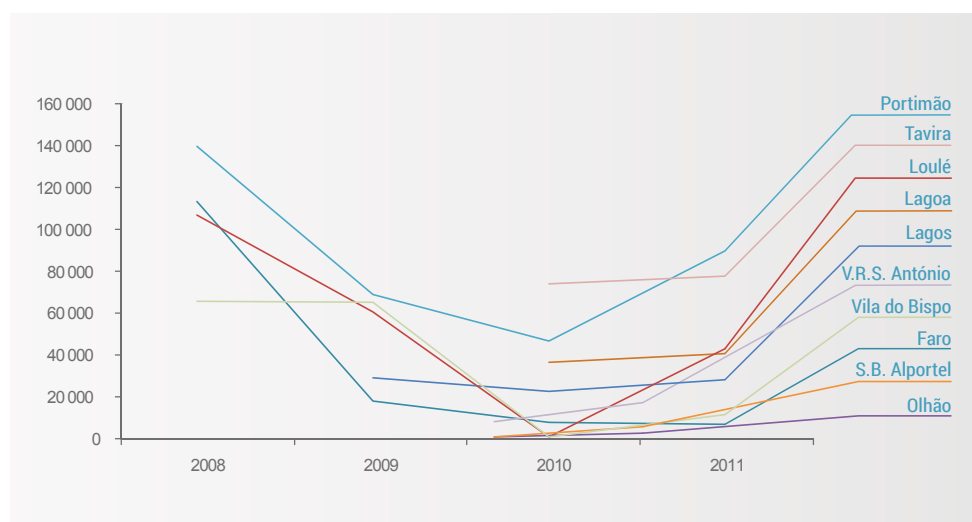


GRÁFICO 59: Número de espetadores em espetáculos ao vivo, por município com informação - 2008-2011

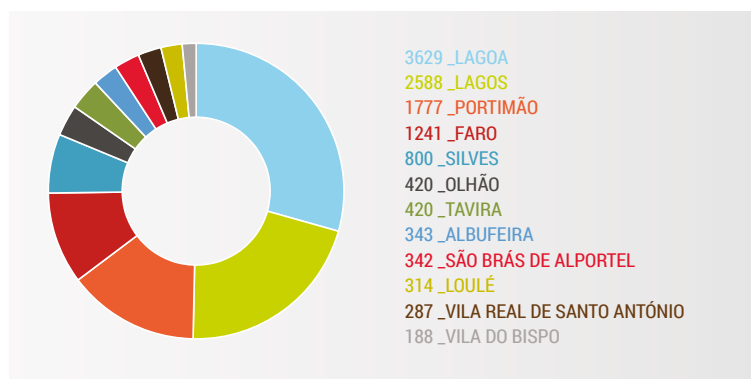


GRÁFICO 60: Lugares em recintos de espetáculos - 2011

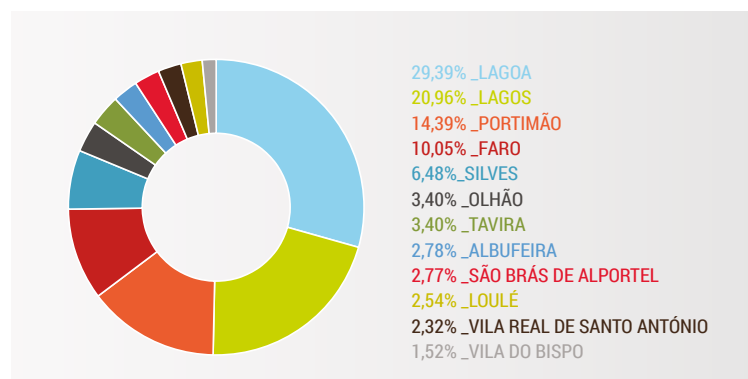


GRÁFICO 61: Quota de lugares em recintos de espetáculos - 2011

FICHA 29 DINÂMICAS TERRITORIAIS: O CRESCIMENTO HABITACIONAL

» Um dos aspetos mais relevantes das dinâmicas territoriais ocorridas no Algarve nas últimas décadas é, inquestionavelmente, o crescimento residencial e turístico que atingiu quase todos os municípios da região, com uma particular intensidade nas freguesias com fronteira com alinha de costa;

» É verdade que o crescimento residencial é sentido, nas últimas décadas, em todo o território nacional, contudo, no Algarve, o ritmo a que este se deu foi muito mais elevado: de 1981 a 2011 o Continente (sem Algarve) vê o número de alojamentos familiares crescerem em 75%; no Algarve o crescimento residencial atingiu os 170%, muito acima, portanto, do crescimento

das famílias residentes, cuja variação se ficou, na região, pelos 70%;

» Na última década a região vê aumentar em 37% o número de alojamentos, o que compara com um crescimento de 19% no resto do Continente. Nesta década, 14 freguesias registam um crescimento residencial acima dos 50%, com Cabanas de Tavira no topo com uma taxa de crescimento de 126%;

» A relação entre o número de alojamentos familiares e o número de famílias constitui um indicador revelador da natureza do processo de crescimento habitacional na região:

» se no Continente obtemos uma relação de 150 alojamentos para 100 famílias, na região

esta relação é de 206 alojamentos para 100 famílias. Com exceção de Faro e de Olhão, com valores próximos da média nacional, todos os restantes municípios da região apresentam, neste indicador, um valor superior à média do Continente;

» O Algarve vê, assim, nascer, a partir dos anos 80 do século passado, a questão que é hoje crítica no padrão regional de ocupação do território e de, certa forma, também importante no quadro do modelo de desenvolvimento regional, isto é, a questão da residência secundária de uso temporário e sazonal.

Fonte: INE – Censos da População

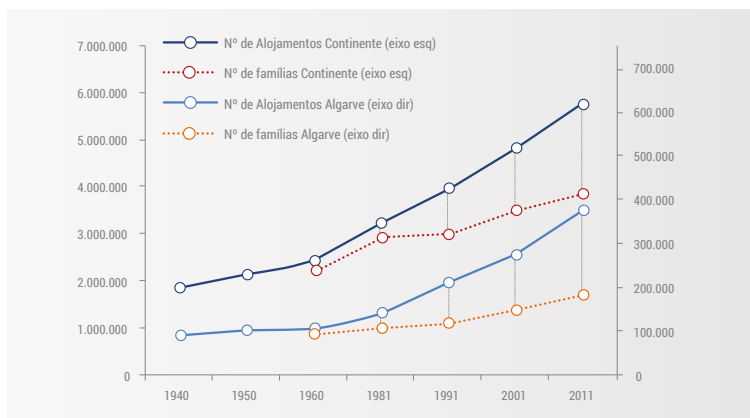


GRÁFICO 62: Evolução do nº de alojamentos e do nº de famílias no Algarve e no Continente - 1940 - 2011

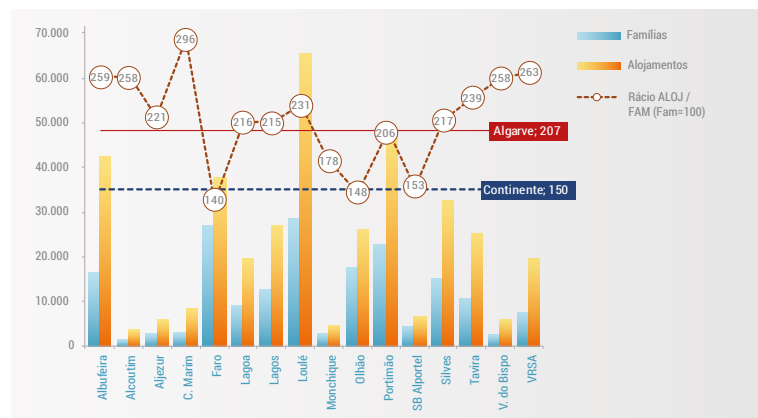
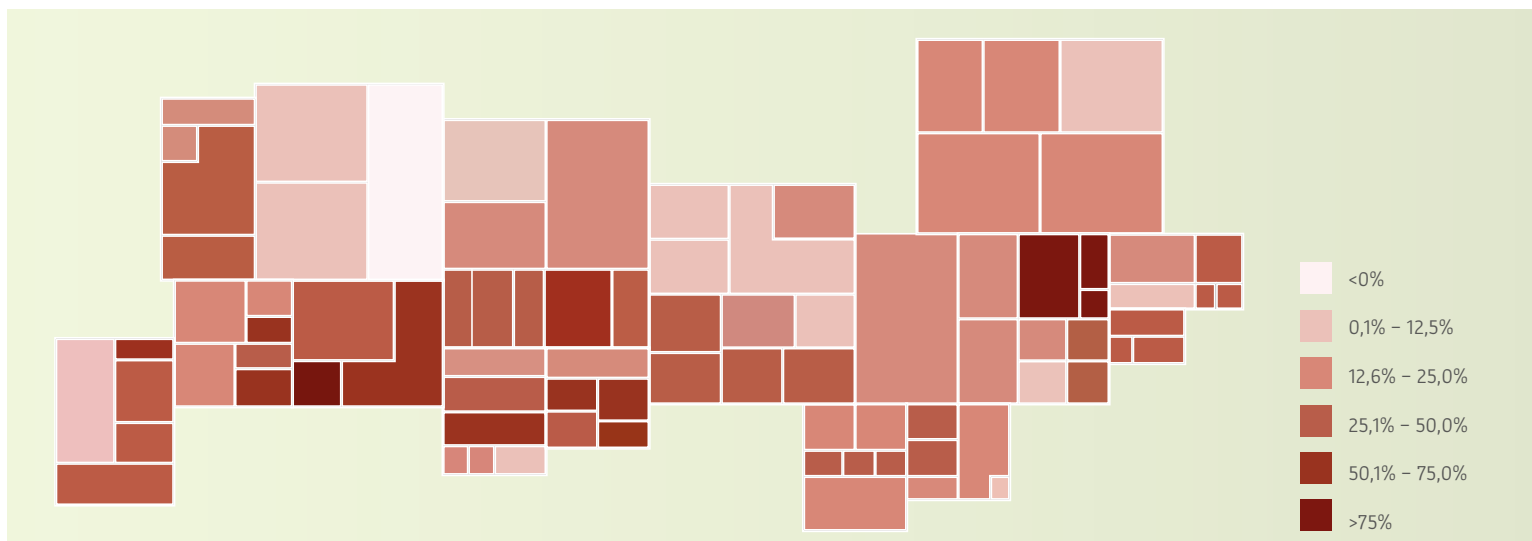


GRÁFICO 63: Nº de famílias vs nº de alojamentos familiares - 2011



MAPA 25: Variação do número de Alojamentos Familiares Clássicos 2001-2011

FICHA 30 DINÂMICAS TERRITORIAIS: A HABITAÇÃO SECUNDÁRIA.

» Se há um traço que distingue o Algarve, relativamente ao Continente, no que diz respeito à forma de ocupação dos alojamentos familiares, esse traço tem a designação de residência secundária de utilização temporária e sazonal. No restante território do Continente (Continente sem Algarve) o peso da residência secundária alcança os 22% do total de alojamentos familiares; na NUT II Lisboa este tipo de ocupação atinge os 12%; no Algarve a residência de uso secundário totaliza 40% do número de alojamentos familiares;

» Os municípios onde o fenómeno da residência

secundária apresenta uma dimensão mais relevante, em termos absolutos, são, sem surpresa, os municípios que se evidenciam como grandes centros turísticos regionais: Loulé, Albufeira, Portimão, Lagos e Tavira;

» Mesmo assim, deve sublinhar-se o peso que esta forma de ocupação do alojamento apresenta em municípios mais periféricos e de menor dimensão demográfica e que traduz a elevadíssima dependência da urbanização local perante este tipo de utilização da residência. Como casos mais relevantes surgem os seguintes municípios: Castro Marim (onde

a residência secundária absorve 64% dos alojamentos ocupados), Alcoutim e Vila do Bispo (ambos com 56%), e Aljezur (50%);

» Os dados da época de construção da residência secundária destacam a natureza recente do fenómeno: 73% do alojamento de residência secundária foi construído depois de 1981 o que confirma a classificação da década de 80 do século passado como a década da emergência da problemática da residência secundária na região;

Fonte: INE

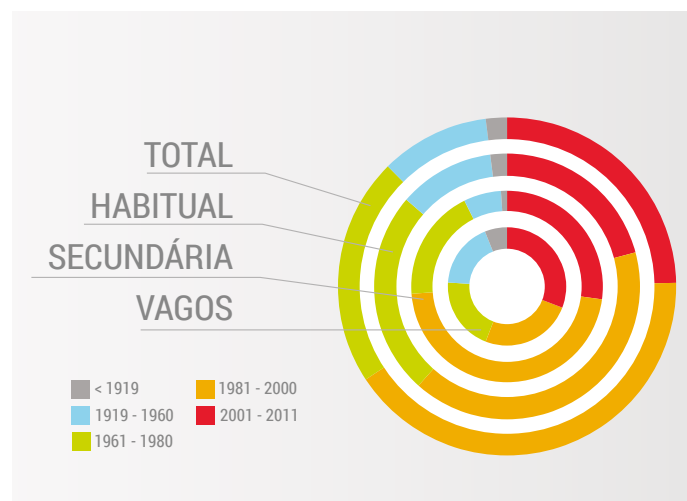
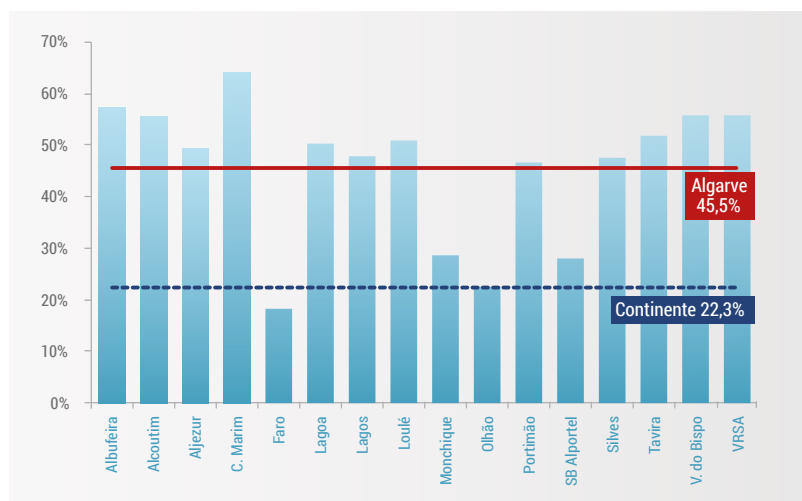
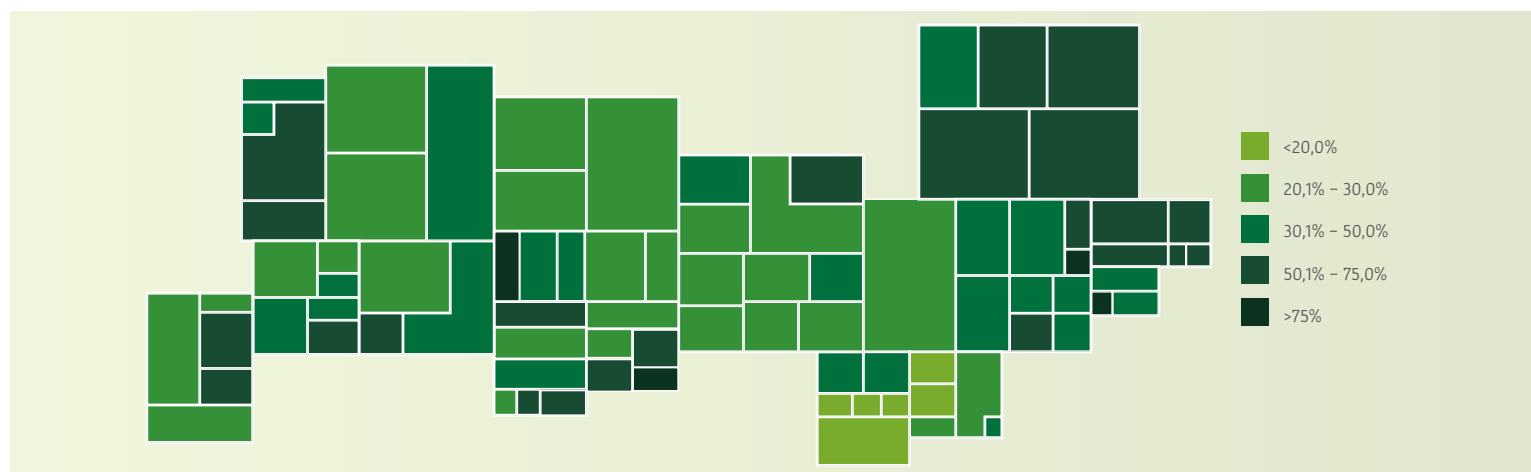


GRÁFICO 64: Peso da Residência Secundária no Alojamento Ocupado

GRÁFICO 65: Algarve -Alojamento Familiar Clássico, forma de ocupação por época de construção - 2011



MAPA 26: Peso da Residência Secundária no total de Alojamento Ocupado, segundo a freguesia - 2011

FICHA 31 DINÂMICAS TERRITORIAIS: O LICENCIAMENTO DE HABITAÇÃO

» Os gráficos desta ficha permitem uma leitura, num período alargado, do comportamento da oferta de imobiliário residencial, na perspetiva dos fogos licenciados. De certa forma, na perspetiva das expectativas dos agentes produtores de habitação. Os gráficos destacam três momentos distintos: o gráfico 66 foca o período 2010-2012, permitindo verificar as alterações recentes; o gráfico 67 amplia a análise do presente até ao momento imediatamente anterior ao deflagrar da crise internacional, o gráfico 68 permite ter uma imagem global da evolução, na região e no Continente, do comportamento desta dimensão da oferta de imobiliário residencial ao longo das duas últimas décadas, aproximadamente;

» O gráfico 68 permite ver a diferença do padrão de comportamento do licenciamento de fogos registado na região e no Continente;

» 1) em ambos os casos se verifica uma fase inicial de crescimento contínuo determinado pelas expectativas da entrada no Euro e, posteriormente, pela melhoria do mercado de crédito;

» 2) Contudo, no caso do Continente, o processo de crescimento é imediatamente interrompido, ainda antes de 2000, registando-se desde aí uma redução contínua dos licenciamentos até ao presente. No Algarve as expectativas permanecem elevadas quase até ao rebentar da crise financeira (de 2000 a 2007 o nível de licenciamentos supera em 50% o nível dos anos iniciais da série);

» 3) Após a crise internacional, quando no Continente a dinâmica do licenciamento atingia já os 50% dos anos iniciais, o Algarve interrompe-a abrupta e generalizadamente, arrastando consigo uma parte significativa da economia regional,

» A região regista atualmente um nível de licenciamento próximo de 12% do nível observado nos anos iniciais da série.

Fonte: INE – Anuários Estatísticos Regionais do Algarve

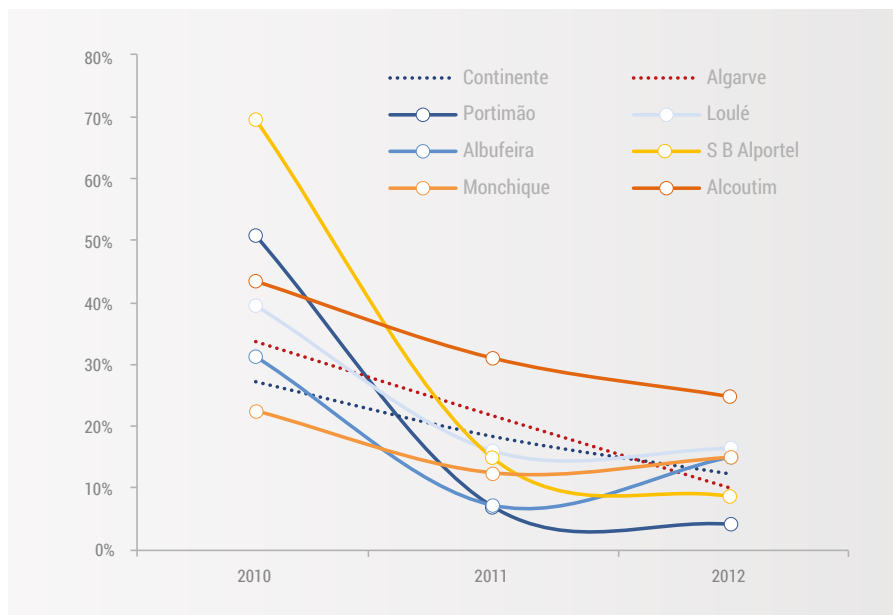


GRÁFICO 66: Evolução do nº de fogos licenciados em construções novas 2010-12 (média 1995-1997= 100%)

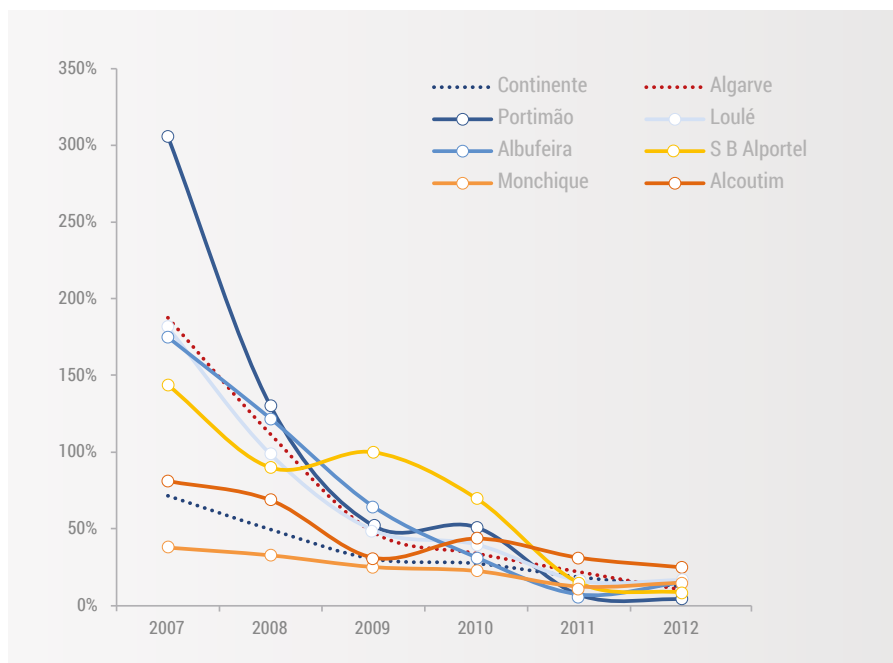


GRÁFICO 67: Evolução do nº de fogos licenciados em construções novas 2007-12 (média 1995-1997 = 100%)

FICHA 32 DINÂMICAS TERRITORIAIS: A CONSTRUÇÃO HABITACIONAL

- » À semelhança da ficha anterior os gráficos desta ficha permitem uma leitura permitem uma leitura, num período alargado, do comportamento da oferta de imobiliário residencial, aqui na perspetiva dos fogos construídos. Os gráficos destacam três momentos distintos: o gráfico 69 foca o período 2010-2012, permitindo verificar a evolução recente; o gráfico 68 alarga a análise do presente até ao momento imediatamente anterior ao deflagrar da crise internacional, o gráfico 71 permite ter uma imagem de conjunto da evolução do comportamento da construção residencial ao longo das duas últimas décadas, aproximadamente;
- » O gráfico 71 permite ver a diferença de comportamento da dinâmica de construção de fogos na região e no Continente:
- » 1) em ambos os casos verifica-se uma fase inicial de crescimento contínuo determinado pela adesão ao Euro e consequente diminuição dos custos do crédito bancário;
- » 2) O processo de crescimento prolonga-se até aos anos iniciais da última década do século passado. Desde então, as curvas da construção verificam uma trajetória decrescente quer na região, quer no Continente, ainda que com uma maior resistência no caso do Algarve, onde o momento de quebra acentuada acontece mais tardiamente;
- » Os padrões de comportamentos são semelhantes, no crescimento e na queda, entre os municípios mais dinâmicos e os menos dinâmicos;
- » Face aos anos de pico de construção regista-se atualmente níveis de construção habitacional, no conjunto da região, em torno dos 40%.

Fonte: INE – Anuários Estatísticos Regionais do Algarve

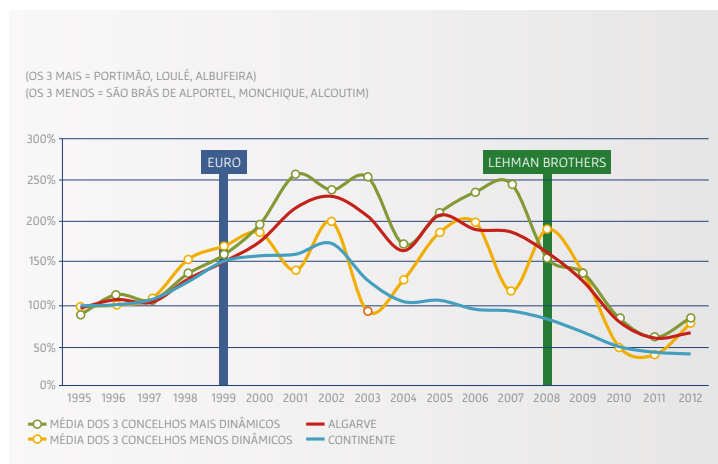


GRÁFICO 71: Evolução do nº de fogos concluídos em construções novas – 1995-2012 (média 1995-1997 = 100%)

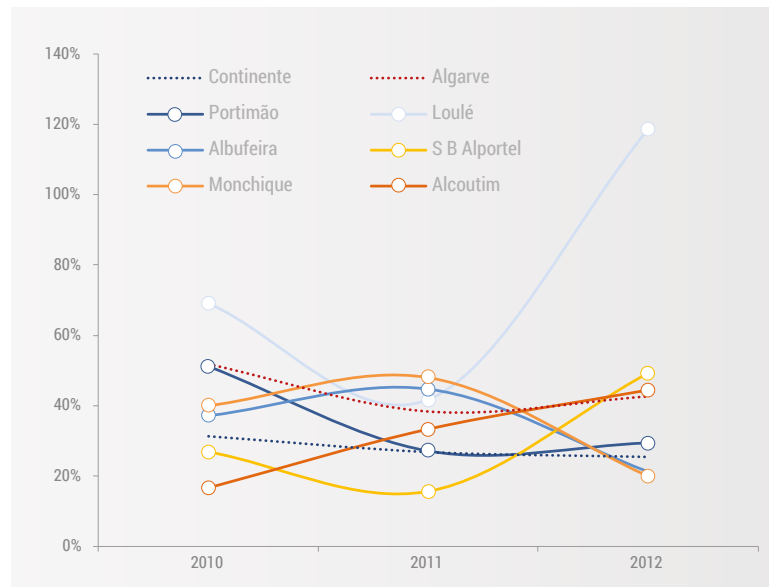


GRÁFICO 69: Evolução do nº de fogos concluídos em construções novas – 2010-12 (média 2001-2003 = 100%)

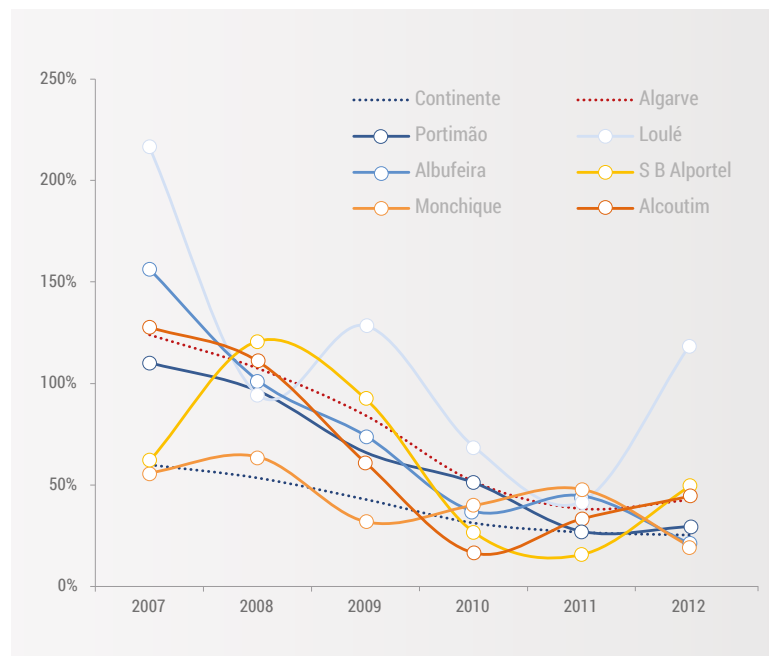


GRÁFICO 70: Evolução do Nº de fogos concluídos em construções novas – 2007-12 (média 2001-2003 = 100%)

FICHA 33 FINANÇAS MUNICIPAIS: RECEITAS, RECEITAS PRÓPRIAS E RECEITAS DO IMOBILIÁRIO

- » A evolução da dimensão dos orçamentos verificada nos últimos anos revela algumas particularidades do caso do Algarve em comparação com a evolução no conjunto do Continente;
- » Partindo da dimensão dos orçamentos municipais em 2003, regista-se quer na região, quer no Continente, um crescimento nominal contínuo dos orçamentos municipais.
- » Contudo, o ritmo de crescimento é mais acentuado no Algarve e, particularmente, no conjunto dos maiores municípios (Loulé, Albufeira e Portimão);
- » No período posterior ao eclodir da crise

financeira internacional e da crise da dívida soberana nacional, a região regista uma inversão na trajetória de crescimento dos orçamentos municipais, o que afeta quer os orçamentos de maior dimensão, quer os de menor dimensão. Contrariamente, ao nível do Continente, os orçamentos locais mantêm, em média, uma tendência crescente;

- » Os municípios da região do Algarve destacam-se, face ao padrão nacional da estrutura de receitas locais, pela maior
- » capacidade de captarem receitas próprias. A região apresenta, com efeito, uma percentagem de receitas próprias municipais bastante

superior ao nível atingido por este tipo de receitas no total do Continente (67,5% no Algarve, o que com para com 47,4% no Continente);

- » A capacidade de captação de receita própria está muito associada com a capacidade de geração de receita municipal com origem na atividade imobiliária e da construção;
- » A generalidade dos municípios da região apresenta elevados níveis de produção de receitas com base no imobiliário e na construção.

Fonte: INE e DGAL

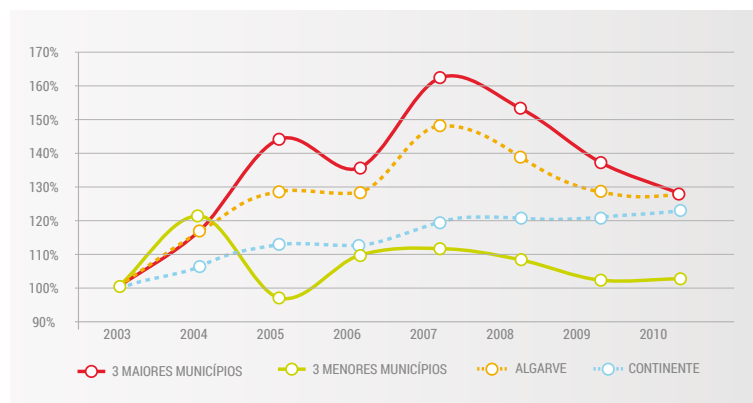


GRÁFICO 75: Evolução das Receitas Municipais (2003 = 100%)

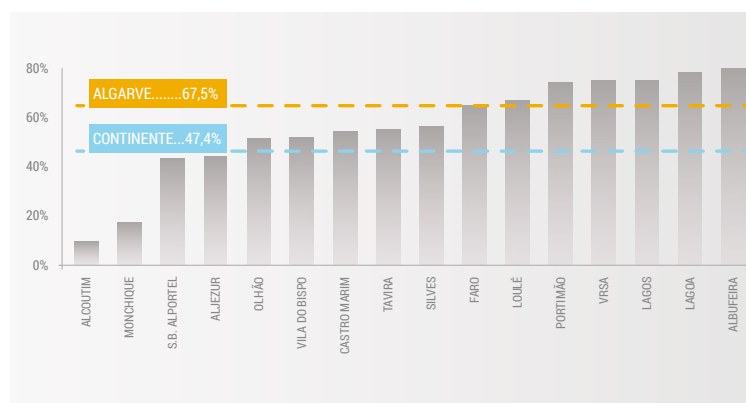


GRÁFICO 76: Peso das Receitas Próprias no total de Receitas Municipais - 2011



MAPA 27: Peso das Receitas do Imobiliário e da Construção no total das Receitas Municipais - 2007

FICHA 34 FINANÇAS MUNICIPAIS: ESTRUTURA DAS RECEITAS E ENDIVIDAMENTO

- » Duas parcelas das receitas municipais determinam estruturalmente as diferenças existentes entre o padrão (médio) de receitas municipais do Algarve e o padrão no Continente: por um lado a parcela das receitas fiscais e, por outro lado, a parcela das transferências do Estado.
- » O Algarve caracteriza-se por uma elevada parcela de Receitas Fiscais, 44% das receitas totais, o que compara com os 32% registados pelo Continente. Em contrapartida a região está menos dependente das transferências estatais cujo montante corresponde a 24% das receitas municipais, inferior, portanto, aos 36% de transferências estatais observado no Continente;
- » A estrutura das receitas municipais entre municípios da região evidencia situações de grandes disparidades internas:
 - » 1) O conjunto dos três municípios com orçamentos menores, municípios mais periféricos e menos turísticos, (Alcoutim, Aljezur e Monchique), apresenta uma extraordinária dependência das transferências estatais (67% do total das receitas municipais) e uma fraca capacidade de obtenção de receitas fiscais (12%).
 - » 2) Situação oposta apresenta o conjunto dos três municípios de maior dimensão (Loulé, Albufeira e Portimão) o qual
 - » apresenta municípios com diminuta dependência das transferências estatais (12%) e uma muito elevada capacidade de gerar receitas fiscais (53%);
 - » O Algarve apresenta, em termos nacionais, um nível global de dívidas locais proporcionalmente mais elevado, nomeadamente, face à dimensão dos próprios orçamentos municipais: os dados disponíveis apontam também para situações municipais diversificadas em termos do volume de

Fonte: INE: Estatísticas da Pesca

GRÁFICO 79: Estrutura das Receitas Municipais, por grandes parcelas - 2011

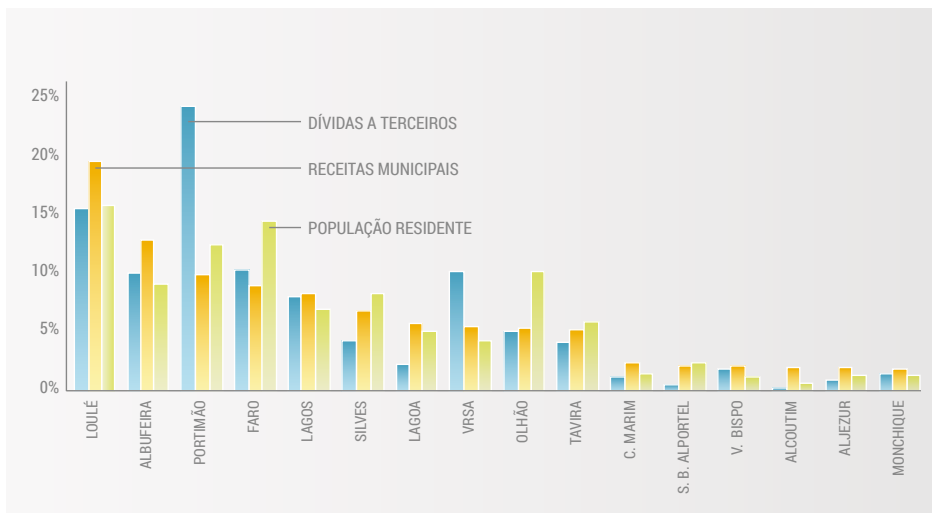


GRÁFICO 77: Distribuição por município das Dívidas a Terceiros, do Total de Receitas e da População - 2011

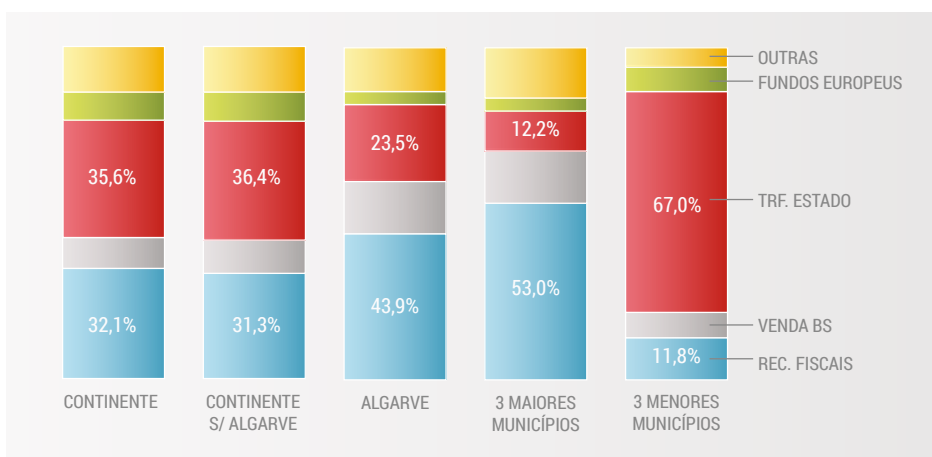
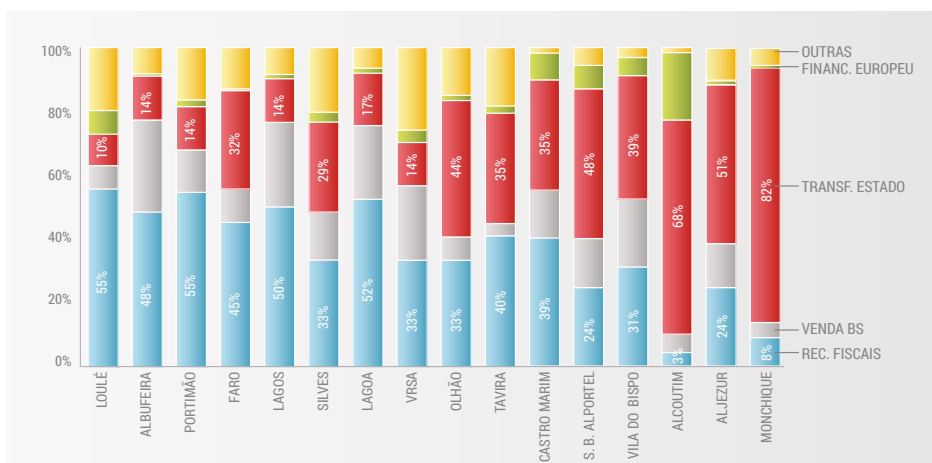


GRÁFICO 78: Estrutura das Receitas Municipais - 2011



3.9. SWOT DE SÍNTESE

COMPETITIVIDADE E INTERNACIONALIZAÇÃO	
PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS
<ul style="list-style-type: none"> » Capacidade hoteleira com conhecimento e experiência em matéria de venda de pacotes turísticos em mercados muito concorrenciais » Plataforma aeroportuária servida por um centro de recursos RYANAIR » Marca Algarve já existente e reconhecida, passível de qualificação a partir dos canais e mecanismos de reconhecimento internacional existentes » Condições ambientais e socioeconómicas favoráveis à atracção de atividades artísticas e criativas – design, multimédia, comunicação, inclusive proveniente do estrangeiro, com potencial de interligação com outros setores económicos e de favorecer contextos de criatividade e de inovação » Excelentes condições naturais para a produção de produtos do mar de qualidade (pesca, aquicultura, sal,...), para o desenvolvimento de atividades náuticas de recreio e para o incremento da atividade portuária comercial 	<ul style="list-style-type: none"> » Modelo produtivo muito vulnerável a oscilações de procura externa, baseado no binómio “turismo imobiliário” » Modelo de procura turística pouco diversificada fortemente concentrada na dimensão “sol e praia” e ainda com níveis de sazonalidade elevada » Bases de industrialização praticamente inexistentes, precocemente abandonadas » Atividade turística insuficientemente integrada com produção regional » Transporte ferroviário inter-região com fortes necessidades de modernização » Preço do solo inibidor do aparecimento de projetos emergentes » Debilidade do aparelho comercial nas principais cidades da região agravada pelos efeitos da crise dos setores imobiliário e da construção civil nos ramos comerciais tradicionalmente a jusante – materiais de construção, mobiliário, equipamentos de hotelaria, etc.
OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
<ul style="list-style-type: none"> » Visibilidade internacional recente de recursos territoriais, patrimoniais e culturais potenciadores de uma visão internacional favorável à afirmação de “um outro Algarve” » Destino potencial de turismo sénior com potencial de transformação em segunda residência protagonizado por reformados europeus » Base patrimonial e cultural favorável à diversificação do modelo turístico da Região » Alguns sinais emergentes de emergência de novas atividades produtivas de pequena escala nos domínios da agricultura e floricultura e economia do mar » Emergência de estruturas regionais embrionárias de suporte a um futuro sistema regional de inovação » Tendências de segmentação crescente do mercado turístico internacional e de crescimento de procuras de nicho que valorizam produtos turísticos associados a idiosincrasias territoriais e recursos específicos » Expansão do mercado internacional de turismo de cruzeiros e potencial de expansão de uma oferta integrada a nível nacional, valorizando a inserção de alguns portos das regiões do Algarve, de Lisboa e Vale do Tejo e do Norte em circuitos atlânticos e mediterrâneos 	<ul style="list-style-type: none"> » A crise das dívidas soberanas e as consequências do resgate financeiro da economia portuguesa determinam que o binómio turismo imobiliário deixará de poder funcionar com destruição parcial do segundo elemento da relação » Infraestruturas turísticas com necessidades de manutenção e conservação em casos de abandono da Região por parte dos seus promotores imobiliário-turísticos iniciais » O estatuto de “região em transição” numa Região com fortes assimetrias de desenvolvimento socioeconómico no seu território compromete o acesso a Fundos Estruturais que algumas parcelas do território exigiriam » Recursos turísticos costeiros ameaçados por riscos naturais e padrões de ordenamento menos cuidadosos

POPULAÇÃO E CAPITAL HUMANO

PONTOS FORTES

- » Região demograficamente dinâmica com capacidade de atração de população na última década, compensando em muitos concelhos o crescimento natural negativo
- » A rede de infraestruturas escolares (básico e secundário) está praticamente concluída, exigindo apenas fechamentos de rede

PONTOS FRACOS

- » O Algarve está entre as 10 regiões com mais baixas qualificações da União Europeia: 71,7% da população com mais de 15 anos tem no máximo educação pré-primária, primária ou secundária inferior”
- » A rede de transportes escolares é ainda muito deficiente penalizando a concentração operada na rede
- » Ainda fraca percentagem de licenciados entre os ativos com posição muito destacada de Faro que não é seguida pela maioria dos municípios
- » Dotação escassa de recursos humanos avançados, com qualificações de mestrado e doutoramento ainda residuais e inferiores aos valores das percentagens de ativos que não concluíram a formação básica
- » Taxas de abandono escolar superiores à médias do Continente

OPORTUNIDADES

- » Melhoria recente de taxas de escolarização no ensino secundário
- » Melhorias observadas na dotação de oferta de modalidades de formação secundária vocacional, designadamente ensino profissional, consideradas essenciais para recuperar jovens fora do sistema e evitar o aumento do abandono e insucesso escolar

AMEAÇAS

- » A massa de alunos matriculada nas modalidades de ensino profissional com desvio de idade face à de frequência ideal constitui uma enorme exigência às condições de aprendizagem aí vigentes
- » Região em transição para o envelhecimento sem preparação das condições para integrar essa dimensão
- » Incidência na Região do fenómeno do isolamento residencial de idosos, com forte correlação com os territórios mais interiores e rarefeitos demograficamente

SUSTENTABILIDADE E USO EFICIENTE DOS RECURSOS

PONTOS FORTES

- » Elevada riqueza biológica e ecológica, com espécies endémicas e raras para a conservação, com valor nacional, comunitário e internacional e diversidade de espécies e de habitats (áreas protegidas da Costa Vicentina, da Ria Formosa e do Sapal de Castro Marim)
- » Atratividade de zonas costeiras com elevado número de bandeiras azuis
- » Região de contrastes e complementaridades em termos de usos dominantes e de paisagem
- » Recolha seletiva de resíduos superior à média nacional
- » Bom nível de cobertura e de controlo da qualidade da água de abastecimento

PONTOS FRACOS

- » Elevada pressão sobre zona costeira
- » Presença de sistemas e estruturas naturais frágeis, de sensibilidade elevada
- » Elevado número de acidentes mortais em arribas nos últimos 10 anos
- » Elevados gastos energéticos com iluminação pública em alguns municípios
- » Erosão costeira com consequência na perda de habitats com importância para a conservação nas últimas décadas
- » Artificialização de troços costeiros significativos
- » Falta de monitorização e de gestão da utilização da água para os diversos usos
- » Insuficiente fiscalização e monitorização da qualidade ambiental
- » Taxa de reciclagem de Resíduos Sólidos Urbanos muito inferior à média nacional

OPORTUNIDADES

- » Crescente reconhecimento da vulnerabilidade dos sistemas costeiros
- » Aumento da procura com exigência em território sustentáveis e de qualidade
- » Maior consciencialização sobre as zonas de risco no litoral e número crescente de intervenções de mitigação
- » Promoção da qualidade ambiental e divulgação dos principais indicadores
- » Reconhecimento internacional da qualidade ambiental e paisagística do Algarve
- » Maior sensibilidade local das novas gerações com mais cultura ambiental
- » Assunção dos fatores de risco, como a erosão, no desenvolvimento do planeamento e do ordenamento às diversas escalas.
- » Incorporação de objetivos de sustentabilidade nas várias escalas de análise e planeamento
- » Existência de mecanismos legais de regulação e proteção de recursos e usos por instrumentos legais
- » Elevado número de intervenções de ordenamento de acessos automóvel e pedonal nos últimos anos, com eliminação de circulação automóvel nos sistemas mais vulneráveis e sensíveis

AMEAÇAS

- » Pressão turística forte em concelhos de baixa litoralidade
- » Conflitos de interesses e pressão sobre sistemas frágeis, de sensibilidade e vulnerabilidade elevada
- » Troços costeiros com graves problemas de erosão que serão agravados com as alterações climáticas
- » Agravamento da ocorrência de fenómenos extremos e dos fenómenos de recuo da linha de costa face às alterações climáticas previsíveis com consequência nas ocupações antropogénicas e perda de valores naturais e paisagísticos
- » Forte pressão antrópica sobre a zona costeira
- » Perceção incorreta da população, em geral, de que as arribas são formas litorais estáveis e duradouras

INCLUSÃO SOCIAL E EMPREGO

PONTOS FORTES

- » Capacidade instalada a nível local de tecido associativo com prática de intervenção social comunitária
- » Dinâmicas instaladas de valorização de recursos endógenos, nomeadamente associados às áreas rurais, agrícolas e florestais e ao mar, e a atividades potencialmente geradoras de emprego

PONTOS FRACOS

- » Centralidade do desemprego, com taxas muito elevadas no plano comparativo nacional, como categoria transversal de toda a problemática social na Região
- » Desemprego essencialmente desqualificado com peso elevado de indivíduos sem ou com apenas o ensino básico concluído já com expressão relevante do desemprego de longa duração
- » Fraca experiência da intervenção municipal em matéria social e de operações com financiamento do Fundo Social Europeu

OPORTUNIDADES

- » Heranças multiculturais suscetíveis de se transformarem em potencial de recursos socioculturais para basear as políticas de inclusão social e emprego, sobretudo no plano local
- » Desenvolvimento de um mercado cultural e artístico vocacionado para os segmentos turísticos e mais internacionalizado gerador de emprego qualificado

AMEAÇAS

- » Envelhecimento em crescendo e acompanhado do fenómeno de idosos isolados
- » Efeitos da crise das dívidas soberanas e do resgate financeiro da economia portuguesa na construção, imobiliário e outras atividades ligadas ao mercado interno, desagregando o núcleo central da economia regional “turismo-imobiliário”
- » Peso já relevante na Região de públicos vulneráveis a cortes nas políticas sociais determinados pelo processo de consolidação de contas públicas (pensionistas, desempregados, beneficiários do rendimento social de inserção)
- » Retração da participação feminina no mercado de trabalho determinada pela magnitude do desemprego feminino em alguns municípios

DINÂMICAS TERRITORIAIS, URBANAS E ORGANIZACIONAIS

PONTOS FORTES

- » Experiência de associativismo protagonizada pela AMAL com elevado potencial de aprofundamento temático
- » Grau de cobertura da rede regional de teatros e cine-teatros e experiência de programação cultural em rede
- » Experiências reconhecidas de associativismo de base local com elevado potencial de coordenação e intervenção em matéria de estratégias de desenvolvimento socioeconómico de base local
- » Do ponto de vista dos orçamentos dos municípios, a ampla dimensão do parque imobiliário na região, oferece condições favoráveis à geração de receitas próprias, nomeadamente, através de uma taxaçaõ equitativa da propriedade imobiliária

PONTOS FRACOS

- » Limitações reconhecidas impostas pela queda de algumas receitas municipais, comprometendo a capacidade de investimento municipal
- » Insipiência de modelos e de experiências de governação urbana orientadas para a promoção da competitividade das Cidades e da valorização económica dos seus ativos
- » Dotação institucional ainda incipiente para o desenvolvimento de estratégias de especialização inteligente
- » A intensidade do fenómeno da residência secundária, assente num padrão extensivo de edificação, tem implicações complexas na dotação de redes e de infraestruturas, na sua otimização, exercendo uma forte pressão sobre os orçamentos municipais

OPORTUNIDADES

- » As opções estratégicas, europeias e nacionais, no sentido da promoção de uma economia de baixo carbono e assente numa utilização racional dos recursos naturais, criam um contexto político e financeiro favorável à implementação de modelos de urbanização e edificação mais sustentáveis e qualificados
- » Melhoria das condições infraestruturais e de qualificação de espaço público registada nos últimos anos nos principais centros urbanos da Região
- » Condições de financiamento de processos de capacitação institucional (AMAL e municípios) no próximo futuro de programação que interessa potenciar
- » Dinâmicas de cooperação transfronteiriça e inter-regional já testadas como instrumento de transferência potencial de conhecimento para a Região em áreas como a especialização inteligente e novos modelos de organização turística melhor interligados com os recursos endógenos diferenciadores
- » Posição da Região em termos de alojamentos de residência não habitual que potencia favoravelmente a atração de novos residentes permanentes, embora com custos de otimização de redes e infraestruturas

AMEAÇAS

- » Urbanização litoral intensa e pressionada de recursos ambientalmente sensíveis
- » Exigências colocadas pela programação 2020 em matéria de produção de resultados com crescentes exigências em matéria de engenharia de projeto, determinando necessidades imperiosas de capacitação institucional para uma boa resposta às exigências da programação
- » Projetos turístico imobiliários não concluídos, representando um potencial de desqualificação de zonas envolventes e com problemas jurídicos complexos de definição de propriedade;
- » A extraordinária dependência dos orçamentos municipais das receitas fiscais geradas pelas atividades imobiliárias cria, num contexto de aparente esgotamento do modelo turismo-imobiliário vigente, uma forte pressão sobre o equilíbrio e sustentabilidade dos orçamentos locais;
- » As disparidades inter-regionais, registadas no domínio da economia, da demografia e das dinâmicas da urbanização e edificação, ameaçam a coesão territorial regional, a preservação de valores naturais e não promove a valorização de recursos territoriais e da paisagem

3.10. ANÁLISE DE STAKEHOLDERS

O posicionamento da AMAL em relação ao conjunto de *stakeholders* que intervirão indiretamente na concretização da EIDT AMAL 2014-2020 é fortemente determinado pela participação de pleno direito na Plataforma para o Desenvolvimento e Coesão Territorial do Algarve, também designada de Plataforma de Desenvolvimento do Algarve ou Plataforma Estratégica do Algarve.

Esta Plataforma tem, de acordo com a última versão conhecida do PO Algarve, será composta por um representante das seguintes entidades:

- » Comunidade Intermunicipal do Algarve;
- » Universidade do Algarve;
- » Associações empresariais do Algarve;
- » Associações de Desenvolvimento Local do Algarve.
- » Associações sindicais do Algarve;
- » Direção Regional da Agricultura e Pescas do Algarve;
- » Delegação Regional do Instituto do Emprego e Formação Profissional;

- » Instituto da Segurança Social, IP – Centro Distrital de Faro

Conforme decorre da especificidade que esta Plataforma Estratégica assume nos modelos de governação dos PO Regionais do continente, aliás constante do Acordo de Parceria e do próprio convite para o reconhecimento das EIDT, ela constituirá para a AMAL o primeiro nível ou espaço de concertação da sua própria EIDT, ou seja o espaço em que validará inicialmente as parcerias que no entender da instituição será necessário mobilizar e dinamizar para concretizar as prioridades estratégicas definidas pela EIDT e inicialmente validadas no seio da própria dinâmica interna da instituição.

Para além desse espaço inicial, que tem a particularidade de integrar a própria Autoridade de Gestão do PO Algarve 2014-2020 que preside à referida Plataforma Estratégica, a EIDT atribui especial importância ao relacionamento com alguns *stakeholders* em particular, dada a forte relevância estratégica da parceria para o êxito da EIDT agora formalizada.

A tabela seguinte sistematiza a relevância que a EIDT atribui à participação seletiva de determinados *stakeholders*:

STAKEHOLDERS	ÂMBITO DA PARCERIA	ARTICULAÇÃO COM A EIDT
STAKEHOLDERS CONSIDERADOS CRUCIAIS PARA A CONSTITUIÇÃO DAS PARCERIAS MAIS RELEVANTES PARA A CONCRETIZAÇÃO DA EIDT		
Universidade do Algarve	Parceiro fundamental para a constituição da parceria focada na promoção e dinamização de ação coletiva focada na disseminação de conhecimento científico e tecnológico para os territórios de baixa densidade A participação da Universidade do Algarve será triangular, isto é, envolverá não apenas uma parceria bilateral com a AMAL, mas implicará a presença de instituições, particularmente dos GAL, para realizar a intermediação com os territórios da baixa densidade	Projeto considerado crucial para impulsionar os projetos e ações de valorização económica de recursos endógenos formulados pelos municípios com territórios com essas características

Universidade do Algarve	Intervenção da UA como fonte/centro de recursos de suporte a entidades locais com intervenção nos domínios da incubação e acompanhamento do micro empreendedorismo e do empreendedorismo social Esta intervenção será também triangular: a UA será representada pela sua CRIA – Divisão de Empreendedorismo da Universidade do Algarve e envolverá também a participação da ANJE	Intervenção considerada crucial para suportar a montante em termos de centro de recursos a atividade de coordenação a exercer pela AMAL nesses domínios para combater riscos de atomização excessiva de iniciativas desprovidas de recursos de suporte A triangulação AMAL /CRIA/ANJE assegurará a coordenação de todas as restantes instituições de intermediação que integram a rede para o micro empreendedorismo como pontos de ligação à dinâmica do micro empreendedorismo local.
	Colaboração da UA em matéria de fornecimento de recursos de conhecimento, técnicos e humanos à criação de um centro de formação autárquica, a liderar pela AMAL, destinado a superar as fortes carências da Região nesta matéria.	Instrumento fundamental de capacitação técnica, organizativa e de competências em matérias implicadas pela ambição da EIDT
	Colaboração da UA em matéria de gestão de projetos de investigação científica de suporte do projeto de valorização da dieta mediterrânica	Para além de uma forte articulação com a RIS 3 Algarve, essa colaboração é crucial para fortalecer a coerência do projeto de valorização de património imaterial da Região que a DM representa
Conforme é observável a partir das considerações anteriores, a Universidade do Algarve é um <i>stakeholder</i> relevantíssimo para a concretização da EIDT, até porque assegurará a principal ligação com os EP 1 e 2 do PO Regional e com a RIS 3 dos quais a AMAL e os municípios não poderão ser marginalizados.		
Associação In Loco	<i>Stakeholder</i> fundamental para a concertação da AMAL com os territórios da baixa densidade (com exceção do território do Baixo Guadiana) nas áreas do micro empreendedorismo, das estratégias de inclusão e de empreendedorismo social	Intervenção crucial nos domínios de intervenção atribuíveis às DLBC rurais e eventualmente às DLBC urbanas
Associação Terras do Baixo Guadiana	<i>Stakeholder</i> fundamental para a concertação da AMAL com os territórios da baixa densidade do Território do Baixo Guadiana nas áreas do micro empreendedorismo, das estratégias de inclusão e de empreendedorismo social, envolvendo a Associação Odiana, Associação de Defesa do Património de Mértola e pela Associação Alcance	Intervenção crucial nos domínios de intervenção atribuíveis às DLBC rurais e eventualmente às DLBC urbanas
Vicentina – Associação para o Desenvolvimento do Sudoeste	<i>Stakeholder</i> relevante para a concertação da AMAL com os territórios da baixa densidade da Costa Vicentina	Intervenção crucial nos domínios de intervenção atribuíveis às DLBC rurais e eventualmente às DLBC urbanas
Algarve Central	Continuidade e aprofundamento da experiência de cooperação gizada no período de programação 2007-2013, assumindo-se como o principal projeto de cooperação intermunicipal num universo de municípios inferior ao da AMAL A AMAL considera-a um <i>stakeholder</i> fundamental, já que será em torno da prática do Algarve Central que poderão ser dinamizados novos projetos de cooperação intermunicipal de contiguidade, que entretanto foram esmorecendo após alguma dinâmica em períodos de programação anteriores	Intervenção crucial na EIDT nos domínios da mobilidade urbana (interurbana), programação cultural em rede (museus), eficiência energética e modernização administrativa baseada na utilização de TIC

AREAL – Agência Regional de Energia e Ambiente do Algarve	Parceria de suporte técnico indispensável para garantir escala e complementaridade às intervenções em matéria de eficiência energética não apresentadas segundo o modelo de cooperação intermunicipal como o é o caso do Algarve central	Papel crucial na concretização da prioridade estratégica de desenvolvimento relacionada com a descarbonização da economia algarvia
STAKEHOLDERS COMPLEMENTARES		
Associação Mar Algarve	Co-dinamização com a AMAL de projetos de animação e constituição de incubadoras locais de atividades económicas de pequena dimensão focadas na criação de valor económico de recursos locais	Resposta a um conjunto de intenções de projeto na área da economia do mar de base local/municipal que necessitam de entidade federadora de interesses e com poder de interlocução junto das principais instituições representadas no <i>cluster</i> do mar a nível regional e nacional Participação crucial na génese das DLBC costeiras
Entidade Regional de Turismo do Algarve e Direção Regional da Cultura	Parceria relevante em projetos de valorização do património natural e cultural com objetivos de produção de resultados em matéria turística Idem do ponto de vista da valorização económica da Dieta Mediterrânica	Intervenção crucial na génese de candidaturas à prioridade de investimento 6.3. (património natural e cultural), para assegurar dimensão de impacto na estratégia turística da Região

3.11. PRINCIPAIS DESAFIOS E FATORES CRÍTICOS DE SUCESSO

A EIDT AMAL 2014-2020 é formulada com a AMAL perfeitamente consciente dos principais desafios enfrentados pela programação 2014-2020 do ponto de vista da situação atual do território e do momento particular que os municípios da Região atravessam.

O exercício de construção, auscultação e validação em torno do diagnóstico estratégico da Região elaborado do ponto de vista dos municípios e do papel agregador e mobilizador que a AMAL pode desempenhar permitiu não só identificar claramente esses desafios, como também alertar para os fatores críticos de sucesso na resposta a esses desafios, elemento essencial do processo de monitorização e acompanhamento que a AMAL se propõe realizar ao longo da programação para a qual formula esta EIDT.

Nessa perspetiva, nos parágrafos seguintes apresentam-se de forma fundamentada esses desafios bem como os fatores críticos de sucesso que o trabalho identificou.

Principais desafios

O desafio da transformação económica da Região e a

recuperação das condições de sobrevivência económica dos municípios algarvios

Tal como o diagnóstico estratégico amplamente o demonstrou, a crise profunda da relação turismo-construção civil-imobiliário observada na sequência da crise internacional de 2007-2008, com efeitos profundamente agravados decorrentes do resgate financeiro da economia portuguesa após 2011, colocou uma significativa maioria dos municípios algarvios em condições de profundo *stresse* quanto à evolução das receitas municipais não dependentes de transferências da administração central, leia-se do Orçamento Geral do Estado. O facto do primeiro elemento da referida tríade (o turismo) gozar presentemente de uma excelente notoriedade e poder de captação de fluxos internacionais de procura ajuda tão só a minimizar os efeitos da alteração do modelo produtivo regional, não evitando nem compensando a referida queda. É por isso que os municípios algarvios e a própria AMAL, não sendo propriamente promotores económicos com capacidade de mobilização da significativa fração de recursos dedicada no PO Algarve 2014-2020 à questão da inovação, internacionalização e competitividade, não podem ficar à margem desse desígnio regional. Devem por isso contribuir para a transformação desejável da base produtiva regional, gerando atividades e criação de valor para lá da referida tríade turismo – construção civil – imobiliário e, como não podia deixar de ser, não ignorando o papel que o turis-

mo continuará a exercer na criação de novos *clusters* de atividade. O desafio é claro nessa matéria, sendo necessário: ganhar escala de intervenção e, para isso, a relação municípios - AMAL é crucial; encontrar e fidelizar as parcerias certas para o fazer; apetrechar os municípios de competências técnicas adequadas; criar condições de facilitação nos territórios municipais para que os novos negócios e as novas atividades encontrem ambientes propícios de inserção e acolhimento.

A este propósito a AMAL e os municípios encontram-se já envolvidos num processo de estímulo e facilitação ao desenvolvimento económico e social da região, em estreita parceria com outros agentes regionais. Este processo iniciou-se ainda na fase final do período de programação anterior (2007 – 2013), com realização de um diagnóstico ao quadro atual de apoio ao desenvolvimento económico e social e com a definição de um programa de ação para o período de programação 2014 – 2020.

Preparar os municípios e dotá-los dos recursos técnicos e humanos pertinentes para um novo paradigma e um novo ciclo de projetos municipais

Ao contrário do que erradamente por vezes é transmitido, os investimentos em infraestruturas não vão desaparecer da influência concretizadora dos municípios. Simplesmente, a transformação da base produtiva da Região exigirá duas coisas que vão para além de uma linha de inércia e continuidade: um novo modelo de desenvolvimento, menos dependente do efeito propulsor da relação turismo-construção civil – imobiliário, exigirá um novo padrão de infraestruturas, fortemente ancoradas em objetivos de competitividade e facilitadoras de atividade económica com maior incorporação de conhecimento e diferenciação de produto; essa transformação exigirá ainda que os municípios tenham carteiras de projetos mais fortemente ancoradas no desenvolvimento imaterial.

O desafio que esta transformação de paradigma encerra aponta sobretudo para o reapetrechamento técnico e humano dos municípios, essencialmente um problema de capacitação, a mobilização de uma nova família de assessorias técnicas e sobretudo alterações internas de matriz organizativa, com equipas de projeto municipais menos segmentadas e setorialmente estanques entre si.

Como contributo para este novo desafio de reorganização da

matriz de recursos humanos dos municípios, as autarquias do Algarve, através da AMAL, preparam-se para lançar um projeto inovador no domínio da formação, qualificação e capacitação de competências dos quadros da Administração Local, por via da criação de um centro de formação autárquica.

Ainda que o PO Regional Algarve 2014-2020 não se ocupe de tais matérias, o desafio das redes infraestruturais básicas de suporte ao modelo turístico da Região deve exigir programação, financiamento e contratualização com a Administração Central adequadas à dimensão dos investimentos em causa

A auscultação aprofundada que o trabalho realizou em diferentes momentos do tempo aos municípios permitiu apreender que eles estão particularmente cientes dessa necessidade, embora neste momento não sejam visíveis as alternativas de recursos de financiamento para começar a preparar no tempo a renovação dessas redes.

O Algarve é uma região fortemente exposta à comunicação internacional pela sua condição de destino turístico com notoriedade. A infraestruturização da sua oferta turística e a promoção dos seus principais empreendimentos foi concretizada por municípios e por operadores/investidores, tendo alguns destes últimos abandonado a Região ou simplesmente transacionado os principais empreendimentos, de modo que as estratégias de criação de valor em curso no setor turístico que não sejam concretizadas por novos investimentos não é seguro que estejam a internalizar no seu cálculo económico futuro a questão da renovação das principais redes infraestruturais. Por outro lado, nas condições financeiras atuais dos principais municípios representados nesta temática e as alterações entretanto observadas na programação 2014-2020 face a programações anteriores existem constrangimentos a uma fluida libertação de recursos para financiar a prazo tais renovações.

A exposição internacional do Algarve não é apenas uma questão de exposição internacional de uma Região. É antes um problema de exposição internacional do País e, consequentemente, perfila-se como desafio que excede claramente o âmbito da programação Algarve 2014-2020 e o alinhamento da estratégia AMAL com a mesma.

O desafio da coesão territorial

Tal como decorre do diagnóstico estratégico apresentado nas secções anteriores, o território algarvio apresenta neste momento desequilíbrios de rendimento assinaláveis, designadamente entre os territórios com maior concentração de atividade e os de mais baixa densidade, desequilíbrios que não são só de natureza intermunicipal mas também intramunicipal, com alguns municípios a serem atravessados eles próprios por esse desequilíbrio.

E, enquanto desafio à concretização da EIDT, é importante assinalar que a promoção de níveis mais elevados de coesão territorial é indissociável da resposta ao desafio anteriormente enunciado de transformação do modelo económico algarvio das duas últimas décadas. Os desequilíbrios territoriais atrás assinalados foram o resultado da aplicação no território do modelo turismo-construção civil-imobiliário, pelo que o esgotamento do referido modelo e a necessidade de construir uma nova relação virtuosa entre o turismo e a economia regional constituem, simultaneamente, uma grande oportunidade para fortalecer a coesão territorial do desenvolvimento algarvio.

Por outras palavras, tal como consta de uma das prioridades estratégicas definidas para a EIDT AMAL o fortalecimento da coesão territorial passa por alargar a base territorial da competitividade da economia algarvia, trazendo para a criação de valor (incluindo a do turismo) novos territórios e os recursos que tais territórios podem oferecer a tal estratégia.

O desafio das qualificações e competências

Numa Região em que a transformação do seu modelo produtivo é tão crucial, torna-se necessário criar condições para que em matéria de qualificações e competências estejam disponíveis recursos humanos com qualificações intermédias e superiores capazes simultaneamente de facilitar a transição entre modelos produtivos e de potenciar a emergência de atividades alternativas com maior incorporação de conhecimento.

Este desafio é também um desafio de capacitação organizacional, técnica e humana para muitas das instituições regionais, com a AMAL entre esse número, dado o conjunto de projetos e de áreas temáticas que se propõe animar no âmbito da EIDT 2014-2020. Mas é sobretudo a necessidade de criar um sistema regional de definição de prioridades de formação de novas

qualificações e competências, capaz de refletir necessidades regionais e não modelos de oferta de formações padronizados e sem recetividade às grandes linhas que, segundo a EIDT, devem marcar a transição para um novo modelo de afetação de recursos na Região. Integramos também nesse desafio o da formação de competências em matéria de empreendedorismo nas três dimensões principais em que a programação 2014-2020 o acolhe: o empreendedorismo de base tecnológica, o empreendedorismo focado na criação de microempresas e na criação do próprio emprego e o empreendedorismo social, promotor ou não de atividades classificáveis como de inovação social.

Um novo modelo de financiamento da atividade municipal e de escolhas públicas locais

A queda abrupta do modelo “turismo-construção civil-imobiliário” teve consequências dramáticas para a sustentabilidade das receitas municipais e uma previsível recuperação moderada das dimensões da construção civil e do imobiliário não será suficiente para evitar a necessidade dos municípios reformularem o seu modelo de financiamento. A profunda alteração das condições de elegibilidade de projetos municipais ao PO Algarve 2014-2020 implicará dos municípios uma criteriosa distinção entre os projetos que poderão aspirar a cofinanciamento comunitário e os que exigirão a mobilização de outros recursos de financiamento. Bastará este facto para alterar significativamente a estrutura do financiamento municipal. Ela terá de passar igualmente pela dinamização de nova atividade económica suscetível de gerar indiretamente receitas municipais.

Os fatores críticos de sucesso

Contrariar a atomização institucional

Uma Região com estes desafios terá na Plataforma Estratégica que integra o modelo de governação do PO Regional Algarve 2014-2020 um espaço crucial para ganhar uma nova solidez institucional, que é também essencial para que a intervenção da CCDR Algarve ganhe uma mais forte representatividade e alinhamento com as estratégias das principais instituições algarvias.

A AMAL assume na sua própria capacitação e no relançamento futuro da sua intervenção junto da Região este desafio, contribuindo ela própria com a sua estratégia de capacitação e de consolidação para combater a atomização institucional da Re-

gião e forjar a partir dos territórios uma VOZ da Região.

O contrariar da atomização institucional é também necessário para assegurar uma adequada coordenação dos projetos de desenvolvimento multinível que a EIDT irá implicar no alinhamento com a própria estratégia do PO Algarve 2014-2020. Há domínios da programação que correspondem a prioridades estratégicas da EIDT Algarve 2014-2020 e que serão objeto de intervenção subsidiariamente mais eficaz através da intervenção das DLBC (rurais, costeiras e urbanas) que irão perfilar-se na resposta ao convite que lhes foi dirigido praticamente em simultâneo ao que foi endereçado às CIM.

A estratégia da AMAL para combater a referida atomização institucional passa essencialmente pelos seguintes tipos de intervenção:

- » Promover ela própria projetos de âmbito intermunicipal com possibilidade de cobertura de todos os territórios municipais, reforçando a sua própria intervenção, envolvendo outras entidades regionais na definição e execução desses mesmos projetos;
- » Dinamizar projetos de cooperação intermunicipal entre grupos de municípios para temas específicos como decorre da experiência bem-sucedida do Algarve Central;
- » Prosseguir a sua experiência de contratualização de modo a ganhar escala na gestão e acompanhamento de candidaturas ao PO Regional;
- » Coordenar a sua própria estratégia com a das DLBC que venham a formar-se no território, aplicando o princípio da subsidiariedade e combatendo sobreposições e a destruição de recursos a elas associados;
- » Apostar na formação e mobilização de centros de recursos para apoiar a montante iniciativas de base estritamente local, carenciadas de suportes de conhecimento, de organização e de acompanhamento como é o exemplo do empreendedorismo social.

Reforço da capacidade de engenharia do projeto por parte dos municípios

Se a capacitação organizativa, técnica e institucional da AMAL constitui em si própria um fator crítico de sucesso da EIDT Al-

garve 2014-2020, do mesmo modo será crucial que os municípios reforcem a sua capacidade técnica de formulação de projetos no âmbito dos novos domínios de investimento elegíveis ao PO Algarve. A solidez técnica dessa nova geração de projetos terá de incluir novos domínios de fundamentação como são por exemplo a produção de resultados antecipáveis e o fornecimento de bases de fundamentação que situem solidamente o projeto no mapeamento que, para algumas modalidades temáticas de investimento, a CCDR Algarve precisa de submeter à CE para abertura de avisos de candidatura.

A confirmação da influência vinculativa e integradora da RIS 3 Algarve

A CCDR Algarve conseguiu validar junto da Comissão Europeia um projeto de Estratégia Regional de Especialização Inteligente (RIS 3 Algarve) plenamente ajustada às particularidades da economia regional algarvia, que não enjeita o papel primordial que o turismo continuará a exercer na dinâmica da economia regional, mas que procura operacionalizar novas modalidades de interação com essa mesma economia.

A influência vinculativa e integradora da RIS 3 constituirá um fator crítico de sucesso de toda a aposta de concentração de recursos nos temas da inovação, competitividade e internacionalização, tendo as empresas como as principais destinatárias dessa aposta.

A importância estratégica que a EIDT AMAL 2014-2020 atribui à transformação do modelo económico da Região, no âmbito da qual os municípios encontrarão hipóteses mais realistas de arrecadação de receitas municipais, tem também como fator crítico de sucesso a condição – chave de extensão das prioridades da RIS 3 aos territórios que necessitam de novas atividades criadoras de valor económico e distribuição de rendimento nas economias locais.

Com o referencial da RIS 3 Algarve, será possível fazer com que os diferentes níveis de dinamização económica da Região convirjam para objetivos comuns e assegurem também por essa via condições de êxito à estratégia da própria AMAL.

Capacitar, capacitar, capacitar

Face aos desafios da programação 2014-2020 e da própria am-

bição de aposta que a EIDT Algarve 2014-2020 consagra, uma das palavras – chave para a produção de resultados é inequivocamente a da capacitação multinível.

Como foi anteriormente assinalado, a AMAL assume ela própria esse desígnio, considerando que a exequibilidade de concretização da EIDT exige um salto organizativo e de capacitação no seu próprio modelo de funcionamento. Mas a capacitação como fator crítico de sucesso da estratégia é um desígnio multinível, devendo por isso ter extensão a outras entidades, já referenciadas, à medida que nos aproximamos da individualidade dos territórios.

Tal como a entendemos aqui, a capacitação constitui também uma condição necessária para que seja possível fazer emergir projetos com capacidade de integração de diferentes instrumentos de política abertos pela programação Algarve 2020. É esse o caso das intervenções sociais de base local, do combate ao abandono escolar de matriz urbana, da valorização de recursos endógenos em áreas de baixa densidade. Uma das oportunidades que o PO Algarve abre a esta questão é o apoio à capacitação de públicos fortemente envolvidos neste tipo de abordagens mais integradas, com capacidade para fazer convergir os resultados de diferentes instrumentos de política.

4. MISSÃO E VISÃO

Como já foi anteriormente sublinhado, a EIDT AMAL 2014-2020 está ao serviço de um Plano Intermunicipal Algarve 2020 oportunamente definida pela CCDR Algarve em interação e cooperação com toda a Região e o seu sistema de *stakeholders*, constituindo uma especificidade do modelo de governação do PO Algarve 2014-2020 plenamente assumida pelo modelo de governação do Portugal 2020.

Nesses termos, a EIDT AMAL 2014-2020 tem como elemento estruturante da sua missão contribuir ativamente para a concretização da VISÃO ESTRATÉGICA que inspira a estratégia do PO Algarve 2014-2020 e os trabalhos de elaboração da sua RIS 3:

“Transformar o Algarve em 2020, numa região dinâmica, inclusiva e sustentável, capaz de gerar mais e melhores empregos, produzir bens e serviços com alto valor acrescentado, através da inovação e do conhecimento científico, do potencial socioeconómico regional e de instrumentos de governança partilhada para fortalecer as empresas regionais, ancorada no domínio do Mar e alavancado pelo setor do turismo para estimular a competitividade da economia e a coesão social e territorial.”

Mas, como não podia deixar de ser, a AMAL com a elaboração da sua EIDT 2014-2020 prossegue ela própria uma visão estratégica do desenvolvimento futuro da região do Algarve, concebida de modo ascendente, isto é, a partir da visão que os municípios aspiram para a Região em que estão inseridos.

Assim, os trabalhos da EIDT e o posicionamento da AMAL neste processo são inspirados por uma visão do território algarvio assente nos seguintes elementos:

ALGARVE 2020, uma Região

- » Que transformou a articulação do setor do turismo com a economia regional, encontrando alternativas para o modelo turismo-construção civil-imobiliário” ...
- » Territorialmente mais coesa, com uma base territorial de competitividade mais alargada e pleno aproveitamento dos seus recursos endógenos diferenciadores ...
- » Mais qualificada e capacitada institucional, técnica e organizativamente para uma melhor integração dos instrumentos de política proporcionados pela programação 2014-2020 ...
- » Com capacidade de atração de residentes qualificados progressivamente integrados como agentes do seu próprio desenvolvimento ...
- » Proporcionando aos municípios condições mais sustentadas de financiamento à resposta aos desafios que têm de enfrentar ...

E na qual, a AMAL

- » Se afirma como Voz consolidada dos municípios na defesa da Região ...
- » Reforça a sua capacidade de liderança e coordenação de projetos com cobertura potencial a todo o território ...
- » E dinamiza formas de coordenação multinível de um sistema relevante de atores locais ...
- » Combatendo a atomização institucional da Região.

5. FORMALIZAÇÃO DO QUADRO ESTRATÉGICO: PRIORIDADES ESTRATÉGICAS E OBJETIVOS ESPECÍFICOS

5.1. AS PRIORIDADES ESTRATÉGICAS E OS OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Considerando que a EIDT AMAL 2014-2020 configura uma estratégia intermunicipal de alinhamento com a Estratégia Regional Algarve 2014-2020 e a sua transformação operacional em Programa Operacional Regional, as prioridades municipais e intermunicipais de aplicação dos recursos financeiros disponíveis no próximo período de programação dos Fundos Estruturais que resultam do diagnóstico elaborado organizam-se com base nas seguintes seis Prioridades Estratégicas, que podem ser considerados os eixos prioritários de intervenção da EIDT:

- A. Diversificar a base económica da região**
- B. Alargar a base territorial e de ativos (recursos) para a competitividade**
- C. Promover o desenvolvimento sócioeconómico de base local como instrumento-chave da coesão social e territorial**
- D. Valorizar a eco-eficiência e da economia de baixo carbono ao nível dos sistemas urbanos e territoriais**
- E. Maximizar territorial e ambientalmente os recursos provenientes do Fundo de Coesão**
- F. Capacitar o tecido institucional e reforçar os modelos de *governance*.**

A. DIVERSIFICAR A BASE ECONÓMICA DA REGIÃO

Enunciado da prioridade

O diagnóstico estratégico prospetivo oportunamente validado com a AMAL implica que a região do Algarve coloque na agenda da futura programação a necessidade de aproveitar plena-

mente as oportunidades, internas e externas, para diversificar a sua base económica regional e, conseqüentemente, diminuir o nível de dependência que o sistema económico regional apresenta relativamente ao setor do turismo e, dentro deste setor, em relação ao produto turístico de “sol e praia”. Esta adaptação terá necessariamente em conta que o binómio central “turismo-imobiliário” que constituiu o elemento motor do crescimento económico regional dificilmente assumirá nas próximas duas décadas a mesma força propulsora, sendo vital encontrar uma complementaridade alternativa ao setor do imobiliário como elemento propulsor do crescimento económico. A afetação de recursos na economia portuguesa tenderá a reduzir a proporções bem mais baixas a dimensão não transacionável do imobiliário, isto é, a que não revele ter com o setor do turismo uma complementaridade intrínseca, não esquecendo ainda que o tempo irá encarregar-se de colocar na agenda do investimento regional e local a conservação e renovação das infraestruturas turísticas existentes, sob pena de uma significativa perda de qualidade da oferta turística regional e do seu entorno imediato.

É assim fundamental reforçar tendências emergentes observáveis, por exemplo, nos setores agrícolas e da economia do mar, oportunamente sinalizadas no capítulo do diagnóstico, as quais representam elementos de mudança com um contributo potencial para a prossecução desta prioridade estratégica que, nesta perspetiva, merecem um adequado acompanhamento e acolhimento nas políticas públicas de apoio à economia regional. Mas também as vertentes da saúde em estreita ligação com a componente de oferta turística (turismo de saúde dirigido quer para populações reformadas com poder de compra médio-alto, quer para o público dos atletas de alta competição e oferta de serviços vocacionados para o acompanhamento de população mais envelhecida), das indústrias criativas de suporte a uma animação turística mais organizada e diversificada, da economia do desporto e, naturalmente, da busca de ligação mais estruturadas entre a economia regional e a atividade turística constituem domínios possíveis para concretizar esta prioridade estratégica.

Pode questionar-se a relevância desta prioridade estratégica

para o Plano Intermunicipal Algarve 2020, atendendo sobretudo a que se trata de domínios de intervenção para os quais não existe nem tradição de intervenção municipal, nem sequer a grande maioria dos municípios dispõe de capacitação técnica para o assumir como frente prioritária de intervenção. Esses argumentos são inquestionáveis e os próprios municípios estão deles conscientes, como aliás foi possível constatar no processo de auscultação e inquirição realizado pela equipa técnica. No entanto, trata-se de uma prioridade regional da qual os municípios não podem permanecer afastados ou ser marginalizados. Isso acontece simplesmente porque da diversificação da base económica regional depende a própria sobrevivência dos municípios, entendidos como entidades que devem a ter a capacidade suficiente de geração de receitas para além das transferências que legalmente lhe são devidas pela administração central para suportar os desafios de despesa pública local que o território requer no contexto atual.

A estratégia regional assumida pelo PO Algarve 2014-2020 está disso também consciente. As alterações do sistema económico regional requeridas pela convergência com a estratégia europeia e nacional de especialização inteligente exigem uma valorização urgente do potencial de inovação instalado na região, a capacidade de estabelecer interações entre o turismo, enquanto setor económico dominante, e outros setores económicos emergentes e potenciais e a capacidade de reforçar a inserção da região nas redes internacionais e inter-regionais, em domínios de atividade estratégicos, bem como, no mercado global, nomeadamente nos novos setores de aposta no processo de diversificação económica. Parte significativa das oportunidades que a região pode vir a aproveitar no sentido desta mudança económica estão relacionadas quer com o potencial de redinamização e modernização de setores tradicionais da base económica regional, quer com tendências recentes dos sistemas científico e tecnológico e de inovação regionais, nomeadamente, com dinâmicas ligadas à Universidade do Algarve e à Agência Regional para a Inovação e o Desenvolvimento do Algarve (ARIDA). Outras dessas oportunidades decorrem de macro tendências, de nível nacional ou europeu, em que se destacam, designadamente, diversas áreas de aposta relacionadas com a economia do mar, com as energias renováveis ou com o próprio setor do turismo, quer num sentido de diversificação dos segmentos turísticos e de alargamento da respetiva cadeia de valor: turismo de saúde,

turismo de cruzeiros, entre outros, quer da sua inovação tecnológica, nomeadamente associando as TIC e não esquecendo a necessidade de trabalhar mais profissionalmente os dados da procura turística que demanda a Região, no seu sentido mais lato, de trabalhar as perceções, níveis de satisfação, padrões de rendimento, comportamento reativo face a eventos determinados, valorização do entorno urbano e de espaço público, etc.

Apesar dos principais desafios ao nível desta prioridade estratégica não se colocarem diretamente aos municípios, mas fundamentalmente a outras instituições públicas e privadas do sistema C&T&I e aos agentes empresariais, reconhece-se no entanto que os municípios podem e devem intervir no sentido de criar condições de contexto favoráveis a uma tal diversificação. Os municípios são devedores de modelos de gestão territorial e de sistemas territoriais e urbanos qualificados que tendem a beneficiar ou a limitar os processos de alteração do tecido económico existente, embora não de forma diretamente relacionada com as principais variáveis associadas à inovação, à competitividade empresarial e ao empreendedorismo. O envolvimento dos municípios, quer numa perspetiva individual, quer, numa perspetiva intermunicipal, nomeadamente, através da AMAL, ou em geometrias intermunicipais de diversa natureza, enquanto parceiros de outras instituições regionais, da esfera C&T&I e da esfera empresarial, constitui um factor complementar às dinâmicas de promoção económica, de cooperação e de internacionalização.

Por outro lado, no que respeita às grandes infraestruturas de suporte, e particularmente dentro das apostas de promoção e valorização dos recursos marinhos e das actividades marítimas – como por exemplo no caso dos portos de pesca ou de portos de recreio e outros equipamentos de apoio à náutica de recreio e ao turismo de cruzeiros, a intervenção dos municípios apresenta-se indispensável e exige-se a sua articulação estreita com os outros instrumentos de política pública e de financiamento às empresas.

Objetivos de desenvolvimento específicos

Neste contexto, considera-se que a concretização desta prioridade estratégica exige do ponto de vista do potencial de intervenção do Plano Intermunicipal Algarve 2020 a prossecução dos seguintes objetivos específicos de desenvolvimento:

- » **A1. Promover** a disseminação de conhecimento científico e tecnológico e a inovação empresarial em territórios demograficamente mais rarefeitos;
- » **A2. Criar** condições infraestruturais e logísticas locais favoráveis à emergência e acolhimento de novas atividades de valorização económica de recursos marinhos e da economia do mar em geral;
- » **A3. Concentrar** e organizar recursos infraestruturais e de empreendedorismo de suporte à valorização económica do mundo rural;
- » **A4. Dotar** os municípios e os territórios de mais baixa densidade de recursos técnicos e humanos apetrechados para a intermediação e fomento de valorização e transformação económica de recursos endógenos.

Do trabalho realizado junto dos municípios resultam como potenciais áreas de intervenção com relevância na promoção da diversificação da base económica, as seguintes:

- » Adaptação da administração e gestão municipal à promoção do investimento empresarial e ao acolhimento, acompanhamento e encaminhamento de iniciativas empresariais e de empreendedorismo;
- » Fomento da produção, qualificação e promoção de produtos locais, nomeadamente, dos produtos associados à floresta e à agricultura, envolvendo parcerias com associações de produtores e outras instituições de desenvolvimento local;
- » Desenvolvimento de condições infraestruturais de apoio à economia do mundo rural (mercados e infraestruturas de comercialização de produtos agrícolas tradicionais, instalações de abate de animais, ...);
- » Criação de condições logísticas de desenvolvimento das atividades ligadas ao mar quer na perspetiva da pesca e aquicultura, quer na perspetiva das atividades de animação marítimo-turístico;
- » Qualificação das infraestruturas locais de acolhimento de empresas dando resposta, nomeadamente, a novas procuras específicas no domínio das atividades agrícolas e rurais.

B. ALARGAR A BASE TERRITORIAL E DE ATIVOS (RECURSOS) PARA A COMPETITIVIDADE

Enunciado da prioridade

Para além do reforço das relações de interação setorial entre o turismo e a atividade económica tradicional da Região e da valorização económica dos recursos do mar, a diversificação do tecido económico da região e o reforço da competitividade do seu tecido empresarial exigem que recursos não propriamente económicos possam ser mobilizados para uma política de competitividade regional. É o caso dos recursos naturais e ambientais, culturais e patrimoniais, ou seja uma abordagem de valorização integrada do território suscetível de criar valor e emprego.

Representando o turismo uma parcela muito significativa da economia regional, com necessidade urgente de promover o alargamento da sua cadeia de valor através da diversificação de produtos e de mercados e da interligação deste setor económico com outros que lhe estão potencialmente associados – cultura, ambiente, saúde, atividades marítimas, etc., a qualificação das estruturas de base territorial com potencial de reforço da competitividade económica assume um papel decisivo na estratégia regional de redução da vulnerabilidade da Região às flutuações e sazonalidade da procura turística.

Os processos de crescimento turístico e residencial intenso e acelerado (principalmente das décadas de 80 e 90) e de disseminação espacial das estruturas turísticas e residenciais, e predominantemente do alojamento turístico, dentro e fora dos núcleos urbanos e em áreas da região ambientalmente mais sensíveis (áreas da Rede Natura 2000, zonas costeiras, zona do Barrocal e algumas áreas da serra algarvia) tiveram como consequência um conjunto alargado de desequilíbrios ao nível dos modelos de ocupação e organização territorial e urbana e de sustentabilidade ambiental, que exercem, atualmente, um claro constrangimento em matéria de reforço da competitividade turística da região.

Por sua vez, a continuação de uma oferta turística essencialmente centrada no produto “sol e praia” não tem contribuído satisfatoriamente para um reposicionamento estratégico diferenciador e mais competitivo no contexto do mercado turístico internacional, baseado no território e nos recursos específicos da região e respondendo a uma crescente segmentação desse mercado. Esta dependência do produto “sol e praia” que surge associada à amenidade climática da Região e à atratividade de faixas consideráveis da costa algarvia e vicentina, acontece apesar de haver sinais de reconhecimento internacional, sobretudo em imprensa especializada ou em suplementos ou colunas especializadas de diários de grande disseminação internacional como é, por exemplo, o New York Times, da valia diferenciadora e inimitável dos outros Algarves em termos ambientais, culturais e patrimoniais. Para além disso, e por força do investimento municipal nessa matéria, os centros urbanos da Região têm vindo a dotar-se de amenidades urbanas com elevado potencial de atração de movimentação de turistas para lá do circuito normal hotel ou resort – praia.

Há assim condições para que um conjunto vasto de recursos sobre os quais incide tradicionalmente a intervenção municipal possa ser valorizado numa perspetiva de competitividade, ou seja, numa perspetiva de complementaridade com os apoios que os eixos prioritários 1 e 3 do PO Algarve 2014-2020 dedicarão essencialmente às empresas e às instituições do sistema científico e de inovação da Região com elas mais diretamente relacionadas, centrados nos esforços de incorporação de conhecimento, de inovação e internacionalização. O reforço da competitividade da Região concretiza-se seguramente pela ênfase nos apoios às empresas, a que poderemos a dimensão da competitividade empresarial regional. Cabe aos municípios complementar essa dimensão investindo na competitividade territorial regional, o que proporciona ao investimento municipal uma nova agenda de prioridades e sobretudo uma nova racionalidade para a definição das suas opções de seletividade e de escolhas públicas locais.

Os municípios têm um papel decisivo a cumprir nesta matéria na medida em que são os agentes decisivos da transformação qualitativa do suporte territorial e ambiental de proximidade à atividade turística. Neste sentido, cabe designadamente aos municípios assegurar a implementação de padrões de urbani-

zação/edificação e de desenvolvimento urbano orientados por uma perspetiva de utilização sustentável dos recursos, o que reivindica a criação, manutenção e gestão eficiente e sustentada das redes e dos sistemas urbanos e territoriais. Cabe ainda aos municípios, com vista à prossecução desta prioridade estratégica, assumir um papel significativo nas dinâmicas de cooperação e de concertação interinstitucional, essenciais no reforço de um cluster turístico regional e na viabilização de um processo de diversificação económica da região.

Objetivos de desenvolvimento específicos

Esta prioridade estratégica pode, assim, ser declinada nos seguintes objetivos específicos:

- » **B1. Qualificar os centros urbanos**, com foco nas estruturas físicas e das redes de equipamentos, nos espaços públicos e serviço urbanos, incluindo setores relacionadas com a oferta turística – comercial, cultural, recreativo e lúdico, ambiental, de saúde, da mobilidade, das TIC e ao nível da governança urbana, exigindo esforços sustentados de capacitação institucional e de melhoria de competências técnicas e organizacionais e promovendo uma oferta de serviços urbanos de melhor qualidade despertando o consumo turístico;
- » **B2. Qualificar os sistemas ambiental e paisagístico**, assegurando a reposição de áreas ambientalmente degradadas ou em risco e a gestão sustentável dos recursos naturais e ambientais específicos – rias, estuários, áreas protegidas, ecossistemas específicos, etc.;
- » **B3. Valorizar os recursos e as dinâmicas culturais**, favorecendo nomeadamente a emergência ou consolidação de atividades económicas baseadas em ativos simbólicos e na criatividade artística e cultural, que contribuam para favorecer a afirmação de produtos turísticos diferenciadores e um setor emergente na economia da cultura;
- » **B4. Valorizar os recursos naturais**, bem como, outros recursos específicos ligados, designadamente, à agricultura, à floresta, às pescas e outras atividades tradicionais (artes e ofícios tradicionais), contribuindo para uma oferta integrada de serviços de base territorial com capacidade de reforçar a competitividade económica da região.

A discussão entretanto realizada com os municípios permitiu

identificar um conjunto de linhas de atuação potenciais que re-fletem, efetivamente, um amplo espaço de convergência de intenções municipais de intervenção neste domínio:

- » Ações integradas de requalificação e regeneração urbana em diferentes contextos urbanos: centros históricos, frentes marítimas, núcleos urbanos com importância turística, centros rurais com relevante interesse patrimonial e cultural,
- » Intervenções integradas de dinamização das economias urbanas: aparelho comercial; alojamento turístico, serviços de apoio, incubadoras de iniciativa empresariais de atividades criativas,
- » Iniciativas de animação cultural desenvolvidas no quadro de uma programação em rede(s) de âmbito intermunicipal,
- » Promoção de produtos turísticos associados à fruição do património natural e paisagístico (nomeadamente, serra, litoral, Costa Vicentina e Baixo Guadiana), bem como a criação de circuitos turísticos associados ao património histórico da região,
- » Construção de ciclovias e circuitos pedestres, devidamente equipados, de âmbito supramunicipal, promovendo a fruição de espaços de mais-valia ambiental e paisagística.

C. PROMOVER O DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÓMICO DE BASE LOCAL COMO INSTRUMENTO-CHAVE DA COESÃO SOCIAL E TERRITORIAL

Enunciado da prioridade

A região do Algarve mantém estruturas territoriais e sociais acentuadamente diversas, que decorrem em grande medida do modelo de crescimento económico que tem caracterizado a Região. A vocação turística regional e a especialização económica no turismo, particularmente no turismo de “sol e praia”, a elevada sazonalidade desta atividade, o crescimento acelerado e disseminado das infra-estruturas e estruturas turísticas na

orla litoral, a concentração urbana nos aglomerados do litoral, as condições climáticas e geomorfológicas (proximidade marítima das zonas de serra), constituem talvez o conjunto de factores mais decisivos na formação dos principais desequilíbrios que se foram enraizando na Região.

O modelo de desenvolvimento turístico acentuou a concentração de recursos económicos, humanos, sociais e institucionais na faixa litoral da região, em detrimento da zona de transição – o Barrocal, mas sobretudo, em prejuízo da sustentabilidade do interior, da serra algarvia. Estas tendências pesadas, associadas à falta de oportunidades a que o modelo de desenvolvimento nacional tem remetido sistematicamente e ao longo das últimas décadas a maioria dos territórios rurais e a ainda incipiente participação destes territórios na oferta turística, continuam a ser uma das principais razões para os défices de coesão territorial que a região do Algarve hoje apresenta.

Esse mesmo modelo de desenvolvimento, monosetorial e de forte sazonalidade, tem contribuído para a criação de condições de vulnerabilidade no mercado de trabalho regional, traduzidas em factores de desequilíbrio social. Por um lado, o seu crescimento acelerado permitiu uma expansão acentuada dos setores da construção civil e imobiliário, cuja insustentabilidade face ao atual modelo económico e de afetação de recursos do país tem sérias repercussões no desemprego atual na região, incluindo o desemprego de baixas qualificações e atingindo as comunidades de imigrantes. Por outro lado, a forte sazonalidade e a posição dominante do setor turístico têm contribuído para um mercado de trabalho caracterizado por taxas elevadas de desemprego sazonal e pela saída de pessoas qualificadas da região.

A estas tendências regionais acresce um aumento progressivo da presença de estrangeiros na região que decorre da forte atratividade que a região exerce, sobretudo junto de países do norte da Europa, para a residência secundária, e conseqüentemente, tendências acentuadas de diversificação cultural e social, que em alguns territórios da Região constitui fator de iniciativa e animação cultural e para a qual a Região ainda não conseguiu gerar a oferta de serviços urbanos e locais mais apropriada.

O Plano Intermunicipal Algarve 2020 considera que a coesão social e territorial da Região é um desafio a vencer para que a renovação da atratividade turística da Região e a sua internacio-

nalização, designadamente a sua imagem projetada no mundo pelos meios de comunicação social internacionais não sejam penalizadas. A dimensão da inclusão social da Estratégia Europa 2020 será assumida na programação nacional e, por inerência, no PO Algarve 2014-2020 através de um espectro muito diversificado de instrumentos de política e de prioridades de investimento, onde avultam as dimensões da política inclusiva de emprego e das políticas de inclusão social propriamente ditas. Trata-se de um universo muito estratificado e segmentado para o qual a Região necessita de mobilizar competências e capacidade organizativa para chegar aos beneficiários efetivos, as famílias e os indivíduos já em rota de exclusão ou com risco de pobreza muito acentuado face a muito pequenas flutuações do rendimento disponível, seja de prestações sociais, seja de posições de precariedade no mercado de trabalho.

Não ignorando a necessidade de desenvolvimento de competências na área das políticas sociais mais tradicionais e o pleno aproveitamento das que já existem no tecido de organizações com experiência na matéria, o Plano Intermunicipal Algarve 2020 considera estratégico e necessário não desligar a política inclusiva da valorização dos processos de desenvolvimento socioeconómico de base local, apontando para o aprofundamento de parcerias já existentes ou em preparação entre os municípios e o tecido das associações de desenvolvimento local. Tal opção, além de ser corroborada por muitas das prioridades de investimento FEDER e FSE mobilizadas pela programação do PO Algarve 2014-2020, é também potenciada pelo relevo que essa programação concede à figura das DLBC. A política inclusiva não pode deixar de ser territorializada, pois os beneficiários últimos localizam-se e residem num dado território, dos urbanos mais densos aos rurais mais rarefeitos. Para além disso, não pode deixar de integrar recursos proporcionados pela nova programação, sob pena de sobreposições indesejáveis e de desarticulações incompreensíveis entre apoios FEDER e FSE. Consideramos que o desenvolvimento socioeconómico de base local, o tecido institucional que o promove e as figuras de planeamento abertas pela programação constituem os instrumentos-chave não só para integrar, mas também para territorializar.

Pode questionar-se se a questão social urbana, designadamente a chamada pobreza urbana, é amplamente coberta pelo contexto institucional das DLBC. Em parte, isso não acontece, embora

o Acordo de Parceria contemple DLBC de incidência urbana, em territórios muito específicos. Para esses casos, os instrumentos mais tradicionais de política social previstos na programação asseguram essa cobertura, com destaque para a intervenção das redes sociais municipais de intervenção social.

Objetivos de desenvolvimento específicos

Nestes termos, esta prioridade estratégica declina-se nos seguintes objetivos específicos:

- » **C1. Criar** condições de sustentabilidade e de ocupação do território rural através da promoção de estratégias participativas de desenvolvimento local baseado nos recursos endógenos locais, favorecendo as articulações destes microsistemas com o mercado, local e regional, e apostando na regeneração dos ativos locais (físicos, naturais, económicos, sociais e culturais);
- » **C2. Promover social e territorialmente** a progressiva qualificação da população e o desenvolvimento de competências nos diversos segmentos etários da população residente ativa, com ênfase nos grupos mais vulneráveis;
- » **C3. Combater fenómenos e bolsas de exclusão social**, através da promoção de modelos de inovação social, ao nível das políticas, das estruturas e atividades e dos modos de participação dos agentes nos processos de inclusão e integração social, apoiando, nomeadamente, atividades dentro da economia social, do empreendedorismo social, do envelhecimento ativo e da inclusão ativa, designadamente de segmentos da população em risco ou sujeitas a qualquer tipo de discriminação, de minorias étnicas e de comunidades marginalizadas;
- » **C4. Racionalizar** a oferta e **melhorar** a acessibilidade de proximidade a equipamentos e serviços de apoio social e pessoal e a qualidade no desempenho desses serviços, nas diversas áreas sociais e destinados aos diversos segmentos de população, adequando essa acessibilidade às condições dos territórios de residência dos grupos sociais vulneráveis.

O processo de auscultação e discussão com os municípios sobre esta prioridade estratégica permitiu, fundamentalmente, identificar áreas percecionadas como áreas-problema de dimensão relevante do ponto de vista dos próprios municípios. A iden-

tificação de linhas de atuação prioritárias neste domínio carece, pois, do envolvimento em fase posterior do processo de elaboração do Plano Intermunicipal Algarve 2020 de outras instituições com maior tradição de intervenção na área social, nomeadamente as IPSS, ONG e ADL, com as quais aliás os municípios têm experiência de um trabalho de natureza colaborativa.

O trabalho realizado junto dos municípios permitiu, contudo, identificar as seguintes questões que surgem como áreas-problema fundamentais a considerar na futura elaboração de um quadro de intervenção neste domínio:

- » Carências e problemas, identificados como problemas graves, na área da habitação social (referência comum a um largo conjunto de municípios),
- » Lacunas ainda existentes na rede de equipamentos sociais,
- » Carências no domínio da capacitação (técnica e de gestão) das entidades intervenientes na área social,
- » Valorização das atividades dos instrumentos e contextos institucionais de planeamento e facilitadores de construção de parcerias na área social: Rede Social, CLAS, CLDS,...
- » Necessidade de intervenção junto da 3ª idade, nomeadamente, em regime de apoio domiciliário,
- » Necessidade de intervenção junto da população juvenil quer no quadro do combate ao abandono escolar, quer na criação de condições favoráveis ao crescimento saudável,

D. VALORIZAR A ECO-EFICIÊNCIA E DA ECONOMIA DE BAIXO CARBONO AO NÍVEL DOS SISTEMAS URBANOS E TERRITORIAIS

Enunciado da prioridade

Os mais recentes desafios da sustentabilidade ambiental e da eficiência de utilização dos recursos apontam, a nível das políticas europeias e nacionais, para uma prioridade para a eco-eficiência ao nível dos sistemas urbanos e territoriais. Os constrangimentos agravados a nível global que decorrem, designadamente, das condições excessivas de exploração intensiva

e não sustentada dos recursos naturais, da ocupação intensiva e desordenada do território, dos níveis elevados de emissão de carbono e da poluição a outros níveis, das consequentes alterações climáticas, da elevada dependência dos modelos económico e de vida face aos recursos energéticos, tornam a sustentabilidade dos ecossistemas ambientais e a utilização eficiente dos recursos naturais nos desafios mais críticos da política e da gestão territorial, local e global. A dimensão do crescimento sustentável da Estratégia Europa 2020 é assumida na programação nacional e regional através essencialmente de três domínios de intervenção, a eficiência energética, a aposta nas energias renováveis e a opção por modelos económicos de afetação e exploração de recursos, de mobilidade e de ordenamento do território e ocupação do espaço tendentes a atingir níveis mais baixos de emissão de gases com efeito estufa, aquilo que se convencionou designar de descarbonização da economia.

Acresce que na relativamente limitada resposta que as opções de programação estabelecidas no Acordo de Parceria dedicam à política de cidades, estes instrumentos da eco-eficiência situam-se entre os poucos instrumentos de política urbana que aí são contemplados, assumindo por essa via uma redobrada exigência enquanto domínio no qual os municípios devem desenvolver capacidade de formulação de projetos.

A dificuldade da resposta integrada e de curto prazo a todos esses problemas na região do Algarve é acentuada por tendências específicas deste território. O Algarve, como já se referiu anteriormente, sofreu um processo acelerado e desordenado de ocupação do território litoral, em especial nas áreas costeiras, incluindo em zonas de risco elevado (as arribas litorais, falhas sísmicas), que hoje se reflete de forma clara na capacidade de encontrar soluções que possam vir a configurar uma evolução no sentido de crescente sustentabilidade ambiental e da melhoria da eco-eficiência no uso de recursos. Por outro lado, a área do Barrocal tem sido progressiva e lentamente ocupada por um povoamento disperso, que utiliza com frequência pré-existências construídas, mas que no global contribui para agravar os desequilíbrios regionais em matéria de gestão dos sistemas e das infra-estruturas básicas territoriais (rede viária, infra-estruturas de abastecimento de água, de saneamento básico e de distribuição de rede elétrica e de telecomunicações) e em matéria ambiental. Por último, no caso das zonas do interior, da serra al-

garvia, o abandono demográfico, a falta de uma política e de um gestão equilibrada dos recursos florestais (com consequências graves em matéria de incêndios florestais de grandes proporções) e a obsolescência de alguns sistemas de infraestruturas locais (por exemplo, no caso das redes viárias), têm contribuído para o agravamento da macro tendência de desertificação dos solos, com consequências acentuadas ao nível da sustentabilidade ambiental.

Os desafios que os municípios têm pela frente são de grande complexidade, não apenas na diversidade de domínios que abrangem, mas pelo acentuado caráter sistémico que detém e pelas exigências de escala que colocam. Em qualquer um destes aspetos, o desafio não se coloca apenas nas soluções técnicas ou tecnológicas requeridas para uma inversão do processo de degradação ambiental e de agravamento dos riscos, mas e de um modo significativo, nas competências organizacionais e pessoais, dos decisores e quadros técnicos envolvidos, as quais são essenciais à configuração de soluções integradas, partilhadas e de concertação interinstitucional (supramunicipal e de parceria público-privada).

Para a concretização desta prioridade estratégica, importa considerar os seguintes elementos adicionais:

- » A Região do Algarve apresenta nesta matéria um ativo institucional de relevo que radica na capacidade de intervenção e de formulação de projetos da Agência Regional de Energia e Ambiente do Algarve (AREAL); o Plano Intermunicipal Algarve 2020 assenta, assim, nesta matéria na valorização desse recurso institucional e por via de processos protocolares de cooperação contratualizados entre a AMAL, municípios integrantes e a AREAL será possível introduzir na programação um significativo incremento de capacidade de formulação de projeto;
- » A relevância económica regional do turismo coloca-o compreensivelmente no centro dos ganhos de eficiência energética que podem ser alcançados na Região, pelo que, em sede de regimes de incentivos inovação e de apoio à I&D que o PO Algarve 2014-2020 irá proporcionar, a eco-eficiência de âmbito mais territorial e na qual os municípios poderão ter alguma intervenção deverá ser articulada com os apoios às empresas do setor, domínio que escapará à intervenção dos municípios;
- » Finalmente, a descarbonização da economia algarvia também será concretizada através de investimentos suscetíveis de aumentar os níveis de sequestro de emissões de carbono e aqui os municípios com ruralidade mais acentuada apresentam um elevado potencial, designadamente através de investimentos no alargamento e/ou preservação de mantos florestais com significado; é neste contexto que a última versão conhecida do PO Algarve 2014-2020 fala inclusivamente na possível e desejável dinamização de um mercado regional de carbono.

Objetivos de desenvolvimento específicos

Nestes termos, esta prioridade estratégica pode ser declinada nos seguintes objetivos específicos:

- » **D1. Promover** a diminuição da intensidade energética e carbónica das áreas urbanas ambientalmente mais degradadas por via de projetos integrados de reabilitação e regeneração urbana, incluindo soluções de mobilidade e intermodalidade sustentável;
- » **D2. Valorizar** o potencial de sequestro de emissões de carbono dos municípios mais rurais e demograficamente rarefeitos, enquanto fonte adicional de recursos de financiamento para o desenvolvimento sócioeconómico em territórios de baixa densidade;
- » **D3. Promover** a utilização racional e eficiente de energia e a difusão de energias renováveis na valorização do espaço público urbano, na habitação social e outros edifícios municipais, na gestão das redes de equipamentos municipais e nos transportes públicos, com base num protocolo de cooperação contratualizado entre AMAL, municípios e AREAL;
- » **D4. Enriquecer** processos em curso de revisão de Planos Diretores Municipais e de outros que venham a concretizar-se ao longo do período de programação com modelos e áreas-piloto de ordenamento do território e de mobilidade orientados para objetivos de descarbonização da economia e da sua monitorização.

Do trabalho de levantamento das necessidades e intenções de intervenção dos municípios no âmbito desta prioridade estratégica é possível sinalizar as seguintes áreas de intervenção como as mais relevantes:

- » Promover o uso de fontes de energia renovável e fomentar

a eficiência energética nos espaços públicos e nos equipamentos e serviços públicos;

- » Dar resposta às carências no setor da habitação social, designadamente na perspetiva da qualificação do parque habitacional, com reduções da intensidade energética;
- » Alargar a rede e melhorar a qualidade dos serviços de transporte público, fomentar a intermodalidade, prosseguindo uma abordagem de âmbito intermunicipal/regional,
- » Criação de condições de desenvolvimento da utilização dos modos de mobilidade suave em contexto urbano.

E. MAXIMIZAR TERRITORIAL E AMBIENTALMENTE OS RECURSOS PROVENIENTES DO FUNDO DE COESÃO

Enunciado da prioridade

A região do Algarve, como foi anteriormente referido, continua a apresentar um conjunto significativo de macro problemas de foro ambiental e territorial face aos quais, já em anteriores períodos de programação dos Fundos Estruturais, foram criadas medidas e disponibilizados recursos financeiros no sentido da sua resolução, mas que continuam a justificar um esforço sistemático de afectação dos recursos provenientes do Fundo de Coesão.

Trata-se, por um lado, de constrangimentos e de problemas relacionados com características específicas dos sistemas natural e ambiental da região algarvia – no caso da degradação das arribas e falésias costeiras, das zonas do litoral, das tendências agravadas para a desertificação dos solos, das características do coberto florestal, da crescente degradação do passivo ambiental dos rios e da existência de focos de poluição, etc., cuja prevenção de riscos e a correcção de desequilíbrios apela a um conjunto de intervenções integradas e de macro-escala, em que os municípios têm um papel importante a desempenhar.

Por outro lado, a região possui uma considerável riqueza ao nível de ecossistemas específicos, quer associados à Rede Natura 2000, quer inscritos na Rede Nacional de Áreas Protegidas, e ao nível do património natural e ambiental terrestre e marinho, que

exige uma acção integrada e concertada entre os diversos agentes territoriais, bem como a sua monitorização e a valorização dos recursos associados.

Dado o âmbito e relevo marcadamente regionais deste tipo de problemas, cuja superação poderá traduzir-se numa melhoria muito significativa da imagem global da Região que os meios de comunicação social internacionais podem disseminar, e considerando a elevada magnitude financeira dos investimentos exigidos por abordagens consistentes a tais problemas, o Plano Intermunicipal Algarve 2020 considera que será crucial assegurar que a aplicação do Fundo de Coesão na Região possa acautelar estas dimensões e proporcionar um instrumento adicional de apoio ao investimento municipal.

O PO Algarve 2014-2020 na sua última versão conhecida considera a possibilidade de “a intervenção complementar do Fundo de Coesão na Região, designadamente no que respeita aos Objetivos Temáticos 4 a 7” (pag.24). É nesse quadro que o Plano Intermunicipal Algarve 2020 considera como prioridade estratégica a maximização das condições de acesso à intervenção do Fundo de Coesão na Região.

Objetivos de desenvolvimento específicos

Nos termos em que a prioridade estratégica é definida, ela pode ser declinada nos seguintes objetivos:

- » **E1. Promover o combate integrado** aos impactos das mudanças climáticas nas parcelas do território algarvio com processos acelerados de desertificação de solos;
- » **E2. Promover modelos e experiências integradas** de preservação e valorização de ecossistemas específicos e da biodiversidade da Região Algarve, num quadro de aposta de afirmação de padrões de sustentabilidade do destino turístico Algarve e do seu reconhecimento internacional;
- » **E3. Maximizar a capacidade regional e municipal** de prevenção de riscos naturais, designadamente dos riscos de erosão costeira e das condições de insegurança que a degradação de falésias e arribas pode implicar para diferentes situações de fruição turística;
- » **E4. Modernizar e qualificar** as redes de infra-estruturas ambientais urbanas (abastecimento e tratamento de águas, gestão integrada de resíduos, infra-estruturas verdes) supe-

rando as importantes necessidades de investimento que a região regista nestes domínios.

O processo de auscultação e discussão com os municípios permitiu identificar as seguintes áreas de intervenção específica com as áreas onde se situam as maiores preocupações dos municípios relacionadas com a presente prioridade.

- » Reforçar e qualificar os sistemas de recolha e tratamento de resíduos, com particular relevância na perspetiva de aumentar os volumes de recolha para reciclagem,
- » Intervir nas redes de abastecimento de água e de saneamento, renovando redes e melhorando os respetivos sistemas de gestão,
- » Reforçar os sistemas municipais de proteção civil e desenvolver medidas de proteção da floresta contra incêndios,
- » Reforçar e qualificar as estruturas de proteção e valorização ambiental de âmbito local e regional.

F. CAPACITAR O TECIDO INSTITUCIONAL E REFORÇAR OS MODELOS DE GOVERNANCE

Enunciado da prioridade

A adaptação do tecido institucional local e regional às exigências da programação multi-fundos 2014-2020, não só em termos de tipologias de projetos a promover, mas também de fundamentação de prioridades de intervenção baseada em resultados a atingir, exige uma aposta estruturante para a região em matéria de capacitação institucional e de modelos de governação e de *governance*. A melhor evidência de que esta adaptação será absolutamente crucial é ilustrada pela muito lenta adaptação do portfolio de projetos municipais para o próximo período de programação, a qual revela uma profunda inércia resultante de períodos de programação anteriores, nos quais a inovação em matéria de tipologia de projetos não foi considerável.

Os municípios têm evidenciado constrangimentos diversos no que se refere à adequação das suas competências organizativas, tecnológicas e técnicas à multidimensionalidade das suas

atribuições e aos problemas e desafios que a situação económica e social do país vem acentuando. E sobretudo a grande maioria dos municípios algarvios está hoje perante constrangimentos financeiros e de impossibilidade de recrutamento de recursos humanos mais qualificados para fazer face às exigências de aprofundamento técnico que a resposta aos novos problemas locais implica e às próprias exigências da programação em termos de constituição de uma nova carteira de projetos.

Por outro lado, os quadros referenciais da política europeia, nomeadamente no contexto da preparação do próximo período de programação dos Fundos Estruturais, têm acentuado a importância das práticas de cooperação e de concertação inter-institucional e intermunicipal no sentido de uma estratégia de intervenção baseada em resultados. Por sua vez ainda, as opções nacionais de reforma da Administração Pública tendem a enquadrar-se nas prioridades europeias de melhoria dos níveis de governação e de *governance*, a diversas escalas, apelando para prioridades de articulação das políticas públicas a nível horizontal (intersetorial) e vertical (entre os vários níveis da administração pública), de modernização dos serviços públicos e de reorganização territorial.

Os desafios de capacitação que este novo quadro de programação implica interpelam vários tipos de atores.

Em primeiro lugar, a própria AMAL se pretender reforçar a coordenação de projetos intermunicipais a submeter ao PO Algarve 2014-2020 e a outros instrumentos de financiamento no âmbito da estratégia preconizada pelo PLANO não pode deixar ela própria de candidatar-se a um processo de capacitação. O programa de capacitação técnica e institucional da AMAL pode envolver não apenas a valorização dos seus recursos técnicos e humanos já existentes, como assegurar também a coordenação de processos de valorização de recursos humanos de que o território da Região, nas suas múltiplas geometrias variáveis possíveis, necessita, como por exemplo agentes territoriais de intermediação com as políticas de desenvolvimento socioeconómico de zonas de baixa densidade.

Em segundo lugar, nas condições atuais de dificuldade de recrutamento de recursos humanos, os municípios estarão perante necessidades de capacitação institucional que passam essencialmente por formação de reciclagem e de reforço de compe-

tências, tendo em vista o melhor aproveitamento possível dos recursos humanos e técnicos existentes.

Em terceiro lugar, as próprias associações de desenvolvimento local que irão protagonizar parcerias locais para a concretização da figura de DLBC enfrentarão problemas de capacitação, capitalizando a sua experiência na programação de ações cofinanciadas pelo FEADER e pelo FEAMP para os nossos desafios de acesso ao FEDER e ao FSE em novos moldes a definir pela Autoridade de Gestão do PO Algarve.

Em quarto lugar, os processos de modernização e capacitação administrativa que passarão por novas modalidades de serviços em linha com ampla utilização de soluções baseadas em TIC irão contemplar significativas alterações de processos de front office e de back office, cujo conteúdo reorganizacional será profundamente interrelativo da formação para a capacitação.

Finalmente e embora isso transcenda o âmbito das preocupações do Plano Intermunicipal Algarve 2020, estes desafios ao nível da governação e da gestão das políticas e dos serviços públicos não atingem apenas as instituições da administração pública e, neste caso, os municípios, mas colocam-se também às diferentes instituições, com intervenção local e regional, nos diversos domínios: da C&T&I, da economia (do tecido empresarial), dos diversos setores sociais, culturais, ambientais, cívicos, etc. e aos cidadãos. A capacitação dos diferentes quadrantes institucionais e setoriais referidos torna-se uma condição indispensável para o sucesso e para a concretização de resultados que decorram das estratégias alinhadas em prol de um desenvolvimento, regional e local, competitivo e sustentável, altamente devedoras de capital social, de *networking* e de múltiplas formas de cooperação e de concertação interinstitucional.

Na região do Algarve os desafios de melhoria da governação e da *governance* colocam-se em diversos quadrantes da estratégia regional: ao nível das estratégias de RIS3, ao nível do desenvolvimento de um *cluster* turístico mais competitivo, ao nível da coesão urbana e territorial e da coesão social, ao nível da sustentabilidade ambiental e da prevenção de riscos e com especial incidência nas políticas integradas de desenvolvimento socioeconómico de territórios mais rarefeitos de iniciativa empresarial e de representatividade da oferta turística.

Objetivos de desenvolvimento específicos

Tal como está formulada, esta prioridade estratégica é declinável nos seguintes objetivos específicos:

- » **F1. Reforçar a capacidade técnica e administrativa da AMAL** para coordenação de projetos intermunicipais a submeter ao PO Algarve 2014-2020, envolvendo funções de acompanhamento e animação técnica desses projetos;
- » **F2. Promover soluções intermunicipais de novos serviços em linha**, na geometria variável considerada mais pertinente para adequação às necessidades das populações;
- » **F3. Promover processos de reciclagem e de desenvolvimento de novas competências** para recursos humanos dos municípios, para resposta a novas necessidades de populações e ajustamento às novas tipologias de projetos a promover pelos municípios;
- » **F4. Fomentar condições de desenvolvimento de novas competências** no tecido institucional de base local, designadamente no quadro da valorização das parcerias protagonizadas pelas DLBC;
- » **F5. Promover processos de capacitação de redes de parceria regional e local** em domínios que proporcionem condições aprofundadas de participação de comunidades e populações locais.

No âmbito desta prioridade estratégica foi possível identificar, no processo de auscultação dos municípios, as seguintes áreas de intervenção específicas tomadas como as mais relevantes para responder ao conjunto de objetivos principais enunciados:

- » Prosseguir os processos de modernização administrativa nomeadamente na via da desmaterialização de processos e na disponibilização de serviços online
- » Desenvolvimento de ações de formação dos técnicos municipais em áreas temáticas sobre administração municipal,
- » Alargamento dos serviços municipais em formato de balcão único,
- » Desenvolvimento e qualificação do portais autárquico,
- » Alargamento da experiências do Simplex Autárquico a toda a região (uniformização de procedimentos administrativos e de regulamentos municipais),

» Estabelecimento de serviços municipais (em rede intermunicipal) de apoio ao empreendedorismo,

5.2. POSICIONAMENTO ESTRATÉGICO DA ESTRATÉGIA INTEGRADA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL ALGARVE 2014-2020

5.2.1. PROGRAMA OPERACIONAL ALGARVE 2014-2020

Dentro do esforço de alinhamento entre a presente EIDT e o exercício de programação do Programa Operacional Regional do Algarve 2014-2020, foram estabelecidas eixos de conexão

entre cada uma das Prioridades Estratégicas formuladas para o primeiro documento e os Objetivos Específicos estabelecidos para o segundo.

O quadro seguinte procura demonstrar em que termos os objetivos de desenvolvimento específicos, em que as prioridades estratégicas do Plano Intermunicipal Algarve 2020 são declinadas, são acomodados na estratégia de programação do PO Algarve 2014-2020, reportando nesse sentido aos eixos prioritários do PO, às prioridades de investimento que ele mobiliza e ao enunciado preliminar de tipologias de ação que o PO Algarve se propõe apoiar (colunas 2, 3 e 4). A versão do PO Algarve utilizada para o efeito data de outubro de 2014.

PRIORIDADES ESTRATÉGICAS / OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO ESPECÍFICOS DO PLANO INTERMUNICIPAL ALGARVE 2020	EIXO PRIORITÁRIO DO PO ALGARVE ENVOLVIDO	PRIORIDADES DE INVESTIMENTO / OBJETIVO ESPECÍFICO	TIPOLOGIAS INDICATIVAS
A1. Promover a disseminação de conhecimento científico e tecnológico e a inovação empresarial em territórios demograficamente mais rarefeitos;	EP 1	PI 1a / OE 1.1.1	A AMAL não é promotora de projetos neste domínio, mas antes as infraestruturas e instituições de I&D que protocolarem com a AMAL a conceção de projetos para disseminação de conhecimento neste tipo de territórios Consolidar os centros de investigação e a promover os seus projetos
		PI 1b / OE 1.2.1	I&D em copromoção orientada para as problemáticas de valorização económica de recursos endógenos nestes territórios
A2. Criar condições infraestruturais e logísticas locais favoráveis à emergência e acolhimento de novas atividades de valorização económica de recursos marinhos e da economia do mar em geral;	EP1	PI 1b / OE 1.2.1	Promoção da articulação e interação entre as infraestruturas de I&D com as áreas de localização empresarial
	EP5	PI 8a / OE 8.8.1	Unidades de apoio à incubação de iniciativas empresariais de pequena escala de natureza inovadora,

PRIORIDADES ESTRATÉGICAS /OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO ESPECÍFICOS DO PLANO INTERMUNICIPAL ALGARVE 2020	EIXO PRIORITÁRIO DO PO ALGARVE ENVOLVIDO	PRIORIDADES DE INVESTIMENTO / OBJETIVO ESPECÍFICO	TIPOLOGIAS INDICATIVAS
<p>A3. Concentrar e organizar recursos infra-estruturais e de empreendedorismo de suporte à valorização económica do mundo rural;</p>	EP5	<p>PI 8a / OE 8.8.1</p>	<p>Unidades de apoio à incubação de iniciativas empresariais de pequena escala de natureza inovadora, incluindo as <i>start up</i>'s de base social; e, reabilitação da figura dos Centros de Apoio à Criação de Empresas (CACE) para incubação de ideias de negócio;</p>
		<p>PI 8b / OE 8.9.1</p>	<p>Empreendedorismo local inovador associado a atividades tradicionais, artesanato e outros recursos endógenos: criação de redes locais de promoção do conhecimento e inovação, assente numa lógica de "recriação" de produtos endógenos, conceção de novos produtos, <i>design</i> e <i>marketing</i> inovador para produtos locais; qualificação e modernização da oferta de produtos endógenos, incluindo a certificação e denominação de origem e a aposta em novos canais de distribuição;</p>
	EP6	<p>PI 9vi / OE 9.6.1</p>	<p>Apoio a Programas de Apoio ao Empreendedorismo e à Criação do Próprio Emprego para desempregados e jovens à procura do primeiro emprego; e, apoios integrados à capacitação, formação desenvolvimento de planos de negócios,</p>
		<p>PI 9d / OE 9.10.1</p>	<p>Desenvolvimento de novos produtos no âmbito das Estratégias de Desenvolvimento Local que potenciem um maior conhecimento e valorização económica dos recursos endógenos do território (nomeadamente no apoio às atividades turísticas nas zonas ruais); consolidação e revitalização do tecido económico local através do apoio ao empreendedorismo, à criação de empresas e do próprio emprego e da modernização de iniciativas empresariais;</p>
<p>A4. Dotar os municípios e os territórios de mais baixa densidade de recursos técnicos e humanos apetrechados para a intermediação e fomento de valorização e transformação económica de recursos endógenos.</p>	EP5	<p>PI 8i / OE 8.1.1.</p>	<p>Apoios à transição para a vida ativa de jovens, por via de estágios neste tipo de territórios</p>
		<p>PI 8v / OE 8.5.2./ OE 8.5.3.</p>	<p>Ações de formação abrangentes</p> <p>Inserção de mão de obra altamente qualificada nestes projetos</p>
<p>B1. Qualificar os centros urbanos, com foco nas estruturas físicas e das redes de equipamentos, nos espaços públicos e serviço urbanos, incluindo setores relacionadas com a oferta turística (...)</p>	EP4	<p>PI 6e / OE 6.5.1.</p>	<p>Operações integradas de regeneração de áreas urbanas (núcleos históricos, zonas ribeirinhas e periferias degradadas), operações integradas em áreas urbano-portuárias degradadas na ótica da melhoria do ambiente urbano, com criação de áreas de recreio, cultura e lazer, e na ótica da valorização económica das áreas intervencionadas, com articulação/apoio do FEAMP; recuperação, expansão e valorização de sistemas e estruturas ambientais urbanas; qualificação do espaço público através da criação de zonas verdes, ciclovias, vias pedonais, equipamentos ligeiros para a prática de exercício físico e de lazer, entre outros; regeneração das zonas urbanas ribeirinhas através da integração destes espaços na vivência da cidade como áreas de lazer e fruição do espaço natural contemplando intervenções de centros de atividades de desporto e natureza, espaços renaturalizados, passeios ribeirinhos, ciclovias, vias pedonais, entre outros; e, ações de reaproveitamento de espaços urbanos degradados de preferência para utilização de atividades económicas geradoras de emprego.</p>

PRIORIDADES ESTRATÉGICAS / OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO ESPECÍFICOS DO PLANO INTERMUNICIPAL ALGARVE 2020	EIXO PRIORITÁRIO DO PO ALGARVE ENVOLVIDO	PRIORIDADES DE INVESTIMENTO / OBJETIVO ESPECÍFICO	TIPOLOGIAS INDICATIVAS
	EP3	PI 4c / OE 4.3.1.	Criação de programas de apoio à reabilitação urbana com vista à melhoria do desempenho energético-ambiental dos edifícios e equipamentos públicos existentes,
	EP6	PI 9b / OE 9.8.1.	Ações de reabilitação urbana na habitação social
<p>B2. Qualificar os sistemas ambiental e paisagístico e valorizar os recursos naturais, assegurando a reposição de áreas ambientalmente degradadas ou em risco e a gestão sustentável dos recursos naturais e ambientais específico (...)</p>	EP4	PI 6c / OE 6.3.1.	Qualificação e divulgação de áreas naturais com relevância turística; Promoção turística dos “sítios” de elevado valor natural, cultural e paisagístico através de suportes documentais ou digitais; intervenções de conservação, de reforço, de valorização e aumento de atratividade dos recursos naturais e da sua biodiversidade (em complementaridade às áreas de intervenção da marca “Parques de Portugal”); e, suporte às intervenções dos percursos de natureza, que asseguram a interpretação observação, usufruto e a sensibilização ambiental (Ex. Via Algarviana, Rota Vicentina, Rotas de Natureza e <i>Birdwatching</i>)
<p>B3. Valorizar os recursos e as dinâmicas culturais, favorecendo nomeadamente a emergência ou consolidação de atividades económicas baseadas em ativos simbólicos e na criatividade artística e cultural,</p>	EP4	PI 6c / OE 6.3.1.	Valorização e promoção de bens histórico-culturais com elevado interesse turístico (ex. monumentos, museus, etc.); intervenção na qualificação, reabilitação, restauro do património cultural com vista à sua sustentabilidade e aumento de visitantes; desenvolvimento de projetos de animação e programação cultural em rede com potencial de captação de fluxos turísticos e com participação de diferentes equipamentos culturais; e, Promoção de património cultural marítimo, através de iniciativas ligadas à atividade náutica;
<p>B4. Valorizar os recursos naturais bem como, outros recursos específicos ligados, designadamente, à agricultura, à floresta, às pescas e outras atividades tradicionais (artes e ofícios tradicionais), (...)</p>	EP1, EP4 e EP5	Tendo em conta que a prioridade estratégica B2, com a qual a Prioridade B4 está articulada, mobilizará prioridades de investimento do EP4 – Competitividade do Território, a prioridade B4 deverá ser implementada através de prioridades de investimento do EP1 tais como a 1.2.2. (projetos de PME de valorização deste tipo de recursos) e no EP 5 através das PI 8.8. e 8.9. Esta prioridade estratégica pode ainda ser implementada através da mobilização das PI 9.6 e 9.10 (DLBC)	
<p>C1. Criar condições de sustentabilidade e de ocupação do território rural</p>	EP5 e EP6	Esta prioridade estratégica concretiza-se através da plena integração de intervenções FEADER, FEDER e FSE, mobilizando as PI 8.9 (desenvolvimento do potencial endógeno), 9.6 e 9.10 (DLBC FSE e FEDER) e 9.8 através da dinamização socioeconómica de territórios de baixa densidade	

PRIORIDADES ESTRATÉGICAS /OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO ESPECÍFICOS DO PLANO INTERMUNICIPAL ALGARVE 2020	EIXO PRIORITÁRIO DO PO ALGARVE ENVOLVIDO	PRIORIDADES DE INVESTIMENTO / OBJETIVO ESPECÍFICO	TIPOLOGIAS INDICATIVAS
<p>C2. Promover social e territorialmente a progressiva qualificação da população e o desenvolvimento de competências nos diversos segmentos etários da população residente ativa, com ênfase nos grupos mais vulneráveis;</p>	EP5, EP6 e EP7	<p>PI 8iii / OE 8.3.1.</p>	<p>Apoio a Programas de Apoio ao Empreendedorismo e à Criação do Próprio Emprego para desempregados,</p>
		<p>PI 8v / OE 8.5.2</p>	<p>Formações Modulares Certificadas, Cheque Formação, e qualificação de trabalhadores de setores afetados por sazonalidade e alterações conjunturais</p>
		<p>PI 9i / OE 9.1.2</p>	<p>Formação em Competências Básicas e outras Formações Modulares certificadas e apoios específicos ao emprego para grupos vulneráveis; apoio à qualificação e emprego de pessoas com deficiências ou incapacidade; Programas de aprendizagem da língua portuguesa; Apoio ao acolhimento e integração de imigrantes (Mediação); e, apoios específicos ao emprego para pessoas vulneráveis (pessoas com deficiências ou incapacidades);</p>
		<p>PI 10i / OE 10.1.1</p>	<p>Cursos Básicos de Ensino Vocacional</p>
		<p>PI 10iii / OE 10.3.1</p>	<p>Formação para Adultos, ensino recorrente e ações nos CQEPs</p>
		<p>PI 10iv / OE 10.4.1</p>	<p>Cursos Profissionais e CETs de acordo com a RIS 3</p>
<p>C3. Combater fenómenos e bolsas de exclusão social</p>	EP6	<p>PI 9i / OE 9.1.1</p>	<p>Intervenção social junto de menores em territórios vulneráveis - Programa Escolhas; Bolsa Especializada de Voluntariado; formação e sensibilização para um voluntariado de continuidade; projetos para a sustentabilidade, inovação e experimentação social; e, animação territorial e Inovação Social.</p>
		<p>PI 9vi / OE 9.6.1</p>	<p>DLBC focadas na intervenção social: Apoio a serviços básicos e respostas sociais de proximidade, incluindo a qualificação de infraestruturas e equipamentos da rede institucional da economia social com valências/respostas sociais reconhecidas;</p>
		<p>PI 9d/ OE 9.10.1</p>	
<p>C4. Racionalizar a oferta e melhorar a acessibilidade de proximidade a equipamentos e serviços de apoio social e pessoal</p>	EP6	<p>PI 9iv / OE 9.4.1</p>	<p>Reorganização dos Cuidados Continuados e de Proximidade e criação de uma rede de cuidados especializados e de cuidadores de proximidade; criação de uma Rede Local de Intervenção Social – RLIS/ Respostas Integradas de Apoio Social (Modelo estruturante de organização e funcionamento da intervenção social de base local; e, dinamização, com carácter regular, da oferta de atividades dirigida à comunidade sénior;</p>
<p>D1. Promover a diminuição da intensidade energética e carbónica das áreas urbanas ambientalmente mais degradadas</p>	EP3	<p>PI 4c / OE 4.3.1.</p>	<p>Criação de programas de apoio à reabilitação urbana com o objetivo de aumentar a eficiência energética dos edifícios e equipamentos públicos</p>

PRIORIDADES ESTRATÉGICAS / OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO ESPECÍFICOS DO PLANO INTERMUNICIPAL ALGARVE 2020	EIXO PRIORITÁRIO DO PO ALGARVE ENVOLVIDO	PRIORIDADES DE INVESTIMENTO / OBJETIVO ESPECÍFICO	TIPOLOGIAS INDICATIVAS
D2. Valorizar o potencial de sequestro de emissões de carbono dos municípios mais rurais e demograficamente rarefeitos	EP3	PI 4e / OE 4.5.1	Desenvolvimento do Mercado de Carbono, contribuído para o balanço de emissões nulo, particularmente envolvendo os territórios de Baixa Densidade (em articulação com o FEADER)
D3. Promover a utilização racional e eficiente de energia e a difusão de energias renováveis	EP3	PI 4e / OE 4.5.1	Investimentos em operações integradas de eficiência energética e aproveitamento de energias renováveis em meio urbano, incluindo a mobilidade sustentável e a participação dos cidadãos e partes interessadas;
D4. Enriquecer processos de revisão de Planos Diretores Municipais numa lógica de descarbonização.	EP3	PI 4e / OE 4.5.1	Apoio à elaboração de planos de mobilidade à escala sub-regional na perspetiva da sustentabilidade e da articulação intermodal e intermunicipal; e, estruturação de corredores (rede de ecopistas, ciclovias, pedonal, acessibilidade a pessoas com mobilidade reduzida, etc.)
E1. Promover o combate integrado aos impactos das mudanças climáticas		Essencialmente projetos intermunicipais de âmbito sub-regional focados em territórios mais fortemente atingidos pela erosão e degradação de solos e por riscos de incêndios. Esta PE não se encontra alinhada com o PO Algarve, uma vez que a intervenção corresponde ao Programa Operacional Temático que não cobre a região.	
E2. Promover modelos e experiências integradas de preservação e valorização de ecossistemas específicos e da biodiversidade da Região Algarve		Recorrendo ao Fundo de Coesão, pretende-se apoiar a participação de municípios em projetos regionais de preservação e valorização de áreas relevantes em termos de biodiversidade, integrando dimensões de indicadores de monitorização de qualidade e alertas ambientais, sensibilização e comunicação, intervenções infraestruturais de enquadramento de acesso de populações, centros interpretativos, etc. É uma preocupação da região, alinhada com a estratégia regional, embora com financiamento de Fundo de Coesão.	
E3. Maximizar a capacidade regional e municipal de prevenção de riscos naturais		Apoiar a participação ativa de municípios com zonas costeiras em riscos sérios de erosão em projetos regionais de minimização de riscos, sinalização.	

PRIORIDADES ESTRATÉGICAS /OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO ESPECÍFICOS DO PLANO INTERMUNICIPAL ALGARVE 2020	EIXO PRIORITÁRIO DO PO ALGARVE ENVOLVIDO	PRIORIDADES DE INVESTIMENTO / OBJETIVO ESPECÍFICO	TIPOLOGIAS INDICATIVAS
E4. Modernizar e qualificar as redes de infraestruturas ambientais urbanas		Não encontrando no PO Algarve prioridades de investimento passíveis de mobilização e dadas as dificuldades de financiamento da atividade municipal, o Plano Intermunicipal Algarve 2020 visa sensibilizar a intervenção do Fundo de Coesão e do POSUER para a relevância de renovação/conservação de algumas infraestruturas ambientais urbanas de grande utilização por parte da procura turística	
F1. Reforçar a capacidade técnica e administrativa da AMAL para coordenação de projetos intermunicipais	EP8	PI 11i / OE 11.1.1	Esta prioridade estratégica é concretizável por via de um plano de capacitação da própria AMAL, essencialmente materializado num plano de formação-ação dirigido a quadros da AMAL e de municípios que venham a assumir a coordenação de projetos intermunicipais Formação dos trabalhadores em funções públicas associada a projetos de modernização administrativa (necessidade de adaptação desta tipologia de modo a abranger processos de formação-ação focados nas competências para a coordenação de projetos intermunicipais
F2. Promover soluções intermunicipais de novos serviços em linha	EP8	PI 2c / OE 2.3.1	Apoio à promoção de uma administração e serviços públicos em rede (digitalização e disponibilização de serviços online, desmaterialização e reengenharia de processos de <i>front-office</i> e <i>back-office</i> , interoperabilidade de plataformas de suporte) com intervenção nos processos de interação entre a Administração e os cidadãos e empresas, criando as condições de acesso através da identificação eletrónica; ações de fomento do uso de novos modelos descentralizados de prestação de serviços públicos em rede de atendimento para disponibilização dos serviços digitalizados aos cidadãos e agentes económicos;
F3. Promover processos de reciclagem e de desenvolvimento de novas competências para recursos humanos dos municípios	EP8	PI 11i / OE 11.1.1	Formação dos trabalhadores em funções públicas associada a projetos de modernização administrativa
F4. Fomentar condições de desenvolvimento de novas competências no tecido institucional de base local	EP8	PI 11ii / OE 11.2.1 em articulação com DLBC FSE	Projetos inovadores e iniciativas piloto de boas práticas de redes de atores institucionais;

PRIORIDADES ESTRATÉGICAS / OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO ESPECÍFICOS DO PLANO INTERMUNICIPAL ALGARVE 2020	EIXO PRIORITÁRIO DO PO ALGARVE ENVOLVIDO	PRIORIDADES DE INVESTIMENTO / OBJETIVO ESPECÍFICO	TIPOLOGIAS INDICATIVAS
F5. Promover processos de capacitação de redes de parceria regional e local	EP8	PI 11ii / OE 11.2.1 em articulação com DLBC FSE	Apoio técnico à coordenação, dinamização, execução e acompanhamento de planos de ação territoriais e setoriais; projetos inovadores e iniciativas piloto de boas práticas de redes de atores institucionais; ações de capacitação ao nível da monitorização e acompanhamento de dinâmicas territoriais e avaliação de políticas.

Em síntese, conclui-se que existe um forte alinhamento entre a EIDT da AMAL e a componente estratégica do PO Algarve 2020. Deste modo, complementarmente ao que se definiu como visão e missão da região, os objetivos deste documento estratégico estão relacionados de forma umbilical com os definidos para o PO, mobilizando recursos com vista à redução do desemprego, incorporação de quadros qualificados, minimização das situações de vulnerabilidade social, ao alargamento da oferta formativa e à capacitação institucional.

5.2.2. ESTRATÉGIA EUROPA 2020

Para simplificar a análise do posicionamento da EIDT em relação à Estratégia Europa 2020, elaborou-se o quadro da página seguinte, que estabelece uma matriz de sinergias entre as prioridades da estratégia europeia (e o respetivo indicador-alvo) e os objetivos específicos da estratégia regional. Essa relação está devidamente acompanhada do ponto de partida regional, com informação do diagnóstico precedente, do próprio diagnóstico associado ao PO e do Acordo de Parceria.

Como o próprio quadro sugere, as três prioridades estratégicas europeias (crescimento inteligente, sustentável e inclusivo) estão suficientemente cobertas pelas PE e OE da EIDT proposta pela região do Algarve. A estratégia regional está amplamente alinhada com a estratégia europeia, a saber:

A PE **A. Diversificação da base económica da região** integra tanto a ambição do crescimento inteligente, como do crescimento inclusivo, nomeadamente com o objetivo de criação de emprego. Sendo assim, a criação de condições logísticas

favoráveis ao acolhimento ao *cluster* do mar e a organização económica dos recursos, nomeadamente os relacionados com o mundo rural, são objetivos que se encontram alinhados com o objetivo europeu de aumento da taxa de emprego. Por sua vez, a promoção do conhecimento científico e tecnológico, assim como a inovação empresarial, tanto contribui para o incremento da despesa em I&D, como para a criação de emprego.

Os instrumentos de política urbana, que estão concentrados na PE **B. Alargamento da base territorial e de ativos (recursos) para a competitividade**, embora também contribua para o alcance do crescimento europeu inclusivo, o contributo mais substancial posiciona-se na questão da sustentabilidade dos recursos ambientais.

A PE **C. Promoção do desenvolvimento socioeconómico de base local como instrumento-chave da coesão social e territorial** assume cobertura alargada da estratégia Europa 2020. Por um lado, a valorização dos recursos endógenos está alinhada com a prioridade de criação de emprego e combate à exclusão social, ou seja, com o crescimento inclusivo. Por outro lado, o crescimento inteligente observa um contributo via estratégias de qualificação da população.

O crescimento sustentável assume nesta estratégia uma PE própria e exclusivamente dedicada à **eficiência e sustentabilidade dos recursos**, desde à redução da intensidade energética à descarbonização da economia.

As prioridades mais operacionais e relacionadas com o fundo de coesão não assumem um alinhamento direto com a estratégia europeia, embora contribuam para a eficácia das políticas

públicas, sustentabilidade de recursos ou alargamento de serviços públicos e, por essa via, existe um contributo indireto de

forma alargada para o cumprimento da estratégia, mas em especial para o crescimento inclusivo e sustentável.

EUROPA 2020		EIDT ALGARVE 2014-2020		
PRIORIDADE	INDICADOR	DIAGNÓSTICO PORTUGAL	OBJETIVOS ESPECÍFICOS A MOBILIZAR	DIAGNÓSTICO ALGARVE
Crescimento Inteligente	INVESTIMENTO EM INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ENTRE 2,7% E 3,3% DO PIB	1,5% (provisório, 2012)	A1	0,45% (2011)
	TAXA DE ABANDONO ESCOLAR PRECOCE E FORMAÇÃO NA POPULAÇÃO ENTRE 18-24 ANOS DE 10%	19,2% (2013)	C2	20,2% (2012)
	40% DIPLOMADOS ENTRE OS 30-34 ANOS QUE TENHAM COMPLETADO O ENSINO SUPERIOR OU EQUIVALENTE	29,2% (2013)	C2	22,8% (2012)
Crescimento Sustentável	EMISSÕES DE GASES DE EFEITO DE ESTUFA (VARIACÃO DE 1% FACE A 2005 EM EMISSÕES NÃO CELE)	-12%(2012)	B2, B4, D2, D4	
	31% ENERGIAS RENOVÁVEIS NO CONSUMO DE ENERGIA FINAL	24,6% (2012)	D3	
	EFICIÊNCIA ENERGÉTICA (GANHO 20% NO CONSUMO DE ENERGIA PRIMÁRIA FACE A 2005)	24,6% (2012)	B1, D1,	
Crescimento Inclusivo	75% DE EMPREGO (POPULAÇÃO 20-64 ANOS)	65,6% (2013)	A1, A2, A3, A4, B3, C1	66,3% (2012)
	-200 MIL PESSOAS EM RISCO DE POBREZA (VARIACÃO FACE A 2008)	-92 mil (2011)	C3, C4	

Fonte: Acordo de Parceria e PO Algarve 2020 (elaboração própria)

5.3. O PLANO INTERMUNICIPAL ALGARVE 2020 E A FORMAÇÃO DE PARCERIAS DLBC NO TERRITÓRIO

De acordo com os termos estabelecidos pelo Acordo de Parceria, assumidos pela conceção do PO Regional Algarve 2014-2020 nas suas sucessivas formulações que assumiu durante a negociação com a Comissão Europeia, a dimensão da programação territorial 2014-2020 não pode deixar de ser equacionada tendo em conta a dinâmica suscitada pelo instrumento DLBC. Essa realidade foi confirmada pelo convite público ao reconheci-

mento das estratégias DLBC, sendo ainda relevante anotar que, de acordo com a informação disponível, as CIM deverão pronunciar-se vinculativamente sobre as estratégias de parceria local que a abertura do referido convite vai suscitar.

Nestes termos, enunciam-se alguns critérios gerais de orientação para a formação de parcerias DLBC no território, de modo a que elas sejam coerentes com a estratégia que a AMAL pretende colocar no terreno em estreito alinhamento com a estratégia regional e com a sua materialização em PO Regional Algarve 2014-2020.

5.3.1. DLBC RURAIS

No âmbito deste tipo de parcerias, a EIDT AMAL 2014-2020 define como orientações principais as seguintes:

- » Estas estratégias locais serão cruciais para contribuir ativamente para as prioridades estratégicas de diversificação da base económica regional (Prioridades A), alargamento da base territorial de competitividade (Prioridade B) e do desenvolvimento socioeconómico de base territorial e inclusiva (Prioridade C), considerando a EIDT que são o espaço certo para dinamizarem no âmbito local o micro empreendedorismo e a criação de centros de recursos locais de apoio à formação do próprio emprego, bem como a promoção de projetos de empreendedorismo e inovação social, devendo a criação de emprego sustentado constituir a principal prioridade de geração de resultados de tais parcerias;
- » A EIDT AMAL 2014-2020 considera que a dinâmica de formação de parcerias deve cobrir a totalidade do território algarvio considerado elegível para incidência das DLBC rurais, evitando sobreposições de intervenção e combatendo a atomização de iniciativas destruidoras de recursos que são escassos;
- » As DLBC rurais devem constituir um instrumento poderoso de cooperação entre territórios municipais, cooperação essa que não deve marginalizar os municípios, mas deve garantir, pese embora a relevância destes na dinamização de algumas iniciativas, a presença maioritária de entidades da sociedade civil;
- » A AMAL reconhece a prática já desenvolvida no terreno pelas associações IN LOCO, ODIANA, Associação Terras do Baixo Guadiana e Associação Vicentina, com as quais tem trabalhado ativamente, que participaram também ativamente nos trabalhos de preparação da EIDT AMAL 2014-2020, valoriza a capacidade de aprendizagem e os ações de disseminação da sua atividade no território que têm desenvolvido, pelo que considera relevante e indispensável a sua presença no quadro das DLBC rurais, sendo desejável ainda que sejam avaliadas hipóteses da sua participação nas DLBC urbanas (ver orientações em secção própria);
- » A EIDT considera ainda que as DLBC rurais serão cruciais para trazer à programação projetos dirigidos à agricultu-

ra local e aos seus principais agentes, constituindo-se em verdadeira plataformas de articulação e integração entre o FEADER, o FEDER e o FSE.

5.3.2. DLBC COSTEIRAS

- » A EIDT AMAL 2014-2020 considera que a abordagem à economia do mar como ativo específico da economia regional será tributária de uma estratégia multinível:
- » Uma dimensão de natureza marcadamente regional, fortemente ancorada na gestão e promoção da RIS 3 Algarve, que deve envolver instituições de âmbito regional e até nacional;
- » Uma dimensão de cooperação intermunicipal, envolvendo articulação e integração de iniciativas relacionadas com equipamentos relevantes e sobretudo atividades portuárias, que se encontra listada nos domínios de intervenção da EIDT;
- » Uma dimensão infra municipal ligada essencialmente às intervenções em comunidades territoriais relacionadas com a economia do mar, cuja base de sustentação económica é necessário diversificar, de matriz essencialmente local.
- » É esta última dimensão que deve ser objeto de intervenção por parte das DLBC costeiras, também em estreita articulação com os desígnios da RIS 3 Algarve.
- » As orientações da EIDT AMAL 2014-2020 para a formação de parcerias DLBC costeiras são as seguintes:
- » As parcerias devem assegurar a cobertura de toda a costa algarvia, segundo uma lógica de não sobreposição de iniciativas, de otimização dos recursos de iniciativa existentes e de alinhamento pleno das economias locais costeiras com os desígnios da RIS 3 Algarve;
- » Devem focar a sua intervenção e concentrar consequentemente recursos a mobilizar na criação sustentada de postos de trabalho em atividades que contribuam para a afirmação regional da economia do mar e para a diversificação do seu núcleo mais tradicional, não perdendo de vista a integração com o turismo algarvio;
- » Devem constituir-se em plataformas efetivas de integração nos territórios-alvo dos instrumentos FEAMP, FEDER e FSE;
- » Devem mobilizar capacidade de aprendizagem, de experiência e boas práticas adquiridas no período de programação anterior, não perdendo de vista a questão do abandono escolar nas comunidades piscatórias e o papel da formação

com dupla certificação escolar e profissional;

- » Devem assumir-se também como espaços de promoção e valorização do empreendedorismo em estreita ligação com a dinamização de pequenas infraestruturas de acolhimento a promover pela EIDT AMAL 2014-2020.

5.3.3. DLBC URBANAS

As DLBC urbanas representam no quadro da programação o nível desejável para intervenções de regeneração económica, física e social de espaços e territórios intraurbanos, mobilizando para as parcerias entidades e energias, integrando-as, as valências necessárias para cobrir as diferentes dimensões da regeneração de espaços urbanos bem delimitados e com indicadores justificativos de uma intervenção integrada.

As orientações da EIDT AMAL 2014-2020 para a formação deste tipo de parcerias são as seguintes:

- » Devem procurar carrear para esta família de intervenções a experiência, capacidade de aprendizagem e boas práticas de parcerias locais constituídas para outros efeitos como, por exemplo, os GAL e os GAC, embora na matriz urbana devam ser acauteladas as suas especificidades;
- » Apesar de se tratar de intervenções intraurbanas em torno das quais não existe experiência de cooperação intermunicipal anterior, serão bem acolhidas parcerias que possam envolver mais do que uma área urbana, de modo a combater a atomização de recursos e a insuficiência de recursos alocados induzida pela génese de um número excessivo de DLBC urbanas;
- » As parcerias devem privilegiar a organização interna capaz de integrar na atuação diferentes instrumentos de política, envolvendo não apenas instrumentos de política social cofinanciados pelo PO Algarve 2014-2020, mas também instrumentos de política social de âmbito central mas aplicados na Região como são por exemplos os CLDS e as RLIS;
- » É desejável ainda que as estratégias locais que suportam as parcerias DLBC urbanas tenham uma forte integração com os projetos urbanos submetidos pelos municípios à prioridade de investimento 6.5.

5.4. A AMAL E OS INSTRUMENTOS DE PLANEAMENTO /MAPEAMENTOS A ASSEGURAR PELO PO REGIONAL ALGARVE 2014-2020

Relativamente a esta matéria, a AMAL assumiu politicamente o seguinte posicionamento:

5.4.1. A DESENVOLVER PELA AMAL

A AMAL propõe-se liderar e coordenar os seguintes processos:

- » Plano de Acção de Desenvolvimento dos Recursos Endógenos - por se tratar da intervenção pública nos territórios de baixa densidade em articulação com as DLBC rurais.
- » “Plano de Mobilidade Urbana Sustentável”, cuja denominação adequada ao pacote da mobilidade deveria ser Plano de Mobilidade e Transportes, de âmbito intermunicipal
- » Plano de capacitação/formação da Administração Local.

5.4.2. EM TERMOS DE CONCERTAÇÃO COM O ÂMBITO MUNICIPAL LOCAL

A AMAL propõe-se dinamizar os seguintes processos:

- » Planos integrados de regeneração urbana sustentável.
- » Planos de ação de eficiência energética.
- » Plano integrado de intervenção local no âmbito das intervenções junto das comunidades desfavorecidas, urbanas e rurais.

5.4.3. PLANOS SETORIAIS

Neste domínio, a AMAL propõe-se ser parceiro ativo nos seguintes processos:

- » Pacto Territorial para a Empregabilidade do Algarve
- » Pacto Territorial para a formação e emprego
- » Pacto para a inclusão Social.

6. MODELO DE GOVERNAÇÃO

6.1. MODELO DE GESTÃO E ORGANIZAÇÃO

O modelo de gestão e organização (MGO) que suportará a concretização da EIDT AMAL 2014-2020 será constituído pelas seguintes unidades:

Presidência e Vice-Presidências da AMAL que lideram politicamente a execução da EIDT em estreita articulação com o Conselho Intermunicipal (que superintende os serviços da AMAL nos termos do artigo 7º do Regulamento de Serviços da AMAL), órgão plenário em que a EIDT é validada, bem como os reportes da sua monitorização, acompanhamento e avaliação e asseguram a representação da EIDT na Plataforma Estratégica presidida pela CCDR Algarve;

Secretariado Executivo Intermunicipal que dirige todos os serviços da AMAL e estabelece a ligação permanente com a Presidência e Vice-Presidências;

Unidade de Contratualização de Fundos Comunitários que lidera todo o trabalho de gestão e acompanhamento das candidaturas municipais inseridas nos domínios temáticos atribuídos pela CCDR Algarve à AMAL e assegura o reporte regular às estruturas técnicas da Autoridade de Gestão do PO Algarve;

Unidade de Estudos, Programas e Dinamização Económica e Social que implementa os projetos de desenvolvimento liderados pela AMAL, que assegura também a coordenação e dinamização das parcerias de desenvolvimento assumidas pela EIDT e acompanha a evolução do sistema de indicadores;

Unidade de Formação e Valorização de Ativos, responsável pela coordenação de todos os processos de formação e capacitação submetidos pela AMAL à prioridade de investimento do PO Algarve 2014-2020 que financiará estes processos, não apenas internos da AMAL, mas também dos públicos considerados cruciais para o bom êxito da EIDT;

Conselho Estratégico para o Desenvolvimento Intermunicipal, com as competências definidas na lei das CIM e com

a atribuição adicional de funcionar como plataforma de articulação regular entre as DLBC (rurais, costeiras e urbanas) em atividade na Região;

Painéis de monitorização e avaliação de resultados:

Grupos de Trabalho Temáticos constituídos por entidades participantes no Conselho Estratégico e por outras entidades/personalidades entendidas como cruciais para testemunhar e analisar criticamente os resultados das ações preconizadas pela EIDT; os temas de constituição dos Painéis serão determinados a partir das Prioridades Estratégicas da EIDT, com junção das duas primeiras (de natureza económica) num só Painel.

Toda esta dinâmica organizacional que suporta a EIDT AMAL 2014-2020 será canalizada para a Plataforma Estratégica Algarve 2020 através da representação que a AMAL assegurará nesse órgão.

6.2. RECURSOS E COMPETÊNCIAS

A concretização do modelo de gestão e organização através delimitado assentará do ponto de vista dos recursos e competências no seguinte conjunto de princípios:

- » Maximizar plenamente os recursos técnicos e humanos e competências que integram o atual corpo técnico da AMAL, capitalizando sobretudo a experiência de contratualização de Fundos Comunitários adquirida em períodos de programação anteriores e as dinâmicas de concertação intermunicipal já iniciadas;
- » Capacitar em termos de metodologias de ação e de apetrechamento técnico os recursos humanos que serão envolvidos no domínio de intervenção configurado pela liderança e coordenação de projetos que a AMAL assume no quadro da EIDT, que corresponde ao domínio em que é pedido à AMAL um salto organizativo de maior expressão, reforçando sempre que necessário os recursos internos de liderança, animação e coordenação de projetos;
- » Reforçar as competências da Unidade de Formação e Valo-

rização de Ativos no sentido de a transformar num centro de recursos de suporte à capacitação de instituições e de públicos da Região diretamente envolvidos na concretização da EIDT, segundo um modelo de formação – ação – capacitação, tirando para isso partido das oportunidades de financiamento do PO Algarve nesse domínio;

- » Mobilizar para a concretização da EIDT as capacidades técnicas e humanas já existentes nas entidades que serão parceiras da AMAL neste processo, independentemente de tais entidades poderem também ser apoiadas pelos processos de capacitação anteriormente referidos.

De acordo com os elementos do mapa de pessoal 2015, que identifica 17 postos de trabalho na AMAL, dos quais 12 são técnicos superiores, verifica-se que as três unidades diretamente relacionadas com a futura implementação da EIDT apresentam dois técnicos superiores, perfazendo um total de 6 técnicos superiores, aos quais se deve acrescentar o responsável pela Unidade de Planeamento Estratégico, Assessoria Técnica e Projetos que coordena funcionalmente os serviços, podendo assim representar um conjunto de 7 técnicos superiores afetos à futura implementação da EIDT, mesmo que este último técnico superior possa representar uma imputação de 50 a 75% do seu tempo à EIDT.

Nestes termos, a avaliação das exigências de animação, monitorização e acompanhamento da EIDT AMAL 2014-2020 sugere que a Unidade de Estudos, Programas e Dinamização Económica possa contar com mais dois técnicos superiores.

6.3. MECANISMOS DE ACOMPANHAMENTO, MONITORIZAÇÃO E AVALIAÇÃO

Tal como resulta do quadro estratégico proposto na EIDT AMAL 2014-2020 e nos elementos já apresentados em matéria de modelo de governação, a EIDT implicará para a AMAL um investimento técnico e organizacional que está muito para além dos processos de contratualização de fundos comunitários que tem assumido com êxito em períodos de programação anteriores. O salto organizacional decorre sobretudo do papel proactivo que a EIDT atribui à AMAL em termos de liderança, animação e coordenação de projetos (que é independente do processo de contratualização) e do relacionamento de parceria que exige com alguns atores locais.

Um salto desta envergadura e natureza exige que a função acompanhamento, monitorização e avaliação assumam outra expressão nas práticas e processos internos da AMAL, justificando entre outros aspetos o reforço de recursos técnicos e humanos defendido no ponto anterior.

O sistema de acompanhamento, monitorização (essencialmente estratégica, entenda-se) e avaliação está organizado em função dos seguintes domínios:

- » Sistema de indicadores de resultado (ver capítulo 8 deste documento);
- » Bateria de indicadores de realização e resultado dos projetos submetidos ao PO Algarve 2014-2020;
- » Missões de acompanhamento físico e de reuniões de trabalho com promotores de projetos submetidos ao PO Algarve 2014-2020 destinadas a discutir as condições de progressão dos projetos, a identificação de constrangimentos à boa execução dos projetos e a proposta de soluções para os remover;
- » Acompanhamento dos resultados dos processos de capacitação constantes da EIDT, através da inquirição dos participantes nesses processos de capacitação e de avaliações de terreno realizadas aos projetos que beneficiaram de apoios de capacitação;
- » Animação e coordenação de painéis de monitorização/avaliação dos resultados da programação no território, de natureza temática com cobertura próxima das prioridades da EIDT AMAL 2014-2020, constituídos de entre as instituições que integram o Conselho Estratégico da AMAL e por personalidades com conhecimento aprofundado dos efeitos da programação EIDT e do PO Algarve 2014-2020 no território.

6.4. PARCERIAS E REDES

Em matéria de parcerias, este capítulo do documento remete para o subcapítulo de análise de *stakeholders*, na qual são mencionadas todas as parcerias que a EIDT considera relevantes para uma abordagem o mais eficaz possível às prioridades estratégicas da EIDT AMAL 2014-2020.

Como foi anteriormente sublinhado, todas as parcerias aí anunciadas são estruturadas a partir de um elemento fundamental

de organização que está associada à presença da AMAL na Plataforma Estratégica Algarve 2020, presidida pela Presidência da CCDR Algarve.

As parcerias estruturantes da EIDT AMAL 2014-2020 são as seguintes:

Para a dinamização económica

- » A dinamizar entre a AMAL, a Universidade do Algarve e as instituições-aposta do sistema científico e tecnológico a valorizar por via da RIS 3;
- » Com o objetivo de que as atividades de I&DT possam ter algum contributo para a valorização económica de recursos endógenos da baixa densidade ...
- » Minimizando riscos de agravamento de assimetrias territoriais...
- » Assumindo o princípio de que sem disseminação (difusão) a inovação equivale, regra geral, a agravamento de disparidades.

Em matéria de microempreendedorismo

Constituição de uma parceria coordenadora de todo o processo, envolvendo AMAL /CRIA – Divisão de Empreendedorismo da Universidade do Algarve /ANJE, com uma multiplicidade de mediações institucionais:

- » Municípios; *Enterprise Europe Network*; Região de Turismo do Algarve; CRIA; IAPMEI; NERA; In Loco; Vicentina; Odiana; IEFP; AHETA; IPDJ; ACRAL; CEAL; AHISA; GAC'S; GAL'S; Direção Regional de Agricultura e Pescas do Algarve;
- » Exigindo ainda alguma racionalização do processo de territorialização da parceria, tendo em vista o potencial de intervenção do PO Regional e o da aplicação de instrumentos financeiros, que exigirá parceiros com know-how próprio.

Para o combate ao abandono escolar

A AMAL assume nesta matéria a posição de fundo de partilhar este domínio com os Municípios e as Entidades que integram o terceiro setor:

- » Dificuldades: fenómeno mais urbano e costeiro do que rural ... logo com implicações nos instrumentos financiáveis pelo PO
- » Articulação necessária com as DLBC urbanas e costeiras

que venham a constituir-se ...

- » Eventuais parcerias municipais: aguardando-se dinâmica de pré-qualificação de DLBC.

Em matéria de ofertas formativas

A AMAL não integrará as parcerias das DLBC, assumindo a opção estratégica de dinamizar parcerias territorializadas por domínio de modo a cobrir as diferentes realidades territoriais da região, cabendo-lhe a monitorização de todo o processo.

Em termos de cooperação intermunicipal de contiguidade geográfica

A AMAL utilizará a experiência do Algarve Central como efeito de demonstração para dinamizar outras formas de cooperação de contiguidade já ensaiadas no passado e entretanto esmorecidas.

6.5. SISTEMA DE INTELLIGENCE

A EIDT AMAL 2014-2020 entende o sistema de *intelligence* considerado necessário para a sua implementação como um modelo de monitorização estratégica da EIDT, que deverá constituir o principal elemento de animação e dinamização do Conselho Estratégico Intermunicipal que funcionará nos termos legais junto da AMAL.

O referido sistema de monitorização estratégica deve ser constituído através de uma plataforma de informação digital que seja acessível por todos as entidades que integram o Conselho Estratégico Intermunicipal que deve ter por especial objetivo alimentar um sistema de indicadores de realização e resultado que permita acompanhar estrategicamente a implementação da EIDT AMAL 2014-2020. Deve ter-se em conta que o êxito da EIDT não depende apenas dos investimentos municipais financiados segundo esse quadro de orientação estratégica, mas também de projetos assumidos por outros *stakeholders* que não a AMAL ou os municípios.

O sistema de *intelligence* para além do sistema de indicadores (ver capítulo 7) deve integrar segundo a orientação da EIDT AMAL um painel de projetos que se vai renovando à medida que vai avançando a programação e a execução das operações. A seleção desses projetos advirá do seu carácter estratégico para a concretização dos objetivos, sob o racional de que esses proje-

tos, por alguma razão particular, comecem a ter problemas de execução ou a ter execução com resultados desviados do que fora efetivamente programado ou concebido, isso significará que a EIDT estará em estado de alerta de cumprimento estratégico.

O sistema de *intelligence* será assim constituído por duas com-

ponentes essenciais: a plataforma de informação digital e o painel rotativo de projetos que implicará audições e reuniões de trabalho específicas com os seus promotores e potenciais beneficiários; o primeiro envolve a mobilização de informação quantitativa; a segunda, pelo contrário, implicará mobilização de informação essencialmente qualitativa que deverá ser extrapolada em combinação com a primeira dimensão.

7. PLANO DE AÇÃO

7.1. ALCANCE DO PLANO DE AÇÃO

Como é generalizadamente conhecido, o período de programação 2014-2020, para além das condições de incerteza que predominaram na sua preparação, o que por si só tendeu a penalizar a concretização de projetos por parte dos municípios, oferece particulares dificuldades aos municípios em termos de engenharia de projeto e sua transformação em candidaturas. De facto, não só a lógica de produção e demonstração de resultados tem fortes implicações em matéria de engenharia de projeto, obrigando a particulares preocupações na geração de informação pertinente por parte dos projetos, como a forte relevância de projetos FSE na programação coloca exigências particulares em termos técnicos e de gestão de parcerias pertinentes.

O trabalho sistemático de auscultação e de reuniões técnico-políticas de trabalho realizados com os municípios e com a própria estrutura técnica da AMAL, em diferentes momentos ao longo da elaboração do Plano Intermunicipal Algarve 2020, confirmou essas dificuldades e o reconhecimento que AMAL e municípios teriam de realizar um forte investimento no robustecimento técnico dos projetos para o novo período de programação. Esse investimento exige tempo e condições financeiras ótimas para recompor carteiras de projetos, condições nem sempre suscetíveis de ser reunidas.

Do ponto de vista da conclusão do Plano Intermunicipal Algarve 2020 e da elaboração do Plano de Ação que deverá corporizar em projetos e ações a EIDT AMAL tal qual ela foi submetida para reconhecimento a nível regional e nacional, entendeu-se que, neste contexto de ajustamento municipal em curso às exigências do novo período de programação, o Plano de Ação não poderia ser um instrumento nem rígido nem acabado. Deveria, pelo contrário, ser um instrumento flexível (em função das próprias incidências dinâmicas da implementação do PO Algarve 2014-2020) e funcionar para os municípios como um referencial orientador para a realização de investimentos em matéria de engenharia de projeto. Deve ainda referir-se que só mesmo muito

recentemente foram conhecidos os regulamentos de suporte aos diferentes domínios da programação. E não podemos ainda ignorar que algumas das candidaturas municipais serão tributárias (para lançamento de avisos por parte da CCDR-Algarve) dos processos de mapeamento (a submeter à Comissão Europeia), alguns dos quais a AMAL assumiu que seriam realizados sob a sua jurisdição.

Face a todo este contexto, foi decidido em acordo com a AMAL que o Plano de Ação deveria conter apenas referências a tipologias de projetos sobre as quais a equipa técnica encontrou evidências no terreno de poderem corresponder a candidaturas municipais, não se justificando ainda, por falta de homogeneidade, a indicação dos montantes de investimento e de cofinanciamento por parte dos FEEL.

Assim, o Plano de Ação AMAL 2014-2020 que se propõe materializar a EIDT oportunamente reconhecida está organizado do seguinte modo:

- » Parte das prioridades estratégicas definidas na EIDT AMAL 2014-2020 (coluna 1);
- » Associa a prioridade de investimento e o objetivo específico contemplados no Portugal 2020 e preferencialmente no PO Regional Algarve 2014-2020 (coluna 2);
- » Explicita tipologias de projetos que podem ser submetidos à referida prioridade de investimento (coluna 3);
- » Apresenta os exemplos concretos de projetos (e os municípios que os protagonizarão) que foi possível identificar junto dos municípios que aderiram aos sucessivos momentos de auscultação (coluna 4).

O Plano de Ação individualiza ainda os projetos que a própria AMAL se propõe desenvolver neste período de programação.

Com esta configuração o Plano de Ação constitui o instrumento flexível que AMAL e municípios preconizavam e orienta ambos no trabalho de investimento técnico em engenharia de projeto.

7.2. TIPOLOGIAS E PROJETOS PARA O PLANO DE AÇÃO

A longa tabela reproduzida a partir da página seguinte apresenta a estrutura do Plano de Ação AMAL que foi possível sistematizar

a partir do também longo e diversificado processo de auscultação dos municípios, oportunamente descrito neste documento.

A estrutura do Plano de Ação retoma a organização da EIDT atrás apresentada e corporiza-a com projetos AMAL e projetos que os municípios se propõem promover.

PRIORIDADE ESTRATÉGICA PLANO AMAL	PRIORIDADE DE INVESTIMENTO MOBILIZÁVEL/ OBJETIVO ESPECÍFICO TIPOLOGIAS DE PROJETOS	EXEMPLO DE PROJETOS
A. Diversificação da base económica da região		
<p>A1. Promover a disseminação de conhecimento científico e tecnológico e a inovação empresarial em territórios demograficamente mais rarefeitos;</p>	<p>PI 1a / OE 1.1.1 Consolidação dos centros de investigação através de requalificação ou alargamento infraestrutural, desde que alinhados com a RIS3; Promoção de projetos conjuntos;</p> <p>PI 1b / OE 1.2.1. I&D em co promoção orientada para as problemáticas de valorização económica de recursos endógenos nestes territórios; Apoio na preparação de candidaturas e na divulgação e disseminação de resultados de investigação;</p>	<p>» Transferência de conhecimento para as áreas de baixa densidade (Aljezur); » Polo regional de inovação (Lagos)</p>
<p>A2. Criar condições infraestruturais e logísticas locais favoráveis à emergência e acolhimento de novas atividades de valorização económica de recursos marinhos e da economia do mar em geral;</p>	<p>PI 1b / OE 1.2.1 Promoção da articulação e interação entre as infraestruturas de I&D com as áreas de localização empresarial</p> <p>PI 8a / OE 8.8.1. Unidades de apoio à incubação de iniciativas empresariais inovadoras no domínio da Economia do Mar</p>	<p>» Centro de Inovação Empresarial do Mar (Albufeira); » Centro Náutico de Castro Marim; » Requalificação do Centro Náutico (Lagos); » Infraestruturação de espaços para empresas e formação de Recursos Humanos; (Vila Real de Santo António, Albufeira e Portimão); » Plataforma Logística de Tunes (Silves); » Polo de investigação das espécies de marisco no Parque Empresarial de V.R.S.A.; » Observatório da Economia do Mar (Vila Real de Santo António); » Incubadora de mariscos (Vila Real de Santo António); » Criação do centro de tecnologias do mar (Olhão)</p>
<p>A3. Concentrar e organizar recursos infraestruturais e de empreendedorismo de suporte à valorização económica do mundo rural;</p>	<p>PI 8a / OE 8.8.1 Unidades de apoio à incubação de iniciativas empresariais de pequena escala de natureza inovadora, incluindo as <i>start up's</i> de base social; e, reabilitação da figura dos Centros de Apoio à Criação de Empresas (CACE) para incubação de ideias de negócio;</p>	<p>» Criação de viveiros de empresas e promoção da identificação de competência dos centros de investigação (Aljezur, Castro Marim, S. Brás de Alportel e Vila Real de Santo António); » Capacitação das incubadoras e centros empresariais atuais (Alcoutim, Castro Marim, S. Brás de Alportel); » Construção do Parque de Feiras e Mercados de Alcantarilha e de São Bartolomeu de Messines (Silves);</p>

PRIORIDADE ESTRATÉGICA PLANO AMAL	PRIORIDADE DE INVESTIMENTO MOBILIZÁVEL/ OBJETIVO ESPECÍFICO TIPOLOGIAS DE PROJETOS	EXEMPLO DE PROJETOS
	<p>PI 8b / OE 8.9.1 Criação de redes locais de promoção do conhecimento e inovação, assente numa lógica de “recriação” de produtos endógenos, conceção de novos produtos, design e marketing inovador para produtos locais; Qualificação e modernização da oferta de produtos endógenos, incluindo a certificação e denominação de origem e a aposta em novos canais de distribuição; Requalificação de espaços comunitários com o objetivo de ancorar o desenvolvimento da economia dos recursos endógenos; Estratégias de turismo rural;</p> <p>PI 9vi / OE 9.6.1 Programas de Apoio ao Empreendedorismo e à Criação do Próprio Emprego para desempregados e jovens à procura do primeiro emprego; Apoios integrados à capacitação, formação desenvolvimento de planos de negócios; Promoção do artesanato e ofícios tradicionais Apoio ao empreendedorismo cooperativo</p> <p>PI 9d / OE 9.10.1 Desenvolvimento de novos produtos no âmbito das Estratégias de Desenvolvimento Local que potenciem um maior conhecimento e valorização económica dos recursos endógenos do território (nomeadamente no apoio às atividades turísticas nas zonas rurais); Promoção de produtos locais e restantes recursos endógenos; Consolidação e revitalização do tecido económico local através do apoio ao empreendedorismo, à criação de empresas e do próprio emprego e da modernização de iniciativas empresariais;</p>	<p>» Dinamização da Feira da Serra de São Brás de Alportel (S. Brás de Alportel); » Criação de uma Rede de Espaços de co-working (S. Brás de Alportel); » Criação dos Gabinetes do Empreendedor (S. Brás de Alportel, Olhão); » Projetos de animação do comércio local (S. Brás de Alportel); » Projeto de valorização e promoção de recursos endógenos, nomeadamente da dieta mediterrânica, frutos secos, laranja ou compotas (Alcoutim, Lagos e Lagoa); » Modernização dos lagares do azeite (Alcoutim); » Beneficiação dos Celeiros em Vila do Bispo; » Projeto de valorização da queijaria do Azinhal (Castro Marim); » Requalificação dos mercados municipais (Silves, Vila do Bispo, Lagos, Castro Marim); » Animação do mercado municipal (Olhão, São Brás de Alportel); » Apoio a iniciativas de circuitos curtos de produção/consumo (Lagoa, Vila Real de Santo António); » Criação de um mercado abastecedor (Lagos); » Apoio técnico à Casa do Agricultor (Vila Real de Santo António); » Certificação de produtos (Lagos, São Brás de Alportel); » Constituição de bolsas de espaços empresariais no centro da cidade de Albufeira; » Centro de Ciência Viva Rural (Monchique)</p>
<p>A4. Dotar os municípios e os territórios de mais baixa densidade de recursos técnicos e humanos apetrechados para a intermediação e fomento de valorização e transformação económica de recursos endógenos.</p>	<p>PI 8i / OE 8.1.1. Apoios à transição para a vida ativa de jovens, por via de estágios neste tipo de territórios; Apoio a desempregados de longa duração</p> <p>PI 8v / OE 8.5.2./ OE 8.5.3. Ações de formação</p>	<p>» Projeto de Estágios em atividades empresariais de valorização dos Recursos Endógenos (Lagos); » Criação da ARCA - Centro de Valorização e Dinamização de Produtos e Serviços Locais (Aljezur); » Centro Empresarial do Mundo Rural (Albufeira); » Refuncionalização do Palácio Gama dos Lobos para ECOA - Escola de Criatividade em Artes e Ofícios (Loulé); » Prog. de estágios e de apoio ao empreendedorismo de para alunos finalistas de cursos profissionais e jovens empresários (Loulé)</p>

B. Alargamento da base territorial e de ativos (recursos) para a competitividade

<p>B1. Qualificar os centros urbanos, com foco nas estruturas físicas e das redes de equipamentos, nos espaços públicos e serviço urbanos, incluindo setores relacionadas com a oferta turística (...)</p>	<p>PI 6e / OE 6.5.1. Operações integradas de regeneração de áreas urbanas (núcleos históricos, zonas ribeirinhas e periferias degradadas), operações integradas em áreas urbano-portuárias degradadas na ótica da melhoria do ambiente urbano, com criação de áreas de recreio, cultura e lazer, e na ótica da valorização económica das áreas intervencionadas, com articulação/apoio do FEAMP; recuperação, expansão e valorização de sistemas e estruturas ambientais urbanas; qualificação do espaço público através da criação de zonas verdes, ciclovias, vias pedonais, equipamentos ligeiros para a prática de exercício físico e de lazer, entre outros; regeneração das zonas urbanas ribeirinhas através da integração destes espaços na vivência da cidade como áreas de lazer e fruição do espaço natural contemplando intervenções de centros de atividades de desporto e natureza, espaços renaturalizados, passeios ribeirinhos, ciclovias, vias pedonais, entre outros; e, ações de reaproveitamento de espaços urbanos degradados de preferência para utilização de atividades económicas geradoras de emprego.</p>	<p>» Reabilitação de Centros Urbanos: » Bairros de habitação social (Loulé, Silves); » Requalificação Urbana da Zona Oeste (Alcoutim); » Requalificação da Zona Ribeirinha (Alcoutim, Aljezur, Tavira, V. R. de Santo António, Olhão, Faro); » Refuncionalização de edifícios para a atividade empresarial (Albufeira); » Parque de Estacionamento de Silves; » Casino de Armação de Pêra (Silves); » Remodelação do Pavilhão da FISSUL (Silves); » Refuncionalização da C+S de Aljezur para Edifício dos Paços do Concelho; » Conversão do edifício da antiga Lota na Zona ribeirinha de Portimão num Centro de Interpretação; » Recuperação do Arco da Igreja da Graça (Loulé); » Requalificação do Centro Urbano (Aljezur); » Revitalização do Centro Histórico (São Brás de Alportel); » Centro Urbano de Sagres (Vila do Bispo); » Construção de novo edifício para os Paços do Concelho (Monchique); » Reabilitação da cidade de Lagos; » Recuperação da Igreja Nova (Aljezur); » Construção canil intermunicipal (Aljezur); » Requalificação do Jardim da República (Silves); » Refuncionalização do edifício dos Paços do Concelho de Aljezur para biblioteca (Aljezur); » Refuncionalização de edifícios municipais para habitação social (Aljezur); » Construção dos Paços do Concelho (Castro Marim); » Requalificação da zona envolvente à Cruz de Portugal e Palácio da Justiça (Silves); » Requalificação do Centro Histórico de São Bartolomeu de Messines (Silves); » Intervenções de requalificação integradas na ARU de Faro; » Requalificação de vias de comunicação (Castro Marim, Silves, Albufeira, Loulé, Aljezur, Portimão); » Construção do Cais de Almada d'Ouro e da Foz de Odeleite (Castro Marim); » Expansão da zona industrial de Vila do Bispo; » Recuperação do antigo Convento de Santo António (Loulé); » Reabilitação do antigo convento (Lagos); » Reabilitação de auditório (Lagos); » Requalificação do espaço público e parques infantis (Lagoa e Castro Marim); » Requalificação urbanística da zona costeira e centro histórico (Loulé); » Requalificação dos percursos pedonais (Loulé); » Requalificação e refuncionalização do edificado (Tavira); » Requalificação da área envolvente ao Porto de Pesca (Olhão); » Reabilitação urbana das freguesias do concelho de Monchique; » Construção habitação municipal (Monchique) » Projetos de promoção da oferta turística:</p>
	<p>PI 4c / OE 4.3.1. Criação de programas de apoio à reabilitação urbana com vista à melhoria do desempenho energético-ambiental dos edifícios e equipamentos públicos existentes,</p>	<p>» Desenvolvimento do Centro de Documentação e de História Local de Albufeira; » Construção do "Quintal da CMA" (Albufeira); » Requalificação das Torres de Almedina 4, 5 e 6 (Silves); » Criação de um Espaço Cultural na Zona Oeste da Vila de Alcoutim; » Valorização do Castelo Velho de Alcoutim; » Requalificação da Ponte Medieval de Silves; » Conclusão da recuperação da "Villa Romana da Abicada" (Portimão); » Requalificação do Castelo de Castro Marim; » Reabilitação do Forte S. Sebastião (Castro Marim); » Reabilitação do Forte do Beliche (Vila do Bispo); » Miradouro da Baleeira – Sagres (Vila do Bispo); » Reabilitação e refuncionalização da torre do relógio (antiga morgue) (Albufeira); » Construção de pólos museológicos (Vila do Bispo); » Recuperação Solar da Música Nova (Loulé);</p>

PRIORIDADE ESTRATÉGICA PLANO AMAL	PRIORIDADE DE INVESTIMENTO MOBILIZÁVEL/ OBJETIVO ESPECÍFICO TIPOLOGIAS DE PROJETOS	EXEMPLO DE PROJETOS
	<p>PI 9b / OE 9.8.1. Ações de reabilitação urbana na habitação social ou áreas de intervenção prioritária; Construção de equipamentos públicos destinados ao desenvolvimento social das comunidades;</p>	<p>» Casa da Memória São-Brasense (São Brás de Alportel); » Valorização do Centro Cultural de Lagos; » Construção de praias fluviais (Loulé, Castro Marim); » Recuperação das Muralhas e Baluartes (Lagos); » Regeneração/requalificação urbana das aldeias tradicionais (Aljezur, Lagos); » Fortaleza Ponta da Bandeira (Lagos); » Reabilitação do Pontão Romano de Odiáxere (Lagos);</p>
<p>B2. Qualificar os sistemas ambiental e paisagístico e valorizar os recursos naturais, assegurando a reposição de áreas ambientalmente degradadas ou em risco e a gestão sustentável dos recursos naturais e ambientais específico (...)</p>	<p>PI 6c / OE 6.3.1. Qualificação e divulgação de áreas naturais com relevância turística; Promoção turística dos “sítios” de elevado valor natural, cultural e paisagístico através de suportes documentais ou digitais; Intervenções de conservação, de reforço, de valorização e aumento de atratividade dos recursos naturais e da sua biodiversidade (em complementaridade às áreas de intervenção da marca “Parques de Portugal”); Intervenção nas infra estruturas verdes: Intervenções dos percursos de natureza que asseguram a interpretação observação, usufruto e a sensibilização ambiental)</p>	<p>» Infraestruturas associadas ao projeto “Aves à Vista” (Alcoutim); » Desassoreamento do Rio Arade (Silves); » Projetos de erradicação de espécies invasoras (Aljezur); » Centro de Interpretação Ambiental (Albufeira); » Valorização do Parque da Fonte Férrea (Aljezur); » Qualificação das Frentes de Mar (Lagos); » Capacitação da Proteção Civil (Portimão e Monchique); » Construção do Centro Municipal de Proteção Civil (Monchique); » Preservação e interpretação das arribas e falésias (Lagoa); » Estação de Biodiversidade de Vale de Estacas (São Brás de Alportel); » Parque da Fonte Férrea (São Brás de Alportel); » Espaços verdes e centros ambientais (Loulé); » Centro Interpretativo da Fóia (Monchique); » Intervenção Florestal (Aljezur, Faro, Loulé, São Brás de Alportel e Lagos);</p>
<p>B3. Valorizar os recursos e as dinâmicas culturais, favorecendo nomeadamente a emergência ou consolidação de atividades económicas baseadas em ativos simbólicos e na criatividade artística e cultural,</p>	<p>PI 6c /OE 6.3.1. Valorização e promoção de bens histórico-culturais com elevado interesse turístico (ex. monumentos, museus, etc.); intervenção na qualificação, reabilitação, restauro do património cultural com vista à sua sustentabilidade e aumento de visitantes; desenvolvimento de projetos de animação e programação cultural em rede com potencial de captação de fluxos turísticos e com participação de diferentes equipamentos culturais; e, Promoção de património cultural marítimo, através de iniciativas ligadas à atividade náutica;</p>	<p>» Levantamento do património algarvio (Albufeira); » Equipamentos e estruturas de apoio às atividades educativas e de animação “Conjunto Pré-Histórico de Alcalar” (Portimão); » Centro de Experimentação Artística no Meio Rural (Albufeira); » Ampliação do Museu Municipal de Loulé; » Rede de depósitos de espólios arqueológicos do Algarve (Albufeira); » Centro de Indústrias Criativas de Albufeira; » Catálogo intermunicipal de recursos bibliográficos (Albufeira); » Ação colaborativa com a população da ARU – Paderne; » Formação de públicos nas áreas da dança contemporânea e nas novas linguagens dramaturgias (Portimão); » Reconversão funcional de edifício para centro cultural em Quarteira; » Festival Cidades Invisíveis (Portimão); » Castelo Velho de Alcoutim; » Residências de criação, coproduções e apresentação de espetáculos de estruturas locais (Portimão); » Programa Museus em rede 2.0 e a Programação Cultural em rede 2.0 (São Brás de Alportel, Faro, Loulé, Olhão, Albufeira); » Centro de Documentação de História local - Museu Albufeira; » Difusão da rede da Biblioteca municipal (Loulé); » Criação do Centro de Experimentação Artística (Albufeira); » Agenda Cultural Intermunicipal (Aljezur); » Projeto de musealização “Alvor Vivo”; » Recriações históricas Mercado Romano (São Brás de Alportel); » Plano de desenvolvimento turístico para o concelho de Olhão; » Centro Cultural de Lagos - ala para Arte Contemporânea; » Recuperação de engenhos tradicionais (Aljezur); » Núcleo Museológico do Azeite (São Brás de Alportel); » Desenvolvimento de turismo de natureza (Loulé); » Desenvolvimento de rotas turísticas: Rota dos Castelos (Albufeira); Rota dos Centros Históricos; Rota do Lynce (Silves), Rota da Serra (Brás de Alportel), Rota do Olhar (São Brás de Alportel), Rota Al-gharb (Loulé), Rota Gastronómica (Olhão); » Veredas de Monchique - 2ª fase; » Candidaturas a Património da Humanidade (Lagos); » Requalificação da sinalética da via do litoral (Loulé)</p>

PRIORIDADE ESTRATÉGICA PLANO AMAL	PRIORIDADE DE INVESTIMENTO MOBILIZÁVEL/ OBJETIVO ESPECÍFICO TIPOLOGIAS DE PROJETOS	EXEMPLO DE PROJETOS
<p>B4. Valorizar os recursos naturais bem como, outros recursos específicos ligados, designadamente, à agricultura, à floresta, às pescas e outras atividades tradicionais (artes e ofícios tradicionais), (...)</p>	<p>PI 8b /OE 8.9.1 Estratégias de marketing territorial;</p> <p>PI 9b /OE 9.8.1 Revitalização de equipamentos de valorização dos recursos naturais; Valorização dos espaços de distribuição;</p> <p>PI 9d /OE 9.10.1 Desenvolvimento de novos produtos; Campanhas de promoção de produtos locais e recursos endógenos;</p>	<p>» Construção do Centro de Apoio aos Desportos de Natureza (São Brás de Alportel); » Eixo Praia da Rocha em associação com o Museu e Porto de Portimão; » Zonas verdes da Praia da Rocha (Portimão); » "Rezinha" – Rede de Espaços Ribeirinhos de São Brás de Alportel; » Construção de Centro de Artes e Ofícios (Albufeira); » Património construído - engenhos tradicionais (Aljezur); » Oficina das Artes "Design & Ofícios" (São Brás de Alportel); » Equipamento para a comunidade piscatória (Silves); » Requalificação dos Portos de Pesca (Lagoa); » Casa do Agricultor (São Brás de Alportel); » Parque de Campismo de Alcoutim; » Parque de Autocaravanas (Aljezur, Lagoa e Castro Marim); » Hortas urbanas ou sociais comunitárias (Albufeira e Lagoa); » Parque Urbano da Cidade de Olhão; » Matadouro Móvel para os produtores (Alcoutim e Monchique); » Aldeia Columbófila (Castro Marim) » Centro Ambiental Itinerante (Loulé); » Marca "Monchique"; » "Quinta Agroflorestal" (Monchique);</p>

C. Promoção do desenvolvimento socioeconómico de base local como instrumento-chave da coesão social e territorial

<p>C1. Criar condições de sustentabilidade e de ocupação do território rural</p>	<p>PI 8v /OE 8.5.2 Qualificação de trabalhadores de setores afetados por sazonalidade e alterações conjunturais Formações Modulares Certificadas, Cheque Formação,</p> <p>PI 9b /OE 9.6.1 Medidas de combate à desertificação</p> <p>PI 9d /OE 9.10.1 Construção de equipamentos coletivos Campanhas de promoção de produtos locais e recursos endógenos;</p>	<p>» Centro de Apoio às Atividades Agroindustriais - Centro Multiusos do Azeiteiro (Castro Marim); » Animação social e territorial das zonas rurais (São Brás de Alportel); » Biblioteca itinerante (Loulé); » Valorização das aldeias típicas (São Brás de Alportel); » Promoção de produtos locais (Lagos e Silves); » Inclusão da base local (Olhão e Albufeira); » Reconversão de escolas desativadas em zonas interiores para centros de atividades para idosos (Loulé)</p>
<p>C2. Promover social e territorialmente a progressiva qualificação da população e o desenvolvimento de competências nos diversos segmentos etários da população residente ativa, com ênfase nos grupos mais vulneráveis;</p>	<p>PI 8iii / OE 8.3.1. ; PI 8v / OE 8.5.2, PI 9i / OE 9.1.2; PI 10i / OE 10.1.1; PI 10iii / OE 10.3.1; PI 10iv / OE 10.4.1 Apoios integrados à capacitação, formação, desenvolvimento de plano de negócios, lançamento da iniciativa e acompanhamento de empreendedores; Qualificação de trabalhadores de setores afetados por sazonalidade e alterações conjunturais Formação em Competências Básicas e outras Formações Modulares certificadas e apoios específicos ao emprego para grupos vulneráveis; Apoio à qualificação e emprego de pessoas com deficiências ou incapacidade; Programas de aprendizagem da língua portuguesa; Apoio ao acolhimento e integração de imigrantes (Mediação); e, apoios específicos ao emprego para pessoas vulneráveis (pessoas com deficiências ou incapacidades);</p>	<p>» Reabilitação/construção de equipamentos escolares (Olhão, Silves, Portimão, Loulé e São Brás de Alportel); » Programa de formações de especialização em temáticas de turismo de natureza e de interior (Loulé); » Ações de formação - português para estrangeiros (Loulé); » Ações de aquisição de competências básicas (Loulé); » "Escola fora de Portas" (São Brás de Alportel); » Educação patrimonial "Da Natureza nascem as Casas" (Albufeira); » Escola Profissional Intermunicipal (Aljezur)</p>

PRIORIDADE ESTRATÉGICA PLANO AMAL	PRIORIDADE DE INVESTIMENTO MOBILIZÁVEL/ OBJETIVO ESPECÍFICO TIPOLOGIAS DE PROJETOS	EXEMPLO DE PROJETOS
	<p>Ações de aumento da empregabilidade de grupos especialmente vulneráveis. (ex-toxicodependentes, ex-reclusos, pessoas com deficiências ou incapacidades, pessoas em situação de pobreza severa); Cursos Básicos de Ensino Vocacional; Formação para Adultos, ensino recorrente e ações nos CQEPs Cursos Profissionais e CETs de acordo com a RIS 3. Medidas de combate ao abandono escolar e ao insucesso</p>	
<p>C3. Combater fenómenos e bolsas de exclusão social</p>	<p>PI 9i / OE 9.1.1 Intervenção social junto de menores em territórios vulneráveis - Programa Escolhas; Bolsa Especializada de Voluntariado; formação e sensibilização para um voluntariado de continuidade; Projetos para a sustentabilidade, inovação e experimentação social; Apoio a serviços básicos e respostas sociais de proximidade, incluindo a qualificação de infraestruturas e equipamentos da rede institucional da economia social com valências/respostas sociais reconhecidas; Apoio ao empreendedorismo cooperativo, formação-ação aos serviços básicos e respostas sociais de proximidade; Promoção de projetos de inovação social;</p> <p>PI 9vi / OE 9.6.1 DLBC focadas na intervenção social: Apoio a serviços básicos e respostas sociais de proximidade, incluindo a qualificação de infraestruturas e equipamentos da rede institucional da economia social com valências/respostas sociais reconhecidas;</p> <p>PI 9d/ OE 9.10.1</p>	<p>» Acolhimento Temporário para sem abrigo (Albufeira); » Centro de Atividades Ocupacionais para população com deficiência (São Brás de Alportel); » São Brás Envolva (São Brás de Alportel); » Centros Lúdicos intergeracionais (Albufeira e Monchique); » Rede de centros de atividades para os mais idosos (Loulé); » Projeto integrado para o público sénior (Albufeira); » Equipas de mediação social (Albufeira); » Programa de estímulo à promoção da empregabilidade, à criação do próprio emprego e ao empreendedorismo social, direcionado para grupos e públicos mais vulneráveis (Albufeira); » Projeto “A Família que Falta” (São Brás de Alportel); » Mediação Intercultural, social e prevenção de riscos de exclusão (Albufeira); » Gestão participada em Bairros sociais e/ou críticos (São Brás de Alportel, Faro, Loulé, Olhão, Albufeira); » Equipamento destinado a receber temporariamente crianças e jovens em risco (Albufeira); » Gabinete de Psicopedagogia, Nutrição e Saúde Escolar (Albufeira); » Lar especializado em doentes com Alzheimer (Castro Marim); » Criação da RST Algarve - rede sénior de residência, saúde, trabalho e acessibilidade (Olhão)</p>
<p>C4. Racionalizar a oferta e melhorar a acessibilidade de proximidade a equipamentos e serviços de apoio social e pessoal</p>	<p>PI 9iv / OE 9.4.1 Reorganização dos Cuidados Continuados e de Proximidade e criação de uma rede de cuidados especializados e de cuidadores de proximidade; criação de uma Rede Local de Intervenção Social – RLIS/ Respostas Integradas de Apoio Social (Modelo estruturante de organização e funcionamento da intervenção social de base local; e, dinamização, com caráter regular, da oferta de atividades dirigida à comunidade sénior;</p>	<p>» Plano para a Igualdade e Cidadania (Albufeira e Loulé); » Equipas de apoio com intervenção na área da demência (Albufeira); » Serviços descentralizados de apoio a cidadãos portadores de deficiência e/ou mobilidade reduzida (Albufeira); » Apetrechamento do Lar de Martim Longo e Arranjo Paisagístico da sua envolvente (Alcoutim); » Gestão de Motivações para Voluntariado (Loulé); » Gabinete social de proximidade (Loulé); » Unidade de Cuidados Continuados (Alcoutim); » Programa de prescrição da atividade física e promoção da atividade física (Portimão); » Programa de pequenas reparações e arranjos nas comunidades debilitadas (São Brás de Alportel e Portimão); » Apoio domiciliário (Aljezur e Lagos); » Projeto de caracterização da deficiência (Albufeira); » Gabinete de avaliação e prescrição da atividade física (Portimão); » Combate ao isolamento da população (Alcoutim, Albufeira); » Reconversão funcional de Edifício para Unidade de apoio a deficiência mental (Loulé); » Conceção e implementação de programa de intervenção em matéria de saúde mental (Olhão);</p>

PRIORIDADE ESTRATÉGICA PLANO AMAL	PRIORIDADE DE INVESTIMENTO MOBILIZÁVEL/ OBJETIVO ESPECÍFICO TIPOLOGIAS DE PROJETOS	EXEMPLO DE PROJETOS
--------------------------------------	--	---------------------

D. Valorização da ecoeficiência e da economia de baixo carbono ao nível dos sistemas urbanos e territoriais

<p>D1. Promover a diminuição da intensidade energética e carbónica das áreas urbanas ambientalmente mais degradadas</p>	<p>PI 4c / OE 4.3.1. Criação de programas de apoio à reabilitação urbana com o objetivo de aumentar a eficiência energética dos edifícios e equipamentos públicos Apoio à elaboração de PREN</p>	<p>» Programa “Eficiência energética em rede” (São Brás de Alportel, Faro, Loulé, Olhão, Albufeira); » Eficiência energética na habitação social (Albufeira, Lagos, Tavira e Olhão); » Eficiência energética em equipamentos públicos e iluminação pública (Albufeira, Alcoutim, Lagoa, Loulé, Lagos, São Brás de Alportel, Portimão, Vila do Bispo, Olhão, Silves, Monchique); » Programa de eficiência energética para empresas e habitação particular (Loulé); » Transferência para novas modalidades de energia (Silves, Alcoutim, Albufeira, Vila Real de Santo António e Monchique); » Reconfiguração da FACEAL – Centro de Inovação de Energia (Albufeira); » Projeto “Transporte a pedido” (Tavira)</p>
<p>D2. Valorizar o potencial de sequestro de emissões de carbono dos municípios mais rurais e demograficamente rarefeitos</p>	<p>PI 4e / OE 4.5.1 Desenvolvimento do Mercado de Carbono, contribuindo para o balanço de emissões nulo, particularmente envolvendo os territórios de Baixa Densidade (em articulação com o FEADER) Investimento em transportes coletivos de passageiros e dos modos suaves, nomeadamente reforço da integração da tarifa multimodal, melhoria de redes de interface e sistemas de informação para os utilizadores</p>	<p>» Incentivo à utilização de modalidades de mobilidade mais suaves através da construção de vias cicláveis: Ciclovia da Costa Vicentina (Aljezur), de Lagoa, de Loulé, de Albufeira, de Silves e de Portimão; » Ecovia de Alcoutim e Castro Marim; » Ecovia em rede (São Brás de Alportel, Faro, Loulé, Olhão, Albufeira); » Ciclovia e vias pedonais em Lagos; » Bolsa de Carbono do Baixo Guadiana (Vila Real de Santo António); » Ecoturismo na Ria Formosa (Olhão); » Conceção e implementação do conceito de “Lagoa Smart City”; » Gestão dos sistemas de transportes municipais (São Brás de Alportel, Faro, Loulé, Olhão, Albufeira); » Plano Estratégico para a Mobilidade (Loulé, Olhão, Vila Real de Santo António, Lagos, Lagoa); » Rede de transporte elétrico (Loulé); » Transporte escolar sustentável (Loulé); » Centro Coordenador de Transportes (Lagos)</p>
<p>D3. Promover a utilização racional e eficiente de energia e a difusão de energias renováveis</p>	<p>PI 4e / OE 4.5.1 Investimentos em operações integradas de eficiência energética e aproveitamento de energias renováveis</p>	<p>» Reconfiguração de equipamentos municipais (Olhão, São Brás de Alportel, Loulé, Albufeira, Faro, Portimão, Aljezur e Monchique); » Renovação de frotas (Loulé, Lagoa, Albufeira, São Brás de Alportel, Faro, Olhão)</p>
<p>D4. Enriquecer processos de revisão de Planos Diretores Municipais numa lógica de descarbonização.</p>	<p>PI 4e / OE 4.5.1 Apoio à elaboração de planos de mobilidade à escala sub-regional na perspetiva da sustentabilidade e da articulação intermodal e intermunicipal; e, estruturação de corredores (rede de ecopistas, ciclovias, pedonal, acessibilidade a pessoas com mobilidade reduzida, etc.)</p>	<p>» Revisão dos PDM (Albufeira, Lagoa, São Brás de Alportel, Vila do Bispo, Olhão, Silves); » Plano Pormenor da Zona Histórica de Olhão</p>

PRIORIDADE ESTRATÉGICA PLANO AMAL	PRIORIDADE DE INVESTIMENTO MOBILIZÁVEL/ OBJETIVO ESPECÍFICO TIPOLOGIAS DE PROJETOS	EXEMPLO DE PROJETOS
--------------------------------------	--	---------------------

E. Maximização territorial e ambiental dos recursos provenientes do Fundo de Coesão

E1. Promover o combate integrado aos impactos das mudanças climáticas	Essencialmente projetos intermunicipais de âmbito sub-regional focados em territórios mais fortemente atingidos pela erosão e degradação de solos e por riscos de incêndios. Esta PE não se encontra alinhada com o PO Algarve, uma vez que a intervenção corresponde ao Programa Operacional Temático que não cobre a região.	» Aquisição de viatura para combate a incêndios (Silves); » Combate integrado aos impactos das mudanças climáticas (Lagoa); » Informação pública no âmbito da medida de prevenção e autoproteção no risco de incêndio florestal (Loulé); » Projetos de Gestão e Reordenamento Florestal (Faro e Lagos)
E2. Promover modelos e experiências integradas de preservação e valorização de ecossistemas específicos e da biodiversidade da Região Algarve	Recorrendo ao Fundo de Coesão, pretende-se apoiar a participação de municípios em projetos regionais de preservação e valorização de áreas relevantes em termos de biodiversidade, integrando dimensões de indicadores de monitorização de qualidade e alertas ambientais, sensibilização e comunicação, intervenções infraestruturais de enquadramento de acesso de populações, centros interpretativos, etc. É uma preocupação da região, alinhada com a estratégia regional, embora com financiamento de Fundo de Coesão.	» Sistema de gestão integrado, qualidade, ambiente e segurança nas praias (Albufeira); » Centro integrado de ambiente, conservação de recursos naturais e turismo (Albufeira); » Percursos Temáticos no território de Alcoutim, em torno da biodiversidade e valorização da fauna e da flora; » Construção de Ribeira Algoz-Alcantarilha (Silves); » Estação de Biodiversidade de Vale de Estacas - Ribeira de Alportel (São Brás de Alportel); » Promoção das Barragens do Concelho de Silves; » Parque Ecológico de Tavira; » Centros interpretativos das paisagens protegidas (Loulé); » Observatório da Ria Formosa (Vila Real de Santo António); » Corredor Verde (V. Real de Santo António)
E3. Maximizar a capacidade regional e municipal de prevenção de riscos naturais	Apoiar a participação ativa de municípios com zonas costeiras em riscos sérios de erosão em projetos regionais de minimização de riscos, sinalização.	» Plano de Intervenção da Frente de Mar de Alvor (Portimão); » Capacitação Tecnológica do SMPC e estruturação de um Centro Integrado de Proteção Civil e Socorro no Município de Portimão; » Requalificação da praia de Altura (Castro Marim); » Implementação de estruturas de infiltração de água da chuva como meio de prevenção de erosão e inundações (Loulé); » Sistema de telegestão (Olhão); » Estudo para prevenção de riscos naturais e implementação de unidade de prevenção (Vila Real de Santo António); » Plano de Risco Sísmico e Tsunami (Lagos)
E4. Modernizar e qualificar as redes de infraestruturas ambientais urbanas	Não encontrando no PO Algarve prioridades de investimento passíveis de mobilização e dadas as dificuldades de financiamento da atividade municipal, o Plano Intermunicipal Algarve 2020 visa sensibilizar a intervenção do Fundo de Coesão e do POSUER para a relevância de renovação/conservação de algumas infraestruturas ambientais urbanas de grande utilização por parte da procura turística	» Ampliação/substituição de redes de fornecimento de água e de saneamento básico (Albufeira, Alcoutim, Silves, Aljezur, Lagoa, Castro Marim, São Brás de Alportel, Faro, Vila Real de Santo António e Lagos); » Construção de câmara de perda de carga (Albufeira); » Remodelação e melhoria da eficácia das estações elevatórias (Albufeira); » Sistema integrado de gestão de resíduos (Albufeira, Castro Marim, Vila Real de Santo António, Loulé, Olhão, Lagos); » Implementação de um sistema PAYT (Loulé); » Sistemas de reaproveitamento de água (Silves, Albufeira, Loulé); » Centro de Compostagem (Alcoutim); » Construção de ETAR do Álamo (Alcoutim); » Sistema de Tratamento de Água (Alcoutim); » Aquisição de viaturas e equipamentos para recolha de resíduos sólidos e urbanos (Silves); » Ecocentro (Vila Real de Santo António); » Execução do cadastro das infraestruturas da rede de abastecimento e drenagem de águas (Olhão)

F. Capacitação do tecido institucional e reforço dos modelos de governance

F1. Reforçar a capacidade técnica e administrativa da AMAL para coordenação de projetos intermunicipais

PI 11i / OE 11.1.1

Esta prioridade estratégica é concretizável por via de um plano de capacitação da própria AMAL, essencialmente materializado num plano de formação-ação dirigido a quadros da AMAL e de municípios que venham a assumir a coordenação de projetos intermunicipais. Formação dos trabalhadores em funções públicas associada a projetos de modernização administrativa (necessidade de adaptação desta tipologia de modo a abranger processos de formação-ação focados nas competências para a coordenação de projetos intermunicipais. Apoio à promoção de uma administração e serviços públicos em rede (digitalização e disponibilização de serviços online, desmaterialização e reengenharia de processos de *front-office* e *back-office*, interoperabilidade de plataformas de suporte) com intervenção nos processos de interação entre a Administração e os cidadãos e empresas, criando as condições de acesso através da identificação eletrónica; ações de fomento do uso de novos modelos descentralizados de prestação de serviços públicos em rede de atendimento para disponibilização dos serviços digitalizados aos cidadãos e agentes económicos; Formação dos trabalhadores em funções públicas associada a projetos de modernização administrativa. Projetos inovadores e iniciativas piloto de boas práticas de redes de atores institucionais; Apoio técnico à coordenação, dinamização, execução e acompanhamento de planos de ação territoriais e setoriais; projetos inovadores e iniciativas piloto de boas práticas de redes de atores institucionais; ações de capacitação ao nível da monitorização e acompanhamento de dinâmicas territoriais e avaliação de políticas.

Reforço da capacidade técnica e administrativa da AMAL para coordenação de projetos intermunicipais, envolvendo funções de acompanhamento e animação técnica desses projetos, nas seguintes áreas: modernização administrativa, tecnologias de informação e comunicação, formação e capacitação da administração local, central de compras, mobilidade e transportes, entre outras

F2. Promover soluções intermunicipais de novos serviços em linha

PI 2c / OE 2.3.1

Apoio à promoção de uma administração e serviços públicos em rede (digitalização e disponibilização de serviços online, desmaterialização e reengenharia de processos de *front-office* e *back-office*, interoperabilidade de plataformas de suporte) com intervenção nos processos de interação entre a Administração e os cidadãos e empresas, criando as condições de acesso através da identificação eletrónica; ações de fomento do uso de novos modelos descentralizados de prestação de serviços públicos em rede de atendimento para disponibilização dos serviços digitalizados aos cidadãos e agentes económicos;

» Portal de Arquivos Algarvios em Rede (Albufeira); » Criação de Balcão Único (Loulé, Albufeira, Alcoutim, São Brás de Alportel, Monchique); » Simplex Autárquico 3.0: programa de modernização e criação de novas lógicas e plataformas de relacionamento com os municípios e as empresas, privilegiando uso de soluções online (São Brás de Alportel, Faro, Loulé, Olhão, Albufeira); » Implementação de serviços online de pagamento de taxas e serviços (Lagoa); » Programa de gestão cultural e criativa partilhada (Olhão); » Cidade wi-fi (Lagos); » Plataforma intermunicipal de partilha de recursos (Loulé); » Potenciar a aplicação das TI na gestão financeira autárquica (Loulé); » Projeto de digitalização e disponibilização on-line do acervo dos Museus do Algarve (Loulé); » Criação de um portal de educação (Loulé)

PRIORIDADE ESTRATÉGICA PLANO AMAL	PRIORIDADE DE INVESTIMENTO MOBILIZÁVEL/ OBJETIVO ESPECÍFICO TIPOLOGIAS DE PROJETOS	EXEMPLO DE PROJETOS
<p><u>F3. Promover processos de reciclagem e de desenvolvimento de novas competências</u> para recursos humanos dos municípios</p>	<p>PI 11i / OE 11.1.1 Formação dos trabalhadores em funções públicas associada a projetos de modernização administrativa Apoio a ações de diagnóstico e planos de ação para efeitos de simplificação legislativa e racionalidade processual</p>	<p>» Plataforma de Conservação e Restauro (Albufeira); » Plano de Formação dos trabalhadores da administração local (Loulé, Albufeira, Aljezur); » Gestão Participada (São Brás de Alportel); » Guia de Turismo para Todos (Albufeira); » Estudos para a Sustentabilidade das Operações/ Projetos (São Brás de Alportel, Faro, Loulé, Olhão, Albufeira)</p>
<p>F4. Fomentar condições de desenvolvimento de <u>novas competências no tecido institucional de base local</u></p>	<p>PI 11ii / OE 11.2.1 em articulação com DLBC FSE Projetos inovadores e iniciativas piloto de boas práticas de redes de atores institucionais;</p>	<p>» Formação nos domínios da intervenção social envolvendo IPSS, focada na abordagem a públicos desfavorecidos e vulneráveis específicos (Faro); » Formação de mediador municipal para a população de etnia cigana (Loulé); » Divulgação de boas práticas (Lagoa e Loulé)</p>
<p><u>F5. Promover processos de capacitação de redes de parceria regional e local</u></p>	<p>PI 11ii / OE 11.2.1 em articulação com DLBC FSE Apoio técnico à coordenação, dinamização, execução e acompanhamento de planos de ação territoriais e setoriais; projetos inovadores e iniciativas piloto de boas práticas de redes de atores institucionais; ações de capacitação ao nível da monitorização e acompanhamento de dinâmicas territoriais e avaliação de políticas.</p>	<p>» Modernização Administrativa (Silves, Aljezur, Portimão, Tavira e Lagoa); » Catálogo coletivo on-line de fundos locais e regionais das Bibliotecas Públicas Municipais do Algarve (Portimão); » Sistemas de Gestão de Qualidade nos Serviços Municipais (Lagos, Lagoa, Olhão)</p>

8. SISTEMA DE INDICADORES

A EIDT AMAL 2014-2020 considera que a proposta de sistema de indicadores cuja exigência consta do convite público ao reconhecimento de EIDT não pode deixar de ser formulada à luz das particularidades que esta EIDT apresenta face às das outras NUT III – CIM.

Conforme já foi sublinhado, a EIDT AMAL 2014-2020 configura um Plano Intermunicipal Algarve 2020 e a sua declinação em PO Regional Algarve 2014-2020. Neste sentido de alinhamento, a EIDT AMAL contribui para essa estratégia e para os objetivos do PO Algarve, pelo que nessa perspetiva é tributária do sistema de indicadores de resultado e metas que o próprio PO define para a Região. Nesse sentido, considera-se que será lógico a Autoridade de Gestão do PO Algarve 2014-2020 solicitar à AMAL e aos projetos que a EIDT irá enquadrar o reporte necessário para a determinação dos indicadores de resultado e concretização das referidas metas. Ora essa solicitação por parte da AG não é possível nesta fase de reconhecimento das EIDT, pelo que se antevê a necessidade de reportar essa resposta a um período

mais avançado de avaliação deste documento.

Mas isto não significa que na perspetiva ascendente (*bottom-up*) de produção de resultados em que a EIDT AMAL 2014-2020 se coloca não haja interesse em que sejam formulados indicadores que permitam a monitorização, acompanhamento e avaliação da própria EIDT independentemente do reporte que os projetos por ela enquadrados terão de realizar face aos indicadores e metas do PO Algarve 2014-2020. Tais indicadores terão que medir o melhor possível os resultados das intervenções dos municípios e da própria AMAL enquanto entidade líder e coordenadora de projetos com efeitos em todo o território da Região e na justa medida das competências de intervenção municipal e intermunicipal.

A tabela seguinte apresenta uma proposta possível de indicadores de resultado, em torno dos quais serão definidas metas a 3/5 anos e de longo prazo.

A. Diversificar a base económica da região	
» A1. Promover a disseminação de conhecimento científico e tecnológico e a inovação empresarial em territórios demograficamente mais rarefeitos;	» % de projetos e de investimento de investigação científica e tecnológica apoiados pelo PO Algarve com aplicação nos municípios com maior peso de territórios de baixa densidade
	» Número de empresas localizadas em territórios de baixa densidade envolvidos em ações coletivas de disseminação de conhecimento científico e tecnológico dirigidas a esses territórios
» A2. Criar condições infraestruturais e logísticas locais favoráveis à emergência e acolhimento de novas atividades de valorização económica de recursos marinhos e da economia do mar em geral;	» Número de novas empresas criadas no domínio da valorização de recursos marinhos com acolhimento nas infraestruturas logísticas apoiadas no âmbito da EIDT
	» Número de postos de trabalho criados em projetos submetidos pelas DLBC costeiras

<p>» A3. Concentrar e organizar recursos infraestruturais e de empreendedorismo de suporte à valorização económica do mundo rural;</p>	<p>» % de investimento apoiado em atividades de empreendedorismo de suporte à valorização económica do mundo rural que recorreram ao centro de recursos criado</p>
<p>» A4. Dotar os municípios e os territórios de mais baixa densidade de recursos técnicos e humanos apetrechados para a intermediação e fomento de valorização e transformação económica de recursos endógenos</p>	<p>» Número de postos de trabalho criados em atividades de valorização e transformação económica de recursos endógenos</p>
<p>» B. Alargar a base territorial e de ativos (recursos) para a competitividade</p>	
<p>» B1. Qualificar os centros urbanos, com foco nas estruturas físicas e das redes de equipamentos, nos espaços públicos e serviço urbanos, incluindo setores relacionadas com a oferta turística – comercial, cultural, recreativo e lúdico, ambiental, de saúde, da mobilidade, das TIC e ao nível da governance urbana, exigindo esforços sustentados de capacitação institucional e de melhoria de competências técnicas e organizacionais e promovendo uma oferta de serviços urbanos de melhor qualidade despertando o consumo turístico;</p>	<p>» Grau de satisfação dos residentes em áreas com estratégias integradas de desenvolvimento urbano (indicador PO Algarve que pode ser objeto de cálculo conjunto AG PO Algarve /AMAL através de inquirição específica</p> <p>» Indicador que deve ter por referência a % de população residente nas áreas urbanas objeto desta intervenção</p>
<p>» B2. Qualificar os sistemas ambiental e paisagístico, assegurando a reposição de áreas ambientalmente degradadas ou em risco e a gestão sustentável dos recursos naturais e ambientais específicos – rias, estuários, áreas protegidas, ecossistemas específicos, etc.;</p>	
<p>» B3. Valorizar os recursos e as dinâmicas culturais, favorecendo nomeadamente a emergência ou consolidação de atividades económicas baseadas em ativos simbólicos e na criatividade artística e cultural, que contribuam para favorecer a afirmação de produtos turísticos diferenciadores e um setor emergente na economia da cultura;</p>	<p>» % de empregos criados neste tipo de atividades em relação ao total de empregos criados por projetos apoiados no âmbito da EIDT AMAL</p>
<p>» B4. Valorizar os recursos naturais, bem como, outros recursos específicos ligados, designadamente, à agricultura, à floresta, às pescas e outras atividades tradicionais (artes e ofícios tradicionais), contribuindo para uma oferta integrada de serviços de base territorial com capacidade de reforçar a competitividade económica da região.</p>	<p>» Sem indicador de resultado específico</p>
<p>» C. Promover o desenvolvimento socioeconómico de base local como instrumento-chave da coesão social e territorial</p>	
<p>» C1. Criar condições de sustentabilidade e de ocupação do território rural através da promoção de estratégias participativas de desenvolvimento local baseado nos recursos endógenos locais, favorecendo as articulações destes microsistemas com o mercado, local e regional, e apostando na regeneração dos ativos locais (físicos, naturais, económicos, sociais e culturais);</p>	<p>» Número de postos de trabalho criados em projetos submetidos pelas DLBC rurais</p>

<p>» C2. Promover social e territorialmente a progressiva qualificação da população e o desenvolvimento de competências nos diversos segmentos etários da população residente ativa, com ênfase nos grupos mais vulneráveis;</p>	<p>» Número de indivíduos pertencentes a grupos sociais vulneráveis que concluíram ações de formação</p>
<p>» C3. Combater fenómenos e bolsas de exclusão social, através da promoção de modelos de inovação social, ao nível das políticas, das estruturas e atividades e dos modos de participação dos agentes nos processos de inclusão e integração social, apoiando, nomeadamente, atividades dentro da economia social, do empreendedorismo social, do envelhecimento ativo e da inclusão ativa, designadamente de segmentos da população em risco ou sujeitas a qualquer tipo de discriminação, de minorias étnicas e de comunidades marginalizadas;</p>	<p>» % de investimento apoiado em atividades sociais classificadas como projetos de inovação social</p>
<p>» C4. Racionalizar a oferta e melhorar a acessibilidade de proximidade a equipamentos e serviços de apoio social e pessoal e a qualidade no desempenho desses serviços, nas diversas áreas sociais e destinados aos diversos segmentos de população, adequando essa acessibilidade às condições dos territórios de residência dos grupos sociais vulneráveis.</p>	<p>» % de população abrangida por projetos de melhoria de acessibilidade a serviços sociais</p>
<p>» D. Valorizar a eco-eficiência e da economia de baixo carbono ao nível dos sistemas urbanos e territoriais</p>	
<p>» D1. Promover a diminuição da intensidade energética e carbónica das áreas urbanas ambientalmente mais degradadas por via de projetos integrados de reabilitação e regeneração urbana, incluindo soluções de mobilidade e intermodalidade sustentável;</p>	<p>» Emissão estimada dos gases com efeito estufa nas áreas urbanas com projetos aprovados à luz deste objetivo específico</p>
<p>» D2. Valorizar o potencial de sequestro de emissões de carbono dos municípios mais rurais e demograficamente rarefeitos, enquanto fonte adicional de recursos de financiamento para o desenvolvimento sócio-económico em territórios de baixa densidade;</p>	<p>» Taxa de variação percentual da área (re) florestada em territórios de baixa densidade</p>
<p>» D3. Promover a utilização racional e eficiente de energia e a difusão de energias renováveis na valorização do espaço público urbano, na habitação social e outros edifícios municipais, na gestão das redes de equipamentos municipais e nos transportes públicos, com base num protocolo de cooperação contratualizado entre AMAL, municípios e AREAL;</p>	<p>» % de redução da fatura de consumo energético do total dos municípios da AMAL induzida por projetos apoiados no âmbito do PO Algarve</p>
<p>» D4. Enriquecer processos em curso de revisão de Planos Diretores Municipais e de outros que venham a concretizar-se ao longo do período de programação com modelos e áreas-piloto de ordenamento do território e de mobilidade orientados para objetivos de descarbonização da economia e da sua monitorização.</p>	<p>» % de PDM revistos que corporizam uma estratégia de ordenamento do território orientado para a descarbonização da economia</p>

» E. Maximizar territorial e ambientalmente os recursos provenientes do Fundo de Coesão	
» E1. Promover o combate integrado aos impactos das mudanças climáticas nas parcelas do território algarvio com processos acelerados de desertificação de solos;	
» E2. Promover modelos e experiências integradas de preservação e valorização de ecossistemas específicos e da biodiversidade da Região Algarve, num quadro de aposta de afirmação de padrões de sustentabilidade do destino turístico Algarve e do seu reconhecimento internacional;	» Aumento monitorizado de visitantes estrangeiros a áreas de biodiversidade com projetos de preservação e valorização apoiados
» E3. Maximizar a capacidade regional e municipal de prevenção de riscos naturais, designadamente dos riscos de erosão costeira e das condições de insegurança que a degradação de falésias e arribas pode implicar para diferentes situações de fruição turística;	» Kms de costa objeto de intervenções de correção de riscos de erosão costeira e de degradação de falésias, com sinalética correspondente
» E4. Modernizar e qualificar as redes de infra-estruturas ambientais urbanas (abastecimento e tratamento de águas, gestão integrada de resíduos, infra-estruturas verdes) superando as importantes necessidades de investimento que a região regista nestes domínios.	» Ver indicadores de resultado previstos pelo PO Temático Uso Eficiente dos Recursos para este tipo de objetivo específico
» F. Capacitar o tecido institucional e reforçar os modelos de <i>governance</i>	
» F1. Reforçar a capacidade técnica e administrativa da AMAL para coordenação de projetos intermunicipais a submeter ao PO Algarve 2014-2020, envolvendo funções de acompanhamento e animação técnica desses projetos;	» Número de projetos liderados e coordenados pela AMAL submetidos e aprovados ao PO Algarve com incidência em diferentes territórios da Região
» F2. Promover soluções intermunicipais de novos serviços em linha , na geometria variável considerada mais pertinente para adequação às necessidades das populações;	» % de população de municípios servidos por serviços intermunicipais em linha que preencheram formulários via Internet
» F3. Promover processos de reciclagem e de desenvolvimento de novas competências para recursos humanos dos municípios, para resposta a novas necessidades de populações e ajustamento às novas tipologias de projetos a promover pelos municípios;	» % de projetos submetidos pelos municípios e aprovados pelo PO Algarve que beneficiaram de processos de formação/capacitação também aprovados pelo PO Algarve
» F4. Fomentar condições de desenvolvimento de novas competências no tecido institucional de base local, designadamente no quadro da valorização das parcerias protagonizadas pelas DLBC;	» % de projetos submetidos pelas DLBC e aprovados pelo PO Algarve que beneficiaram de ações de formação/capacitação a públicos envolvidos nas referidas parcerias
» F5. Promover processos de capacitação de redes de parceria regional e local em domínios que proporcionem condições aprofundadas de participação de comunidades e populações locais.	» Sem indicador de resultado específico

Como é óbvio, este quadro possível de indicadores é excessivo, pelo que, após validação política por parte da AMAL, se optou por realizar um procedimento intermédio para criteriosamente formular um conjunto de indicadores estratégicos sobre os quais será possível à AMAL assumir compromissos de resultados.

O procedimento intermédio consistiu na seleção dos domínios de transformação estratégica considerados mais relevantes para o cumprimento dos objetivos mais gerais da EIDT AMAL 2014-2020.

Foram assim considerados os seguintes domínios de transformação desejada, implicando MAIS:

- » Empregos qualificados na agricultura transacionável, na economia do mar, na energia, nos serviços intensivos de conhecimento, na cultura;
- » Emprego e mais projetos sustentados de microempreendedorismo nos territórios de mais baixa densidade;
- » Intermediação ativa na promoção multinível do microempreendedorismo (incluindo microcrédito);
- » DLD parcial ou totalmente recuperados para o mercado de trabalho por via das estratégias de valorização do potencial endógeno;
- » Intenso contributo de projetos de valorização de património natural e cultural e das dinâmicas urbanas para a qualificação da procura turística;
- » Conhecimento científico incorporado na minimização de riscos naturais;
- » Intenso contributo de processos de regeneração urbana e social para a redução da pobreza urbana;
- » Mais projetos de cooperação intermunicipal para grupos de municípios (boa prática ALGARVE CENTRAL);
- » Investimento de capacitação associado a projetos concretos enquadráveis pela EIDT AMAL.

A tabela seguinte apresenta os indicadores de resultado que podem corporizar estas transformações desejadas:

RESULTADO A ATINGIR	INDICADOR	META 2023
<ul style="list-style-type: none"> » Empregos qualificados na agricultura transacionável, na economia do mar, na energia, nos serviços intensivos de conhecimento, na cultura; 	<ul style="list-style-type: none"> » % de empregos de licenciados criados nos setores identificados por projetos apoiados pelo PO Algarve 2014-2020 	<ul style="list-style-type: none"> » Este indicador não resultará diretamente de projetos concretizados pela AMAL ou pelos municípios que a integram; por esse motivo a EIDT AMAL não pode comprometer-se com uma meta específica; quando muito, a AMAL pode comprometer-se que nos projetos que resultem da parceria com a UAlgarve e entidades do SCT regional haja uma componente de emprego de licenciados a ser criada nesses projetos. O cálculo da meta exige informação do SI FEEI em relação a empregos criados nestes setores. » Para a totalidade dos setores, o PO Algarve define uma meta-realização de 1693 novos empregos. Partindo do princípio de que a criação de novos empregos nos setores identificados possa representar 30% da meta do PO, ou seja 508 novos empregos, poderá considerar-se que neste tipo de setores a probabilidade de serem empregos qualificados é elevada, admitamos também 30%, ou seja 152 novos empregos qualificados. O PO não define porém meta de resultado para a criação de emprego qualificado, mas tão só de emprego altamente qualificado. » O peso das parcerias em que a AMAL estará envolvida representará sempre um valor residual.
<ul style="list-style-type: none"> » Emprego e mais projetos sustentados de microempreendedorismo nos territórios de mais baixa densidade 	<ul style="list-style-type: none"> » Percentagem de empregos, incluindo o autoemprego, criados por projetos de microempreendedorismo intermediados pela parceria AMAL/ CRIA – UALG/ANJE que permanecem 12 meses após o fim do apoio que foram criados nos territórios de baixa densidade 	<ul style="list-style-type: none"> » Para um valor de referência de 60% em 2012, o PO Algarve define uma meta anual de 70% para este indicador. » Estima-se que a parceria AMAL/CRIA/ANJE para este tipo de territórios assumir uma meta de 60%, tendo em conta as particularidades deste tipo de territórios.
<ul style="list-style-type: none"> » Intermediação ativa na promoção multinível do microempreendedorismo (incluindo microcrédito); 	<ul style="list-style-type: none"> » Número de empregos, incluindo o autoemprego, criados por projetos de microempreendedorismo intermediados pela parceria AMAL/ CRIA – UALG/ANJE que permanecem 12 meses após o fim do apoio 	<ul style="list-style-type: none"> » Para um valor de referência de 60 em 2012, o PO Algarve define uma meta anual de 70 para este indicador. » Estima-se que a parceria AMAL/CRIA/ANJE possa respeitar essa meta, na medida em que a parceria assumirá funções de apoio à conceção de projetos, acompanhamento e funções especializadas de <i>mentoring</i>, <i>coaching</i>, pelo menos e estima-se que possa abranger 50% dos projetos considerados.

RESULTADO A ATINGIR	INDICADOR	META 2023
» DLD parcial ou totalmente recuperados para o mercado de trabalho por via das estratégias de valorização do potencial endógeno;	» Participantes desempregados, incluindo DLD, que obtiveram competências escolares ou profissionais certificadas	<ul style="list-style-type: none"> » O valor de referência do PO Algarve é de 78 reportado a 2013 e a meta de resultado 82, para uma meta de realização de 36.526 desempregados envolvidos. » Para estimar o número de desempregados envolvidos em ações de formação dinamizadas por projetos de valorização do potencial endógeno que envolvam a parceria entre a AMAL e as DLBC rurais a operar no território será necessário obter informação dos planos de ação das DLBC rurais ainda não disponíveis.
» Intenso contributo de projetos de valorização de património natural e cultural e das dinâmicas urbanas para a qualificação da procura turística;	» Dormidas de estabelecimentos hoteleiros, aldeamentos, apartamentos turísticos e outros	<ul style="list-style-type: none"> » Para um valor de referência de 14.350/ano (em 2013), o PO Algarve define uma meta de 15.000-15.835 ano.
» Conhecimento científico incorporado na minimização de riscos naturais;	» % de projetos apoiados pelo PO Regional Algarve focados na minimização de riscos naturais que envolvem a incorporação de conhecimento científico e tecnológico, com participação de entidades do SCT da Região	<ul style="list-style-type: none"> » 50%
» Intenso contributo de processos de regeneração urbana e social para a redução da pobreza urbana;	» Número de DLD integrados em processos de inserção ativa gerados por projetos de DLBC urbanos com foco na redução da pobreza	<ul style="list-style-type: none"> » A negociar com as DLBC urbanas que venham a perfilar-se nesta área de intervenção.
» Mais projetos de cooperação intermunicipal para grupos de municípios (boa prática ALGARVE CENTRAL);	» Nº de projetos submetidos ao PO Regional Algarve no âmbito da EIDT AMAL 2014-2020 que impliquem processos de cooperação intermunicipal de contiguidade para além do Algarve Central	<ul style="list-style-type: none"> » 6
» Investimento de capacitação associado a projetos concretos enquadráveis pela EIDT AMAL	» Nº de instituições parceiras envolvidas em processos de capacitação	<ul style="list-style-type: none"> » A meta do PO é de 15 instituições, pelo que neste contexto a AMAL define uma meta de 40%, ou seja, 6 instituições envolvidas em processos de capacitação por si liderados e coordenados.
	» % de trabalhadores em funções que se consideram mais aptos após as ações de formação	<ul style="list-style-type: none"> » A AMAL respeitará a meta estabelecida pelo PO Regional (75-85% de trabalhadores mais aptos)



PLANO INTERMUNICIPAL
ALGARVE 2020



www.amal.pt/algarve2020